

[VOL. 2] [Nº1]

REORIENTE



DOSSIÊ DARCY RIBEIRO

ENTREVISTA Ana Esther Ceceña

ARTIGOS

O atual dilema latino-americano

Vitor Hugo Tonin, Diógenes Moura Breda,
Evaldo Gomes Junior e Pietro Caldeirini Arut

Provocações de Darcy Ribeiro para economistas

Carla Curty, Maria Malta e Wilson Vieira

As escolas de formação e a obra do antropólogo Darcy Ribeiro: O Brasil e os Brasileiros – Yolanda Lima Lobo

A Universidade Necessária: o compromisso

civilizatório – Lia Faria, Carla Villanova e Silvio Souza

Darcy Ribeiro na Amazônia Paraense: análise das

pesquisas em um Programa de Pós-Graduação
em Educação – Huber Kline Lobato, Anderson Ferreira
e João Mota Neto

HOMENAGENS

À memória de Darcy Ribeiro – Angela Ganem

Darcy Ribeiro: Experiências pessoais – Isaac Roltman

Lembranças de Darcy Ribeiro – Wanderley de Souza

E MAIS

Luiz Bernardo Pericas, Carlos Eduardo
Novaes, Joana Coutinho, Pedro Martínez...

EDITORIAL	5
ENTREVISTA	
Ana Esther Ceceña: capitalismo, geopolítica e emancipações Carlos Eduardo Martins, Roberta Traspadini e Roberto Goulart	10
DOSSIE DARCY RIBEIRO	
ARTIGOS	
O atual dilema latino-americano Vitor Hugo Tonin, Diógenes Moura Breda, Evaldo Gomes Junior e Pietro Caldeirini Arut	37
Provocações de Darcy Ribeiro para economistas Carla Curty, Maria Malta e Wilson Vieira	60
As escolas de formação e a obra do antropólogo Darcy Ribeiro: O Brasil e os Brasileiros Yolanda Lima Lobo	81
A Universidade Necessária: o compromisso civilizatório Lia Faria, Carla Villanova e Silvio Souza	97
Darcy Ribeiro na Amazônia Paraense: análise das pesquisas em um Programa de Pós-Graduação em Educação Huber Kline Lobato, Anderson Ferreira e João Mota Neto	120
HOMENAGENS	
À memória de Darcy Ribeiro Angela Ganem	136
Darcy Ribeiro: Experiências pessoais Isaac Roitman	143
Lembranças de Darcy Ribeiro Wanderley de Souza	145
ARTIGOS	
Geopolítica decolonial latino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI Bernardo Salgado Rodrigues	149
Cuba: economia e planificação: anos 1970 e 1980 Luiz Bernardo Pericas	169
RESENHAS	
Por um feminismo Latino-americano, de Lelia Gonzalez Joana Aparecida Coutinho	187
Europe as the Western Pensinsula of Eurasia, de Gleen Dieesen Carlos Eduardo Martins	192

2050 China: Becoming a Great Modern Socialist Country, 196
de Angang Hu, Yolang Yan, Xiao Tang e Shenglong Hui
Pedro Martinez

CRÔNICAS

Ninguém aperta a mão esquerda 200
Carlos Eduardo Novaes

Editores

Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Joana das Flores Duarte (UNIFESP) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Ana Garcia Saggioro (PUC Rio), Bernardo Salgado (LEHC/UFRJ), Carlos Alberto Serano (LEHC/UFRJ), Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Jales Dantas da Costa (UnB), Lourdes Flores Bordais (LEHC/UFRJ), Marcos Pedlowski (UENF) e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Rodrigo Corrêa (projeto gráfico)

Raíssa Oliveira (diagramação)

Thassiel Melo (capa)

Pedro Martinez (LEHC/UFRJ)

Raquel Coelho (LEHC/UFRJ)

Conselho Editorial

Adhemar Minero (REBRIP) • Adrian Sotelo Valencia (UNAM) • Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara) • Alfredo Saad Filho (King's College) • Alicia Giron (UNAM) • Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University) • Antonio Brussi (UnB) • Armando Boito (Unicamp) • Atilio Alberto Boron (UBA) • Barry Gills (University of Helsinki) • Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University) • Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti) • Carla Ferreira (UFRJ) • Carlos Serano (LEHC-UFRJ) • Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá) • Christopher Chase-Dunn (University of California) • Claudio Katz (UBA) • Denise Gentil (UFRJ) • Didimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala) • Elias Jabbour (UERJ) • Emilio Taddei (UBA) • Emir Sader (LPP-UERJ) • Enrique Leff (UNAM) • Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP) • Fábio Py (UENF) • Francisco Lopez Segrera (ISRI - Cuba) • Gabriella Roffinelli (UBA) • Gabriel Merino (UNLP) • Gilberto Maringoni (UFABC) • Graça Druck (UFBA) • Graciela Gallarce (CLACSO) • Heitor Silva (LEHC-UFRJ) • Helton Ouriques (UFSC) • Isabela Nogueira (UFRJ) • Ivana Jinkings (Boitempo Editorial) • Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara) • Joana Coutinho (UFMA) • Joana Salem (Cáspér Líbero) • Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow) • Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela) • José Luís Fiori (UFRJ) • Julio Gambina (SEPLA) • Leandro Morgensfield (UBA) • Leonardo Ramos (PUC-Minas) • Leonardo Valente (UFRJ) • Lourdes Regueiro (CIPI - Cuba) • Lúcio Oliver (UNAM) • Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ) • Luiz Felipe Osório (UFRRJ) • Luiz Filgueiras (UFBA) • Manoela Boatcã (University of Freiburg) • Marco Aurelio Santana (UFRJ) • Mária Millán (UNAM) • Maria Caramz Carlotto (UFABC) • Maria Francisca Staiano (UNLP) • Mathias Luce (UFRJ) • Mauricio Metri (UFRJ) • Orlando Caputo (CLACSO) • Oswaldo Munteal (UERJ) • Paris Yeros (UFABC) • Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government) • Paulo Emilio Matos Martins (UFF) • Pedro Aguiar (UFF) • Pedro Vieira (UFSC) • Ramos Torres Galarza (Equador) • Raphael Padula (UFRJ) • Raphael Lana Seabra (UnB) • Ricardo Dello Buono (Manhatan College, NY) • Roberta Traspadini (UNILA) • Roberto Leher (UFRJ) • Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, College Park) • Rogério Dutra (UFF) • Ronald Chilcote (Latin American Perspectives) • Saulo Pinto (UFMA) • Şahan Savaş Karataşlı (North Caroline University, Greensboro) • Sedi Hirano (USP) • Vivian Urquidi (USP) • Wagner Iglecias (USP)

Apoio

Fundação Maurício Grabois

Editorial

Neste número a Reorienta homenageia a obra de Darcy Ribeiro, que se destaca como uma das mais importantes do pensamento crítico latino-americano, no centenário de nascimento do autor. Entre os temas a que mais se dedicou está o estudo das civilizações e dos processos civilizatórios, a originalidade da América Latina enquanto parte da construção de um projeto de civilização mundial, bem como as principais características de suas estruturas internas e a singularidade do Brasil como Estado e formação social particular. Tais temáticas são desenvolvidas pelo autor, principalmente, em *O Processo civilizatório* (1968), *Os Brasileiros* (1969) *As Américas e a civilização* (1970), *Os Índios e a civilização* (1970), *O Dilema da América Latina* (1971) e *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995).

Darcy dedicou-se a entender a América Latina como uma formação social original inscrita no estabelecimento de civilizações mundiais, impulsionadas pela constituição e expansão da economia capitalista que assumiu as formas de colonialismo mercantil e escravista, de imperialismo e neocolonialismo, e de revolução industrial, abrindo o espaço para as disputas sociais, políticas, ideológicas e econômicas com as formações socialistas emergentes, como formas de contrapoder. Estas civilizações mundiais impostas, dirigidas e hegemônicas pela expansão europeia levaram, na visão do autor, à criação de três grandes padrões de formação social na América Latina: os povos testemunho, que articulam de forma conflitiva e contraditória os seus processos civilizatórios pré-capitalistas à modernidade europeia e anglo-saxã e suas estruturas de dominação; os povos novos, onde se inscrevem os brasileiros, os antilhanos e os grã-colombianos, marcados pelo imenso deslocamento de populações africanas para assentar a exploração colonial sobre o trabalho escravo, seu encontro com a imigração europeia, associada à transição ao assalariamento, e com os povos originários, em um Estado sob o poder da burguesia *criolla*; e os povos transplantados onde o processo de dominação colonial e pós-colonial vinculou os processos de exploração à forte imigração europeia, estabelecendo drástica colisão com os povos originários.

O autor menciona ainda que os processos civilizatórios tendem a dar um salto tecnológico com o desenvolvimento da ciência na segunda metade do século XX, colocando no horizonte do futuro a criação de uma civilização da humanidade baseada em sociedades lastreadas em um socialismo de novo tipo. Darcy situava então, de forma pioneira, as revoluções termonuclear e eletrônica como precursoras de uma nova base tecnológica que impulsionaria contraditoriamente processos de atualização histórica e de aceleração evolutiva. A apropriação da nova base tecnológica pelas classes dominantes da civilização mundial capitalista geraria forças regressivas e des-

trutivas que poderiam colocar em risco a sobrevivência da humanidade. A transição e o salto evolutivo para uma sociedade mundial socialista dependeriam das lutas sociais e políticas no interior dos Estados e no espaço internacional.

Para Darcy Ribeiro, na construção de um socialismo de um novo tipo no século XXI, a América Latina teria uma contribuição chave, onde se destacaria o papel do Brasil. Diferentemente de outros povos latino-americanos como os povos testemunho, cindidos no confronto entre duas altas civilizações, ou dos povos transplantados, onde a invasão europeia esmagou os povos originários, os brasileiros e os povos novos seriam povos em fazimento, impedidos de sê-lo. Povos onde a mestiçagem foi um ato histórico fundamental para a constituição de uma nova classe trabalhadora que, entretanto, encontrar-se-ia impedida pelas classes dominantes de afirmar-se soberanamente e dirigir o seu destino. O autor considera, assim, o Brasil, potencialmente, uma nova Roma, com dimensão tropical e ampla capacidade de fusão para impulsionar o sonho bolivariano de uma América Latina unida em sua diversidade, contra o imperialismo anglo-saxão, para realizar sua vocação de constituir-se em um dos centros da civilização da humanidade. Tal Brasil só poderá emergir, entretanto, das lutas sociais e políticas e da construção de um novo socialismo.

Inspirados pela necessidade de atualizar criticamente as contribuições do autor sobre as relações entre civilização, América Latina, imperialismo e emancipação, de um lado, e a transição histórica que vivemos, de outro, apresentamos um conjunto de contribuições que se relacionam tanto com a obra de Darcy Ribeiro, diretamente, e que compõem o dossiê 100 anos de *Darcy Ribeiro: Nuestra America e a civilização no século XXI*, organizado por Jales Dantas da Costa, Joana das Flores Duarte e Marcos Pedlowski, quanto com temas por ela tratados.

A Reorientista entrevista Ana Esther Ceceña que discorre sobre as origens de sua formação intelectual, sua vinculação ao marxismo, ao pensamento latino-americano, em particular, à teoria da dependência e às análises do sistema-mundo, destacando a necessidade de resignificá-las desde uma perspectiva não-ocidental. Situa a América Latina frente às grandes disputas geopolíticas contemporâneas, analisa o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, a emergência de China e Rússia e as perspectivas que abre para o estabelecimento de novas alianças e formas de poder globais. Faz um alerta contra todas as formas de colonialismo, assinala que os povos latino-americanos devem tomar as rédeas de seu destino e afirmar sua soberania. Aponta que a luta anticapitalista se vincula ao ressurgimento de civilizações pré-capitalistas que se pensava extintas, mas que permaneceram vivas e buscam construir outras formas de modernidade. Destaca, em particular, a ação dos povos indígenas contra as diversas formas de imperialismo e de colonialismo interno.

Vitor Hugo Tonin, Diógenes Moura Breda, Evaldo Gomes Junior e Pietro Caldeirini Aruto atualizam a obra mais ambiciosa de Darcy Ribeiro, *O Processo civilizatório*, à luz das grandes tendências da conjuntura mundial e latino-americana. Partem de conceitos chaves da antropologia das civilizações do autor, como os de revolução tecnológica, formações socioculturais, atualização histórica e aceleração evolutiva para construir uma análise abrangente dos confrontos geopolíticos contemporâneos que remetem em última instância à disputa do mundo por processos civilizatórios distintos. Atualizam o conceito de revolução termonuclear estabelecido por Ribeiro, apontando seu caráter estratégico para entender os dilemas do século XXI, bem como o seu pioneirismo e paralelismo com o de revolução científico-técnica, cunhado por Radovan Richta. Apontam a bifurcação a que essa revolução dá lugar, de um lado aprofundando o imperialismo dos Estados Unidos, a dissolução da URSS, a desindustrialização e a modernização reflexa das periferias, de outro, reconfigurando o campo socialista por meio da aceleração evolutiva e projeção da China, o que pode reinserir a Rússia na confrontação ao imperialismo ocidental. Abordam o dilema latino-americano e brasileiro entre seguir a modernização reflexa, aprofundando a estratificação interna e a condição internacional de proletariado externo, ou participar do processo do estabelecimento de novos parâmetros evolutivos da história mundial.

Carla Curty, Maria Mello de Malta e Wilson Vieira destacam a importância das contribuições de Darcy Ribeiro para a análise da formação social brasileira, apontando que os temas por ele abordados, como a questão racial e o processo de configuração do povo brasileiro e a integração dos elementos econômicos, sociais, políticos e culturais numa totalidade abrangente, foram largamente ignorados pelos economistas, que devem trazê-las para o centro de sua interpretação do nosso país, sob pena de desfigurá-lo. Destacam a originalidade da teoria do Brasil que propõe e o inscrevem do campo dos interpretes do Brasil, estabelecendo paralelos e aproximações com Caio Prado Junior, Celso Furtado e Roberto Simonsen.

Lia Faria, Carla Villanova e Silvio Souza abordam as contribuições e a influência do pensamento-ação de Darcy Ribeiro para a educação superior brasileira e latino-americana por meio de sua proposição da transformação da universidade real em universidade necessária, engajada na transformação da realidade de dependência e subjugação em que se encontra o povo brasileiro e a América Latina, e de sua atuação em projetos educacionais durante o exílio e de seu papel chave na criação da Universidade de Brasília e da Universidade do Norte Fluminense.

Yolanda Lima Lobo destaca a influência da Escola Livre de Sociologia e Política da USP, de Marechal Rondon, de Anísio Teixeira e de Escola de Administração João Pinheiro Neto na obra de Darcy Ribeiro. Aborda os estudos sobre o Brasil dentro da

antropologia das civilizações construída por Darcy Ribeiro, dividindo-os em dois momentos, o do exílio, quando esboça uma teoria do Brasil, e o de antes de sua morte, quando lhe dá forma final com a publicação de *O Povo brasileiro* (1995). Aborda as matrizes africana, indígena e lusitana de nossa formação e os caminhos apontados pelo antropólogo para refundar a *res pública* no Brasil, que indica estar na substituição do papel do Estado de coletor de impostos para o de distribuidor de bens e serviços às grandes majorias, entre os quais, o da educação emancipadora.

Huber Kline Guedes Lobato, Anderson Portal Ferreira e João Colares da Mota Neto analisam criticamente os usos de Darcy Ribeiro em oito dissertações de mestrado no programa de pós-graduação de uma universidade pública da Amazônia paraense, concluindo pela necessidade de aprofundar regionalmente os estudos sobre a obra deste autor. Angela Ganem lança um olhar panorâmico sobre a vida e obra de Darcy Ribeiro concentrando-se em sua interpretação do Brasil. Isaac Roitman e Wanderley de Souza dão testemunhos pessoais de convivência com o homenageado.

Na seção de artigos, Bernardo Salgado Rodrigues revisita os avanços na construção de uma epistemologia decolonial, relacionando-a com os desenvolvimentos na construção geoeconômica e geopolítica da ascensão do Sul Global para fundamentar sua expansão e afirmação. Bernardo Pericas faz um balanço do sistema de planificação de Cuba nos anos 1970 e 80, de sua inserção no CAME e vinculação à URSS, apontando os resultados sociais, produtivos e financeiros que alcançou, antes de ser profundamente atingido pelo desaparecimento da URSS e do socialismo no Leste europeu.

Joana Coutinho resenha o livro de Lélia Gonzalez, *Por um feminismo Latino-americano*, organizado por Flavia Lima e Marcia Rios, onde a autora analisa as contradições do feminismo latino-americano, denuncia o mito da democracia racial brasileira que denega o racismo através do conceito de miscigenação, e propõe o conceito de amefricanidade para designar o marco da resistência e das afirmações emancipatórias. Carlos Eduardo Martins analisa o livro de Glenn Diesen, *Europe as the Western Peninsula of Greater Eurasia: geoeconomic regions in a multipolar world*, onde o autor apresenta as mudanças no pensamento estratégico estadunidense para conter a constituição geoeconômica e geopolítica da Eurásia e indica que a opção da Europa deve ser a de posicionar-se como espaço estratégico entre o hemisfério ocidental e o Oriente de um mundo multipolar, e não como um protetorado militar, anexo da política externa de um *hegemon* decadente. Pedro Martinez aborda o livro de Hu, Angang et alli, e a visão da nova esquerda chinesa sobre a transição da China para uma nova etapa do socialismo, marcada pelo domínio da fronteira tecnológica e pela projeção do país como potência global. Terminamos este número com a publicação da crônica que Carlos Eduardo Novaes generosamente nos presenteou.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura e que este número possa reforçar o nosso compromisso com a construção de um Brasil que pode ser, e que há de ser, como relatou Darcy, em seu discurso emocionado e imortal no sepultamento de Glauber Rocha. Agradecemos a Fundação Maurício Grabois cujo apoio contribuiu para viabilizar esta edição da Reoriente.

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Roberto Goulart

Ana Esther Ceceña: capitalismo, geopolítica e emancipações

Carlos Eduardo Martins*, Roberta Traspadini** e Roberto Goulart*** ****

Em entrevista a Carlos Eduardo Martins, Roberta Traspadini e Roberto Goulart, Ana Esther Ceceña discorre sobre as origens de sua formação intelectual, em que se destacou a influência de seu pai Jose Luis Ceceña e a do marxismo latino-americano, gestado tanto na tradição intelectual mexicana quanto naquela que se afirma com a chegada dos exilados do Cone Sul, em razão das ditaduras militares dos anos 1960 e 1970, quando ganha protagonismo a teoria marxista da dependência. Ela aborda a dinâmica do enfoque da dependência e a sua posterior aproximação das análises do sistema-mundo, sem descartar a necessidade de redefini-las desde uma perspectiva não-ocidental, dando relevância à emergência de uma pluralidade de civilizações que se pensava extintas pela modernidade capitalista. Tais civilizações, ainda que dominadas, subsistiram em diversos microespaços ou territórios, mas retomaram uma perspectiva ofensiva para lutar pela redefinição das formas de convivência e buscar outros padrões de sociedade com a ameaça que o capital coloca à sobrevivência do planeta e da humanidade.

A autora aborda ainda as grandes disputas geopolíticas contemporâneas, a crise da hegemonia estadunidense e as perspectivas que a emergência de China e Rússia abre para o estabelecimento de novas formas de poder globais. O faz, todavia, lançando uma crítica e um alerta contra todas as formas de colonialismo, deixando claro que as questões da América Latina devem ser solucionadas principalmente pelos próprios povos latino-americanos, organizados para as emancipações, independentemente de alianças internacionais que possam e devam ser estabelecidas. Nesse diálogo, Ana Esther situa o pensamento emancipatório de forma dinâmica, tensionando os níveis de acumulação intelectual e social que atingiu. Afirma a necessidade de uma permanen-

* Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ). Professor Visitante no Arrighi Center for Global Studies, pesquisador do CLACSO e coordenador do LEHC/UFRJ.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Permanente dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA). Coordenadora dos grupos de Pesquisa e Extensão: Saberes em movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina e Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina (OBEPAL).

*** Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (IREL/UnB). Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU/CNPq).

**** Transcrição por Pedro Martinez e revisão por Lourdes Flores Bordais.

te renovação do marxismo para depurá-lo de suas raízes eurocêntricas e ocidentais, mas mantém sua posição crítica diante de retrocessos metodológicos que, em nome da descolonização, pretendem rechaçá-lo.

Convidamos nosso leitor a penetrar nessa deliciosa entrevista em que a autora aborda, com enorme leveza, temas de grande complexidade, passando por personagens e enfoques de grande relevância para o pensamento crítico contemporâneo.

Reoriente (RE): Vamos a empezar con tu historia personal, que nos interesa mucho. Más sobre tu entorno familiar. Tú eres hija de José Luis Ceceña, ¿cómo influyó ello en tu vida? Tu padre fue un destacado economista latinoamericano que estudió profundamente el tema de los monopolios y del imperialismo estadounidense en la economía mexicana. ¿Cómo esta filiación ha influenciado en tu formación académica y existencial?

Ana Esther Ceceña (AC): Desde que era niña, escuchaba hablar de economía en mi casa, mi papá era muy comunicativo. Yo recuerdo mucho las comidas familiares discutiendo cómo estaba la economía, qué cosa era el imperialismo, qué hacían las empresas y por qué estaban en una posición determinada. Es decir, siempre hubo una discusión muy abierta, muy didáctica con los hijos, pues, evidentemente, éramos pequeños y él en la mesa nos explicaba. Él decía algo y le preguntábamos cosas, entonces él iba explicando de esa manera.

Yo pienso que, en realidad, me fui formando desde muy pequeña en muchos de los temas que hoy trabajo. A lo largo de mi vida he trabajado, de manera quizá un poco distinta a la de él, porque cada uno tiene su modo de entender las cosas y los tiempos cambian. Hay nuevas problemáticas y complejidades que ya no se trabajan de la misma manera, pero es muy claro que el punto de partida para mí, incluso metodológico, fue los estudios que él hizo. Él hizo un estudio muy interesante respecto a cómo los grandes grupos de poder del mundo, que eran los de Estados Unidos, se conformaron, y qué relación tenían esas pirámides de poder con actividades en otras partes del mundo. Él estudiaba cómo lo que ocurría con el capitalismo en México estaba relacionado con los intereses de estos grupos de poder.

En aquel momento, no existían las computadoras que tenemos hoy. Yo recuerdo mucho cómo trabajaba en grandes hojas de papel donde iba poniendo los grupos y sus conexiones con las diferentes empresas que estaban actuando en sectores importantes. Una de las cosas que trabajó fue la minería, las empresas mineras en México. No eran grupos de poder mexicanos, sino que actuaban como voceros o fachadas de estas grandes empresas norteamericanas o inglesas, en algunos casos.

En México había una legislación proteccionista y, en el caso de los bienes que se consideraban patrimonio de la Nación, no se permitía la entrada del capital extranjero o se permitía solo en determinadas cantidades, de ahí la importancia que tenía para estas grandes empresas tener socios repetidores en México que prestaran su nombre para que ellas pudieran hacer inversiones. Ese era uno de los datos más importantes en este momento para entender estas conexiones del gran capital con los pequeños negocios. Eran importantes porque se trataba de la minería, pero eran pequeños negocios comparados con las escalas globales. Él inventó una metodología para ir encontrando las conexiones y esto fue algo que yo lo vi todos los días en mi casa.

A él, además, le gustaba contar lo que estaba haciendo, entonces me explicaba a mí, que siendo pequeña no entendía tanto, pero yo me sentía muy importante de que me tomara en cuenta para explicarme una metodología muy interesante que incluso seguimos utilizando. Ahora tenemos todas estas cosas que inventaron los grupos financieros para irse despersonalizando, más difíciles de rastrear. Los negocios tomaron una dimensión tan grande que requerían otro tipo de estructuras de funcionamiento. Pero sigue siendo en esencia lo mismo. Podemos seguir trabajando con claves que yo recogí desde la infancia en el observatorio sobre transaccionales. Yo directamente no soy la que más trabaja eso, es Raúl Ornelas, pero él siempre dice que esta es una continuidad de la obra de José Luis Ceceña y, a partir de ahí, va trabajando estos temas.

RE: Quisiera saber dos cosas: el primero tiene que ver con las relaciones de tu padre y los exiliados de los años setenta, como Marini, Theotónio y Vânia. ¿Qué grupos transitaban en este periodo?, ¿qué influencias se establecieron? La otra cosa es: ¿había alguna vinculación de tu papá con los muralistas y los artistas de la época que llegaban, en los años setenta, más vinculados a la cultura?, ¿hay esa influencia en tu formación de la historia del arte mexicano y del muralismo mexicano?, ¿cuál sería esa influencia?

AC: A ver, lo primero, debo decir que fue algo muy importante no solamente para los brasileños o gente de otros lugares de América del Sur que vinieron a México en esa época, sino que para los mexicanos también fue algo importantísimo. Yo diría que existen pocos momentos tan florecientes, en términos intelectuales, como ese encuentro de todo el continente en un espacio que era amigable y favorable al trabajo intelectual y que permitió muchos intercambios, mucha discusión. A mí me tocó estar en la universidad en ese momento. Yo estaba empezando en la universidad y para mí fue un periodo de formación universitaria inigualable, porque tenía todas estas

influencias a mi alrededor. A partir de ahí yo trabajé con Marini muchísimo tiempo, hasta que murió. Fui muy cercana a Marini, pero a todos los demás también. Theotónio era gran amigo de la familia, de mi papá. Con todos ellos se armó ahí un espacio interesante que era al mismo tiempo un espacio de amistad, porque ellos llegaron en muy malas condiciones. Aquí se les acogió muy bien, mi papá fue muy importante en ese proceso; hizo realmente una labor no solamente de incorporación de muchos de ellos a la universidad, sino incluso de conseguir, de algún modo, facilidades para obtener las visas. Les conseguía casa, porque llegaban sin tener ni dónde estar, entonces sí se trataba de una cosa muy de camaradería. No solamente era un vínculo intelectual, sino era un vínculo humano muy fuerte y eso permitió que la conexión que se estableciera fuera muy fructífera en todos los terrenos.

En México, ya en ese momento, el marxismo tenía un espacio fuerte que, en América Latina en general, no ocurría de la misma manera todavía. En México fue uno de los primeros lugares donde empezamos a trabajar sobre Marx, a discutir un poco la obra marxista de una manera bastante precaria al principio, porque no había ni siquiera suficientes materiales. Hasta que se hizo la traducción de Wenceslao Roces de *El Capital*. A partir de ese momento, podíamos empezar a trabajar directamente sobre la obra de Marx. Ello fue anterior a la llegada de los exiliados, de manera que estábamos en ese contexto, ese ambiente en que el pensamiento en México se abría hacia estas otras rutas; ahí llega la teoría de la dependencia, entre otras cosas. Entonces, hubo una especie de fusión de trabajo entre el marxismo mexicano y el marxismo que, de algún modo, venía con la teoría de la dependencia, a veces explícito, pero no siempre. Gunder Frank fue una persona muy importante dentro del pensamiento latinoamericano que se fraguó en México en aquel momento, porque mucha de la obra de los pensadores latinoamericanos se escribió acá, se fraguó acá.

La teoría de la dependencia venía de fuera, pero se desarrolló aquí. Por ejemplo, gran parte de la obra importante de Marini se hizo acá en México, de Theotónio también y de varios de ellos. Fue una obra que tuvo mucha influencia de México también, entonces fue un periodo muy fructífero. Dialogando con el tema anterior, parte de mi formación, que venía desde mi papá, se combinó con ese marxismo temprano y con el pensamiento latinoamericano. De ahí salió algo que ahora yo no sé cómo se leerá, desde lo que yo soy hoy, pero sí tengo por supuesto toda esa secuencia detrás.

De los muralistas del arte mexicano, yo conocí a Siqueiros en persona, mi papá era admirador de los muralistas mexicanos, pero no hubo esa relación tan cercana como la que tuvimos con los pensadores latinoamericanos. El área de la cultura era un espacio distinto y yo creo que esa relación que yo he tenido con el arte mexicano ha sido por mi cuenta. La conexión viene con Siqueiros, sobre todo; por

ejemplo, un pintor de esa época que me gusta muchísimo más es Orozco, que me parece fenomenal, me encanta. Del arte que estuvo en México, para mí referencias importantes son: Leonora Carrington, Remedios Varo, ese tipo de pintura y de arte como pensamiento mágico y surrealista, eso es lo que a mí me gusta más. Lo combino con la manera como pienso las cosas en otros terrenos que, en principio, no tienen nada que ver; pero mi manera de pensar el cambio social, el desplazamiento social es muy Remedios Varo, muy Leonora Carrington, con esos personajes extraños que ella tiene. Eso no es propiamente arte mexicano, aunque Frida me gusta mucho, pero no es exactamente la misma ruta.

CM: ¿Qué influencia tiene sobre ti el pensamiento crítico más radical desarrollado en centros hegemónicos como Estados Unidos? Me refiero, por ejemplo, a los análisis del Sistema Mundo al que Theotonio se aproximó. Tú has estado en libros colectivos con Wallerstein, en los seminarios de la Internacional Sociological Association. ¿Cómo ves la aproximación del enfoque del Sistema Mundo con el pensamiento latinoamericano?

AC: Yo diría que la primera ruptura fue el momento en que la Teoría de la Dependencia - empezando con Gunder Frank, pero sobre todo a partir de Marini (que fue quizá el más explícito en esta línea, desde mi punto de vista) - advierte que “no somos una realidad que se mueve por escalas”, que era un poco el planteamiento de Rostow, el de que “ustedes van a llegar acá cuando se desarrollen”. La ruptura con Rostow fue algo importantísimo para que empezáramos a pensar América Latina y el mundo de otra manera. Me parece que fue un punto de partida muy importante. Si recorremos toda la manera como los diferentes pensadores de la época fueron moviéndose por estas rutas, llegaríamos quizá con Theotonio más cerca a la idea del Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein. Era una cosa que estaba en el aire, que todo el mundo compartía, todo el mundo llegó un poco a esta idea de mundo polarizado, contradictorio.

Hay un trabajo de Marini que fue más allá de hasta donde lo avanzó, un intento muy interesante de entender esta heterogeneidad del Sistema Mundo en el caso de Brasil, el proceso de acumulación específicamente brasileño dentro de la estructura global del proceso de acumulación general. Intentos muy interesantes de ir incorporando todo sin aplanar las claves de la lectura de la realidad, sino al contrario, destacando los contrastes, las diferencias e incluso incorporando el impacto que tenían las historias sociales y políticas locales. Historias como la conformación del mundo colonial en los diferentes lugares de América Latina con diferencias tan grandes. Entre Brasil

y México, por ejemplo, la diferencia es enorme, la llegada de población africana a Brasil de manera masiva no ocurrió en México. En México fue muy limitado esto, había estructuras indígenas muy fuertes incluso diferenciadas entre sí; el mosaico de la civilización era diferente en cada lugar; sin embargo, reaparecen en la manera como quedamos insertados dentro del capitalismo global, eso fue algo rico, valioso de todos estos trabajos y es algo que de hecho seguimos haciendo en la actualidad.

Pensando en Wallerstein, yo digo que hoy tengo una crítica ¿Cómo podemos enriquecer la teoría del Sistema Mundo desde un lugar de enunciación distinto? Wallerstein es bastante occidental, blanco, etc. Aunque él tuvo mucha cercanía con muchos movimientos de todas partes del mundo, sus claves de pensamiento siguen siendo muy occidentales en muchos sentidos. Creo que tenemos que contribuir a desarrollar el trabajo de los Sistemas Mundo confrontando desde este lugar, incorporando estos cuestionamientos, estas provocaciones como desafíos al pensamiento. De todas maneras, soy muy cercana a la idea del Sistema Mundo, incluso me incorporé a un grupo de trabajo con Wallerstein, trabajé con él diez años y fue una experiencia muy interesante. Trabajamos haciendo un balance de la historicidad del sistema-mundo capitalista. O sea, ¿qué posibilidades, qué límites tiene ese sistema-mundo? ¿Cuáles serían sus derivas? Incluso trabajando la idea de las bifurcaciones. Para Wallerstein es la bifurcación, en singular, para mí y varios que estábamos en esas discusiones son las bifurcaciones, en plural, que no apuntan en una sola dirección, que no tienen claves occidentales todas ellas. Todo eso estuvo en nuestras discusiones, pero yo diría que, fundamentalmente esta idea del sistema-mundo, es una idea que nos permite incorporar una visión no economicista y no sociológica, sino integral, pues el modo de producción es un sistema de vida que no tiene que ser entendido de esta manera un poco limitada, muy acotada, que tuvimos en nuestro primer entendimiento del marxismo.

El propio Marx no necesariamente lo pensaba así. Lo que entendía Marx por modo de producción capitalista era una cosa gigantesca, que incorporaba un poco de todo, porque la propia cultura del campesino que se incorpora al capitalismo estaba ahí, aunque no fuera necesariamente explicitada, porque el trabajo que él estaba haciendo era de profundizar el funcionamiento del sistema productivo dentro de ese sistema de vida. Lo que hace Wallerstein es abrir otra vez ¿qué es la geocultura?, ¿qué es esta cosa del capitalismo entendido no como un trabajo en una fábrica o con las máquinas, sino como un modo de pensar y de entender el mundo? Ahí, él abre nuevamente estas cuestiones y hace lo que los dependentistas, a su manera, hicieron en otro momento, que era ver cómo incorporamos dentro de un mismo esquema de razonamiento intelectual un mundo que es tan heterogéneo, tan polarizado y tan contradictorio.

Entonces, incorporamos la centro-periferia en algún momento, pero Immanuel dice “esto es un sistema complejo que funciona de manera que va entrelazando partes”. Tampoco es esta polarización grosera que en algún momento pudimos haber pensado; no es que todo acá es blanco y todo acá es negro, hay grises. Hay grises de diferentes tonos que se están entrelazando y esos grises tienen un terreno muy importante de comprensión, de definición que modula comportamientos y modos de inserción cultural. O sea, si no entendemos la cultura dentro de este sistema-mundo no estamos entendiendo ni cómo funciona, ni cuáles son sus límites, ni por dónde hay posibilidades de ruptura o de bifurcación, de evasión, de deriva del capitalismo.

Una de las cosas más interesantes es que en todo este recorrido nos va quedando claro que el cambio social no es solamente un problema de decisiones sino un problema de construcción. Hay que irlo haciendo, configurando todos los días, abriendo posibilidades; hay que ir comprendiendo distinto para hacer distinto. No vamos, de un día para el otro, a crear el espacio de bifurcación y ya tendremos un mundo diferente, está clarísimo que no. A lo largo de todos estos años de este proceso revolucionario que hubo en todo el siglo XX, las claves fueron cambiando mucho y la comprensión de lo que es una revolución o de lo que es un cambio social se modificó casi totalmente, sin que abandonáramos muchas de las otras claves. Por ejemplo, respecto a la Revolución Mexicana y la Revolución Rusa, ¿qué pasó ahí?, ¿cómo se procesó todo ello y cuáles fueron sus problemas?, ¿por qué llegó de repente a lo mismo, en cierto sentido, contra lo que estaba peleando?, que nunca es lo mismo, pero ¿por qué no logró? Ese diseño tenía muy pocos soportes reales, era muy voluntarista o reduccionista en su manera de entender este cambio.

Sin lo que se hizo en el siglo XX en ese terreno no estaríamos pensando hoy como pensamos. Fueron experiencias que fueron alimentando otras maneras de entender las cosas como pasó desde Gunder Frank o desde los primeros pensadores del siglo XX con respecto a América Latina, por ejemplo, Ramiro Guerra, algunos muy tempranos. Mi papá incluso también dentro de ese marco, varios otros que fueron combinando esta secuencia de interpretaciones. Así pasa también con los hechos reales y con estas propias revoluciones que van en interacción con ese pensamiento, van complejizando hasta que entendemos que todo esto es un todo integrado, una totalidad bien compleja en la que hay muchas claves que incluso ni alcanzamos a entender.

Hay muchas pistas que sí entendemos. Por ejemplo, desde la guerra de Vietnam, entendimos que las cosas no se resuelven solo en términos de guerra militarmente. Ahí, lo que derrotó a Estados Unidos fue la cultura, es decir, el modo de entender la vida y el mundo que tenían los vietnamitas. Lo mismo pasa en estos otros terrenos. Entonces, creo que sí es fundamental mantener

toda esta secuencia viva, pero al mismo tiempo cuestionarla, provocarla, pedirle más respuestas para que, entonces, sí logremos a entender la historicidad de los procesos históricos y sociales, estos fenómenos.

El capitalismo no es nuestra única verdad, nuestra única posibilidad. El capitalismo está mostrando todos sus límites históricos. ¿Cuánto va a durar? Quién sabe. Sus límites históricos están muy claros, el simple hecho de que está destruyendo su propia condición de existencia, que es la vida misma, ahí ya marca su límite de posibilidad. Creo que eso no lo entendíamos a mediados del siglo XX, lo entendemos hoy y, seguramente, lo vamos a entender mejor mañana.

RE: ¿Tú crees que en Wallerstein hay un énfasis exagerado en lo estructural en detrimento de la capacidad de acción y la libertad de creación de los pueblos? Y que, ¿en el marco de las alternativas, hay muchas más posibilidades que en la tesis de la bifurcación, tan determinista, que Wallerstein apuntaría? Quizá tú te aproximas más, dentro del enfoque del Sistema Mundo, a un planteamiento de Chase-Dunn, que habla de múltiples sistemas, de la fuerza de la localidad creando alternativas, no solamente respecto a una gran transformación global como enfatizaba Wallerstein principalmente en sus trabajos de los años setenta. Si bien, después se fue aproximando más a los movimientos sociales, en Chase-Dunn esto está mucho más claro.

AC: Sí, exactamente. Tuvimos una sesión muy linda en homenaje a Immanuel, donde tú estabas (Carlos Eduardo Martins). Lo que planteaba ahí era en coincidencia con Chase y con mucha otra gente de fuera que no tiene nada que ver con Wallerstein y que anda en estas otras rutas. Ahora, por ejemplo, lo que estoy trabajando es cómo los sistemas complejos, estos sistemas sociales, sistemas de vida, pueden ser convivientes entre sí. Por mucho tiempo pensamos que el capitalismo había ido subsumiendo y eliminando todo. Así lo entendíamos, pero, en verdad, no es cierto. La realidad nos está demostrando que nada de eso es cierto. El capitalismo efectivamente cubrió como un gran paraguas el mundo entero y lo fue transformando, lo sigue transformando incluso, pero no eliminó todo.

No eliminó incluso civilizaciones anteriores. Yo sostengo que todavía hoy podemos hablar de la civilización Maya o de otras civilizaciones en otras partes del mundo, porque hay muchas. Podemos hablar de ella, a pesar de que está muy golpeada, acosada, destruida en muchos sentidos, pero está viva. No es la de hace quinientos años, es la civilización Maya de hoy que sigue pensando el mundo de un modo distinto al capitalismo y que sigue resistiendo, confrontando. Ahí tenemos el Proyecto Tren Maya, que yo he estado trabajando tanto, porque esa es la región de la civilización

Maya, esa es una región muy extensa, incluso llega hasta la mitad de Centroamérica. Cuando uno va a Guatemala ve también esa presencia, que es abrumadora a pesar de todo lo que ha pasado, a pesar de los quinientos años tremendos que han tenido que soportar, y ahí están.

¿Qué es lo que yo planteo? Nosotros tenemos aquí - yo incluso estuve haciendo unas líneas del tiempo pensando en diferentes civilizaciones - la civilización Olmeca, la civilización Maya, la civilización Azteca, lo que sigue vivo y lo que ya no está. El capitalismo ocupa un lugarcito chiquitito, porque todas estas son civilizaciones milenarias y que siguen vivas, sosteniendo sensibilizaciones y que, desde mi punto de vista, no hay nada que nos permita suponer que van a caer con el capitalismo. Por eso, yo incluso discuto mucho la teoría del colapso, porque cuando estamos hablando de que el mundo va a colapsar, estamos pensando en que lo único que hay es capitalismo.

El capitalismo sí nos está llevando al colapso, efectivamente, pero lo que va a impedir ese colapso, o lo que está impidiendo ese colapso, de algún modo, son esos otros espacios de la civilización que todavía están ahí luchando y luchan desde el modo de relacionarse con los otros seres vivos, con el medio ambiente o con la naturaleza - en la perspectiva capitalista -, pero también luchan por la defensa de sus culturas, de sus modos de vida. Están ahí y son espacios pequeñitos, porque no tienen la dimensión que tuvieron en otro momento. Son espacios pequeños, pero con una fuerza civilizatoria muy grande. Eso lo aprendí también de mi papá, en parte. Él siempre decía que él era descendiente de los chichimecas, que es un grupo étnico indígena del norte de México. Él decía: "Yo soy chichimeca". Yo digo que no era cierto, pero también tenemos esta herencia. Yo pienso que de algún modo la tomé como cosa mía. Yo, efectivamente, tengo mucha cercanía con el modo de pensar de estos otros grupos civilizatorios que hemos tenido en México, en esa región.

Yo diría que soy casi mestiza, o sea, soy descendiente de europeos, aunque no quiera, porque en todo mi árbol genealógico hay un italiano, español, etc. ¿Cómo es que gente como yo puede, de repente, estar ubicada en un universo de pensamiento de este otro mundo? Como yo, muchísima gente tuvo el efecto, por ejemplo, del Zapatismo en el momento en que se levantan, el 1994. En gran medida fue para que recuperemos nuestro pasado indígena, nuestro presente de convivencia con lo indígena que hay en el país y aprendamos cómo se está pensando esto. Hay muchísima gente que uno diría que es del mundo capitalista y que, sin embargo, ha circulado hacia el otro lado, porque se da cuenta que acá no hay alternativa y que en el otro lado hay una alternativa clara. En ese otro lado está planteado un modo de vivir que puede tener posibilidades de futuro, no de colapso, sino de un futuro de vida, de un futuro creativo.

Cuando discutías eso con Wallerstein, te replicaba con mucho cariño diciendo que era romántica. Le costaba pensar en estos términos, porque él no alcanzaba a pensar estas alternativas como algo con tanta herencia histórica, con una raíz histórica tan profunda, sino que las veía como confrontación al capitalismo desde sus huecos, desde estos resquicios que dejaba el capitalismo, pero no como algo que surge con el capitalismo, de las mismas contradicciones que el capitalismo genera. Yo creo que son las dos cosas juntas. Aunque él tenía mucha cercanía con África, realizó un trabajo importantísimo, pero su relación era con África occidentalizada y acá en América Latina también. A pesar de eso, era un hombre de una cultura tremenda y de una gran sensibilidad, pero llegaba hasta ahí. Lo que él creó fue gigante, pero hay todos los límites de nuestro tiempo, de nuestro lugar, de nuestro proceso formativo, de la propia cultura que cargamos con nosotros. Lo mismo estarán diciendo de nosotros dentro de poco los que van a seguir en estas rutas.

Yo siento que para mantener el vínculo con todos estos pensadores que hemos mencionado, terminando con Wallerstein, tenemos que trabajar en esa apertura del sistema-mundo para ver estos mundos convivientes. Tenemos que hacer un trabajo fuerte. Creo que es un campo valiosísimo de desarrollo intelectual y político. Yo discuto mucho ahora con los mayas de la península de Yucatán, donde está el tren maya, que es justo el espacio en que incluso empatamos bien. Estuve mucho tiempo discutiendo con mayas de Chiapas, donde surge el zapatismo, yo discuto mucho con ellos. Cuando les hablo de mis ideas de los sistemas convivientes, de que hay civilizaciones golpeadas pero activas y presentes en sus propios mundos, que tienen que verse a sí mismas como civilizaciones y no como pueblos solamente, inmediatamente eso se encaja muy bien con lo que ellos están pensando. Ahí hay que hacer un gran trabajo, los intelectuales mayas y los intelectuales de otras civilizaciones tienen que colaborar muchísimo.

RE: Para terminar este bloque más estructural, de pasado y presente teórico, me he quedado con ganas de escucharte hablar más sobre ¿en qué sentido la teoría marxista de la dependencia - de la forma originaria como fue plasmada - se quedó, a su juicio, corta para explicar ese real complejo? o ¿por qué no reivindicar la Teoría Marxista de la Dependencia cuando uno reivindica una Teoría del Sistema Mundo? A veces acá tenemos la sensación de que hay un divorcio entre ese pensamiento decolonial, los reivindicadores de esa apertura y las contribuciones de la Teoría Marxista de la Dependencia. ¿Podrías hablarnos un poco sobre eso?, ¿por qué no es posible volver a esos clásicos y reivindicar en ellos este puente que vincula lo propio y la renovación de lo propio? ¿Como ves ello?, dado que también participaste bastante en esta construcción.

AC: Para la actualidad, si uno vuelve ahora a leer “Subdesarrollo y revolución”, por ejemplo, o alguno de estos textos muy importantes que hicieron los dependentistas, pero los de los primeros tiempos, se pueden sentir muy duros, poco sensibles, muy estructuralistas y quizá ese es el punto. Quizá no tanto la “Dialéctica de la dependencia”. Hoy estamos hablando que las guerras ocurren principalmente en el terreno de la narrativas, más allá de que también sean militares. Esta otra dimensión no necesariamente estaba siendo tomada en cuenta por los dependentistas, estaba afuera, y es tan importante ahora. Hay como una especie de no diálogo entre la gente que no siguió la secuencia. Yo leo a los dependentistas y entiendo dónde estaban y por qué estaban ahí, por qué enfatizaban eso. A veces critican a Marx porque en *El Capital* estaba tan metido en desentrañar el esquema y la esencia del estilo de producción instaurado por el capitalismo, que no veía otras cosas, no veía que los trabajadores sentían, pensaban. Sin embargo, esa concentración en ciertos puntos temáticos fue justamente necesaria para poder destrabar la comprensión de otros.

El dependentismo evolucionó, derivó y tuvo su impacto, por ejemplo, en esto de los sistemas-mundo. Yo creo que nunca hubiera hecho Wallerstein la teoría de los sistemas-mundo si no hubiera habido todo este pensamiento y estos desarrollos previos. Theotonio era más sociólogo, enfatizaba más, por ejemplo, lo de la lucha de clases. Marini era más de estructuras, de cómo se mueven las estructuras, la producción, de manera muy ortodoxa. Yo discutía mucho con él porque le decía “te pasas de ortodoxo, por favor, danos la oportunidad de movernos un poco de ese esquema”. Pero era necesario estar en ese esquema para entenderlo y descifrarlo bien.

También era muy necesario entender desde dentro lo que estaba pasando con la lucha de clases y cómo modificaba el modo de producción. Cada uno de ellos aportó con una de estas partes, pero yo recuerdo mucho que cuando estabas haciendo tu tesis (Roberta Traspadini), justamente discutíamos esto. Decíamos que había tres pensadores muy importantes, que tú estabas trabajando, que eran Augusto Boal, Paulo Freire y Ruy Mauro Marini, cada uno venía de una dimensión distinta y todos estaban trabajando de algún modo sobre lo mismo. A Marini le tocaba esta parte estructural, a Boal le tocaba mucho la parte de la cultura y a Paulo Freire, metodología, pedagogía y formación. Solo todo junto nos daba la versión del pensamiento latinoamericano, en este caso, del pensamiento brasileño del momento. No necesariamente ellos se entendían entre sí, pero era un diálogo que hicieron y que tú estabas reconstruyendo. Era como un diálogo que hacían a distancia; si tú juntaras todo esto, estabas más cerca del sistema-mundo, de una teoría de la dependencia brasileña que estaba pensando el mundo como totalidad.

RE: Yo estaba pensando a partir de sus planteamientos que el pensamiento marxista típicamente occidental apenas ve la lucha de clases y la constitución del sujeto anticapitalistas como resultado de la introducción del capital que viene de fuera, o sea, como un resultado de la propia lógica del sistema capitalista y de sus estructuras. Tú valorizas exactamente esta otra dimensión olvidada, la reacción de civilizaciones que son precapitalistas y que nunca desaparecieron de hecho y que tienen su propio proceso de subjetividad. Es interesante que Mariátegui, por ejemplo, apuntaba eso y decía que el indígena latinoamericano tiene un papel central en el proceso revolucionario. Eso se explica por esa combinación en la introducción del capitalismo, pero también por la apropiación de la modernidad por una civilización que no es solamente condenada a una existencia pasada sino que también reacciona y se dinamiza frente al avance del capitalismo.

Eso abre dos preguntas. Una es: ¿cómo analizas tú la renovación del marxismo desde las agendas decoloniales, que incluyen la afirmación de los pueblos originarios, el feminismo, el ecologismo, la diversidad sexual y de género? Y la otra: ¿qué posibilidades y dificultades ves tú en este en este proceso?

AC: Pregunta bien complicada, porque muchos del pensamiento que se está desarrollando por ahí no se entienden a sí mismos como marxistas, aunque muchas veces lo sean. Gente que incluso se formó con la influencia teórica y política de la teoría de la dependencia, pero que ya no se satisfacen porque tienen de ella la imagen más dura. Con Marx pasa lo mismo. Marx, por ejemplo, dijo en sus escritos coloniales “qué bueno que llegara el capitalismo a América, porque nos iba a permitir avanzar” y ya con eso es suficiente para que se diga “no, marxismo, no”. Entonces hay allí también como una especie de diálogo no bien establecido, muy complicado.

Yo pienso que efectivamente sí es un enriquecimiento del marxismo lo que está ocurriendo con esto. En algunos de los escritos filosóficos de Marx hay como más cercanía con lo que se está pensando aquí desde estos lugares, pero también a Marx le pasó que él tenía una mirada occidental, aunque entendía que había otras cosas; que es un poco también lo de Wallerstein, pues entendía que hay otras cosas, pero no alcanzaba a incorporarlas y mucho menos en esta idea de que yo digo sobre sistemas convivientes. El capitalismo era *el* sistema, era *el* que estaba creciendo, el que estaba abarcando todo. Además, es expansivo. Entonces termina por dominarlo todo, por incorporarlo todo, nunca pensaron que eso no era posible; les cuesta decirlo. Lo que queda, por ejemplo, para ellos es como una reminiscencia del pasado, no un sistema de vida vivo y activo, que se está renovando a sí mismo, sino más bien es lo que queda. Ahí yo sí veo un problema, porque no es lo que queda.

En ese sentido la idea de analizar la realidad, yo decía, desde otros lugares de enunciación. Cuando uno piensa, por ejemplo, en la India o en lugares así con culturas milenarias, fuertes, arraigadas. El mundo es enorme, en la parte del mundo donde podemos encontrar este tipo de culturas todavía, es enorme. En África, en muchos lugares, tú tienes esto y hay muchos transformados, pero cuando uno va a África le pasan cosas muy extrañas. Yo llegué a Senegal y yo dije “acá todo mundo habla francés”. ¡Qué sorpresa! ¡Casi nadie habla francés!, solamente un pequeño grupo que es la élite occidentalizada que asumió la idea del desarrollo y del progreso que trajeron los europeos, pero con el resto de la población no te puedes comunicar en francés, no te entienden ni en inglés, porque eso no les tocó por ahí y así pasa en muchos lugares, incluso en la India. Nosotros conocemos a los investigadores y a los profesores de la India, todos hablan inglés, por supuesto, pero si tú vas un poco más allá, ya no hablan inglés, la gente ya no habla inglés.

Entonces, ¿qué significa eso como entorno cultural y como visión del mundo? Yo insisto mucho en la visión del mundo, porque la manera como piensas las cosas también te indica cómo las vives y ellos las están viviendo de un modo diferente al que el capitalismo propone, porque las viven desde otro lado y se combinan. Parece que sí están, pero al mismo tiempo no están. Tú simplemente ve a un mercado en Senegal, por ejemplo, que acabo de mencionar; en Tailandia, en cualquier lugar, ve al mercado donde la gente del lugar va, donde la gente compra su comida, su ropa, sus cosas. Es otro mundo. Funciona de otra manera.

Eso es a lo que yo me refiero acá y eso es algo que tiene que ver con los estudios del colonialismo, o sea, ¿cómo se crean las estructuras coloniales? ¿Hasta dónde se profundizan? ¿Dónde avanzan? ¿Cómo los pueblos resisten a esas pautas coloniales? Hay cantidad de relatos de cómo los indígenas en México resistían cuando los curas llegan y los obligan a procesar la religión católica e ir a la iglesia. Salen de la iglesia y se van atrás al montecito donde realmente están sus propios ritos, sus propias costumbres y entonces ahí hacen sus ceremonias, religiosas o no religiosas, porque también ellos pensaban de otra manera. Para ellos, no necesariamente había dioses, había fuerzas de la naturaleza y esas eran con las que ellos se comunicaban, les rendían de algún modo homenaje, porque las necesitaban, necesitaban combinar con ella, con la lluvia, ¿no?

Entonces, es algo muy distinto y nunca desapareció, lo siguen haciendo hasta hoy en día, 530 años después. Entonces, ¿qué son esas estructuras coloniales? ¿Hasta dónde avanzan? Efectivamente eso hay que estudiarlo y estudiarlo. Bueno, hay casos muy diversos; a mí no me gusta mucho la perspectiva decolonial. Esa perspectiva decolonial, Mignolo por ejemplo, tiene trabajos valiosísimos, pero su visión es muy

made in USA, a mí me gusta mucho la perspectiva descolonizadora. Yo no le llamo decolonial. Yo pienso que la descolonización la hacen justo estos pueblos subyugados. La hacemos todos juntos, pero con ellos como protagonistas centrales en este proceso. Ahora ¿qué tipos de colonizaciones se hicieron? ¿Será que a nosotros también nos han colonizado? Yo pienso que sí. No solamente nos han colonizado, sino que nos siguen colonizando, es una colonización perpetua en la que estamos. No necesariamente somos población indígena. Esta colonización tecnológica, de las imágenes, de la estética, etc. El capitalismo es colonizador, la dominación es colonizadora y no se restringe al capitalismo. En esa medida, todos tenemos que de algún modo subvertir las pautas colonizadoras que nos están aplicando.

Quizá recuperar a Pablo González Casanova con esta su idea del colonialismo interno, bien interesante porque además fue muy temprana. Es la época también de René Zavaleta Mercado, de Guillermo Bonfil Batalla, que están pensando de otra manera. Es raro, son marxistas, pero no se escucha a Don Pablo decir: “yo soy marxista”. Incluso nunca fue del Partido Comunista, eso es un dato, porque marxista en México era estar en el Partido Comunista. Una mala interpretación o un mal entendimiento, pero iban muy de la mano. Estos pensadores no estaban ahí. Cuando él piensa el colonialismo interno está hablando de colonialismos que no necesariamente son solo entendidos desde el punto de vista étnico, sino que tienen también otras dimensiones. Entonces, creo que ahí tenemos mucho trabajo que hacer y esos pensamientos latinoamericanos son pensamientos que hay que recoger, potenciar, discutir hoy en día.

RE: ¿Podría hablarnos sobre la cuestión del imperialismo y la geopolítica, aspectos que en su trabajo tiene una presencia muy especial? ¿Cómo analizarías la actual etapa histórica en la que se encuentra el imperialismo estadounidense desde el punto de vista de su fuerza tecnológica militar, financiera, política e ideológica?

AC: Cuando yo adopté esta perspectiva de análisis de la geopolítica, lo hice porque a mí no me parecía suficiente entender las cosas de la manera determinista, como se estaba entendiendo. El imperialismo se entendía de un modo muy determinista, muy desprovisto de vida. A mí me faltaba el sujeto en los análisis del imperialismo para valorar qué es lo que estaba ocurriendo en las relaciones de poder en el mundo. A mí me hacían falta los sujetos que estaban moviendo eso para comprender los cambios del proceso. El imperialismo hoy tiene ciertas características, pero no quiere decir que así se va a mantener todo el tiempo, tiene que adaptarse, pues está enfrentando problemas. Está enfrentando escasez material en algunos casos, rebeldía en otros,

competencia, todos los terrenos están en disputa. El sistema de dominación no es algo que se hace una vez y mantiene su estructura, sino que es un permanente ir y venir. Se fue construyendo la posibilidad de confrontar con el poder norteamericano a lo largo de todo un período.

Rusia no hubiera podido, en cualquier momento, atreverse a hacer lo que está haciendo hoy y China no estaría ni siquiera emprendiendo la Ruta de la Seda en caso no se hubiera abierto como antecedente un proceso de construcción, de balance, de equilibrio, de disputa, de ir ganando terreno y cambiando las reglas. Todo esto ha ido haciendo a lo largo de la historia, entonces yo prefiero ubicar las cosas en este terreno. Diría que en el momento contemporáneo hay muchos desafíos teóricos que tenemos y muchos desafíos históricos que tienen los propios protagonistas del proceso. Dentro de los desafíos teóricos tenemos a un sujeto hegemónico que se construyó a lo largo de, por lo menos, los cincuenta últimos años y fue construyendo su poder global, extendiendo sus tentáculos y sus redes hasta llegar al último rincón y, entonces, someter a todos esos lugares y procesos a su propia lógica. Crea un sistema de producción entendida en sentido amplio, de producción y circulación global.

Eso hace que hoy en día esté débil, se debilitó porque tenía a todo el mundo a su servicio, es una de las hipótesis. Por ejemplo, esta idea tiene que ver con el hecho de que se dejó de producir en Estados Unidos, porque en otros lados era más barato. O sea, producían en Sri Lanka y se lo llevaban para donde querían, donde estaba el punto del mercado donde querían colocar la mercancía. ¿Qué pasa con eso cuando, de repente, hay un movimiento de confrontación de sujetos, de confrontación incluso de estructuras donde, de repente, una pandemia se pone en juego como tus propias fuerzas? ¿Cuáles son sus propias fuerzas para un poderoso actor global si el mundo se le fracciona, se le interrumpe, si la pandemia cierra puertas?

Lo que ocurrió con la pandemia fue muy revelador, que no tenían ni cómo fabricar jeringas para las vacunas en Estados Unidos, las tenían que importar de otro lado e importar todo. Era de ellos, son sus propias empresas las que producen en otro lado; pero están en otro lado. Lo territorial empieza a pensarse de una manera distinta. Este aspecto territorial que era la visión del mundo completo como - otra vez vamos con lo de la totalidad del sistema-mundo - un solo territorio donde, por ejemplo, el Pentágono piensa sus comandos militares repartidos en todo el mundo; no le queda pedacitos sin cubrir, ni de tierra, ni de agua. Tiene todo ahí delimitado, pero ¿qué pasa si le cortas y le interrumpes la conexión con alguno de espacios? Entonces, esa globalización tan fantástica que se había logrado, donde todo estaba articulado en función de los intereses de este hegemón de repente empieza a tener fracturas por todos lados. Es ahí donde empezamos también nosotros a tener tremendos desafíos

teóricos. Entonces, ¿qué pasa? Era el dominador del mundo y de repente ya no puede ni con su propio país, resolver sus problemas internos que están pasando.

¿Dejó de ser hegemón? No, no ha dejado de serlo, pero hoy para ser el hegemón, las condiciones son otras y hay otros que sí estaban calculando ese cambio, porque estaban mirando desde lugares fraccionados. O sea, estaban mirando desde el control de la globalidad, de ir construyendo sus propias rutas, sus pasos, como la Ruta de la Seda, cómo vamos avanzando en crearla y se lo plantean de un modo muy curioso porque dicen: “no es que queremos dominar el mundo, pero si queremos tener vínculos con todo el mundo desde nosotros. Ya nos dimos cuenta de que lo principal es estar fuertes y para ser fuertes tenemos que estar sólidos internamente”. Estados Unidos pensó: “para ser fuertes y para ser sólidos tenemos que dominar al mundo”. Se hicieron fuertes y sólidos así hasta que eso fue tan grande que se les cayó el andamiaje. Entonces, creo que estamos en ese momento que no está claro todavía, a pesar de mis largas discusiones desde hace mucho con Carlos Eduardo Martins sobre sobre China, Estados Unidos y todo esto.

Creo que todavía no está claro, pero lo que sí está claro es que ya no tiene el poder que tenía y que para reconstruir ese poder tendría la necesidad de cosas con las que no cuenta en este momento. Su poder hegemónico está hoy en día acotado, siendo muy amenazado desde otros poderes regionales que han crecido con una solidez distinta y que tienen condiciones realmente de poner en entredicho el poder norteamericano.

RE: En este caso de fragmentación del poder global de Estados Unidos, ¿cómo queda la situación de América Latina frente a esa fragmentación? ¿Usted ve alguna posibilidad de más autonomía por parte de América Latina o de algunos países de América Latina? En la crisis del 2008, México se quedó en una situación muy difícil. Para México, en este caso, ¿China figura como una posibilidad para estrechar más los lazos?

AC: En América Latina, incluso cuando mucha gente decía “ya no le interesa a Estados Unidos”, yo siempre insistí en que evidentemente si le interesa, es su territorio de fuerza. América tiene este privilegio geográfico de que es una isla sola y esa isla es importantísima para Estados Unidos. Ahora, el problema hoy en día es que por ahí se le han metido por todos lados relaciones que no quería, que ha habido sublevaciones que no esperaban y que han durado más de lo previsto, que no terminan de ser disciplinadas.

Todo el siglo XXI ha sido una América Latina muy complicada para ellos, su esquema de América para los americanos es un esquema que se ha transformado mucho. Sigue siendo la mayor potencia en este territorio. Sigue teniendo una cantidad

de vínculos gigantesco y de instrumentos de presión también muy grandes. Eso lo va a mantener, está tratando de reforzarlo. Sus empresas están en todos lados, si de repente pudiera Estados Unidos decir “retiramos todos nuestros capitales” de un país, el país se cae, no existe. Ya no hay país. La relación con México es muy complicada, porque aun teniendo una intención, quizá como la tiene el gobierno actual, de disminuir un poco la dependencia con Estados Unidos, no lo está logrando. Desde Estados Unidos le están cancelando todos los proyectos que quiere hacer para, de algún modo, modificar la relación de fuerzas. Acaba de ser cancelada la reforma energética que había metido al Congreso. Todas esas son presiones de fuerzas económicas, políticas y diplomáticas que tiene Estados Unidos en la región, desde siempre. Eso le pasa con todos los países, en cierta medida algunos tienen más margen de maniobra.

También ha sido un periodo muy difícil para Estados Unidos, los últimos 10 años han sido muy complicados. Ha tenido que mover muchas fuerzas militares hacia otras partes del mundo, muchos recursos presupuestales con ellas. Ha tenido el foco en otras regiones, la pelea con China lo desgasta mucho. Con eso aflojó un poquito algunas cosas en América Latina. En estos últimos años ha habido toda esta experiencia de los gobiernos progresistas en varios países de América, yo diría el principal caso, evidentemente, es Venezuela con Chávez. Eso hizo que también perdiera posibilidades de controlarlo todo en esta región y que también por ahí se abrieran puertas para la entrada de otros, que son China, Rusia, pero también Irán, otras coaliciones, los BRICS. Todas esas cosas surgieron en este contexto en que, por un lado, había mucha efervescencia en nuestro continente y, por el otro, mucho desafío que ellos tenían que estar enfrentando. Ahora, ¿esto hasta dónde va a llegar? ¿van a perder el continente? Yo creo que se van a tardar mucho en perderlo. No va a ser fácil quitárselos, se van a defender con todo, están incluso haciendo proyectos de diferentes tipos.

Este proyecto del Corredor Transístmico en México, seguramente ustedes están familiarizados, es un proyecto muy importante para entender la geopolítica de Estados Unidos, porque es un corredor de paso en el comercio mundial, pero es un paso controlado por Estados Unidos, es interno a América del Norte. Es el que conecta el este manufacturero de Estados Unidos con la cuenca del Pacífico. O sea, tiene unas características muy interesantes para ellos, que permitiría que ellos otra vez pusieran ciertas condiciones en el comercio mundial. ¿Qué pasa con ese Corredor Transístmico? También hay empresas chinas trabajando ahí. ¿Eso quiere decir que China está tomando el control del corredor? No. ¿Que está disputando? Sí. ¿Que lo va a tener Estados Unidos? No estamos seguros, tampoco. ¿Qué va a ser un lugar muy disputado en este conflicto, en esta disputa hegemónica? Sí.

Esa es una de las grandes preocupaciones que tenemos en México. Para ver la

relación de Estados Unidos con México, esta presión por hacer el corredor se combina también con establecer ahí la frontera migrante y que sea México quien se ocupe del trabajo con los migrantes, de la retención, etc. Está ocurriendo así, han obligado a México, a través de presiones, a que sea esta la región donde se controle el paso de la migración. Es la región más militarizada del país en este momento, se ha metido dinero del presupuesto mexicano al área militar, al Departamento de Defensa de México, a la Secretaría de Defensa, se ha auspiciado la formación de una Guardia Nacional que no existía, que es el mismo esquema que en Estados Unidos. Se van recursos con los militares, se les da todo con tal de que controlen la región. Eso, en connivencia con las políticas de Estados Unidos, con las presiones de Estados Unidos.

Podemos seguir analizando parte por parte el continente. Hay diferentes maneras de entrar, pero no se van a salir fácilmente de América Latina y el Caribe. Quieren seguir disponiendo, por ejemplo, del litio de México, parte importante de la pelea con la reforma energética, y quieren, por supuesto, el del triángulo del litio, al Sur, en Bolivia, Chile y Argentina. Eso no lo van a descuidar. Quizá están cambiando las prioridades. Como nosotros sabemos, nunca es posible dominarlo todo, siempre hay un diseño estratégico que lleva justo a los puntos neurálgicos, los puntos principales del continente dentro de lo que tiene interés para ellos. Están rehaciendo sus diseños, sus cálculos, pero no lo van a soltar.

Ahora, ¿qué tanto Latinoamérica va a estar dispuesta a seguir soportando presiones? Yo no sé, no veo que los gobiernos sean el espacio de resistencia a esto. Muy ligeramente, serán los gobiernos. Donde veo la posibilidad de resistencia a esta política imperial, continental de los Estados Unidos, es en los pueblos, en las luchas que están ocurriendo tanto con estos grupos de los que hablábamos hace un momento, este mundo indígena que está reclamando sus territorios, sus modos de vida, como los no indígenas que están también haciendo reclamos territoriales muy importantes por los bienes básicos, por ejemplo, por el agua en diferentes territorios. Creo que ahí es donde se le están poniendo límites a estas presiones.

No sé qué tanto se va a poder, porque también lo que es cierto es que matan dirigentes ambientalistas todos los días. En México, por supuesto, los datos de muerte son altísimos y eso también pasa en muchos otros países de América Latina. No está fácil la pelea.

RE: Para finalizar esta excelente entrevista, nos gustaría preguntarte: te referiste a la existencia de un sistema imperialista. El imperialismo no es solamente el resultado de una sola potencia, sino es un sistema vinculado al capitalismo. Sin embargo, en la época contemporánea hay una economía mundial cada vez más compleja y es cada

vez más difícil para una potencia conseguir, desde su posición unilateral, controlar todo el conjunto del sistema mundial. Por eso, se abren espacios de fricción, de confrontaciones. ¿Cómo ves a China y a Rusia? China con su poder económico, Rusia con su poder militar, ¿más como parte de un sistema imperialista global o como ejes de un posible proceso de emancipación de los pueblos del sur, de la construcción de un nuevo eje geopolítico?

AC: Evidentemente no son la ruta de la emancipación para nada, yo los veo como una parte integrante muy importante de este sistema de relaciones de fuerza, de relaciones de poder dentro del capitalismo. Hay sí, una disputa fuerte, veo que hoy en día están en condiciones realmente de disputar, cosa que hace diez años todavía no los veía tan claramente.

El trabajo que han hecho a lo largo de todo este tiempo era un poco la construcción de la posibilidad de la que yo hablaba. Sí, permite que hoy en día los veamos como una amenaza a la conformación, de una especie de coalición que disfruta el gran poder norteamericano; que no es solo de Estados Unidos, que es Estados Unidos más la OTAN, etc. Toda esa estructura de poder que Estados Unidos construyó es la que está haciendo puesta en confrontación frente a estos otros poderes regionales que han logrado crecer lo suficiente para tener dimensión y alcance para disfrutar en el más alto terreno. Rusia avanzó tecnológicamente en el terreno militar muchísimo, tanto que realmente sí puede ponerse frente a frente con Estados Unidos, incluso en algunos terrenos llevarle la delantera. China, pues, desde el punto de vista económico, sin descuidar lo militar. China tiene el ejército más grande del mundo y tiene también tecnología militar. Sí creo la posibilidad de conexión entre los países de esta región; Rusia, China y también algunos otros con menos fuerza, con menos poder, pero que también están dentro de este marco. Están constituyendo ahí un espacio de poder que es muy importante.

Yo me acuerdo mucho de mis discusiones con Giovanni Arrighi sobre eso, porque él estaba tan fascinado con China que de repente era ahí, algo como “con esto íbamos a lograr el paraíso”. Yo creo que se vio con mucha simpatía el momento en que los chinos empezaron a confrontar porque efectivamente sí era un avasallamiento total en que se encontraba el planeta. El momento de mayor éxito de la globalización fue terrible, fue fuerte, el neoliberalismo en pleno, etc. Eso fue algo que hizo pensar que el momento en que China empieza a asomarse, significaba por fin una posibilidad de empezar a hacer contrapesos. Eso no quiere decir que lo que está pretendiendo China es un proceso emancipador en el sentido de “emancipémonos de las relaciones de poder del capitalismo”, para nada. Lo que está planteando es que habrá otro espacio. Lo está

haciendo de manera distinta porque cada uno tiene su geocultura. Cada quien con su cultura, con su historia, algo que para China pesa mucho, lo que están disputando son las relaciones de poder, la cúpula del poder mundial, no están en otro terreno.

Tal vez, todavía no se plantea tan en esos términos porque se plantea como “déjenos a nosotros también nuestro espacio”, pero muy claramente están construyendo el otro Bretton Woods, o sea, vamos con el yuan o vamos con x, como se estructure eso, pero vamos haciendo los equilibrios y vamos confrontando estos terrenos hasta que logremos establecer ahí nuestra primacía que no va a ser de China, que no va a ser de Rusia, que va a ser de todo esto junto, seguramente. Se está conformando así, con los países tal y como los conocemos hoy en día, yo no creo que terminemos el siglo XXI con esta estructura, para nada, eso se está modificando muchísimo, simplemente las guerras que hay en toda la región del Medio Oriente, de los Balcanes, nos están rediseñando el mapa.

Una cosa que, me parece, tenemos que reflexionar también teóricamente es: ¿qué tratamiento le damos a estas pirámides internacionales, que estamos tan acostumbrados a las pirámides construidas desde lo estatal?, ¿qué pasa con las pirámides corporativas?, ¿qué pasa con la relación entre corporaciones y estados?, ¿cuál es la geografía del mundo que estructuran las corporaciones y la geografía del mundo que estructuran los Estados? Se cruzan, son complementarias en muchos sentidos, pero no son lo mismo. Es diferente. Puede ser que la cosa avance más hacia lo corporativo, para una readaptación de las estructuras institucionales a las fuerzas corporativas. Eso no lo descarto para nada.

En muchos estamos pudiendo constatar y en otros no, porque también las corporaciones regresan a pedirle al Estado que dé la cara. La guerra, por ejemplo, está más privatizada. Ya no es que necesito que mi Estado me defienda. La Exxon no necesita que sea el ejército de Estados Unidos que la defienda; cualquier ejército privado le puede servir igual. Cuando tú ves como estructura espacios de poder; las corporaciones de control territorial, de control de población, disciplinarios, etc. están creando otro tipo de organizaciones estatales con diferente carácter. Están ahí jugando estas cartas y en eso van a estar.

Si Estados Unidos de veras empieza a desmoronarse con tanta contracción social interna, ¿qué van a hacer las corporaciones?, dirían “ahora me voy a que China me proteja”? No estoy segura de que van a hacer eso. Van a crear su propia institucionalidad protectora de algún modo, no lo sé, pero es algo que tenemos que ir investigando y pensando. O sea, romper prejuicios teóricos para poder darnos la oportunidad de mirar realmente lo que está ocurriendo en el terreno y no de mantener los esquemas para que la realidad se acople a ellos.

O Atual Dilema Latino-Americano

Vitor Hugo Tonin*, Diógenes Moura Breda**, Evaldo Gomes Junior***, Pietro Caldeirini Aruto****

Resumo: Em seus estudos da antropologia da civilização, Darcy Ribeiro apresentou um arcabouço teórico analítico, após analisar 10 mil anos de história, para explicar a situação brasileira e latino-americana na segunda metade do século XX. A magnanimidade dessa obra se revela na ambição intelectual e na capacidade explicativa da sua época e, principalmente, na potência com que esse arcabouço teórico-analítico nos permite entender a realidade atual: a disputa geopolítica entre EUA e China e o lugar da América Latina nessa situação. Assim, neste artigo buscamos resgatar o pensamento de Darcy Ribeiro não como uma tarefa erudita de um importante autor da história do pensamento social latino-americano, mas como ferramenta analítica para entender e transformar a nossa realidade atual.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Pensamento Crítico. América Latina. Geopolítica. Ciência e Tecnologia.

Resumen: En sus estudios de antropología de la civilización, Darcy Ribeiro presentó un marco teórico analítico, después de analizar 10 mil años de historia, para explicar la situación brasileña y latinoamericana en la segunda mitad del siglo XX. La magnanimidad de esta obra se revela en la ambición intelectual y capacidad explicativa de su época y, principalmente, en la potencia que este marco teórico-analítico nos permite comprender la realidad actual: la disputa geopolítica entre EE.UU. y China y el lugar de Latinoamérica en esta situación. Así, en este artículo buscamos rescatar el pensamiento de Darcy Ribeiro no como una tarea erudita de un autor importante en la historia del pensamiento social latinoamericano, sino como una herramienta analítica para comprender y transformar nuestra realidad actual.

Palabras clave: Darcy Ribeiro. Pensamiento Crítico. América Latina. Geopolítica. Ciencia y Tecnología.

Abstract: In his studies of the anthropology of civilization, Darcy Ribeiro presented an analytical theoretical framework after analyzing 10 thousand years of history to explain the Brazilian and Latin American situation in the second half of the 20th century. The magnanimity of this work is revealed in the intellectual ambition and explanatory capacity of its time and, mainly, in the power with which this theoretical-analytical framework allows us to understand the current reality: the geopolitical dispute between the USA and China and the place of Latin America in this situation. Thus, in this article we seek to rescue Darcy Ribeiro's thought not as an erudite task for an important author in the history of Latin American social thought, but as an analytical tool to understand and transform our current reality.

Keywords: Darcy Ribeiro. Critical thinking. Latin America. Geopolitics. Science and Technology.

* Economista. Mestre em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade pela UFSC e doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP.

** Economista. Mestre em Estudos Latino-Americanos pela UNAM e doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP.

*** Economista. Mestre e doutor em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Professor do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Iedar/Unifesspa).

**** Economista da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável de SC (SDE/SC), mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp).

Introdução

Na segunda quinzena do outubro de 2021, o mundo inteiro estava com os olhos voltados para os Estados Unidos da América (EUA); afinal, no dia 3 de novembro seriam realizadas as eleições presidenciais em que o então presidente Donald Trump enfrentaria sua batalha decisiva contra Joe Biden, que aparecia à frente em todas as pesquisas. Estava em jogo o principal pilar de sustentação e divulgação da ofensiva de ultradireita a nível mundial: o governo de Donald Trump. Entretanto, quinze dias antes da eleição uma comitiva do governo Trump, formada pelo presidente do Conselho de Segurança Nacional e pelo presidente do Eximbank, deixa os EUA para realizar uma visita ao Brasil (BRASIL, 2020). Somente algo que estivesse acima das disputas eleitorais, algo que fosse de interesse de ambos os partidos em disputa nos EUA, ou seja, em que se jogasse a sorte da própria civilização estadunidense, poderia justificar tal movimentação nessa data. Na pauta da visita estava a implantação da tecnologia 5G no Brasil. Os EUA queriam que a adoção do 5G no Brasil fosse realizada sem a participação chinesa, cuja infraestrutura física de rede já estava sendo amplamente adotada pelas operadoras de telefonia no Brasil (EM VISITA..., 2020).

Esse foi apenas um capítulo pitoresco da atual disputa realizada pelos EUA para inviabilizar que a nova civilização chinesa insurgente amplie sua área de influência sobre áreas até então dominadas pelos EUA. É um capítulo do que ficou mais popularmente conhecido como “guerra comercial”, inaugurada de forma mais acintosa por Donald Trump, mas em cuja essência se encontra, na verdade, uma “corrida tecnológica”. Não por casualidade, uma das ações mais contundentes tomadas durante essa disputa foi a prisão da executiva da empresa de tecnologia chinesa durante três anos sob a acusação de supostas violações da lei de sanções dos Estados Unidos (GÓIS, 2021).

Qual é o caráter dessa corrida tecnológica e das disputas comerciais que ela envolve? Por que, após anos de colaboração entre empresas e o próprio governo dos EUA com a China, aquele se volta agora de forma tão contundente contra esta? Principalmente: como reage o governo brasileiro, o Congresso, os partidos políticos e a imprensa diante desse evidente aliciamento do governo dos EUA em relação a algo que deveria ser fruto de uma decisão autônoma, decorrente de um projeto soberano de desenvolvimento? E como vêm se colocando não só o Brasil, mas os demais países latino-americanos diante dessa disputa? Estão se utilizando dela para acelerar seus processos autônomos de desenvolvimento? Ou têm se subordinado de forma errática entre um ou outro país, de acordo com as circunstâncias do momento? Ou, ainda, têm se mantido fiéis ao seu histórico dominador do Norte, independentemente da sua flagrante desvantagem tecnológica nessa disputa?

No final dos anos 1960, Darcy Ribeiro queria entender por que o projeto de desenvolvimento autônomo que vinha sendo proposto – e, ainda que de forma errática, vinha sendo trilhado – pelo Brasil e outros países latino-americanos desde os anos 1930 foi derrotado por ditaduras reacionárias que colocaram esses países novamente na trilha da modernização reflexa. Por que os povos latino-americanos, incorporados à história de forma subordinada e reflexa pelos últimos 500 anos, continuam se negando a seguir a trilha da autonomia e da soberania?

Para responder essa pergunta com a radicalidade de quem havia sido um dos principais dirigentes políticos do processo derrotado, Ribeiro resolveu estudar como os povos evoluíram social e culturalmente nos últimos 10 mil anos. Com esse estudo, acreditava poder criar uma teoria da evolução sociocultural dos povos e das nações. Esse projeto de pesquisa foi batizado de “Antropologia das Civilizações”, cujo primeiro volume, chamado *O Processo Civilizatório*, data de 1968.

O objetivo desse primeiro volume é de “[...] proceder a uma revisão crítica das teorias da evolução sociocultural e propor um novo esquema do desenvolvimento humano” (RIBEIRO, 1975, p. 1) que seja capaz de explicar “[...] as causas do seu desenvolvimento desigual e as perspectivas de autossuperação que se abrem aos mais atrasados” (RIBEIRO, 1975, p. 7). Ou seja, propõe-se a nada menos do que inventar uma nova teoria da história. Por isso, nosso primeiro passo neste artigo será expor essa teoria criada por Darcy Ribeiro. Em seguida, vamos demonstrar a capacidade analítica dessa teoria ao analisar o atual momento geopolítico e as disputas em torno do novo padrão tecnológico. Em terceiro lugar, antes de apresentar nossas conclusões, buscamos verificar as ações que os países latino-americanos, a partir de suas condições internas, têm realizado para enfrentar essa situação de forma autônoma e soberana. Por fim, nas conclusões, retomamos os dois objetivos deste artigo: a capacidade analítica e transformadora do marco teórico criado por Darcy Ribeiro e as possibilidades que se abrem aos países latino-americanos na situação atual.

A antropologia das civilizações: revolução tecnológica, processo civilizatório e formações socioculturais. Como as sociedades se sucedem?¹

A tarefa mais ambiciosa e mais ousada que enfrentei na vida foi compor meus estudos de antropologia da civilização. (RIBEIRO, 1981, p. 501).

Em *O Processo Civilizatório*, Darcy Ribeiro investiga o impacto das *revoluções tecnológicas* (RTs) sobre as organizações sociais, conformando *formações socioculturais*

¹ Esta seção tem como base Aruto (2009).

(FSC) particulares. A depender de como essas formações socioculturais se relacionam com as novas técnicas produtivas e fontes de energia, elas podem entrar em período histórico de *aceleração evolutiva* (AE), quando povos que existem para si mesmos renovam autonomamente seu sistema produtivo, ou podem sofrer uma atualização ou *incorporação histórica* (IH), quando povos são engajados compulsoriamente em sistemas tecnológicos superiores, mas apenas como *modernização reflexa* (MR), pois implica a perda de sua autonomia (RIBEIRO, 1975). Por entender que esse é o dilema histórico-fundamental a que os povos americanos estão submetidos e a chave explicativa para a atual conjuntura geopolítica mundial, sobretudo com a iminência de uma nova revolução tecnológica, esta seção procura apresentar o esquema conceitual de Darcy Ribeiro quanto à revolução tecnológica e o processo civilizatório.

O esquema global formulado por Ribeiro (1975) resulta da análise da evolução dos povos humanos nos últimos 10 mil anos, situando-os dentro do *continuum* do desenvolvimento sociocultural. Para tanto, esse esquema geral teve como base contribuições da arqueologia, etnologia, história, e dos estudos clássicos de evolucionistas que trataram do tema, como Lewis Morgan, Friederich Engels, Karl Marx, Gordon Childe, entre outros. Revendo esses trabalhos clássicos e as contribuições dos vários campos das ciências sociais, Ribeiro chega à conclusão de que, para cumprir o objetivo a que se havia proposto, era necessário formular um novo arcabouço conceitual, o que revestiria de um novo significado o conceito de formação econômico-social, tão caro à teoria marxista.

Dentro da sua revisão crítica, Ribeiro (1975) afirma que os trabalhos de Engels e Marx foram os pioneiros em formular um esquema geral de evolução das sociedades. Contudo, entre os dois há uma concepção distinta de evolução social. Engels, em *Origem da Família, Propriedade e do Estado*, segundo Ribeiro, “[...] concebia a evolução como uma sequência linear de estágios que iriam do comunismo primitivo ao escravismo, ao feudalismo, ao capitalismo e, finalmente, ao socialismo” (RIBEIRO, 1981, p. 28). Segundo o autor, essas categorias se mostram insuficientes, pois relacionaram as estruturas de ordenação social com a conscrição da força de trabalho. Com isso, caíram em dois erros: 1) ataram todos os povos a uma linha histórica evolutiva única (escravismo – servidão – assalariamento); 2) deformaram teoricamente as estruturas peculiares dos povos pré-capitalistas².

Darcy Ribeiro (1975) monta, então, o seu arcabouço conceitual dentro de certos pressupostos teóricos, a partir dos quais a história das sociedades humanas pode ser

2 Em Marx, sobretudo com os rascunhos de *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, esse esquema linear não está presente, mostrando que o rompimento evolutivo pode se dar sob várias feições, estabelecendo as pluralidades das formações econômico-sociais e dos modos de transição.

explicada através de uma sucessão de revoluções tecnológicas (RTs) e de processos civilizatórios (PCs). As revoluções tecnológicas consistem no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar e exercem um efeito decisivo no desenvolvimento das sociedades e suas culturas, a partir da forma com que estas entram em contato com essas tecnologias.

Empregamos o conceito de revolução tecnológica para indicar que a certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, correspondem alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro do *continuum* da evolução sociocultural. Dentro dessa concepção, supomos que ao desencadeamento de cada revolução tecnológica ou à propagação de seus efeitos sobre contextos socioculturais distintos, através dos processos civilizatórios, tende a corresponder a emergência de novas formações socioculturais. (RIBEIRO, 1975, p. 34).

Portanto, a formação sociocultural é definida, em última instância, pelo conjunto de técnicas produtivas e militares de uma determinada nação, o que Ribeiro chamou de sistema adaptativo. Entretanto, esse sistema adaptativo, muitas vezes comum a mais de uma nação, não necessariamente se difunde igualmente em todos os povos. Isso porque essa difusão irá depender i) dos sistemas associativo e ideológico de cada nação e ii) da forma ele é difundido entre os povos, isto é, do tipo de relação socioeconômica existente entre as nações. Assim, o conceito de processo civilizatório permite abordar conjuntamente a diversificação e a homogeneização da evolução das sociedades, como resultado das invenções tecnológicas originais e da adoção do desenvolvimento alcançados por outros povos. Em síntese, Ribeiro utiliza, em conjunto com as noções de revolução tecnológica, o conceito de formação sociocultural como um modelo teórico de resposta cultural a essas revoluções.

Concebemos a evolução sociocultural como o movimento histórico de mudança dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, que se dão devido às revoluções tecnológicas sobre sociedades concretas, tendentes a conduzi-las à transição de uma etapa evolutiva a outra, ou de uma a outra formação sociocultural. Empregamos esta última expressão para designar as etapas evolutivas enquanto padrões gerais de enquadramento sociocultural dentro dos quais se desenvolve a vida dos povos. Ou seja, em outras palavras, como modelos conceituais de vida social, fundados na combinação de uma tecnologia produtiva de certo grau de desenvolvimento, com um modo genérico de ordenação das relações humanas e com um horizonte ideológico, dentro do qual se processa o esforço de interpretação das próprias experiências com um nível maior ou menor de lucidez e de racionalidade (RIBEIRO, 1975).

As revoluções tecnológicas e os seus consequentes processos civilizatórios correspondem, assim, à emergência de novas formações socioculturais. Neste sentido, Ribeiro (1975) elenca oito revoluções tecnológicas ao longo da evolução social. No entanto, a sucessão dessas revoluções tecnológicas deve ser interpretada juntamente com o conceito de processo civilizatório, para se atingir uma totalidade do processo evolutivo. Isso porque não é a “invenção genial” de poucas tecnologias ao longo da história humana que produz as suas consequências socioculturais: “O fato de atribuir-se um poder determinante às inovações tecnológico-produtivas e militares não exclui a possibilidade de atuação de outras forças dinâmicas” (RIBEIRO, 1975, p. 24-25). Para Ribeiro, em determinadas escalas de tempo, é necessário um nível de abstração que identifique “[...] o poder condicionante das formas de ordenação da vida social [...] [e] de certos conteúdos do sistema ideológico [...] sobre a tecnologia, e através dela, sobre a estrutura social” (RIBEIRO, 1975, p. 24-25). E é nesse nível de abstração que se encontra o conceito de formação sociocultural que articula os três sistemas elaborados por Ribeiro: o adaptativo (técnicas de produção), associativo (relações sociais) e ideológico.

Segundo nosso modo de ver, a evolução sócio-cultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Estas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem pela primeira vez, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social com conteúdos ideológicos correspondentes. Em termos marxistas, o processo pode ser descrito como uma ruptura provocada por contradições tornadas antagônicas entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, rupturas essas que acionam o trânsito de uma formação econômico-social a outra. (RIBEIRO, 1978, p. 23).

Dessa forma, o autor elenca treze processos civilizatórios correspondentes às revoluções tecnológicas, nas quais se cristalizam distintas formações socioculturais. Reproduz-se na Figura 1 o quadro em que está resumida a análise evolutiva do autor.

Figura 1: Sequências básicas da evolução sociocultural em termos de revoluções tecnológicas, de processos civilizatórios e de formações socioculturais

<i>Revoluções Tecnológicas</i>	<i>Processos Civilizatórios Gerais</i>	<i>Formações Sócio-Culturais</i>	<i>Paradigmas Históricos</i>
I Revolução Agrícola	1º Revolução Agrícola	Aldéias Agrícolas Indiferenciadas	Tupinambá (Séc. XVI) Guaná (Séc. XVIII)
	2º Expansão Pastoril	Hordas Pastoris Nômades	Kirguis (Séc. XX) Guaikuru (Séc. XVIII)
II Revolução Urbana	3º Revolução Urbana	Estados Rurais Artesanais Coletivistas	Urartu (Séc. X aC) Mochica (Séc. II)
	4º Expansão Escravista	Estados Rurais Artesanais Privatistas	Penícios (Séc. XX aC) Kushan (Séc. V aC)
	5º Segunda Expansão Pastoril	Chetias Pastoris Nômades	Hiksos (Séc. XIII aC) Hunos (Séc. IV)
III Revolução do Regadio	6º Revolução do Regadio	Impérios Teocráticos de Regadio	Egito (Séc. XXI aC) Incas (Séc. XV)
IV Revolução Metalúrgica	7º Revolução Metalúrgica	Impérios Mercantis Escravistas	Grécia (Séc. V aC) Roma (Séc. II)
V Revolução Pastoril	8º Revolução Pastoril	Impérios Despóticos Salvacionistas	Islão (Séc. VII) Otomano (Séc. XV)
VI Revolução Mercantil	9º Revolução Mercantil	Impérios Mercantis Salvacionistas	Ibéria (Séc. XVI) Rússia (Séc. XVI)
		Colonialismo Escravista	Brasil (Séc. XVII) Cuba (Séc. XVIII)
	10º Expansão Capitalista	Capitalismo Mercantil	Holanda (Séc. XVII) Inglaterra (Séc. XVII) Indonésia (Séc. XIX) Guianas (Séc. XX)
		Colonialismo Mercantil	USA (Séc. XVIII) Austrália (Séc. XIX)
VII Revolução Industrial	11º Revolução Industrial	Imperialismo Industrial	Inglaterra (Séc. XIX) USA (Séc. XX)
		Neocolonialismo	Brasil (Séc. XX) Venezuela (Séc. XX)
	12º Expansão Socialista	Socialismo Revolucionário Socialismo Evolutivo Nacionalismo Modernizador	URSS (1917) China (1949) Suécia (1950) Inglaterra * (1965) Egito (1953) Argélia (1962) Sociedades Futuras
VIII Revolução Termonuclear	13º Revolução Termonuclear		

Fonte: Ribeiro (1975)

Cada processo civilizatório gera duas vias de desenvolvimento, definidas a partir da maneira como ocorre o contato dos povos com a tecnologia. Na aceleração evolutiva, a progressão das etapas socioculturais se realiza de maneira autônoma, com renovação do sistema produtivo e reformas sociais conduzidas pela inovação tecnológica, ou seja, são os povos que existem para si mesmos. Foi o caso dos países ibéricos, que se conformaram como impérios mercantis salvacionistas durante o primeiro processo civilizatório desatado pela revolução tecnológica mercantil; do capitalismo mercantil de Holanda e Inglaterra já no segundo processo civilizatório gerado por essa mesma revolução tecnológica mercantil; ou ainda pelo imperialismo industrial

representado pelos EUA e pela Inglaterra no primeiro processo civilizatório desatado, após a Revolução Tecnológica Industrial.

Na incorporação ou atualização histórica, povos atrasados – com um sistema produtivo e tecnológico atrasado em relação aos outros povos com que entram em contato – são tolhidos à produção de excedentes para o centro, ou seja, o contato com a nova tecnologia se realiza pela modernização reflexa, garantindo a manutenção dos povos atrasados como apêndices dos povos adiantados. É o caso das formações coloniais escravistas, coloniais mercantis e coloniais de povoamento estabelecidas durante os dois processos civilizatórios resultantes da revolução mercantil; e também das formações neocoloniais, forjadas, em alguns casos, por processos de industrialização recolonizadora, durante o processo civilizatório desatado pela Revolução Tecnológica Industrial.

A integração desses dois polos ocorre na expansão dos núcleos detentores das novas tecnologias sobre os povos estranhos a elas. A interação desses povos atrasados com a nova tecnologia, por meio dessa incorporação histórica, se dá despoticamente. Forma-se um sistema econômico integrado, com polos formando uma contraparte, porém o que nutre essa relação é o estabelecimento de relações econômicas assimétricas.

Em resumo, a evolução sociocultural elaborada por Ribeiro (1975) se apresenta como etapas evolutivas expressas em formações socioculturais, cuja origem está no desenvolvimento de sucessivas revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios. Essa evolução é entendida dentro de um movimento de progressões e regressões culturais, por meio de “modernizações reflexas” e “acelerações evolutivas”. O princípio fundador desse processo está nas revoluções tecnológicas e no fato de elas se apresentarem de maneira única, seja em relação às sociedades que as desenvolveram de maneira autônoma, nas atualizadas historicamente, ou mesmo naquelas que reviveram essas tecnologias séculos após o seu surgimento em outro “tempo-espaço”.

Darcy Ribeiro elaborou uma rigorosa tipologia da evolução sociocultural dos povos. Contudo, em nenhum momento essa tipologia pode ser confundida como uma abordagem funcionalista ou determinista. Pelo contrário, a classificação que ele propôs estava integrada a uma teoria social-histórica ampla, mas que necessitava investigações particulares posteriores e que se assentava, acima de tudo, nas relações sociais. Por isso mesmo, a via de aceleração histórica não é uma via única, assim como não o é a via da modernização reflexa. Quer dizer, as nações podem transitar de uma via a outra a depender de como se enfrentam com as restrições externas, que por sua vez dependem das estratificações sociais internas e suas respectivas relações de poder. Assim como os impérios mercantis salvacionistas ibéricos trilharam a via da aceleração evolutiva durante o primeiro processo civilizatório desencadeado pela revolução mercantil, mas trilharam a via da modernização reflexa no processo civilizatório se-

guinte, países como a Rússia e a China, que haviam se modernizado de forma reflexa durante o primeiro processo civilizatório da Revolução Industrial, conseguiram sua aceleração evolutiva no segundo processo civilizatório desencadeado nessa mesma RT (ver Figura 1).

Percebe-se, portanto, como essa antropologia das civilizações ilumina o tema do desenvolvimento nacional. Ela retirou o tema de visões funcionalistas e, sem cair em relativismos, estabelece uma análise totalizante que se funda na forma como as sociedades se relacionam com a natureza para se reproduzirem materialmente condicionada às relações sociais e à dominação política e ideológica. Para os povos americanos que foram desde 1500 incorporados historicamente nos processos civilizatórios pela via da modernização reflexa, é particularmente importante perceber como é possível transitar desta para a via da aceleração evolutiva. Para isso é necessário entender primeiro o que está acontecendo atualmente no sistema produtivo e tecnológico mundial.

○ atual processo civilizatório e a revolução tecnológica iminente

A revolução Termonuclear só se fará sentir, efetivamente, como a nova força conformadora da história, quando fizer suceder à tralha industrial moderna toda a prodigiosa parafernália que hoje se encontra no nível de projetos ou de potencialidades ou de objetos, instrumentos, máquinas e motores de uso limitado. (RIBEIRO, 1975, p. 192).

Em sua antropologia das civilizações, Ribeiro se arriscou em um certo futurismo ao afirmar que estava em curso uma nova revolução tecnológica. A discussão sobre ela, batizada como revolução termonuclear, e sobre os distintos processos civilizatórios que ela desata são o elemento mais importante para a análise da condição atual mundial e da região latino-americana. O autor vislumbrava, ao cunhar aquele conceito no final da década de 1960, a emergência do paradigma tecnológico que daria uma nova cara ao processo de acumulação capitalista mundial, reconfigurando os centros imperialistas, as periferias dependentes e as formações socialistas. Em grande medida, o estado atual da economia mundial capitalista decorre, estruturalmente, dos processos desatados pela transformação das forças produtivas daquele momento. Também é a partir da compreensão desse processo que poderemos nos perguntar se há, atualmente, uma nova revolução tecnológica em curso.

Diversos intelectuais buscaram teorizar sobre as transformações tecnológicas ocorridas na segunda metade do século XX. O fenômeno foi apreendido a partir de distintas teorias e sintetizado em diversos conceitos, entre os quais figuram, além do

conceito cunhado por Ribeiro, os de revolução científico-técnica (RICHTA, 1972; DOS SANTOS, 1983), terceira revolução industrial (MANDEL, 1982) e, mais tarde, os conceitos de paradigma eletroinformático (CECENÑA; BARREDA, 1995), sociedade em rede (CASTELLS, 1999), sociedade do conhecimento e capitalismo informático (DABAT, 2009), entre outras denominações. Há, no entanto, que se reconhecer o ineditismo da discussão presente no *Processo Civilizatório*, publicado em 1968, a respeito do tema, pelo menos no Brasil, e muito provavelmente na América Latina. No mesmo ano, na Tchecoslováquia, o grupo de cientistas dirigido por Radovan Richta publicava o clássico *Economia Socialista e Revolução Tecnológica*, com teses bastante parecidas com as do livro de Ribeiro³. Só alguns anos depois, com as traduções ao português e ao espanhol desse livro, é que o caráter revolucionário das transformações ocorridas nas forças produtivas passa a ser trabalhado sistematicamente por intelectuais da região latino-americana.

A revolução termonuclear emerge, para Ribeiro, após a Segunda Guerra Mundial, como resultado de um acúmulo de inovações relacionadas à energia nuclear e à eletrônica, acúmulo esse que vinha ocorrendo desde o final do século XIX, mas que adquirira impulso durante o período das duas grandes guerras, produzindo uma série de transformações irruptivas que justificaria qualificar esse processo como uma revolução tecnológica (RIBEIRO, 2006). Ribeiro é, porém, cauteloso e afirma que a revolução termonuclear apenas dava seus primeiros passos naquele momento e poderia ter os mais variados desdobramentos.

O núcleo tecnológico dessa revolução estava, para Ribeiro, sobretudo nos “dispositivos eletrônicos ultra-rápidos” e, além disso, nas fontes de energia e armas termonucleares, nos aviões a retropropulsão e nas baterias solares (RIBEIRO, 2006, p. 232). A identificação correta do elemento estratégico dessa revolução tecnológica – a eletrônica – fica, no entanto, oculta sob o adjetivo *termonuclear*, utilizado por Ribeiro para denominá-la. Sugerimos, portanto, a denominação de *revolução eletronuclear*, que integra os avanços da eletrônica – e sobretudo da microeletrônica – e o papel estratégico da energia nuclear, sobretudo em seu aspecto militar.

No fundamental, porém, Ribeiro está correto em sua caracterização. De fato, a eletrônica – mais precisamente seu progresso subsequente, a microeletrônica – e seu

³ As teses de ambas as obras são bastante convergentes, sobretudo i) a ideia de que a nova revolução em curso tornaria a ciência uma força produtiva social de primeira ordem; ii) e a convicção de que as formações socialistas seriam as mais preparadas para desenvolver as potencialidades contidas no corpo de teorias e tecnologias emergentes. Ambos os autores parecem estar, nesse momento, bastante influenciados pelo trabalho do marxista inglês John Bernal, em particular pela ideia da transformação da ciência em força produtiva a partir do final da Segunda Guerra Mundial (BERNAL, 1976), e de Samuel Lilley (1966).

complemento – a informática – foram os elementos fundamentais da revolução tecnológica em gestação naquele período, elementos esses que condicionaram a transformação de todos os demais setores produtivos da economia mundial. Da mesma maneira, assim como Richta (1972), Ribeiro destacou o novo papel que a ciência passava a cumprir no plano da evolução sociocultural a partir daquele momento. Ao fundir-se com a tecnologia, afirma o autor, a ciência deslocava-se do plano ideológico, onde operara fundamentalmente até então, para o plano adaptativo, ou seja, passava a assumir a condição de agente mais eficaz de transformação da natureza e das sociedades (RIBEIRO, 2006).

O que Ribeiro e Richta observam, e em grande medida antecipam, é o surgimento de um novo ciclo de automação do processo de trabalho, que substituiria não mais somente a capacidade manual de trabalho, mas também diversas capacidades intelectuais de controle e regulação do processo produtivo. Com “[...] a retirada da força de trabalho humano dos processos diretos de produção” (RICHTA, 1972, p. 17), restaria ao ser humano a intervenção nas fases pré-produtivas, de preparação tecnológica e pesquisa científica, que assumiriam, então, um papel decisivo no desenvolvimento das forças produtivas. Como a ciência é, necessariamente, um processo cumulativo e coletivo, o que estaria assumindo um papel decisivo não seria nada menos do que o “conhecimento da natureza por parte do homem”, ou “os conhecimentos coletivos da sociedade” (RICHTA, 1972, p. 19), embora amplamente monopolizados pelas potências imperialistas e suas multinacionais.

Contudo, talvez seja nas perspectivas de reorganização da divisão internacional do trabalho onde Ribeiro definiu com mais acurácia as consequências da revolução eletronuclear. Se em *O Processo Civilizatório* nota-se um grande otimismo com os avanços tecnológicos em curso e com a incapacidade do capitalismo de contornar a contradição explosiva entre as novas forças produtivas e as relações sociais de produção vigentes⁴, em *O Dilema da América Latina*, publicado pela primeira vez três anos depois, fica bastante evidente que os riscos que Ribeiro havia levantado no livro anterior passam a ser interpretados como fatos consumados, resultados de fatores muito poderosos que guiavam a revolução eletronuclear por caminhos muito parecidos aos das anteriores: a aceleração evolutiva de um punhado de países, alçando-os à condição de centros expansivos, ao redor dos quais orbitam nações periféricas, frutos de uma renovação da condição de dependência (RIBEIRO, 1978).

4 O otimismo de Darcy com a Revolução Eletronuclear fica nítido neste trecho: “[...] à medida que essas promessas entrem a cumprir-se, terá início um novo movimento do processo evolutivo pela morte da economia da escassez e o advento da economia da abundância, no bojo da qual deverão transmutar-se todas as formas atuais de estratificação social” (RIBEIRO, 1975, p. 191).

Entre todos os fatores de desvio⁵, o mais importante, o instrumento dinamizador de um novo processo de incorporação histórica, era a emergência das empresas multinacionais, as quais, embora representassem, como expressão do nível de monopolização do capital naquele momento, o mais alto nível de aplicação da ciência à produção, também eram os instrumentos através dos quais se administrava as tensões que o novo impulso de desenvolvimento das forças produtivas projetava sobre as relações de produção mundiais (RIBEIRO, 1978). Em especial, Ribeiro considerava as multinacionais – monopolizadoras de tecnologia e de preços – os principais agentes do processo de “industrialização recolonizadora”, que provocaria mais um ciclo de modernização reflexa nas sociedades periféricas. O autor se referia aos processos de industrialização pesada de alguns países de maior desenvolvimento capitalista relativo da periferia, tais como o Brasil e México na América Latina, que, se bem modernizaram sua estrutura produtiva, resultaram num aumento da dependência e da distância que os separava dos países imperialistas. Percebe-se, aqui, a conexão de Ribeiro com os debates da época sobre a dependência e o subdesenvolvimento.

Os processos civilizatórios que Ribeiro vislumbra em *O Dilema da América Latina* estão relacionados i) à renovação do imperialismo estadunidense e à modernização reflexa das sociedades periféricas; ii) às tensões internas ao campo socialista, em particular ao conflito sino-soviético, que opunha um socialismo maduro e pouco dinâmico – o soviético – a um socialismo juvenil e imbuído de ímpeto revolucionário – o chinês (RIBEIRO, 1978). Por um lado, o autor definiu o processo civilizatório em curso como uma etapa de unificação e homogeneização das forças produtivas tendente a incorporar todos os povos em uma estrutura superimperialista coordenada pelos EUA (RIBEIRO, 2006). Essa unificação das forças produtivas operava em favor do centro imperialista, como já discutimos, mas, mesmo dentro das sociedades desenvolvidas, haveria tensões importantes. A operacionalização da revolução eletrônica dentro dos limites do capitalismo dava a ela um caráter privatista e antievolutivo, destinado a preservar o sistema capitalista. A situação defensiva a que estavam obrigados a principal potência imperialista e os demais países desenvolvidos, em razão da pressão sobre as relações de produção que as novas tecnologias exerciam, fazia das possibilidades virtuosas da revolução tecnológica o seu oposto, forças degradantes e deformadoras da própria estrutura capitalista (RIBEIRO, 1978).

5 O conjunto orgânico da dominação englobava os seguintes aspectos: a aplicação eminentemente militar da revolução eletrônica; os interesses privatistas nos países industrializados centrais; a dominação econômico-empresarial dos EUA exercida sobre os demais centros industriais capitalistas, compelindo-os a atuar da mesma maneira, não ensejando qualquer revisão dos mecanismos de intercâmbio internacional; e a expansão das grandes empresas multinacionais, convertidas em instrumento da industrialização recolonizadora (RIBEIRO, 1978).

Para Ribeiro, esse é o caminho pelo qual enveredava a América do Norte, degradando a sua própria sociedade para evitar qualquer renovação estrutural mundial.

Por outro lado, Ribeiro identificou os antagonistas desse processo, aqueles que estariam em condições de utilizar virtuosamente as potencialidades da revolução eletrônica. Tais contendores seriam os movimentos revolucionários na América Latina e em outras regiões subdesenvolvidas, e também os países socialistas, em especial a China, já que a política soviética de apaziguamento havia levado “[...] à aceitação tácita da limitação da área de influência do campo socialista e à redução de sua capacidade de apoio aos movimentos de emancipação dos povos subdesenvolvidos” (RIBEIRO, 1978, p. 34). Países como Cuba e China, por sua vez, mantinham seu caráter insurrecional e renovador. No caso da China, Ribeiro reconhecia suas “[...] irreduzíveis aspirações de auto-expressão como superpotência” (RIBEIRO, 1978, p. 34) e vislumbrava que “[...] depois da década de 70, quando começarem a realizar-se as potencialidades chinesas, surgirá uma nova configuração internacional de grandes potências em disputa” (RIBEIRO, 1978, p. 39).

Em que medida as antecipações de Darcy Ribeiro se confirmaram? Os anos em que Ribeiro publica *O Processo Civilizatório* e *O Dilema da América Latina* são também os anos da crise mundial capitalista que encerrou o ciclo de acumulação do segundo pós-guerra. O fim desse ciclo também marcou o ocaso do modelo de produção conhecido como fordista, depositário das tecnologias criadas pelo impulso acelerativo ao interior da Revolução Industrial no final do século XIX (cadeia de produção, taylorismo, separação entre as fases de concepção e execução) e que tinha sua materialização na grande empresa multinacional, com suas matrizes e subsidiárias⁶. Desse declínio emergiram as novas formas de produção assentadas nas tecnologias provenientes da aplicação da microeletrônica, que progressivamente se generalizaram a todas as esferas da reprodução capitalista.

A saída tecnológica que o capital encontrou para fazer frente à crise dos anos de 1970 é totalmente tributária dos desenvolvimentos tecnológicos do pós-guerra identificados por Ribeiro. Parece-nos, inclusive, mais coerente indicar o início da

⁶ “La producción masiva que tantos beneficios reportó al capital -tanto en la desvalorización de la fuerza de trabajo como en la lucha intercapitalista, apoyando la concentración del capital-, comenzó a enfrentar una paulatina saturación de mercados y una disminución en el ritmo de desvalorización. La estabilidad productiva lograda a través de los convenios colectivos y las altas tasas de productividad, apareció excesivamente rígida al modificarse los términos del concierto entre las clases. La rigidez de la cadena dificultó la disminución de obreros involucrados. La cadena tenía poca versatilidad y a pesar de sus enormes virtudes manifiestas en el periodo de auge, se mostró poco adaptable para enfrentar los momentos de recesión. Este cuello de botella dio lugar a intensas investigaciones y, finalmente, al desarrollo de las fuerzas productivas particularmente expresado por la microelectrónica y, con ello, a la flexibilidad tecnológica reclamada por los procesos productivos” (CECENA, 1990, p. 36).

revolução tecnológica definida como Eletronuclear nesse momento, em que ela deixa de ser potencialmente transformadora e passa a ser efetivamente fonte de reconfiguração da produção capitalista no âmbito mundial. De fato, se pensarmos em seu núcleo estratégico, a eletrônica, como pensa Ribeiro, o momento de virada é quando o computador – a unidade entre a microeletrônica e a informática – passa a se generalizar dentro da produção capitalista e permite a digitalização e automação de amplos setores da economia e, a partir dessa transformação, abre o caminho para a superação da crise capitalista mundial da década de 1970, visto que amplia em extensão e profundidade a subsunção do trabalho ao capital e possibilita, em consequência, uma recuperação do processo de valorização no âmbito mundial. Isso ocorre a partir da metade da década de 1970, e não logo após a Segunda Grande Guerra⁷. Essa antecipação no tempo dos efeitos da revolução tecnológica que se vislumbrava não foi realizada apenas por Ribeiro. Richta e Mandel fizeram o mesmo ao tratarem como generalizados processos que só se difundiram décadas depois⁸. A pesquisadora mexicana Ana Esther Ceceña também identifica a emergência de um novo paradigma tecnológico, o *paradigma eletroinformático* (CECEÑA; BARREDA, 1995), fundado na microeletrônica e na informática a partir da metade da década de 1970, desatando um processo de *automação dos circuitos de produção e circulação do capital* (CECEÑA, 1990).

A transformação generalizada da economia mundial que ocorre nesse momen-

7 Apesar de os primeiros circuitos integrados de materiais semicondutores terem sido criados no final da década de 1950, é somente com a produção em escala comercial do microprocessador e das memórias que a automação e a flexibilização do processo produtivo assumem relevância em escala global. Até a metade da década de 1970, as tecnologias de automação industrial dominantes, tanto na área capitalista quanto na área socialista do sistema mundial, eram as máquinas-ferramenta de controle numérico (CN), cujas instruções eram fornecidas através de cartões ou fitas perfuradas, o que lhes conferia pouca flexibilidade. Por sua vez, a automação dos serviços era rara nesse período. Com a produção do microcomputador em escala comercial, o que ocorre em meados da década de 1970, e sua integração ao controle numérico e às demais ferramentas de trabalho – dando origem aos robôs –, além de sua entrada em vastos setores não industriais, a automação assume um papel protagônico na produção.

8 Em uma crítica acertada ao conceito de *terceira revolução tecnológica* elaborado por Mandel apenas alguns anos depois das publicações de Ribeiro e Richta – e que tem paralelos com o conceito de *revolução eletronuclear* –, Singer critica essa tendência dos autores da época: “Na realidade, a onda longa de tonalidade expansionista, que se inicia com a Segunda Guerra Mundial nos EUA e após o término da mesma nos demais países industrializados, se deve muito mais aos efeitos da segunda revolução tecnológica do que aos da terceira, cuja essência (segundo Mandel) consiste no desenvolvimento da energia nuclear e da automação. O que dominou a dinâmica do período 1945/67 não foi nem uma nem outra dessas inovações tecnológicas, mas a grande expansão das indústrias produtoras de bens duráveis de consumo (sobretudo do automóvel), de produtos petroquímicos, insumos industriais para a agricultura, de meios de transporte (navios e aviões) e de armamentos, além do crescimento da aviação comercial, da mecanização da construção civil etc. etc. Inegavelmente, esse período foi dominado por notável dinamismo tecnológico, sobretudo pela criação de novos produtos, mas nem a energia nuclear nem a automação podem ser consideradas seus traços dominantes” (SINGER apud MANDEL, 1982, p. XIX-XX).

to, tendo seu núcleo tecnológico na microeletrônica e na informática, também reconfigura as modalidades de exploração da força de trabalho e a forma da divisão internacional do trabalho. Há uma ampliação do alcance (subsunção) em extensão e profundidade do modo de produção capitalista. A queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (e o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu) é um dos fatos centrais desse processo, tanto por eliminar da disputa hegemônica o maior rival dos EUA durante o século XX, como por colocar à disposição do capital uma força de trabalho bem treinada, um conjunto estratégico de matérias-primas e um mercado consumidor amplo. Mas também outro elemento importante é a crise dos projetos de industrialização na periferia capitalista, que abre amplos espaços de acumulação para os capitais do centro do sistema. Tudo isso ocorre sob o pano de fundo da extensão da automação a vastos campos da produção que, juntamente com uma ofensiva política, quebra a resistência da classe trabalhadora, eleva as taxas de exploração, flexibiliza o processo produtivo e permite ao capital recuperar suas taxas de lucro e iniciar um novo ciclo de expansão.

Como consequência, há uma redefinição da divisão internacional do trabalho. Passa-se da instalação de filiais de multinacionais ao redor do mundo como principal estratégia de internacionalização do capital para uma segmentação produtiva que se aproveita – em função da flexibilidade proporcionada pelas novas tecnologias de produção e comunicação⁹ – da heterogeneidade da força de trabalho e da localização dos recursos estratégicos ao redor do globo.

Assim, identificamos dois processos civilizatórios desatados pela revolução eletrônica, em consonância com as antecipações de Ribeiro, porém agregando a elas elementos mais específicos. O primeiro se trata da aceleração evolutiva dos centros imperialistas, com prevalência dos Estados Unidos, que, utilizando o seu poder bélico e monetário, conseguiram dominar o núcleo estratégico da revolução microeletrônica mesmo quando estas não foram inventadas por suas empresas, e organizaram, assim, as cadeias globais de valor em seu benefício. Em contraposição a ele esse processo, ocorre a atualização das periferias como regiões neocoloniais que sofreram uma regressão no seu processo de industrialização e se conectaram aos centros imperialistas como *maquiladoras* ou exportadoras de matérias-primas.

9 “De manera muy precisa, el avance de las fuerzas productivas vinculadas a la esfera de las comunicaciones ha sido una de las bases objetivas de mayor importancia del proceso de reestructuración capitalista contemporáneo, apoyado en las estrategias de redespliegue internacional. La producción se controla, se calcula y se diseña a través de sistemas computarizados que permiten su esparcimiento geográfico sin detrimento del control centralizado. El desarrollo de las fuerzas productivas ha conseguido mantener la integridad del proceso de producción por encima de su diseminación espacial” (CECENA, 1990, p. 38-39).

O segundo processo diz respeito à reconfiguração do campo socialista, no qual ocorreram dois movimentos: i) a queda da União Soviética, que resultou em uma modernização reflexa dos países que dela faziam parte, subordinando a maioria deles como novas periferias do sistema capitalista; e ii) a aceleração evolutiva da China, por um caminho distinto dos trilhados até então pelas formações socialistas, aliando o planejamento e o controle estatal de tipo socialista com relações de produção de mercado, em um modelo denominado por seus dirigentes como socialismo de mercado, que tem se mostrado, sobretudo nas últimas duas décadas, altamente dinâmico do ponto de vista do desenvolvimento de forças produtivas próprias¹⁰.

Consideramos, portanto, que os avanços tecnológicos subsequentes da revolução termoeletrônica têm ocorrido, até o momento, dentro do mesmo paradigma tecnológico, através de processos que Darcy Ribeiro denominou de *impulsos acelerativos* (RIBEIRO, 1975). De fato, apesar do visível desenvolvimento das forças produtivas nos últimos 50 anos, o aumento da capacidade de processamento, transmissão e armazenamento de dados ocorre ainda no âmbito das mesmas tecnologias fundamentais: na microeletrônica, a dos circuitos eletrônicos miniaturizados impressos sobre placas de materiais semicondutores (silício e germânio), e na informática, os sistemas baseados na computação binária. Parece, contudo, que se está chegando a um limiar, tanto pelos limites evolutivos a que têm chegado o atual paradigma tecnológico – principalmente os limites à miniaturização dos componentes microeletrônicos¹¹ – quanto pela existência de novas descobertas que indicam a possibilidade de uma superação qualitativa da fronteira tecnológica atual, como o são os materiais supercondutores e,

10 Não é o objetivo deste trabalho resenhar a ampla discussão sobre o caráter da formação sociocultural chinesa contemporânea, tarefa que implicaria discutir todas as transformações pela qual o país passou desde a Revolução de 1948. Se bem é certo que a abertura de 1978 auxiliou o reposicionamento e a recuperação das taxas de lucro das grandes empresas dos países imperialistas, sobretudo das estadunidense, com a exploração da força de trabalho chinesa, também é verdade que o país soube aproveitar essa abertura para, progressivamente, desenvolver autonomamente suas forças produtivas e construir o poder de coordenar essas forças produtivas através da centralização do poder político e de um núcleo de empresas estatais posicionadas nos setores estratégicos do paradigma tecnológico atual. Para interpretações contemporâneas sobre a China, ver Jabbour e Gabriele (2021) e Paraná e Majerowicz (2022).

11 A computação tal como a conhecemos se enfrenta atualmente com limites materiais ao processo de miniaturização e aumento da velocidade de processamento. Até recentemente, o desenvolvimento dos semicondutores de uso geral seguiu o percurso descrito pela chamada Lei de Moore, ou seja, duplicando a velocidade de processamento a cada ano. Isso foi possível pelos avanços na arquitetura dos *chips*, permitindo a incorporação de um número cada vez maior de transistores em uma placa semicondutora, assim como pela otimização dos softwares. Porém, o custo cada vez mais elevado da miniaturização – em outras palavras, fabricar transistores cada vez menores é cada vez mais difícil – tem diminuído as taxas de progresso técnico nessa área. Por outro lado, esse aumento do custo do progresso no campo de semicondutores dá aos atuais fabricantes, em sua maioria estadunidenses, uma enorme vantagem nos próximos avanços do setor, que se concentra em microchips projetados para resolver problemas específicos, militares e civis (ROTMAN, 2020).

relacionada a eles, a computação quântica. Essas novas tecnologias são a base de uma nova revolução tecnológica caracterizada pela ampliação exponencial da capacidade de produção e tratamento da informação em um amplo espectro da vida social e natural. Sensores, meios de transporte, meios de comunicação, humanos e seres vivos conectados em tempo real entre si e a computadores capazes de organizar, processar e produzir respostas desejadas aos *inputs* recebidos.

Ainda que não haja uma perspectiva de curto prazo para uma aplicação generalizada dessas tecnologias¹², é certo que elas serão o fundamento da próxima revolução tecnológica e, por isso mesmo, são o núcleo da disputa entre as duas formações socioculturais mais relevantes da economia mundial, Estados Unidos e China, da qual também participam outros poucos países em setores específicos, como Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Índia. Mas o núcleo da disputa parece concentrar-se naquelas duas potências. De fato, esses países são os líderes mundiais no investimento em ciência e tecnologia, no patenteamento de novas tecnologias, além de possuírem os maiores contingentes de pesquisadores. Os últimos relatórios da Unesco (LEWIS et al., 2021) e da Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos (BOURUCH e BUCI, 2022) mostram um cenário ainda sem um vencedor explícito. Ainda que o dinamismo científico chinês seja, em taxas de crescimento, superior ao dos Estados Unidos, este último ainda possui as empresas líderes nos setores de semicondutores – Intel, Broadcom, Qualcomm, Texas Inst., que competem com empresas coreanas e taiwanesas – e de Inteligência Artificial – Alphabet, Amazon, IBM Cloud, entre outras –, setores em que se estão gestando as transformações da próxima revolução tecnológica.

Quando ocorrerá essa nova revolução tecnológica? Ela não depende somente dos avanços da ciência, mas também da dinâmica da acumulação – que pode retardar ou acelerar a implementação de inovações – e da luta de classes no âmbito global, o

12 Os materiais supercondutores permitem a passagem da corrente elétrica sem desperdício de energia. Tal característica abre a possibilidade de um aumento exponencial de eficiência na geração, transmissão e armazenamento de energia, e também promete elevar radicalmente a velocidade de processamento de informação dos circuitos integrados. A ativação do estado supercondutor, no entanto, ainda depende de ambientes com temperaturas baixíssimas – próximas ao zero absoluto – ou com uma pressão muito elevada, inviabilizando, até o momento e provavelmente pela próxima década, sua aplicação comercial (CASTELVECCHI, 2020). A computação quântica, por sua vez, busca superar a computação binária ao possibilitar que o bit – o qbit – apresente simultaneamente seus dois estados possíveis, 0 e 1, fenômeno conhecido como superposição. Tal propriedade possibilitará à computação quântica superar os limites de tempo e espaço da computação clássica atual. Porém, o momento em que isso comece a ocorrer de maneira generalizada ainda parece distante, pois a computação quântica se enfrenta com problemas fundamentais, entre eles a já mencionada viabilidade dos materiais supercondutores, matéria-prima para vários tipos de qbits, e o problema da estabilidade, uma vez que os qbits são muito instáveis e qualquer ruído pode provocar erros que se propaguem pelos sistemas (POSTLER et al., 2022).

que inclui a dinâmica das nações. O fato que é viveremos, nas próximas décadas, um período de acirramento da luta pela hegemonia produtiva, tecnológica e ideológica entre esses dois atores. É nesse contexto que a América Latina irá definir seu futuro.

O dilema latino-americano atual

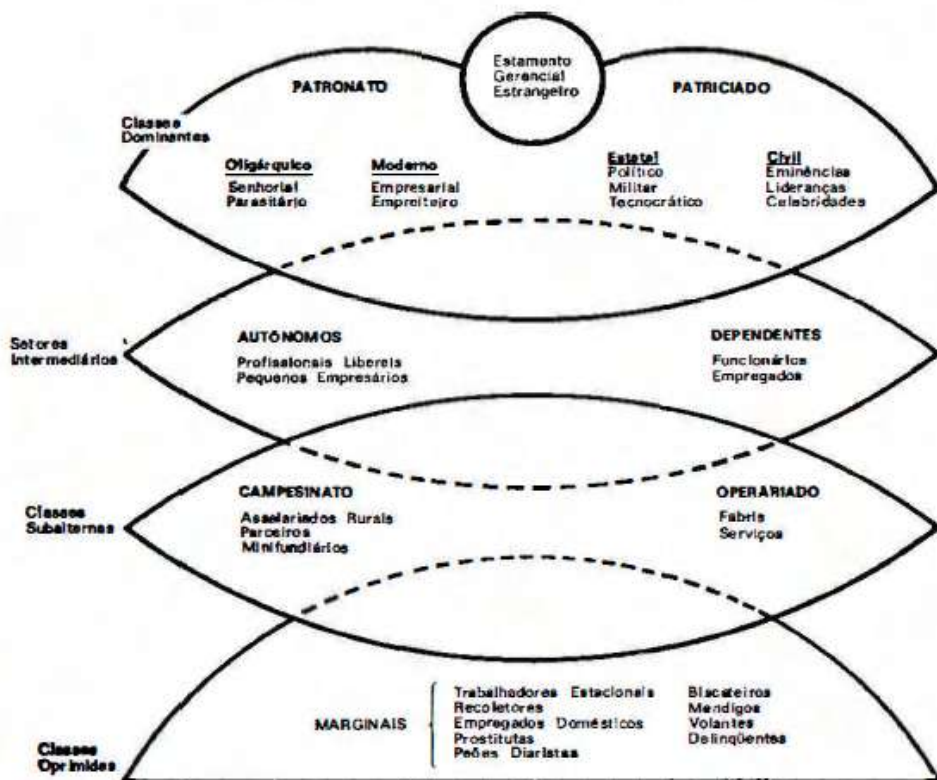
Para Ribeiro (1981, p. 49), “O grande dilema brasileiro de nossos dias está na nova opção que deve exercer entre a via da atualização histórica ou da aceleração evolutiva, no âmbito de uma nova revolução tecnológica em curso”. A aceleração evolutiva e atualização histórica como partes da dialética dos processos civilizatórios desencadeados pelas revoluções tecnológicas levaram, a partir das várias etapas da mundialização do capital, a reconfigurações das relações entre distintas formações socioeconômicas. A especificidade das expansões europeias mercantis salvacionistas, nos termos colocados por Ribeiro, serão pioneiras em integrar o mundo a partir do desenvolvimento das forças produtivas. A questão que permanece ao longo da obra de Darcy Ribeiro são os motivos da permanência, em torno do desenvolvimento dos processos civilizatórios, da condição de dependência econômica de algumas sociedades, derivada da inserção via atualização histórica, em especial a América Latina. A resposta do autor sempre vai requerer, em acordo com seu marco teórico, a compreensão das formas internas de organização dessas sociedades ou as formações econômico-sociais derivadas de suas estratificações sociais.

A condição de dependência, ou de formações capitalistas neocoloniais, na fase monopolística, requer um esforço de compreensão de processos internos de organização social e cultural que, no caso da América Latina, nos remete à definição de proletariado externo e às relações das elites dirigentes desses países com os centros externos difusores de investimentos e tecnologias. Mas será pelas condições internas que esse tipo de inserção nas revoluções tecnológicas e, por extensão, no capitalismo mundial vai ser definida. Dois fatos predominam em grande parte da formação da América Latina: i) metrópoles externas a seus territórios; e ii) formação de um povo que, em proporções diversas, é utilizado como força de trabalho servil e se desenvolve enquanto novo tipo de gente, ora condicionados mais a ancestralidades pré-colombianas, africanas ou europeias, ora designados a desenvolver uma síntese intercultural inédita.

Não que o passado se mantenha no presente, como o próprio termo que remete à re(neo)colonização pode nos levar a concluir. Mas as condições originais de estratificação social de um processo de colonização caminham, caso não haja ruptura, para a renovação de suas estruturas sempre que uma nova revolução tecnológica se

estabelece. E se faz necessário entender como as classes sociais surgem e desaparecem ao longo da história da América Latina. Se foi na escravidão/servidão que primeiro se forjou uma oposição entre elites e povo, será em novas classes que essa condição se manterá. Darcy Ribeiro (1978) faz uma definição original da estratificação social latino-americana buscando justamente entender por que, nos diversos países da América Latina, os projetos de aceleração evolutiva foram boicotados internamente pela maior parte de suas classes dominantes, apoiadas por outros setores.

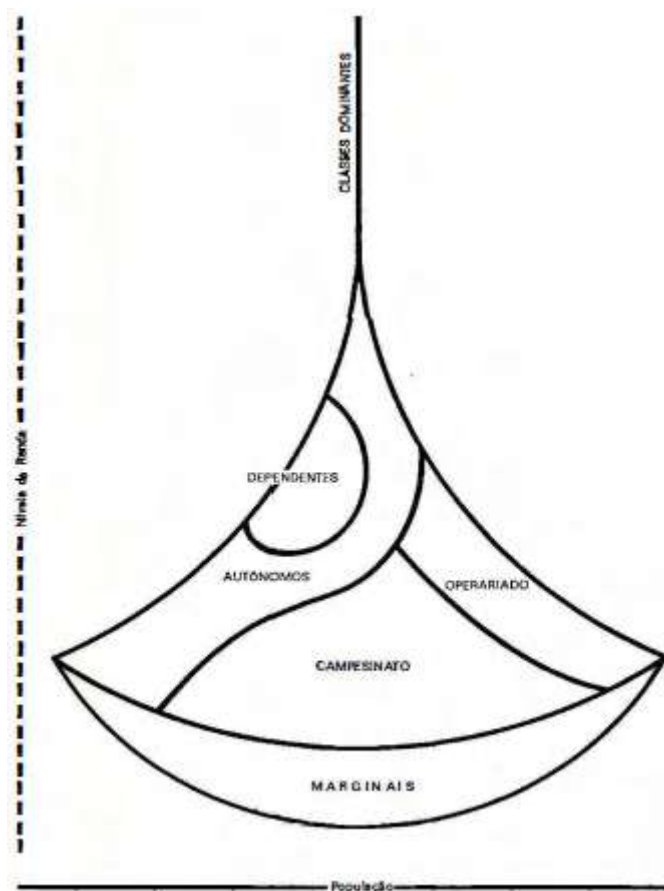
Figura 2: Diagrama da estratificação social latino-americana



Fonte: Ribeiro (1978).

Segundo Ribeiro, essa estratificação de classe se configurava numa pirâmide de renda totalmente distorcida, que demonstra que a desigualdade de poder e riqueza nesses países são muito mais agudas do que nos países centrais.

Figura 3: Representação das classes sociais por nível de renda



Fonte: Ribeiro (1978).

Partimos dessa formalização apresentada por Ribeiro (1978) para explicar a estratificação social da América Latina no período atual. O autor a propôs na fase final do processo de industrialização recolonizadora em alguns países, observando especialmente o Brasil. Os momentos diversos de imposição de governos militares de ocupação nos países latino-americanos foram essenciais para as definições desenvolvidas pelo autor. Atualmente, formas de organização das classes dominantes, dos setores intermediários e das classes subalternas e oprimidas foram alterados. É necessário, portanto, para fins de elaboração de análise de conjuntura e para atuação política, que façamos as devidas adequações daquela proposição ao contexto neoliberal, que estabelece um novo padrão de reprodução do capital exportador de especialização

produtiva (OSÓRIO, 2012).

Inicialmente trataremos das classes dominantes. Seu determinante externo, o estamento gerencial estrangeiro, altera, no momento atual, sua forma de atuação na dinâmica interna dos países que permanecem alinhados ao império. Com a intensificação do controle de empresas, inclusive empresas de setores estratégicos, por meio de operações de capital aberto, que permitem investimentos estrangeiros, evidencia-se que as determinações de investimentos e distribuição de dividendos das grandes transnacionais operam, de forma generalizada, para o atendimento de expectativas criadas em mercados de ações nacionais e alhures. Segundo dados reunidos na plataforma privada de informações contábeis Economática, na carteira de proprietários com mais de 5% de participação da Vale S.A., temos os seguintes nomes: Blackrock, Inc; Capital World Investors; Mitsui&Co. Outros fundos de investimento aparecem na carteira da empresa¹³. Investidores estrangeiros controlam atualmente 44,73% das ações da Petrobrás (2022)¹⁴.

Em ambos os casos, ao contrário do controle estatal pensado originalmente para essas empresas de setores básicos de uma economia nacional, há uma reorganização do que se estabelece como governança corporativa, e elas passam a atender não mais a interesses de uma sociedade, mas sim às expectativas de crescimento do lucro líquido para distribuição de dividendos de forma imediata. As consequências podem ser vistas concretamente com o crescimento acelerado da ocupação territorial para fins de mineração operado pela Vale S.A., resultando (MODELLI, 2021), inclusive, na tomada e apropriação de terras de posseiros, pequenos e médios agricultores e povos originários, especialmente na Amazônia. No caso da Petrobrás, assiste-se a episódios constrangedores de alinhamento dos preços internos dos combustíveis ao preço internacional do barril de petróleo, ao mesmo tempo em que se amplia a dependência da importação de seus derivados por conta da venda e fechamento de refinarias da empresa.

Observa-se alterações relevantes na dominação e gerenciamento do território nacional e, conseqüentemente, do ordenamento das populações regionais pelas classes dirigentes. Guilherme Delgado afirma, em entrevista recente (COSTA, 2022), que a regressão da pauta exportadora para um grupo de seis *commodities* levará a economia e a ecologia do país ao colapso em pouco tempo. Relatório recentemente di-

13 Disponível com acesso restrito em: <<https://rdpviaweb-3-eco-web.economica.com/bu/ecoCloud.html?lang=pt>>. Acesso em: jul. 2022.

14 A distribuição das ações entre os agentes controladores tem variação permanente por conta de suas ofertas nos mercados de ações. Porém, a participação de investidores estrangeiros depende mais da estratégia do Estado nacional brasileiro de controlar mais as empresas ou de vender ações para obter caixa, a depender do tipo de governo que se estabelece.

vulgado elaborado pela FAO/OCDE, mostra que a América Latina representa 17% das exportações agrícolas globais. O Brasil é responsável por mais da metade dessas exportações regionais (OCDE; FAO, 2022).

Porém, ainda que o grande crescimento da demanda por *commodities* a partir dos anos 2000 tenha intensificado a reprimarização da pauta exportadora das principais economias da América Latina, também poderá levar a uma grave crise derivada do setor externo nos próximos anos, conforme prevê Guilherme Delgado (COSTA, 2022). Aquele mesmo relatório traça perspectivas para a economia global de *commodities* agrícolas até 2030, e mostra que a previsão de crescimento da produção agrícola será de 1,1% ao ano (a.a.), porcentagem menor que o crescimento médio verificado na última década (2% a.a.). A tendência, segundo a OCDE/FAO (2022) é de arrefecimento da demanda chinesa, principal responsável pelo chamado *boom* das *commodities*, por conta da redução do crescimento de sua população e do aumento da produção agrícola interna deste país.

A determinação da renda interna pelo setor externo na América Latina, expressa especialmente na exportação de *commodities* agrícolas e minerais, levará, invariavelmente, a uma crise do modelo caso se inicie um processo de redução de longo prazo do preço dessas mercadorias. Como a taxa de lucro dos setores ligados à terra é condicionada pelos custos absolutos da produção mais a capacidade de extração de renda extra por produtores e conglomerados que comercializam a produção no âmbito internacional, uma redução dos preços aproxima a receita total do montante de custos das firmas. Sendo os preços das *commodities* determinado pela demanda global, a alteração dos mercados globais dessas mercadorias por conta de aumentos regionais da produção de alimentos levará a uma situação de redução de escassez, condição diretamente relacionada à geração de renda da terra.

Em termos de circulação, em âmbito agregado, isso pode representar também uma crise de todo o balanço de pagamentos, completando a desarticulação das economias nacionais latino-americanas devido à provável redução dos investimentos estrangeiros diretos e indiretos, e incapacidade de pagamento de suas obrigações nacionais e internacionais. Breda (2020) já nos mostra, para o caso específico do Brasil, que há uma tendência de transferência de valor tanto por conta do saldo líquido de rendas enviadas do exterior quanto pelo intercâmbio desigual. Dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com série de valores acumulados em doze meses, mostra que o Brasil segue em permanente déficit das transações correntes (PALMA, 2022) apesar de as estatísticas do Banco Central apresentarem alguns superávits em determinados meses do primeiro semestre de 2020 e 2021.

A transferência de valor via rendas só foi reduzida por conta dos preços favorá-

veis dos bens exportados e do câmbio depreciado (PALMA, 2022). E o déficit quase permanente das transações correntes só é compensado no curto prazo por conta dos saldos positivos, especialmente dos investimentos estrangeiros diretos, mas também, nos últimos meses, por conta dos investimentos estrangeiros em carteira (PALMA, 2022). Caso a deterioração dos termos de troca (R\$ exportações/R\$ importações) se confirme para o Brasil por conta da redução do crescimento da demanda por *commodities* e do aumento da oferta global em outras regiões, será impossível fechar esta frágil equação do balanço de pagamentos com a mesma dinâmica atual das economias nacionais latino-americanas.

Parte do controle econômico antes exercido pelo patronato nacional na forma de Estado e de controle territorial, passa agora a ser também estrangeiro. A dominação econômica de territórios produtores de grãos e criadores de gado não é efetivamente do produtor nacional, mas das empresas que comercializam esses produtos no contexto dos mercados de opções internacionais. Por outro lado, há ainda outra expressão relevante desse patronato nacional vinculado à dinâmica do setor externo e que reverte internamente parte do excedente da economia nacional no desenvolvimento da incorporação imobiliária, mercado que se vincula diretamente à construção civil, mas que depende de alavancagens financeiras garantidas pelo Estado.

Mesmo que o controle territorial seja uma expressão secular da dominação colonial na América Latina, a partir de processos específicos de modernização, como foi o caso brasileiro, esse controle torna-se a única maneira de se apropriar da renda gerada pelos lucros extras do setor externo. Ainda que a afirmação anterior surja como hipótese neste texto, algumas evidências sobre o desenvolvimento de ciclos de reprodução do capital no setor imobiliário podem ser vistas em Tonin (no prelo). Outra expressão desses capitais brasileiros na construção civil de modo geral se desenvolveu em torno dos grandes projetos de infraestrutura desde a ditadura militar (CAMPOS, 2014), que até pouco tempo atrás foram responsáveis pela ampliação das ações desses capitais em toda a América Latina, por meio de empresas que posteriormente se viram constrangidas judicialmente por conta de operações de setores do patriciado diretamente vinculados a forças políticas e policiais dos Estados Unidos (AUGUSTO JUNIOR; GABRIELLI, ALONSO JUNIOR, 2021).

No patriciado também podemos citar algumas alterações relevantes. O patriciado nada mais é que a parte das classes dirigentes que ocupa cargos a favor da manutenção da ordem de dominação, sejam eles políticos, civis ou militares. Dentre várias evidências do reordenamento do patriciado na América Latina, destacamos a intensificação da ação de igrejas evangélicas pentecostais de novo tipo de forma generalizada e a retomada, em países como Brasil e Colômbia, de maneira mais intensificada,

do projeto de capitalismo antinacional estabelecido inicialmente nos golpes de estado operados ao longo da segunda metade do século XX na região.

No primeiro caso é evidente o avanço de projetos políticos derivados da expansão dos evangélicos pentecostais, mais próximos do povo e de suas crenças a partir do trabalho de base que garante soluções para problemas de ordem material e espiritual. O sincretismo presente nesses cultos, derivado das manifestações dos “dons do Espírito Santo”, aliado a apelos conservadores, mas que também buscam encaminhar a prosperidade econômica, levam à conquista das massas marginalizadas, antes apoiadas pela teologia da libertação da Igreja Católica, e retiraram o poder de controle cultural hegemônico desta igreja em sua forma arcaico-barroca, própria do contexto de colonização ibérica na América Latina. As raízes pentecostais se espalharam por toda a América do Sul e América Central, com destaque para a ascensão de seus líderes nas representações políticas locais e nacionais¹⁵ (QUEM SÃO..., 2019). Nenhum país está alheio a essa expansão religiosa que disputa o povo, por vezes em espectros políticos opostos de movimentos sociais rurais e urbanos.

No caso da permanência de aspectos do ordenamento econômico e territorial desenvolvidos a partir dos governos militares nos países da América do Sul, percebe-se a forte tendência de desenvolvimento de contradições entre a entrega da chefia dos executivos nacionais aos civis num contexto de neoliberalismo e a permanente necessidade de tutela militar para operar, em última instância, a constrição da força de trabalho a favor do estamento gerencial estrangeiro. Mesmo que a transição tenha ocorrido até os anos de 1980 na maioria dos países da região, o modelo de capitalismo associado aprofundado pelas autocracias militares permaneceu como condição para a estabilidade pós-fase de industrialização recolonizadora.

Ocorre que o modelo econômico liberal em países dependentes, sob forte contexto de desigualdade, não se mantém sem um violento disciplinamento concentrado por forças do Estado e que se difunde nas relações privadas. O dilema imediato de alguns países da América Latina, especialmente Brasil e Colômbia, é a operacionalização desse pacto como forma de intensificação dos instrumentos neoliberais de ocupação territorial e política econômica. Por isso o presidente eleito à presidência da Colômbia, Gustavo Petro, candidato da esquerda que venceu o uribismo e o po-

15 O apelo para que as lideranças religiosas passem a ocupar lugar na política dá o tom da alteração da correlação de forças desta representação de eminências religiosas na América Latina. Em termos de conversão a esse propósito, não só o culto, que na maioria das vezes apresenta os candidatos a cargos locais, estaduais e federais ungidos pelos pastores, mas também uma literatura surge junto a novos métodos de editorialização. Para ficar num só exemplo, basta consultar o livro de Martins Filho (2021), intitulado *Governai: a Expansão do Reino de Deus na Esfera Política*, lançado pela editora Autor da Fé.

pulismo trumpista da direita, sofreu ameaças permanentes em sua campanha, inclusive de oficiais militares (COLOMBO, 2022). No Brasil o governo Bolsonaro apresenta atuação ativa de militares em postos-chave para controle do Estado nacional (BARROCAL, 2021). O jogo político dos militares nas últimas décadas diz respeito a garantir permanentemente o controle dos territórios latino-americanos por meio da lógica de ocupação, suspensos, em distintas épocas, somente pela organização interna de forças populares, como ocorreu em Cuba, Venezuela, Bolívia e Nicarágua, para ficarmos nos exemplos mais radicais de suspensão da aliança entre o patriciado, patronato e estamento gerencial estrangeiro.

A nova ordem produtiva e financeira mundial inicialmente pareceu se encerrar numa hegemonia liberal do Consenso de Washington. Porém, principalmente a partir dos anos 2000, foi possível perceber que, em sentido contrário ao fim da União Soviética, a construção da autonomia chinesa frente ao capitalismo mundial de fato se inscreve como o mais avançado experimento socialista do século XX e XXI. A capacidade de planejamento de longo prazo da China, reorganizando seus fatores de produção para atender determinações para além do lucro contábil, permitiu, já nos anos 2000, que esse país alcançasse a liderança dos processos de integração regional no âmbito mundial, com ganhos mútuos e multipolares. De forma consistente, o socialismo com características chinesas, ou socialismo de mercado (JABBOUR; GABRIELE, 2021), se mostra mais viável para desenvolver as condições materiais de reprodução das sociedades – inclusive considerando a permanência de distintas formações econômico-sociais particulares diante da totalidade do capital em determinados *loci* do mundo e a reorientação do manejo e extração dos recursos naturais – que o capitalismo em sua fase monopolista.

Cabe ressaltar que, para finalizar a descrição das classes dirigentes, se indica uma tendência e a rápida capacidade de concentração e centralização de capital das transnacionais, o que aprofundará tais classes na condição de patronato parasitário, dependentes da apropriação de parte da renda do lucro extra determinado pelos oligopólios dos distintos setores exportadores.

Para análise das classes subalternas, cabe lembrar que, nos anos de 1980, permanecia ainda um processo de transição forçada das populações do campo para a cidade nas principais economias latino-americanas. Em pouco tempo, os desterritorializados do campo se tornaram sem teto. Um direito básico nas economias centrais e no mundo socialista negado permanentemente aos povos da região. Havia uma expectativa de que essa mobilidade ao urbano levaria, invariavelmente, a novas formas de orga-

nização das classes subalternas e oprimidas¹⁶. Mas a tragédia do ambiente neoliberal também forçou o recuo das organizações políticas das cidades, principalmente das grandes metrópoles, antes centros irradiadores de partidos e organizações progressistas. A rearticulação dos centros de reprodução do capital ligados à agroindústria e à mineração levou à redução da capacidade das metrópoles de concentrar empregos industriais, em detrimento de cidades de porte intermediário não-metropolitanas.

As classes subalternas se colocam a necessidade de reorganização das lutas políticas diante de tantas perdas de nível de renda, de postos de trabalho e de tempo de vida para usufruir fora da jornada de trabalho. A redução da já frágil capacidade de organização sindical na América Latina é pressuposto e resultado do avanço das pautas empresariais de liberalização dos contratos nos mercados de trabalho da região. Profissionais liberais são confundidos com ambulantes, assalariados são alçados à condição de microempreendedores e veem seus rendimentos num patamar inferior a seus antigos salários, mas sob o argumento de que agora se tem mais liberdade para se decidir quando e onde trabalhar. Nunca, desde as alterações da ordem assistidas ainda no início do século XX na região, se difundiu de uma maneira tão positiva uma lógica de inserção no mercado de trabalho por meio da marginalidade, da diária e de trabalhos insalubres, que afetam negativamente a saúde mental, as relações pessoais e sociais das classes oprimidas do campo e da cidade.

Pode-se afirmar, portanto, que a atual estrutura social e cultural interna do Brasil, e até dos principais países da América Latina, nos impediu não somente de trilhar o caminho da aceleração evolutiva durante a revolução eletrônica, mas também provavelmente nos colocará novamente na modernização reflexa da próxima e iminente revolução tecnológica. Desde a análise realizada por Ribeiro, as classes dominantes se tornaram mais desnacionalizadas, oligárquicas, rentistas e parasitárias. Como consequência, a modernização reflexa trilhada durante a revolução termoeletrônica é marcada pela regressão social e econômica para as maiorias, recolocando de forma atualizada o dilema latino-americano e a tarefa imediata de uma reordenação social interna radical, a partir da qual poder-se-á executar um projeto de aceleração evolutivo próprio, autônomo e soberano.

16 “O operariado, sem embargo, é mais consequente em sua atuação política fundada numa atitude francamente antipatrimonial que pode ser expressa porque, vivendo nas cidades, não está sujeito, como o campesinato, ao controle eleitoral do patronato. Tende a apoiar a política sindical das lideranças reformistas ou, de preferência, a dos governos autocráticos desde que estes prometam alguma isenção diante dos patrões e alguma satisfação às suas reivindicações econômicas” (RIBEIRO, 1978, p. 73).

Considerações finais

Na verdade das coisas, o que somos é a Nova Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso auto-sustentado. (RIBEIRO, 2006, p. 411).

A revolução eletrônica atualmente em curso deu origem a dois processos civilizatórios. Antes deles, a disputa geopolítica expressava claramente os dois grandes blocos de países em processo de aceleração evolutiva: de um lado o Norte ocidental, liderado pelos EUA; de outro, o Oriente, liderado pela Rússia. Essa disputa, no entanto, termina com a vitória da primeira, por justamente liderar uma nova forma de apropriação da revolução eletrônica. Essa nova forma de apropriação, de relações sociais com base na mesma revolução tecnológica, se expressa na massificação da informatização. A base tecnológica continua sendo a mesma, mas as relações sociais a partir dela se alteraram qualitativamente. Isso se expressa desde o cotidiano da vida das pessoas, mas também nas disputas geopolíticas.

Durante esse novo processo civilizatório, a URSS se desintegrou, e sua maior parte se subordinou ao Ocidente. A Rússia, em virtude dos seus conflitos internos, também acabou sendo hegemônica pelo Ocidente. A China, entretanto, estabelece já no final dos anos 1970 um novo projeto de aceleração evolutiva que se mostra hoje bem-sucedido e capaz de fazer uma nova frente ao bloco liderado pelos EUA, caracterizando-se, assim, como liderança do segundo processo civilizatório em curso. As disputas atuais refletem exatamente esses dois processos civilizatórios oriundos da mesma revolução tecnológica eletrônica, que culmina na atualização da posição hegemônica dos EUA no Ocidente e no surgimento da China como nova potência oriental. Isso permite que, após ser hegemônica durante três décadas pelo Ocidente, a Rússia possa voltar a se impor contra o Ocidente: graças à brecha aberta pela polarização tecnológica e produtiva liderada pela China.

O que está em jogo agora, entretanto, não é mais o atual processo civilizatório, mas o próximo. Como vimos, a base tecnológica atual é a mesma de 50 anos atrás e já dá mostras do seu limite. Ao mesmo tempo, novas tecnologias, como os supercondutores e a computação quântica, já estão descobertas, faltando apenas a sua viabilização econômica e social. Estamos, portanto, na iminência de uma nova revolução tecnológica. As lideranças do atual processo civilizatório (EUA e China) estão mais bem posicionadas para caminhar de forma autônoma e até liderar os novos processos civilizatórios que irão derivar dessa nova revolução tecnológica. Isso explica os

ataques ocidentais (guerra econômica ou comercial) contra a China. Não se trata apenas de tentar minar a posição chinesa no atual processo civilizatório, mas sim de garantir que a nova revolução tecnológica seja apropriada de acordo com seu padrão histórico de dominação.

Pesa sobre o Ocidente, no entanto, as determinações internas desse processo: as relações sociais internas. Enquanto a China se mostra uma sociedade mais coesa socialmente, pois avança na melhoria das condições de vida de seu povo, os países do Norte ocidental têm revelado aumento das desigualdades econômicas, desfragmentação social, radicalização racial e política. Aos latino-americanos cabe elaborar uma estratégia própria de aceleração evolutiva para se apropriar rapidamente das condições tecnológicas atuais que serão as ferramentas para a inserção na nova revolução tecnológica.

Colocado nesses termos, podemos ter uma apreciação crítica não somente dos países que estão sendo dirigidos por projetos declaradamente conservadores, como Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também daqueles países que, governados por “antielites”, continuam restringindo-se a uma gestão menos desigual da atual ordenação social, buscando apenas torná-la um pouco menos injusta socialmente, mas sem apresentar de forma decidida a necessidade de nos reprogramarmos enquanto nações para acelerar evolutivamente nosso parque produtivo e construir um projeto autônomo para a próxima revolução tecnológica. Raros são os governos, mesmo entre os chamados progressistas, que mencionam essa necessidade, mais escassos ainda são aqueles que conseguem passar do discurso a alguma prática.

É, portanto, fundamental retomar a perspectiva teórica da antropologia das civilizações que nos coloca o desafio de alterarmos o caminho secular pelo qual os países latino-americanos são incorporados aos processos civilizatórios. Este marco teórico deixa explícito que, para isso, são necessárias transformações radicais na ordenação social interna desses países para que possamos projetar uma nova inserção no processo civilizatório atual de forma preparatória à iminente nova revolução tecnológica, isto é, que seja capaz de dirigir a primeira aceleração evolutiva latino-americana dos últimos 500 anos.

Referências

- ARUTO, Pietro Caldeirini. **O conceito de formação econômico-social**: uma revisão das abordagens marxistas recentes. 2009. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- AUGUSTO JUNIOR, Fausto; GABRIELLI, José S.; ALONSO JUNIOR, Antônio. **Operação lava jato**: crime, devastação econômica e perseguição política. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

BARROCAL, André. O generalato invade a vida nacional e age como um autêntico ‘partido militar’. **Carta Capital**, 08 out. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/edicao-da-semana/o-generalato-invade-a-vida-nacional-e-age-como-um-autentico-partido-militar/>>. Acesso em: 23 set. 2022.

BERNAL, John D. **Historia social de la ciencia**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

BRASIL. Visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Embaixador Robert O’Brien, ao Brasil - São Paulo e Brasília, 19 e 20 de outubro de 2020. **Portal do Governo**, 16 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/visita-do-conselheiro-de-seguranca-nacional-dos-eua-embaixador-robert-o-brien-ao-brasil-sao-paulo-e-brasilia-19-e-20-de-outubro-de-2020>. Acesso em: 21 set. 2022.

BREDA, Diógenes Moura. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015**. 2020. 217 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

BOROUGH, Mark; GUCI, Ledia. Research and Development: US Trends and International Comparisons. Science and Engineering Indicators 2020. NSB-2020-3. **National Science Foundation**, 2022.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “**Estranhas catedrais**”: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELVECCHI, Davide. First room-temperature superconductor excites – and baffles – scientists. **Nature**, v. 586, n. 7829, p. 349-350, 2020.

CECENA, Ana Esther. Sobre las diferentes modalidades de internacionalización del capital. **Problemas del Desarrollo**, v. 21, n. 81, p. 15-40, 1990.

CECENA, Ana Esther; BARREDA, Andres. La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial. Aproximación metodológica. In: CECENA, Ana Esther; BARREDA, Andres. **Producción estratégica y hegemonía mundial**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1995. p. 15-61.

COLOMBO, Sylvia. Colômbia vive intromissão das Forças Armadas nas eleições. **Folha de S. Paulo**, 15 maio 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/colombia-vive-intromissao-das-forcas-armadas-nas-eleicoes.shtml>>. Acesso em: 23 set. 2022.

COSTA, Mariana. Hegemonia do agronegócio criou “arapuca macroeconômica” no Brasil. **MST**, 18 maio 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/05/18/hegemonia-do-agronegocio-criou-arapuca-macroeconomica-no-brasil/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

DABAT, Alejandro. Economía del conocimiento y capitalismo informático (o informacional). Notas sobre estructura dinámica y perspectivas de desarrollo. Em: **Globalización, conocimiento y desarrollo. La nueva economía global del conocimiento. Estructuras y Problemas. Tomo I**. México: IIEc-UNAM, M.Á. Porrúa, 2009.

DOS SANTOS, Theotonio. **Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 1983.

EM VISITA ao Brasil, conselheiro dos EUA reforça pressão contra chineses no 5G. **Gazeta do Povo**, 20 out. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/5g-visita-brasil-conselheiro-eua-reforca-pressao-contra-china/>>. Acesso em: 21 set. 2022.

GÓIS, Aléxis Cerqueira. Executiva da Huawei é liberada após quase três anos de prisão. **Tecmundo**, 27 set. 2021. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/225716-executiva-huawei-liberada-tres-anos-prisao.htm>>. Acesso em: 21 set. 2022.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LEWIS, Jake et al. **UNESCO Science Report: The race against time for smarter development**. UNESCO Publishing, 2021.

LILLEY, Samuel. **Men, machines, and history: the story of tools and machines in relation to social progress**. New York: International Publishers, 1966.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1972].

MARTINS FILHO, Evando. **Governai: a expansão do reino de Deus na esfera política**. Bragança Paulista: Autor da Fé, 2021.

MODELLI, Laís. Área ocupada por mineração no Brasil cresceu mais de 564% em três décadas e meia, aponta levantamento. **GI**, 30 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/08/30/area-ocupada-por-mineracao-no-brasil-cresceu-mais-de-564percent-em-tres-decadas-e-meia-aponta-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 22 set. 2022.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD); FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **OECD-FAO Agricultural Outlook 2022-2031**. Paris: OECD Publishing, 2022.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSÓRIO, Jaime et al. (Orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103-133.

PALMA, Andreza Aparecida. **Balanco de pagamentos, balança comercial e câmbio: evolução recente e perspectivas**. Rio de Janeiro, IPEA, 2022. (Carta de Conjuntura - Setor Externo).

PARANÁ, Edemilson; MAJEROWICZ, Esther. **A China no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

PETROBRAS. **Composição Acionária**. 2022. Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/composicao-acionaria/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

POSTLER, Lukas et al. Demonstration of fault-tolerant universal quantum gate operations. **Nature**, v. 605, n. 7911, p. 675-680, 2022.

QUEM SÃO? Por que eles crescem? No que eles creem? Pentecostalismo e política na América Latina. **Revista IHU**, 28 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588669-quem-sao-por-que-eles-crescem-no-que-eles-creem-pentecostalismo-e-politica-na-america-latina>>. Acesso em: 23 set. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros: teoria do Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estrutura de poder e forças insurgentes**. Petrópolis, Vozes, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução cultural**. 3. ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1975.

RICHTA, Radovan. **Economia socialista e revolução tecnológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ROTMAN, David. We're not prepared for the end of Moore's Law. **MIT Technological Review**, Feb. 24, 2020. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/2020/02/24/905789/were-not-prepared-for-the-end-of-moores-law/>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

TONIN, Vitor Hugo. **O circuito imobiliário na América Latina: dependência, neoliberalismo e ditadura no Chile**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, no prelo.

Provocações de Darcy Ribeiro para economistas

Carla Curty*, Maria Malta** e Wilson Vieira***

Resumo: O presente artigo busca apresentar a análise de Darcy Ribeiro como um intérprete do Brasil a partir de suas contribuições para a questão da formação econômico-social brasileira, de maneira a analisar como essas contribuições podem auxiliar no entendimento de economistas sobre a história econômica do Brasil e suas análises sobre a realidade econômica e social brasileira. Considera-se que nos debates tradicionais sobre a formação econômico-social brasileira, algumas questões, como a questão racial, não são abordadas com profundidade e não são articuladas como elementos importantes para a compreensão da formação econômico-social brasileira e que é importante que economistas tragam essa questão para a centralidade de suas análises, como Darcy Ribeiro o fez.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Formação Econômico-Social Brasileira. Questão Racial.

Abstract: This paper seeks to present the analysis of Darcy Ribeiro as an interpreter of Brazil based on his contributions to the issue of the Brazilian socioeconomic formation, in order to analyze how these contributions can help economists' comprehension of the economic history of Brazil and their analyses of the Brazilian economic and social reality. It is considered that in the traditional debates on the Brazilian socioeconomic formation, some issues, such as the racial issue, are not deeply addressed and are not articulated as important elements for the understanding of the Brazilian socioeconomic formation, and that it is important that economists bring this issue to the center of their analyses, as did Darcy Ribeiro.

Key words: Darcy Ribeiro. Brazilian Socioeconomic Formation. Racial Issue.

Resumén: Este trabajo pretende presentar el análisis de Darcy Ribeiro como un intérprete de Brasil a partir de sus contribuciones a la cuestión de la formación socioeconómica brasileña para analizar cómo estas contribuciones pueden ayudar a la comprensión de la historia económica de Brasil por parte de los y las economistas y a sus análisis de la realidad económica y social brasileña. Se considera que en los debates tradicionales sobre la formación socioeconómica brasileña algunas cuestiones, como la cuestión racial, no se abordan en profundidad y no se articulan como elementos importantes para la comprensión de la formación socioeconómica brasileña, y que es importante que los economistas lleven esta cuestión al centro de sus análisis, como hizo Darcy Ribeiro.

Palabras clave: Darcy Ribeiro. Formación Socioeconómica Brasileña. La Cuestión Racial.

* Economista, Professora do Instituto Três Rios (ITR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Economista, Professora do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, Coordenadora do LEMA.

*** Economista, Professor do IE-UFRJ, Pesquisador do LEMA, Vice Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC) da UFRJ.

Introdução

Neste ano em que se comemora o centenário de nascimento de Darcy Ribeiro, acreditamos que seja importante não somente celebrar o autor, o homem e seu pensamento, mas também atualizarmos sua obra e suas contribuições, pensando novos diálogos e marcando a atualidade de suas questões.

É inegável a importância de Darcy Ribeiro para a história do pensamento social brasileiro e para o entendimento do que é o Brasil e suas questões. Darcy Ribeiro foi um importante intérprete do Brasil e um intelectual orgânico, de expressão e atualidade marcantes. Mas e para a economia e para a formação dos e das economistas no Brasil, qual a relevância das contribuições de Darcy Ribeiro?

Na formação de economistas no Brasil, em especial quando pensamos os conteúdos de história econômica e formação econômica do Brasil, os e as economistas têm contato com algumas interpretações do Brasil e suas questões. No entanto, alguns pontos importantes ficam de fora desse movimento, como as dimensões étnico-raciais e o processo de configuração do “povo brasileiro”; questões essas que são centrais nas obras de Darcy Ribeiro. Por isso, e para além dos evidentes ganhos com interações acadêmicas interdisciplinares, acreditamos ser relevante construir um diálogo e mediações entre Darcy Ribeiro e os e as economistas.

Neste trabalho, pretendemos apresentar este diálogo (crítico) entre Darcy Ribeiro e as questões da história econômica e da formação econômico-social brasileira, passando por um diálogo entre Darcy Ribeiro e alguns dos principais nomes da história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), como Celso Furtado, Caio Prado Junior e Roberto Simonsen. Nesse movimento, pretende-se revelar como algumas questões centrais para a compreensão do que é o Brasil e de sua formação econômico-social estão ausentes nas obras desses autores, ou presentes de maneira a reproduzir a visão tradicional, moldada pela visão racial dominante (marcada por sua branquitude e posição social) sobre a questão racial; e como as contribuições de Darcy podem ser boas provocações para repensarmos as questões da formação econômico-social brasileira na formação e análise dos e das economistas.

Darcy Ribeiro como um intérprete do Brasil

A categoria *intérprete do Brasil* esteve e está em disputa. Houve momentos em que se considerou que intérpretes do Brasil seria uma categoria criada por Antônio Cândido para a tríade dos anos 1930 (ARRUDA; VILLARINO, 2016) – Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Essa visão é um tanto

defendida na escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), mas não sem contrapontos.

Os intérpretes do Brasil também já foram vistos como autores que se colocam como agenda enfrentar a questão da formação (ARANTES; ARANTES, 1997), cujas obras surgiram entre os anos 1880 (movimentos abolicionista e republicano) e 1930 (entre guerras, República Velha, varguismo, anarquismo, comunismo, integralismo...) e que possuem a forma de ensaio. Ricupero (2011) ainda acrescenta que tais trabalhos começam com um grande balanço histórico para realizar uma análise de conjuntura e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país. É esse mesmo autor quem vai chamar atenção para o fato de que os anos 1930 são anos de transição entre o gênero ensaístico e o gênero mais monográfico, em virtude de ser o período de formação mais sistemático da universidade brasileira. A universidade ganha importância e muda o padrão de reflexão no país.

Concordando com cada passo dado pelos autores supracitados para a construção da categoria de intérpretes do Brasil e com a identificação de suas obras de interpretação do Brasil, gostaríamos de adendar uma reflexão. Há uma relação entre forma e conteúdo nesses trabalhos. Trata-se de trabalhos que combinam o livre pensar e o embasamento autoral com uma crescente tradição de pesquisa histórica teórica e empírica. A forma ensaio é a que permite essa articulação. Parece-nos falacioso supor, e esta hipótese é um tanto corriqueira, em especial entre economistas, que a forma monográfica teria maior rigor “científico”¹, especialmente visto que padece de maior especialização e, talvez por isso, tenha menor compreensão da totalidade, ou seja, de como o específico se insere no movimento mais amplo. Como se pode perceber no texto de Arruda e Villarino (2016), o ensaio tem uma linguagem redonda porque um problema é posto no início do ensaio que é discutido, e, depois, volta-se a ele para concluir sobre o problema já trabalhado. Essa forma é, portanto, bastante convidativa para as formulações dialéticas de natureza histórica que pretendem compreensões de realidades concretas.

Nesse sentido, afirmamos que os ensaios que buscam compreender a formação do Brasil transbordam e até transcendem os anos 1930, visto que trazem em si a questão da modernidade no Brasil, que é a busca na história e comparação com outros Estados nacionais da tentativa de responder à pergunta sobre o que há de original no Brasil. É fato que o período indicado por Ricupero é aquele em que a força da preocupação com a diferenciação e com o estabelecimento de um quadro social mais autônomo, nacional, que contraporia o Brasil à sua origem colonial,

¹ Vale, neste caso, indicar a importância de se discutir o conceito de ciência nas ciências sociais (LOWY, 2003, 2009).

pensada como uma construção da ruptura com vários tipos de domínio, se expressa com mais profundidade. O objeto de reflexão é o Brasil de cada um dos “hoje”, como se chegou até ali.

Esse compromisso e interesse permanece e transparece em um número significativo de intelectuais brasileiros ao longo do século XX, de forma cada vez mais rarefeita com o caminhar do século, mas é retomado por intelectuais críticos nas primeiras décadas do século XXI, em especial a partir da crise de 2007/2008.

A propósito de Darcy Ribeiro, autor tão comprometido com compreender o Brasil que passou sua vida dedicado a criar uma nova antropologia que correspondesse a uma “teoria geral” de Brasil (RIBEIRO, 1995), como ele mesmo denomina no prefácio ao seu *O Povo Brasileiro*, precisamos nos perguntar o que é a vida intelectual em contextos periféricos? Como a relação entre o localismo e o cosmopolitismo da cultura brasileira se expressa como marco de uma forma de se pensar o Brasil, as suas leis gerais e o problema de sua formação?

Nos anos 1990, talvez Darcy, além do próprio Antônio Cândido, fosse o único sobrevivente da geração com a qual Antônio Cândido se identifica no seu super-referenciado prefácio ao *Raízes do Brasil* (CÂNDIDO, 2016), de Sergio Buarque de Holanda, a geração influenciada ao longo de sua formação pelos trabalhos da tríade modernista dos anos 1930. E não foge à radicalidade do ensaio modernista, mesmo quando a modernidade já havia sido declarada *status quo*, e não mais vanguarda. Essa radicalidade se relaciona com algo que ainda não havia sido superado, dialeticamente, pela pós-modernidade: uma relação entre o movimento modernista e a ruptura com a “metrópole”, quando a vida intelectual passa a ser expressa não mais pela norma culta portuguesa, mas pela coloquialidade e a oralidade do estilo moderno de brasileiro, período em que também a africanidade entra na literatura brasileira. Darcy Ribeiro ainda vai incluir a reflexão sobre a importância do indígena na formação e no sentido do Brasil, pelos seus anos de estudos etnológicos e antropológicos, inclusive em campo. Seu trabalho, em conjunto, e sua obra *O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil* (1995), em particular, são a expressão completa do compromisso que um intérprete do Brasil possui: buscar compreender o Brasil para transformá-lo, sem se eximir de apresentar uma proposta de futuro.

O autor mineiro não tem dúvida ao afirmar que “[...] faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um profundo patriotismo” (RIBEIRO, 1995, p. 15). Diz não pretender realizar uma análise isenta, mas sim participante, “[...] que aspira influir sobre as pessoas e ajudar o Brasil” (RIBEIRO, 1995, p. 15).

Darcy se afirma como uma expressão genuína de um intérprete do Brasil e buscou apontar as nossas singularidades de forma positivada, ainda que crítica, não mais pela

perspectiva da ausência, “o que não tínhamos”. Supera a visão lacunar e incompleta e inova na resposta ao sentido que tem este país ao afirmar que é de sua destruição, vivida historicamente pelas violências constantes da invasão, da exploração, da escravização e do imperialismo, que constitui-se a viabilidade de um “povo novo”, capaz de tudo por meio da transfiguração étnica de uma nova etnicidade englobadora de todos os que a formam, ainda que demarcadas as diferenças na forma de participação dos dominadores e dos dominados nesse amargo processo.

Assim, a “teoria geral” do Brasil de Darcy é uma legítima representante da produção de uma vida intelectual em contextos periféricos, com suas particularidades e com seu sentido todo permeado por influências externas. Traz, desse modo, contribuições ao pensamento dos economistas, “antropofagado” à moderna, em estilo crítico e utilizando problemas específicos para reconstruir os fundamentos de nossa história em uma interpretação totalizante.

Na história do pensamento econômico brasileiro e na formação e atuação de economistas, as questões caras às interpretações do Brasil, em especial no que concerne à formação econômico e social brasileira, aparecem especialmente nos estudos sobre a história econômica do Brasil, área marcada pelas contribuições de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado (BORJA, 2022). Devemos compreender como essas análises canônicas sobre a história econômica do Brasil se apresentam, formando a base da compreensão de economistas sobre a formação econômica e social brasileira, para vermos como esse campo pode dialogar com as contribuições de Darcy Ribeiro e sua interpretação do Brasil.

A questão racial nos pioneiros do campo da história econômica do Brasil: Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado

Dentro da produção teórica dos pioneiros do campo da história econômica do Brasil, a questão racial levantada e refletida por Darcy Ribeiro não é discutida, mostrando-se como uma grande ausência, como podemos observar nas reflexões de Roberto Simonsen e Celso Furtado, ou é trabalhada de maneira a reproduzir análises tradicionais sobre a questão racial, que trazem em si a marca da visão racial dominante, caracterizada por sua branquitude e posição social, como no caso de Caio Prado Júnior².

2 Não estamos aqui propondo uma alcunha descolada do tempo histórico no qual Caio Prado Júnior apresenta sua interpretação sobre a história econômica do Brasil. Clóvis Moura, autor contemporâneo à Caio Prado Júnior, em estudos que começam anos 1940 e 1950, já apresenta uma análise sobre a importância da população negra nos processos de luta da classe trabalhadora no Brasil. Em sua obra

[...] o grande ideólogo do desenvolvimentismo. Empresário, engenheiro e economista, Simonsen inseriu-se na vida política nacional através dos postos de comando que assumiu nas entidades representativas do empresariado industrial. Foi vice-presidente do Centro Industrial de São Paulo, logo após sua inauguração, em 1928. Foi presidente, em 1935 e 1936, da Confederação Industrial do Brasil (transformada posteriormente, na Confederação Nacional da Indústria) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entre 1937 e 1945. Em 1937, fora membro provisório do Conselho Federal do Comércio Exterior, como representante do empresariado industrial e, em 1944, foi membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Foi deputado 'classista' na Assembleia Constituinte de 1934 e, eleito senador pelo PSD em 1945, participou também da Constituinte de 1946. Dentro dessa participação política, Simonsen aprimora sua concepção desenvolvimentista e milita pela sua disseminação através da criação de entidades de estudos e de discussão em diferentes organismos que atuava, da organização e participação de diversos encontros nacionais, da divulgação dessas ideias através de vários artigos e conferências, sempre pela defesa da industrialização como caminho de superação do atraso brasileiro.

Dentro dessa intensa atuação, Simonsen funda o campo de estudos da história econômica do Brasil através da introdução da disciplina de história econômica do Brasil na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) em 1933, da qual foi um dos primeiros docentes, e com a publicação do livro *História Econômica do Brasil* (lançado em 1937 em dois volumes). Tanto na disciplina quanto no livro, o referido teórico se torna o primeiro a contestar a ideia de que a sociedade brasileira fora feudal no período colonial, vendo-o, ao contrário, somente como a história do comércio realizado entre a metrópole e a sua colônia de bens produzidos/extraídos que interessavam à coroa como lucrativos no mercado europeu e que eram cíclicos (pau-brasil, cana de açúcar, metais preciosos)³, além de corroborar de maneira

Rebeliões da Senzala (2020a [1959]) e, posteriormente, em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), como em outras obras, vai apontar os problemas na forma como a questão racial aparece (ou está ausente) nos debates sobre a configuração do mercado de trabalho no Brasil, em especial após a abolição. Assim, ainda que esses apontamentos sobre problemas como a questão racial que aparecem na obra de Caio Prado Júnior tenham ganhado mais força mais contemporaneamente – desde os anos 1980, como em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (2020a [1981]), de Lélia Gonzalez, por exemplo – nos apontamentos dos coletivos, movimentos e intelectuais negros, essa era uma questão reivindicada já nos anos 1940 e 1950, época contemporânea aos escritos de Caio Prado Junior. É verdade, no entanto, que essas reivindicações e apontamentos ficaram invisibilizados e ocultados por muitas décadas. Assim, consideramos que Caio Prado, ainda que fosse um autor crítico em diversas esferas, no que concerne às questões raciais, apresenta a visão racial dominante, marcada por sua branquitude e posição social.

3 A ideia de ciclo foi introduzida primeiramente pelo próprio Simonsen, emprestada de João Lúcio

mais aprofundada suas críticas ao modelo primário-exportador (as quais já fazia no decorrer da Primeira República), em especial das políticas de defesa do café iniciadas em 1906 com o Convênio de Taubaté, que via como causa da socialização das perdas (refletindo-se na carestia sofrida pela maioria da população) e da privatização dos ganhos para a burguesia cafeeira.

A partir desse diagnóstico, Simonsen defende a industrialização como caminho de superação da pobreza e do atraso brasileiro, através de um projeto com forte apoio governamental: protecionismo, planejamento, participação direta do Estado em atividades econômicas nas quais a iniciativa privada não se fizesse presente. Além desse apoio governamental, ele também defendia a criação de bancos industriais.

Essa defesa da industrialização como caminho para a superação do atraso brasileiro o faz ser considerado como um dos precursores do desenvolvimentismo, cabendo destacar também a controvérsia com Eugênio Gudim – economista liberal e crítico da industrialização planejada – em 1944.

Dentro da reflexão pioneira de Simonsen, portanto, a questão racial não se faz presente no campo da história econômica do Brasil, pois a escravidão da população africana é vista somente no prisma de fornecimento de mão de obra.

Caio Prado Júnior (1907-1990)

Caio Prado Júnior é comumente visto como o introdutor do marxismo no pensamento social brasileiro⁴, cabendo destacar a sua consagrada tese do sentido da colonização, isto é, o de que a colonização ocorreu já inserida no capitalismo e que por isso seu sentido era o comércio, indo contra (tal como Simonsen) a tese da existência de um feudalismo no período colonial.

Essa tese é apresentada pela primeira vez em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (publicado em 1942⁵), partindo do fato de que a colonização portuguesa na América se insere em um quadro de novo equilíbrio europeu a partir da expansão ultramarina do século XV, na qual os “descobrimientos” nada mais são do que um capítulo da história do comércio europeu. Segundo Prado Junior (2011, p. 20):

A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o

de Azevedo, historiador português, inaugurando uma tradição na historiografia brasileira. Para mais detalhes, ver Freitas Filho (1988).

4 Segundo Ricupero (2000), Caio Prado Junior é considerado o introdutor do marxismo no Brasil, mas, segundo Pinheiro (2022), os introdutores do marxismo no Brasil foram Mário Pedrosa e Octávio Brandão.

5 Utilizamos a edição de 2011 nas citações.

prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A ideia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no século XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes.

Nesse processo, portanto, segundo o autor, o comércio explica a nossa formação e dá sentido à colonização, além de moldar nossa vida econômica, política e social, visto que as atividades ligadas ao mercado interno eram subsidiárias do sentido da colonização.

Prado Junior ainda chama a atenção para o caráter explorador de nossa colonização ao mostrar a existência de colônias de povoamento na América do Norte, formadas a partir das lutas político-religiosas na Europa e das transformações econômicas da Inglaterra ocorridas por causa dos cercamentos, além das condições naturais semelhantes àquela do Velho Continente, ao contrário das colônias de exploração, que repelem o colono que vem como simples povoador devido às condições naturais muito diferentes daquelas da Europa. Nesse processo, o colono europeu viria ocupar os trópicos americanos como dirigente da produção e só a contragosto ocuparia como trabalhador, pois outros trabalhariam para ele.

A respeito do trabalho nas colônias de exploração, o historiador e geógrafo observa que as Antilhas Inglesas contaram inicialmente com mão de obra branca, que foi sendo substituída por mão de obra africana escravizada. Em relação às colônias portuguesas e espanholas, Prado Junior (2011, p. 27) afirma:

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do território se achava ainda, em meados do século XVI, inculca e abandonada; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão de obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do século XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia portanto que provocasse no reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do

Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a essa causa, a precoce decadência lusitana.

Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quase de início – possivelmente de início mesmo –, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século.

A partir dessa reflexão, Prado Junior (2011, p. 28) confirma o sentido da colonização:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Dentro dessa visão, Prado Junior então conclui que um caráter mais estável, permanente, orgânico de uma sociedade própria e definida se revelaria aos poucos, abafado pelo sentido da colonização.

Quanto à questão racial especificamente, o autor não lhe dá nenhuma centralidade e nem rompe com a visão tradicional, principalmente aquela ligada a Nina Rodrigues (1931) e a Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (2006 [1933]), a qual coloca o branco como raça superior e o negro e o índio como raças inferiores, como podemos observar em diversas passagens, das quais destacamos primeiramente a seguinte, em Prado Junior (2011, p. 114):

A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos. É conhecida a anedota de Koster, que chamando a atenção de um seu empregado, aliás, mulato, para a cor carregada e mais que suspeita de um capitão-mor, obteve a singular resposta: “Pois, senhor, capitão-mor pode lá ser mulato?”

É graças a essa espécie de convenção tácita que se harmonizava o preconceito de cor, paradoxalmente forte nesse país de mestiçagem generalizada, com o fato, etnicamente incontestável, da presença de sangue negro ou índio nas pessoas melhor qualificadas da colônia.

Observamos de maneira mais patente essa posição em Prado Junior (2011, p. 289):

A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é, além daquela energia motriz, quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa “cultura”, no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. E aponta por isso apenas, muito timidamente, aqui e acolá. Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe.

É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzida, relativamente à das outras raças, a sua contribuição demográfica. O negro e o índio teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, e papel amplo e fecundo, se diverso tivesse sido o rumo dado à colonização; se se tivesse procurado neles, ou aceitado uma colaboração menos unilateral e mais larga que a do simples esforço físico.

Dessa análise podemos depreender que a grande inovação analítica trazida por Prado Junior para entendermos a colonização nos trópicos (América tropical e em especial a América portuguesa) coloca a escravidão como parte da engrenagem da vasta empresa colonial e ao mesmo tempo não rompe com a visão tradicional da questão racial.

Celso Furtado (1920-2004)

Celso Furtado também é um inovador no campo da história econômica do Brasil ao utilizar instrumental keynesiano para explicar a economia colonial em *Formação Econômica do Brasil* (1959)⁶, livro que continua a linha interpretativa que enfatiza a estrutura exportadora da economia colonial⁷ com uso de mão de obra escrava, caminhando muito próximo de Caio Prado Junior ao analisar a economia colonial inserida no capitalismo e, portanto, indo também contra as teses defensoras da existência de um feudalismo no período colonial⁸.

6 O livro *Formação Econômica do Brasil* (1959) se constitui na culminação das reflexões de Celso Furtado no campo da história econômica do Brasil e que teve início na sua tese de doutorado – *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII* (2001 [1948]) e continuou no artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950) e nos livros *A Economia Brasileira* (1954) e *Uma Economia Dependente* (1956).

7 Furtado diferencia economia colonial de economia primário-exportadora (relativa ao período após a independência).

8 Segundo Freitas Filho (1988, p. 16): “Da interpretação de Furtado se depreende ainda que a economia escravista, por apresentar uma produção voltada para o exterior, com alto grau de especialização, além de efetuar pagamentos de natureza monetária, não podia ser confundida com uma unidade de produção feudal”.

Dentro do abordado por esse livro cabe destacar também a discussão da questão da mão de obra no século XIX, incluindo o trabalho escravo e os desdobramentos de sua abolição. No entanto, não é discutida a questão racial propriamente dita, somente dentro de uma análise econômica, como podemos observar no capítulo 24 (“O Problema da Mão de Obra. IV. Eliminação do Trabalho Escravo”), no qual se afirma que, no Brasil do século XIX, prevalecia a ideia de que o escravo era uma “riqueza” e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população responsável pela criação de riqueza no país.

Furtado também chama a atenção nesse capítulo para o fato de que havia a ideia de que a abolição traria a “liberação” de vultosos capitais, uma vez que o empresário não precisaria imobilizar em força de trabalho ou na comercialização de escravos importantes porções de seu capital. Contudo, o autor explica que a abolição da escravidão não constitui nem criação e nem destruição de riqueza, mas sim uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. Furtado (2007, p. 199-201)⁹, complementando sua análise, afirma:

À semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. Com efeito, somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados [ao nível de subsistência]. [...]. O caso extremo oposto seria aquele em que a oferta de terra fosse totalmente elástica: os escravos, uma vez liberados, tenderiam, então, a abandonar as antigas plantações e a dedicar-se à agricultura de subsistência. Neste caso, as modificações na organização da produção seriam enormes, baixando o grau de utilização dos fatores e a rentabilidade do sistema. Esse caso extremo, entretanto, não poderia concretizar-se, pois os empresários, vendo-se privados da mão de obra, tenderiam a oferecer salários elevados, retendo por essa forma parte dos ex-escravos. A consequência última seria, portanto, uma redistribuição da renda em favor da mão de obra.

No Brasil, no entanto, o autor afirma que não houve nenhum dos dois casos extremos, pois na região açucareira os escravos libertos ficaram nas propriedades, e nas regiões cafeeiras (São Paulo em particular) se limitaram ao ganho de suas necessidades. Sobre este ponto especificamente, Furtado (2007, p. 203-204) afirma:

As vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao ex-escravo são demasiadamente óbvias para insistir sobre elas. Todavia, se bem não tenha havido um forte incentivo para que os antigos escravos se deslocassem em massa para o planalto paulista, a situação dos mesmos na antiga região cafeeira passou a ser muito mais favorável que a daquelas

9 Utilizamos a edição de 2007 nas citações.

da região açucareira do Nordeste. A relativa abundância de terras tornava possível ao antigo escravo refugiar-se na economia de subsistência. A dispersão, entretanto, foi menor do que se poderia esperar, talvez por motivos de caráter social, e não especificamente econômicos. A situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira valeu aos antigos escravos liberais salários relativamente elevados. Com efeito, tudo indica que na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição da renda em favor da mão de obra. Sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores. Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços mais amplos da escravidão. O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas 'necessidades'. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades - que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo - determina de imediato uma forte preferência pelo ócio.

Dentro dessa passagem, podemos observar também uma visão tradicional da questão racial, numa linha semelhante àquela de Caio Prado Junior e Gilberto Freyre.

Nas reflexões que Furtado desenvolve em trabalhos posteriores sobre o subdesenvolvimento, o planejamento, a industrialização e a dimensão cultural do desenvolvimento, a questão racial sequer é discutida.

Inserindo Darcy Ribeiro nos debates sobre a formação econômico-social brasileira – provocações para economistas

Como apresentado na seção anterior, uma questão fundamental para compreender a formação econômico-social brasileira, para a configuração do *povo brasileiro*, se quisermos usar o termo de Darcy Ribeiro (1995), a *questão racial*, parece estar ausente ou mal analisada no que forma a compreensão de economistas sobre a história (econômica) do Brasil.

Tradicionalmente, os debates sobre a formação econômico-social brasileira e as chamadas *interpretações do Brasil* têm como ponto de partida o processo de colonização europeia (português). O Brasil só passa a existir como realidade a ser analisada pela historiografia econômica e social a partir da colonização.

De fato, do ponto de vista da economia moderna¹⁰, a integração da economia

10 Utilizamos o termo economia moderna e não especificamente capitalismo para fazer um aceno à controvérsia sobre os modos de produção que se configuraram no Brasil no período colonial. Ainda que

brasileira ao mercado mundial e a configuração da economia brasileira organizada a partir da grande propriedade monocultora, com força de trabalho escravizada e voltada para a demanda dos países centrais, se dão após o empreendimento colonial. Mas isso não significa que não havia nenhuma população ou tipo de sociabilidade aqui antes, ou que não há nenhum resquício desses povos e dessas sociabilidades no que hoje entendemos como Brasil.

Nesse processo de analisar a história econômica brasileira a partir desse empreendimento colonial europeu, mesmo os autores mais críticos caem na falácia de ignorar o que havia de configuração social (e, por que não, econômica) no território que passamos a conhecer como Brasil.

Nesse aspecto, o diálogo da antropologia com a economia se torna necessário. E, mais especificamente, o diálogo dos debates sobre a formação econômico-social brasileira com as interpretações do Brasil, tal como os feitos por Darcy Ribeiro em suas obras: *O Processo Civilizatório* (1968), *As Américas e a Civilização* (1970a), *Os Índios e a Civilização* (1970b), *Os Brasileiros* (1972), *Configurações Histórico-Culturais dos Povos Americanos* (1975), *O Dilema da América Latina* (1978), *América Latina. Pátria Grande* (1985) e *O Povo Brasileiro* (1995), esta última considerada sua grande obra síntese de interpretação do Brasil.

Nessas obras – que, tradicionalmente, se formos pensar nas áreas delimitadas da academia, se encaixariam nas áreas da antropologia e da etnografia e, em alguns casos, como no caso de *O Povo Brasileiro* (1995), podem ser consideradas obras ensaísticas e não textos estritamente acadêmicos – Darcy Ribeiro discorre sobre o seu entendimento relativo a como o *processo civilizatório* se descortinou na América Latina, mais especificamente, no Brasil, de modo a pensar os problemas, dilemas e contradições das relações entre as sociedades em âmbito mundial, o processo de colonização e as relações coloniais, de violência, de genocídio e de escravização nos processos de encontro entre os colonizadores e os povos originários que aqui na América Latina e no Brasil existiam, e os povos que foram trasladados de África pelos colonizadores e que aqui também foram escravizados e dizimados.

Darcy Ribeiro, nessas análises, traz foco para compreender como se forjam sociabilidades específicas aqui na América Latina e no Brasil, especificamente

atualmente seja dominante e consolidada a visão – a partir da formulação de Caio Prado Júnior (2011 [1942]) – de que a economia que se forja aqui é um empreendimento capitalista, organizado a partir das demandas econômicas do centro do capitalismo, logo, um capitalismo de característica dependente, há uma longa controvérsia na historiografia sobre qual seria o modo de produção que aqui se consolida: capitalismo (Caio Prado Júnior, Celso Furtado, autores da teoria marxista da dependência, Florestan Fernandes), feudalismo à brasileira (Nelson Werneck Sodré), dualidade básica brasileira (Ignácio Rangel) ou escravismo colonial (Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso)?

criando um *povo novo*, uma civilização específica, com suas mazelas e seus potenciais revolucionários. Assim, buscar entender como se deu o processo de configuração do povo e da nação no Brasil, quais as relações sociais que se estabeleceram aqui e como os diferentes grupos étnicos e sociais se articularam e interagiram, em relações marcadas por diferenças estruturais de poder e entendimentos de sociabilidade e culturais diferentes.

Nessas análises, Darcy Ribeiro, involuntariamente, lança as seguintes perguntas para a história econômica, perguntas essas que ou não haviam sido levantadas pelos historiadores econômicos, ou não eram consideradas relevantes para se compreender a formação econômico-social brasileira: os processos de escravização (dos povos originários das Américas e dos povos oriundos de África) só devem ser analisados do ponto de vista econômico e da técnica? Não há elementos mais amplos e de consequências significativas nesses processos para a formação econômico-social brasileira (e latino-americana)?

Cabe a economistas abrir espaço para análises sobre o processo de formação econômico-social brasileira que articulem de maneira transdisciplinar os fenômenos da configuração do Brasil e de suas questões. Afinal, a economia política é apenas uma das óticas de configuração e de entendimento da realidade social, múltipla e amplamente interligada. Nas palavras de Aloísio Teixeira, “[...] economia, política, antropologia e sobretudo a história – dos fatos e das ideias – são ângulos específicos e partes organicamente constitutivas da crítica da economia política, e não instrumentos mecanicamente justapostos” (TEIXEIRA, 2011, p. 331).

Cabe a economistas, em especial economistas críticos e críticas à teoria econômica dominante, ampliar o horizonte de sua formação de maneira a poder compreender os fenômenos econômicos em sua articulação com a totalidade da realidade que se pretende analisar. Assim, o recurso às interpretações do Brasil é salutar na formação e análise de economistas – Darcy Ribeiro e suas análises a partir da antropologia e da etnografia em especial, com seu foco nos elementos de configuração da formação do povo e da nação no Brasil, a partir dos elementos culturais, étnicos e raciais e nas formas de sociabilidade que aqui se formam.

Darcy Ribeiro em sua interpretação do Brasil articula classes sociais e a estratificação social existente no Brasil com as inserções étnico-raciais da população brasileira, revelando como classe, poder e raça se articulam de maneira umbilical na configuração e estratificação da sociedade de classes no Brasil; os estratos mais baixos e marginalizados configurando-se majoritariamente pelos descendentes dos sobreviventes aos processos de genocídio e escravização dos povos originários daqui das Américas e dos povos oriundos de África. Darcy Ribeiro (1995) destaca que há

distâncias econômicas, sociais, geográficas e culturais entre os grupos que compõem os estratos mais marginalizados e as classes dominantes.

A partir desse cenário, percebe-se que desigualdade econômica e social no Brasil também se manifesta como desigualdade racial e de poder. Os processos de transição “[...] de colônia a nação independente e de Monarquia a República” ocorrem “[...] sem que a ordem fazendeira seja afetada e sem que o povo perceba. Todas as nossas instituições políticas constituem superfetações de um poder efetivo que se mantém intocado: o poderio do patronato brasileiro” (RIBEIRO, 1995, p. 201).

Darcy Ribeiro, tal como Florestan Fernandes (1973, 1981, 2008, 2011, 2015, 2021), revela que, no processo histórico de configuração da formação econômico-social brasileira (e latino-americana), se forja uma sociedade extremamente estratificada, e que, nessa estratificação, se manifestam diferenciais de poder, econômicos, sociais e culturais e, ainda, que a configuração étnico-racial desses estratos reproduzem, na sociedade contemporânea, os processos de escravização e marginalização econômica, política e social dos povos originários das Américas e oriundos de África.

O *moderno* que se estabelece aqui na América Latina não rompeu com o *atrasado*, pelo contrário, reproduz o atrasado de maneira a beneficiar a dinâmica de acumulação e os estratos das classes dominantes, majoritariamente brancas. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1995, p. 200), “Os subprodutos mais característicos desse sistema foram o coronel fazendeiro e o cabra, gerados socialmente como tipos humanos polarmente opostos, substituídos hoje pelo gerente e pelo boia-fria”.

Essas tipificações sociais que Darcy apresenta como sujeitos polarmente opostos, mas que estão em relação direta e que se forjam como pares dialéticos, mostram, em sua percepção, os limites do desenvolvimento de instituições democráticas de fato aqui no Brasil. Ainda que formalmente existam essas instituições democráticas e que os indivíduos a princípio estejam em pé de igualdade para essas instituições, elas na realidade expressam a hierarquização e estratificação de poder, social e econômica remanescentes das estruturas históricas de configuração da sociedade brasileira, perpassando a Colônia, o Império e agora na República.

A sociedade resultante tem incompatibilidades insanáveis. Dentre elas, a incapacidade de assegurar um padrão de vida, mesmo modestamente satisfatório, para a maioria da população nacional; a inaptidão para criar uma cidadania livre e, em consequência, a inviabilidade de instituir-se a vida democrática. (RIBEIRO, 1995, p. 201).

A democracia no Brasil, para Darcy Ribeiro, é uma farsa, é um mito, é incompatível com a realidade aqui posta. E um dos elementos mais marcantes dessa ausência de democracia está na configuração étnico-racial da sociedade de classes estratificada

no Brasil. Logo, Darcy rompe com a visão dominante de harmonia e democracia racial (*a la* Gilberto Freyre) que invisibiliza os processos de violência e o genocídio (violência sexual, guerras, invasões, escravização, dizimação, exploração etc.) do processo histórico de configuração da sociedade brasileira, ou melhor, na articulação entre os povos colonizadores e os povos originários das Américas e oriundos de África. Darcy Ribeiro dá centralidade a esses processos de violência e exploração em sua análise, em trechos como “Calculo que o Brasil, no seu fazimento, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo que aqui se edificou. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno” (RIBEIRO, 1995, p. 203) ou “Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história” (RIBEIRO, 1995, p. 23).

Ribeiro identifica que o que se forja no Brasil não é uma democracia racial, na qual não há racismo, mas uma sociedade miscigenada com um tipo específico de racismo, o *racismo assimilacionista* (RIBEIRO, 1995), que na aparência integra os não-brancos à sociedade, inclusive levando à apropriação de seus signos culturais e suas produções, aparentemente dando uma maior sociabilidade de integração à população não-branca, mas que, na verdade, enfraquece os processos de luta antirracista e de organização dos povos não-brancos, contribuindo para um apaziguamento das lutas antirracistas e para uma mistificação dos processos de desigualdade racial e suas estruturas.

A ideia de *racismo assimilacionista* de Ribeiro encontra paralelos com a noção de *racismo por denegação* de Lélia Gonzalez (2020b), que se manifesta na América Latina – ou melhor, na Améfrica Ladina, na expressão da autora –, uma forma de racismo herdeira das relações de estratificação e hierarquização que se formaram entre os povos ibéricos (portugueses e espanhóis) e os povos não-brancos (em especial, na relação entre os ibéricos com *mouros e judeus*), que se manifestam em instituições, arranjos sociais, relações sociais de violentos mecanismos de controle social e político dos povos não-brancos e que não precisam de formas explícitas de segregação.

Darcy Ribeiro, em consonância com o que já havia sido apresentado por outros autores e autoras que apresentam interpretações do Brasil, como os já citados Florestan Fernandes (1973, 1981, 2008, 2011, 2015, 2021), Lélia Gonzalez (2020a, 2020b), Clóvis Moura (2019, 2020b), e outros mais recentes como Paixão (2014) e Theodoro (2022), vai analisar como as noções de democracia racial e de ausência de racismo no Brasil na realidade mascaram as estruturas de desigualdade racial e de racismo que se articulam com os elementos estruturais e históricos de configuração da sociedade de classes no Brasil e de hierarquização e estratificação social.

São elementos que, por um lado, velam as contradições e a marginalização dos

segmentos dominados e que, por outro, se configuram como os mecanismos de controle e desmonte da resistência cultural dos grupos marginalizados. Tal situação de contradição e antagonismo de classes, originada nos processos de escravização e genocídio, se reconfigura no capitalismo dependente, mascarando-se como uma situação não-competitiva, harmoniosa. Ela se manifesta concretamente em uma divisão social e racial do trabalho, que reforça a hierarquização a partir da estrutura social estratificada e que garante os mecanismos de acumulação de capital, exploração e expropriação dos estratos mais marginalizados.

Nesta sociedade que aqui se forma, Darcy Ribeiro identifica um traço específico na *identidade do povo brasileiro*. Uma identidade que se forja na miscigenação (marcada pela violência) e na ausência de uma identidade nacional em si, mas que configura uma maneira *inventiva*, própria, de se colocar no mundo, uma identidade que se constrói a partir de um processo violento e opressor no encontro entre as chamadas matrizes étnicas formadoras – o branco colonizador/dominador/opressor, e os povos escravizados e dizimados, povos originários das Américas e oriundos de África.

Essas matrizes étnicas se relacionam não com o sentido de forjar uma sociedade, de cidadãos, mas, sim, a partir da “primazia do lucro sobre a necessidade” (RIBEIRO, 1995, p. 404), configurando um sistema econômico movido pela dinâmica do mercado externo, sem atenção para as necessidades de produção e de reprodução das condições de existência internas (esse argumento encontra muitas semelhanças com a caracterização do *sentido da colonização* de Caio Prado Junior [(1942) 2011]), ou seja, forma-se um mercado produtor pautado pelos interesses e dinâmica do centro do capitalismo.

Essa identidade se manifesta no que Darcy vai chamar de *ninguendade*, uma identidade que é fruto da desconstrução étnica das nossas matrizes formadoras, configurando uma nova cultura própria.

Em suas palavras, “O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira” (RIBEIRO, 1995, p. 131). E segue:

Nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já q aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na *ninguendade*. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. (RIBEIRO, 1995, p. 410, grifos do autor).

Dessa ideia de *niguendade*, Darcy Ribeiro traz uma conclusão otimista com relação às possibilidades e capacidades do povo brasileiro e do povo latino-americano, pois aponta para o potencial inovador e criativo dessa identidade de não-povo, que poderia marcar a fundação de uma nova civilização, junto com os demais latino-americanos, uma civilização mais alegre, generosa e humana.

Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante.

Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior das nações neolatina, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso autossustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra. (RIBEIRO, 1995, p. 411).

Considerações finais

Darcy Ribeiro, com a ideia de *ninguendade* e a formação do povo brasileiro, pensa o processo de formação do Brasil não somente tendo como ponto de partida os colonizadores europeus, mas, sim, dando centralidade para os povos originários em suas análises e para as relações e articulações entre os colonizadores e colonizados, dominadores e dominados, diferentemente do que é feito tradicionalmente na história econômica e nos debates sobre o processo de formação econômico-social brasileira. Ainda que seja possível apontar as limitações de suas análises no que tange às questões raciais, ao certo tom paternalista que muitas análises de antropologia e etnografia sobre os povos originários e negros feitas por intelectuais brancos possam ter, suas contribuições são necessárias para pensarmos um olhar mais crítico e transformador da realidade brasileira (e latino-americana).

Ao destacar como os processos de violência se articularam na configuração das relações de classes estratificadas no Brasil e como essas relações se reproduzem e se agudizam nas estruturas e superestruturas da sociedade e da economia brasileiras, reforça-se uma análise não-harmônica e não-tecnicista sobre os processos de desigualdades da sociedade e da economia brasileiras (e latino-americanas).

Apesar desse cenário estrutural do Brasil marcado pela violência e pela desigualdade, como podemos ver com a última citação, Darcy era um otimista com

relação às possibilidades de criação do novo e transformações e revoluções aqui no Brasil e na América Latina. Talvez essa seja uma das grandes qualidades de suas provocações (não só para economistas), mas ao mesmo tempo um de seus pontos falhos, ainda mais se observarmos a realidade brasileira e latino-americana dos últimos anos.

Como um intelectual orgânico, sempre associando sua contribuição teórica com sua intervenção como homem público, articulado com o que entendia ser os interesses da classe trabalhadora e do povo brasileiro, suas intervenções públicas e teóricas foram no sentido de assentar o que ele via como as melhores formas de entendimento dos dilemas do Brasil e de solução para suas questões. No entanto, como homem público, sempre buscou travar suas lutas e suas intervenções dentro da institucionalidade do Estado democrático de direito burguês, o que carrega em si limitações de transformações e esbarra nos limites “do possível” e das reformas.

O que sua obra e sua práxis podem mesmo ajudar a entender é a realidade brasileira e latino-americana e como suas estruturas e instituições são forjadas de maneira a limitar as possibilidades de transformação dentro da ordem, assim como a limitar as possibilidades de reformas e a radicalidade destas.

Talvez o que falte para que o Brasil, a América Latina e suas classes trabalhadoras possam dar o salto transformador que Darcy Ribeiro, com muita esperança, acreditava ser possível, seja irmos mais a fundo nas análises sobre o capitalismo dependente e desigual que se forma e se rearticula em sociedades com passado colonial e escravocrata. E que essas questões estejam na centralidade das lutas das classes trabalhadoras no Brasil e na América Latina; afinal, as classes trabalhadoras não são sujeitos abstratos, mas possuem gênero, raça, entre outros marcadores sociais que carregam em si vivências, opressões e questões para a luta que precisam ser articuladas para pensarmos horizontes de superação do capitalismo dependente latino-americano.

Referências

ARANTES, Paulo; ARANTES Otilia. **Sentido de formação**: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lucio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; VILLARINO, Leandro Vizin. O conceito de formação em tempos críticos: esboço de reflexão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016. **Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: ANPOCS, 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORJA, Bruno. A história econômica do Brasil em controvérsia: Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. In: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno (Orgs.). **Controvérsias**

- do pensamento econômico brasileiro:** história, desenvolvimento e revolução. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 109-147.
- CÂNDIDO, Antônio, O significado de Raízes do Brasil. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 9-21.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil:** aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- FREITAS FILHO, Almir Pita. **A historiografia sobre a formação econômica do Brasil e a problemática do modo de produção escravista colonial:** notas de aula. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, fev. 1988. (Texto Didático nº 35).
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- FURTADO, Celso. **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 4, n. 1, p. 7-36, mar. 1950.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 75-93.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 129-150.
- LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada:** por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba: CRV, 2014.
- PINHEIRO, Filipe Leite. Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octávio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier. In: MALTA, Maria et al. (Orgs.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro:** história, desenvolvimento e revolução. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 149-182.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. Rio de Janeiro: Global, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **América Latina**. Pátria Grande. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**. Estruturas de poder e forças insurgentes Petrópolis: Vozes 1978.
- RIBEIRO, Darcy. **Configurações histórico-culturais dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**. 1 Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. Processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970b.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. Etapas da evolução sociocultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; FAPESP; Editora 34, 2000.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

TEIXEIRA, Aloisio. Posfácio: Uma agenda para a (re)descoberta do Brasil. *In*: MALTA, Maria (org.)

Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2011, p. 329-352.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

As escolas de formação e a obra do antropólogo Darcy Ribeiro:

O Brasil e os Brasileiros

Yolanda Lima Lobo*

Resumo: Esse texto está construído em três partes. A primeira, introdutória, tem a finalidade de tornar conhecidas as escolas formadoras do antropólogo Darcy Ribeiro e descrever os acontecimentos, mais ou menos encadeados, que explicam sua busca incansável para compreender a formação e o sentido do povo brasileiro. A segunda parte expõe o corpo do texto *O Brasil e os brasileiros, sua gestão como povo*, uma reconstrução e compreensão em teoria produzida pelo antropólogo. Na última parte, apresento interrogações feitas por Darcy Ribeiro e convido os brasileiros para ler *O Povo Brasileiro*, um discurso sobre suas origens e os fundamentos das desigualdades e diferenças que perduram ainda nos dias atuais, em um Estado que se estrutura com fundamento em uma ética sem dignidade, consubstanciada no exercício da coação, discriminação e exclusão social. As interrogações de Darcy merecem estudos e respostas. Um novo porvir é possível?

Palavras-Chave: Darcy Ribeiro. O Povo Brasileiro. Brasil. Antropólogo. A Formação do Brasil.

Abstract: This text is built in three parts. The first, an introduction, aims to present the formation schools of the anthropologist Darcy Ribeiro and describe the events, more or less linked, that explain his tireless search to understand the formation and meaning of the Brazilian people. The second part expounds the body of the text *Brazil and the Brazilians, their management as a people*, a theoretical reconstruction and understanding developed by the anthropologist. In the last part, I raise questions posed by Darcy Ribeiro and invite Brazilians to read *The Brazilian People*, a discourse on its origins and the foundations of the inequalities and differences that persist even today in a State that is structured on the basis of an ethic without dignity, embodied in the exercise of coercion, discrimination and social exclusion. Darcy's questions are still relevant today and deserve studies and answers. Is a new future possible?

Keywords: Darcy Ribeiro. The Brazilian people. Brazil. Anthropologist. The formation of Brazil.

Resumen: Este texto está construído en tres partes. La primera, introductoria, tiene como objetivo dar a conocer las escuelas educativas del antropólogo Darcy Ribeiro y describir los acontecimientos, más o menos vinculados, que explican su búsqueda incansable por comprender la formación y el sentido del pueblo brasileño. La segunda parte expone el cuerpo del texto *O Brasil e os Brasileiros*, su gestión como pueblo, una reconstrucción y comprensión en la teoría producida por el antropólogo. En la última parte, presento preguntas planteadas por Darcy Ribeiro e invito a los brasileños a leer *O Povo Brasileiro*, un discurso sobre sus orígenes y los fundamentos de las desigualdades y diferencias que aún persisten hoy, en un Estado que se estructura sobre la base de una ética. sin dignidad, encarnada en el ejercicio de la coacción, la discriminación y la exclusión social. Las preguntas de Darcy merecen estudios y respuestas. ¿Es posible un nuevo futuro?

Palabras-clave: Darcy Ribeiro. El pueblo brasileño. Brasil. Antropólogo. Formación del Brasil.

* Doutora em Educação, membro da Coordenação Editorial da revista Terceiro Milênio (2013-2017) e do Conselho Curador da Fundação Darcy Ribeiro (2010-20014). Professora de Programas de Pós-Graduação FE/UFRJ e de Sociologia Política UENF (2007-2015).

I-Introdução

A obra científica não é obra “acabada”. O seu principal sentido é fazer surgir novas indagações. Na esfera da ciência, o fazer do cientista e seus objetivos, um dia, poderão ser revistos e tornar-se fontes de inspiração para novos estudos. Não é possível concluir um trabalho sem esperar, ao mesmo tempo, que outros avancem ainda mais. (Cf. Weber, 2011)

Ainda muito jovem Darcy inicia seus estudos na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Nessa escola recebeu, segundo ele, influências marcantes na sua formação, e as deixou registradas em suas memórias. (Ribeiro, 1996) Donald Pierson, o norte-americano que lhe suscitou o interesse pelo Brasil e o introduziu nos estudos da comunidade, escolheu a formulação do objeto de suas investigações: o Brasil, para tentar compreender a sociedade brasileira tradicional. O primeiro trabalho que o Professor Pierson lhe pediu foi para elaborar um levantamento bibliográfico de estudos literários (vários gêneros) e científicos de autores brasileiros. Que retratos do Brasil foram feitos por esses autores? Eis a pergunta condutora da pesquisa bibliográfica. Militante do Partido Comunista, Darcy, em princípio, resistiu a fazer a leitura de alguns autores, pois além da não recomendação do partido, ele julgava ser perda de tempo ler, por exemplo, a obra de Oliveira Viana. Pierson retrucou fazendo-o compreender que qualquer tipo de censura impede o desenvolvimento da ciência e que a leitura sociológica deve fazer indagações às obras dos autores indicados destacando aquilo que elas não respondiam, ou o caráter ideológico da obra. O levantamento bibliográfico que fez como tarefa para Pierson, segundo registrou Darcy, proporcionou-lhe adentrar o Brasil dando-lhe matéria concreta para “nos pensar como Povo”. (Ribeiro, 1996, p.125) Essa influência foi marcante nos estudos de revisão crítica que realizou sobre o pensamento social brasileiro, que resultaram em duas de suas obras: *Os Brasileiros e O Povo Brasileiro*.

Mas, foi Herbert Baldus, professor dessa Escola, que o ensinou a amar os índios. Segundo Darcy, ele recebeu desse professor como legado “seu ideal científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil”. (Ribeiro, 1996, p. 126) Orientador de Darcy, Baldus escreveu-lhe uma carta em que sublinhava a importância do jovem antropólogo para prosseguir com sua obra: “você é minha grande esperança para prosseguir naquela obra a que me dediquei por toda a minha vida: salvar os índios do Brasil e ensinar ao mundo o que eles são.” (Idem).

O Marechal Rondon a a escola indígena

Foi Baldus quem o apresentou ao marechal Rondon, Diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, que o contratou como etnólogo, para trabalhar no Serviço de Proteção aos Índios. Com Rondon, a quem Darcy chamava de mestre, inicia sua profissão de etnólogo em expedições pelo Brasil para conhecer uma das matrizes formadoras do povo brasileiro: a matriz indígena. Convicto de que não poderia ser possível falar de alguma coisa sem conhecê-la, inicia uma viagem pelo Brasil indígena, que perdurou por dez anos. Viveu o melhor tempo de sua vida, segundo ele, em aldeias indígenas. O aprendizado com as tribos indígenas incluiu dois principais temas: aprendeu a língua Tupi-Guarani (os cadernos desse aprendizado foram guardados e hoje fazem parte de seus arquivos) e a respeitar a natureza humana e o meio ambiente. Os registros de suas pesquisas – cadernos, relatórios científicos, filmagens e documentários – e, principalmente, a correspondência com outros cientistas-, dão conta do rico, dedicado e extraordinário trabalho realizado pelo antropólogo. Indignado com o avanço de invasores nas terras indígenas escreve ao marechal Rondon relatando os efeitos adversos provocados por invasores nas terras e na vida das populações indígenas. E indaga: que medidas o Serviço de Proteção aos Índios deve tomar de imediato para evitar as mortes dos índios? Esta é, sem dúvida, uma questão que permanece aberta até hoje. No seu retorno ao Rio de Janeiro, assume a direção da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (1952) e faz da luta pela população indígena um objetivo de sua vida. Elabora o projeto para criação do Parque Indígena do Xingu, e cria o Museu do Índio, um espaço vivo de culturas indígenas, com objetos artesanais, danças, comidas, e representantes de tribos com a finalidade de tornar conhecidas, para a população urbana, a importância e a riqueza da matriz indígena na formação do povo brasileiro.

A escola Anísio Teixeira

Por curioso que possa parecer, o trabalho realizado por ele em comunidades indígenas o introduziu na escola do mestre Anísio Teixeira. Em uma conferência realizada no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Professor Anísio Teixeira, então diretor desse Instituto, ouviu com interesse o relato de Darcy sobre a organização complexa e rica de sociedades indígenas. Alguns dias depois, esse Professor, um estudioso da Escola de Chicago, convida Darcy para dirigir o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do INEP (1957). A comunidade escolar passa a ser, então, o novo objeto de pesquisas do antropólogo. Era o Brasil, como objeto de estudo: das

comunidades indígenas às comunidades urbanas. Se Random foi quem o ensinou a “ser gente”, Anísio foi seu “santo-sábio”. Cada um deles com suas lutas “que passaram a ser as minhas: a proteção aos índios e a educação do povo”. (Ribeiro, 1997, p. 223). Assim tem início o trabalho de Darcy com a educação, com seu mestre Anísio Teixeira, a quem reputava ser a consciência mais lúcida do Brasil. Com ele não somente aprendeu a reconhecer a relevância da escola pública, mas, sob sua orientação, tomou conhecimento da situação precária da escola básica e média brasileira e do ensino superior, lendo os relatórios de pesquisas realizadas pelo INEP (desde a criação desse órgão em 1938). Ambos participam da elaboração do projeto de organização do Sistema Educacional de Brasília (uma concepção de Anísio Teixeira) estruturado com as Escolas Classes e Escolas Parques, e do projeto de criação da Universidade de Brasília (1960), da qual foi seu primeiro Reitor (1961). Em agosto de 1962, ingressa na vida política como Ministro da Educação e Cultura.

A escola política pinheirista (João Pinheiro)

Para exercer essa nova tarefa busca inspiração em uma escola mineira de Administração Pública. Trata-se da “Escola Pinheirista”, como ficou conhecida a administração do político João Pinheiro no Governo de Minas Gerais. Como outros ilustres conterrâneos – Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek -, Darcy foi um admirador de João Pinheiro, político mineiro, fundador do Partido Republicano em Minas Gerais, que governou Minas Gerais em dois períodos: interinamente, de fevereiro a agosto de 1890, e eleito Presidente do Estado de Minas Gerais em 1906. O governador João Pinheiro fez escola introduzindo a política de modernização na gestão do Estado de Minas Gerais. Para ele, a ação política exige direção empírica e objeto claro da atividade intelectual do político.

No exercício de cargos de direção públicos, Darcy Ribeiro faz uso do legado da administração Pinheirista, isto é, da obra de modernização da administração brasileira. Isso significava unir a dupla funcionalidade da atividade intelectual: formação empírica para a pesquisa aplicada e intervenção política. Assim tem início o trabalho de Darcy com a educação, sempre com seu mestre Anísio Teixeira, quando ocorreu o movimento político militar que destituiu o presidente João Goulart da Presidência da República em 1964. Darcy segue para seu primeiro exílio, no Uruguai. Em sua bagagem, levou sua biblioteca e seus arquivos de pesquisas.

II - O Brasil e os brasileiros, sua gestão como povo, uma análise de Darcy Ribeiro

O exílio é tempo de distanciamento para refletir e buscar respostas para seu estado de perplexidade. Darcy necessitava, urgentemente, de interlocutores com quem pudesse estabelecer diálogos e encontrar respostas para suas inquietações. A quem poderia recorrer, no exílio? Ao mestre, certamente. Anísio Teixeira encontrava-se nos Estados Unidos. Por meio de um amigo comum, o cientista Charles Wangler, consegue iniciar um diálogo com seu mestre por meio de correspondência endereçada a Wangler.

A parte preliminar das cartas manifesta sentimentos de desconsolo, de pesar pela ausência, de reencontro. Ao mesmo tempo, apresenta um entusiasmo com a tarefa de escrever um livro, e “o peito cheio de esperança de voltar logo e retomar o processo”. Mas, o núcleo das cartas expõe uma leitura sociológica da situação política e econômica do mundo, notadamente das Américas, e uma busca por respostas racionais sobre os acontecimentos que provocaram a derrubada do Presidente João Goulart. - “*Valeu a pena?*”, indaga o discípulo ao mestre: “gostaria imensamente de lhe falar e de ouvir sua apreciação sobre os acontecimentos, porque estou certo de que uma compreensão clara da experiência vivida é indispensável para irmos à frente”. (Arquivo Darcy Ribeiro, Série Correspondência Diversa. DR, 1964.06.01. v. 1-7, p.1. Fundação Darcy Ribeiro).

Em três partes de sua carta Anísio responde ao discípulo:

- 1- Sobre as razões que levaram à derrubada do Governo Goulart, na análise sociológica que faz da situação brasileira, Anísio considera ter sido o medo da classe média de enfrentar a mudança social que teria provocado o desfecho do movimento militar;
- 2- Considera que estava prevendo um período de consolidação entre os países desenvolvidos e um período de contenção nos países subdesenvolvidos;
- 3- Entrevista o surgimento de “um novo vitorianismo, semelhante ao que sucedeu no século XIX”, posto que, segundo ele, “a prosperidade crescente dos países desenvolvidos fatalmente os conduzem a unirem-se num esforço comum para compressão do mundo subdesenvolvido”.

Assim sendo, conclui ele,

Por onde, porém, pode espreitar alguma esperança? Talvez, no desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia. O mundo está cada vez mais sob a ação de engenheiros e mecânicos, servidos por conhecimentos cada vez mais espantosos. Até hoje tem sido eles, como força reflexa e não direta. Será que uma espécie de *managerial revolution* irá tomar conta do mundo e (...) acabem os engenheiros – entendido esse termo no mais lato sentido – substituindo os políticos ou pondo os políticos ao seu serviço? Seria a lógica da ciência e de sua aplicação a substituir

a lógica das ideologias. Dizem ser isto o que está sucedendo na Rússia e já sucede aqui – em relação, pelo menos, ao problema da produção. Seria uma forma meio marxista de compreender a produção. Desenvolvida a sua técnica, essa técnica conduziria o mundo. Isto lembraria o que sempre disse que o Brasil chegaria à riquezas no dia em que essa riqueza fosse algo de tão automático, que lhe pudesse ser imposto sem exigir esforço individual. (Arquivo Darcy Ribeiro, Série Correspondência Geral, DR, 1964.06.01. v. 1-7, p.1. Fundação Darcy Ribeiro)

A carta do mestre suscitou em Darcy a necessidade de reler Marx, o Tomo I de *Capital*, para elaborar os conceitos com os quais trabalharia *Os Estudos Antropológicos da Civilização*, obra em cinco volumes. Reexamina as teorias explicativas vigentes sobre desenvolvimento econômico e socio-cultural do “Velho Mundo” e concluiu que eram um tanto reducionistas. Faz uma série de indagações e não encontra respostas para suas questões em nenhuma delas. Então, cria uma nova abordagem para compreender afinidades e diferenças ocorridas no processo cultural no Velho e no Novo Mundo, em seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, em 1968, com inspiração marxista. Usa o conceito marxista de *tecnologia* como fundamento para gerar uma nova tipologia de seu esquema evolutivo. Em 1968, publica o primeiro livro dessa série de Estudos, *O Processo Civilizatório*, pela editora Civilização Brasileira.

Em continuação, publica *As Américas e a Civilização*, uma abordagem antropológica sobre os fundamentos da formação de etnias nacionais americanas, agrupando-os em três categorias: Povos-Testemunho (remanescentes das civilizações pré-colombianas: andinos e mexicanos), Povos-Novos (originados do processo de miscigenação de europeus, indígenas e africanos, como o Brasil), e Povos Transplantados, matriz cultural e populacional importada de modo direto (Estados Unidos e Canadá).

Seguem-se as publicações de três livros: *O dilema da América Latina*, uma espécie de obra em denúncia que focaliza as estratégias de poder dos Estados Unidos para explorar e controlar graus de progressos de países Latino-Americanos. Em continuidade a esse livro, Darcy se dedica a estudar a formação da sociedade brasileira, em *Os Brasileiros*. O antropólogo cria uma teoria da cultura cujo conceito básico é o de transfiguração étnica. Esse conceito serve de base para seu novo estudo: *Os Índios e a Civilização*, uma análise do processo de integração dos índios na sociedade brasileira.

O livro síntese dessa série, *O Povo Brasileiro*, Darcy começou a escrevê-lo ainda no exílio, em 1973. Estava no Peru quando concluiu a primeira versão, que chegou a ser editada, mas, por considerá-la um estudo inacabado, não autorizou a publicação.

Já no Brasil, em seu retorno do exílio, reviu suas anotações e recomeçou a escrever o livro. Mas os compromissos políticos - foi eleito vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, (1983) e Senador da República (1990)-, e a retomada dos projetos com educação, entre outros, impediram-no de concluir o livro. Em 1995, já bastante doen-

te, foge do hospital no Rio de Janeiro para sua casa em Maricá (RJ) para concluí-lo. No prefácio escreveu: “este livro foi o maior desafio a que me propus. Ainda é. Há mais de 30 anos o escrevo e reescrevo-o, incansável”. (Ribeiro, 1996, p 11).

Para compreender a formação do povo brasileiro Darcy Ribeiro opera com duas categorias de análise explicativas, mutuamente excludentes: *Novo*, *Velho*. Essas conduzem a uma terceira como síntese da identidade dessa formação: o povo brasileiro é um *renovo mutante*. Apresenta quatro argumentos para fundamentar e elucidar sua análise.

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Novo porque se vê a si mesmo como uma gente nova, novo gênero diferente de quantos existam. Novo porque é um novo modelo de estruturação societária, com uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo pela inacreditável alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado que encoraja e comove a todos os brasileiros. (Ribeiro, 1995, p. 17)

Contraditoriamente, é um povo Velho, segundo o autor, “porque se viabiliza como um proletariado externo (...) como um implante ultramarino da expansão europeia”. Assim sendo, “não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial”. Sob essa perspectiva o Brasil emerge “como um *renovo mutante*, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa”. (Id. p.18)

A análise do antropólogo aponta três matrizes étnicas formadoras do Povo Brasileiro: a matriz indígena, a matriz lusitana e a matriz africana.

A matriz indígena

O antropólogo assinala que tribos do tronco tupi ocupavam quase todo o litoral atlântico do Brasil, formando uma enorme área linguística tupi-guarani. O idioma tupi foi a língua materna de uso corrente no Brasil até meados do século XVIII. Expandiu-se mais que o português como a língua da civilização. Os povos indígenas falavam línguas do mesmo tronco, “dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartiam, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam”. (Ribeiro, 1995, p.26).

Darcy registra diversidades tribais e organizações sociais altamente complexas e modelos de educação inovadores em algumas dessas tribos. Sobre a evolução cultu-

ral, o antropólogo registra os progressos na agricultura, com novas técnicas de plantio e preservação de alimentos. Por caminho próprio, afirma Darcy, “domesticaram diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados” (a mandioca selvagem, por exemplo, venenosa, devido ao ácido cianídrico, passou por seleção de variedades até que chegasse ao menor valor de toxicidade). Cultivavam milho, batata-doce, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucu, algodão, carauá. Confeccionavam cuias e cabaças, elaboravam condimentos com pimenta, erva-mate, guaraná. Os grandes roçados foram construídos na mata e para isso derrubavam árvores, segundo Darcy, usando machado, pedras e fogo para limpar o terreno. (Cf. Ribeiro, 1995, p.28). Os avanços alcançados na agricultura asseguravam-lhes profusão alimentar durante o ano, contrabalançando meses de abundância com os de escassez, com a caça e a pesca. Citando Betty Meggers (1971) Darcy observa que “permaneciam, porém, dependentes do acaso para obter outros alimentos da caça e da pesca, também sujeitos a uma estacionalidade marcada por meses de enorme abundância e meses de escassez.” (Ribeiro, 1996, p. 29).

Nos lugares onde havia profusão da pesca e da caça, formaram-se “sítios privilegiados”, tipos de aldeias agrícolas indiferenciadas que chegaram a alcançar cerca de três mil pessoas, segundo Ribeiro (1995, p. 29). A guerra entre tribos do mesmo tronco Tupi e de outras tribos, por disputas pelos sítios, causavam animosidade que culminavam em rituais antropofágicos.

Apesar da unidade linguística e cultural que permite classificá-los numa só macroetnia (...) os índios do tronco Tupi não puderam jamais unificar-se numa organização política que lhes permitisse atuar conjuntamente. Sua própria condição evolutiva de povos de nível tribal fazia com que cada unidade étnica, ao crescer, se dividisse em novas entidades autônomas que, afastando-se umas das outras, iam se tornando reciprocamente mais diferenciadas e hostis. (Ribeiro, 1995, p. 30)

Os Tupis tentaram estabelecer confederações regionais que, entretanto, não prosperaram. As hostilidades entre tribos foram exploradas por portugueses e franceses para guarnecer suas tropas com indígenas e guerrear em benefício de seus interesses: Tamoios, com os franceses na Guanabara; Tupinambá no Rio de Janeiro; Carijós, Goitacá, Aymoré, em São Paulo. Sobre essas guerras o antropólogo escreveu:

Nessa guerra inverossímil da Reforma versus Contrarreforma, dos calvinistas contra os jesuítas, em que tanto os franceses como os portugueses com exércitos indígenas de milhares de guerreiros (...) jogava-se o destino da colonização. E eles nem sabiam por que lutavam, simplesmente eram atçados pelos europeus, explorando sua agressividade recíproca. (...) os

índios jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço contínuo, ao longo de décadas, para dominar cada região. (Ribeiro. 1995, p. 30)

A análise do antropólogo acentua dois fatores importantes: a ausência de uma organização política estruturada e o papel da religião aliado ao expansionismo mercantilista europeu, como traços característicos da formação do povo brasileiro.

A matriz lusitana

A estrutura administrativa mandatária do poderio português sobre o Brasil compreendia um conglomerado de instituições, segundo Darcy “interativas”, “equivalentes” e “competitivas” entre si. (Cf. Ribeiro 1995, p.33)

Destacava-se o Conselho Ultramarino, em Lisboa, com as funções de planejar, ordenar, aparelhar, incrementar os mecanismos do empreendimento mercantil com novas tecnologias: a “nau oceânica, com suas novas velas de mar alto, leme fixo, bússola, astrolábio, e os canhões de guerra.” (Ribeiro, 1995, p. 35). Essa produção de novas tecnologias, proveniente de uma junção dos saberes de experiências acumuladas e da ciência, cumpria o objetivo para conquistar o mundo, sob a regência da Europa, e das normas básicas estabelecidas pelo Vaticano, “era a humanidade mesma que entrava noutra instância de sua existência”, sublinha Darcy. E acrescenta que, para isso, “se extinguiriam milhares de povos, com suas línguas e culturas próprias singulares, para dar nascimento às macroetnias maiores e mais abrangentes”. E completa: “O motor dessa expansão era o processo civilizatório que deu surgimento a dois Estados nacionais: Portugal e Espanha.” (Op. cit, p. 35).

O Vaticano se constituiu como a entidade que se apropria do privilégio exclusivo do uso legítimo da força moral e física sobre as populações das colônias portuguesas e espanholas. Se a força não produz nenhum direito sobre os homens, as bulas papais o fazem para controlar o *Novo Mundo*. Os estudos de Darcy citam duas bulas: a *Romanos Pontifex*, 08-02-1454, e a *Inter Coetera*, de 04-05-1493.

A *Romanos Pontifex* “concede ao rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar, a quaisquer sarracenos pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir a servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descentes.” (Ribeiro, 1995, p. 36). Já as cláusulas em direito *perpetuum* - asseguradas pela “autoridade do Deus onipotente a nós concedida em S. Pedro, assim como do vicariato de Jesus Cristo, a qual exercemos na terra, para sempre” - doavam, concediam e entregavam aos herdeiros e sucessores dos monarcas “em todos os seus domínios cidades, fortalezas, lugares, vilas, direitos, jurisdições, e todas as pertenças”. Outorgam “a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores”, direito com pleno, livre e

irrestrito poder, “autoridade e jurisdição sobre as terras firmes e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, e reduzi-los à Fé Católica...” (Ribeiro, 1995, p. 37).

Para Darcy, desde então, essa é a lei que vigora no Brasil. Ela, afirma o antropólogo, é o fundamento sobre o que se pode excluir da regra e constituir firmes alicerces “do direito do latifundiário à terra que lhe foi uma vez outorgada, bem como o comando de todo o povo como uma mera força de trabalho, sem destino próprio, cuja função era servir ao senhorio daquelas bulas”. (Ibidem).

A matriz africana

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é mais compatível com a preservação dos seus interesses. O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho deculturativo, consigam permanecer humanos. (Ribeiro, 1995, p.106)

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. Citando as obras de Artur Ramos e de Nina Rodrigues, Darcy destaca três grandes tipos culturais na procedência africana no Brasil: o primeiro, das culturas sudanesas - Yoruba, Dahomey, Fanti-Ashanti, além dos representantes da Gâmbia, Serra Leoa, Costa Malagueta, e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe para o Brasil culturas islamizadas - Peuhl, Mandinga, Haussa - do norte da Nigéria. O terceiro grupo cultural africano compreendia tribos Bantu do Congo-angolês (Angola) e da Contra Costa (Moçambique). (Cf. Ribeiro, 1995, p. 102)

Os estudos realizados por Darcy elencam as circunstâncias adversas que impediam a unificação racial entre os africanos na Colônia brasileira. As tribos africanas falavam dialetos diversos que impediam a formação de uma unidade linguístico-cultural que proporcionasse uma unificação aos negros submetidos à escravidão. A religião, expressão da consciência negra, em lugar de unificá-los, desunia-os. A política escravagista desagregadora: os portugueses evitavam a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia nas mesmas propriedades e até nos mesmos navios negreiros, para impedir a formação de núcleos solidários que retivessem um patrimônio cultural africano. Na colônia brasileira, os negros encontraram já constituídos os núcleos formados pela protocélula luso-tupi.

Os Engenhos e as Minas são espaços físicos, associativos e ideológicos, nos quais o negro escravo reconstituiu suas virtualidades de ser cultural. Pelo convívio de africanos de diversas procedências com a gente da terra, dá-se o início de um corpo de novas compreensões mais amplo e mais satisfatório.

... dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e frequentemente hostis pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente ao universo cultural da nova sociedade. (Ribeiro, 1995, p.103)

No entanto, salienta Darcy, apesar das adversidades, conseguem ir à frente de outros ao aprender o português “com que os capatazes lhes gritavam e que mais tarde, utilizariam para comunicar-se entre si,” (Ribeiro, 1995, p. 103). Assim sendo, conseguem “aportuguesar o Brasil, além de influenciar de múltiplas maneiras as áreas culturais onde mais se concentraram que foram o nordeste açucareiro e as zonas de mineração do centro do país.” (ibidem)

Contudo, embora no universo cultural simplificado dos engenhos e das minas o negro tivesse acesso a um corpo de elementos adaptativos (relativo à tecnologia, com que se produzem e reproduzem as condições materiais de existência), associativos (concernentes aos modos de organização da vida social) e ideológicos (relativo às formas de comunicação, ao saber, às crenças, à criação e à autoimagem étnica), oriundos da protocélula étnica tupi, sua condição de escravo o impedia de se expressar nas formas de adaptação e nos modos associativos prescritos na estrutura da sociedade estratificada da colônia. No entanto, o negro sobreviveria principalmente no plano ideológico. Foi por meio de seus valores espirituais, das crenças religiosas e das práticas mágicas, e de suas reminiscências rítmicas e musicais e de saberes e gostos culinários, guardados no mais recôndito de si, que a herança africana se fez presente na cultura brasileira.

Essa parca herança africana - meio cultural e meio racial – associada às crenças indígenas emprestaria, entretanto, à cultura brasileira, no plano ideológico uma singular fisionomia cultural. Nessa esfera é que se destaca, por exemplo, um catolicismo popular muito mais discrepante que quaisquer heresias cristãs tão perseguidas em Portugal. (Ribeiro, 1995, p.105)

A cor, a língua, as feições africanas, as cadências e ritmos, o gosto e os sentimentos, são marcas principais da influência negra no Brasil.

Examinando o conjunto de características próprias à vida social resultante do projeto colonial, Darcy esclarece como se construiu a estrutura de uma sociedade

bipartida - excludente, que não considerou o modo de vida da célula vigente indígena - estratificada, escravista, dividida entre senhores e escravos, rural e urbano, e que “atuava como um rebento ultramarino da civilização europeia em sua versão portuguesa.” (idem)

Estamos diante do resultado de um processo civilizatório que, interrompendo a linha evolutiva prévia das populações indígenas brasileiras, depois de subjugar-las, recruta seus remanescentes como mão de obra servil de uma nova sociedade que já nascia integrada numa etapa mais elevada da evolução sociocultural. No caso, esse passo se dá por incorporação ou atualização histórica - que supõe a perda de autonomia étnica dos núcleos engajados, sua dominação e transfiguração, estabelecendo as bases sobre as quais se edificaria, daí em diante, a sociedade brasileira. (Ribeiro, 1995, p. 66)

Segundo Darcy, essas bases tornam-se visíveis com a implantação dos primeiros engenhos açucareiros, que cumpriam a missão de vincular os antigos núcleos extrativistas ao mercado mundial, viabilizando assim sua existência na condição socioeconômica de um “proletariado externo”, numa sociedade estruturada como colônia mercantil-escravista da metrópole portuguesa.

Fazendo uso de uma abordagem marxista, a análise do antropólogo explicita, em três planos, a forma como as bases estruturais alicerçam o estabelecimento dos núcleos coloniais brasileiros. Para ele, no plano adaptativo, destacam-se: - a incorporação da tecnologia europeia aplicada à produção, à construção e à guerra, com uso de instrumentos de metal e de dispositivos mecânicos; - a navegação transoceânica que integrava os novos mundos em uma economia mundial, como produtores de mercadorias de exportação e como importadores de negros escravos e bens de consumo; - a instalação do engenho de cana, assentada na aplicação de diversos procedimentos agrícolas, químicos e mecânicos para produção de açúcar. Novas tecnologias para exploração da mineração de ouro e diamantes; a criação de rebanho de gado, para uso de transporte e tração e para abastecimento de carne e couro; a criação de galinhas, porcos e outros animais domésticos que associada à lavoura indígena, proveria a subsistência dos núcleos coloniais; o plantio de novas espécies de plantas cultiváveis, alimentícias e industriais, que passariam assumir importância decisiva na vida econômica de diversas variantes da sociedade nacional. A tecnologia portuguesa de produção de tijolos, telhas, sapatos, sabão, cachaça, rodas de carros, pontes e barcos. (Cf. RIBEIRO, 1995, p. 68)

Para implantar uma nova civilização foi preciso uma ação rigorosa para substituir, no plano Associativo: - a escravatura indígena pelo tráfico africano; - o regime de “solidariedade elementar fundada no parentesco, característico do mundo tribal

igualitário”, por formas de estruturação social que resultaram na estratificação “em classes antagônicas opostas, mas interdependentes pela complementaridade de seus papeis”. (RIBEIRO 1995, p. 67) E, mais importante, formar uma estrutura socioeconômica única que incorporasse todos os núcleos locais. No topo dessa estrutura, estaria a classe dominante do patronato de empresas “e uma elite patricial dirigente, cujas funções principais eram tornar viável e lucrativa, do ponto de vista econômico, a empresa colonial e defendê-la da insurgência de escravos, dos ataques indígenas e das invasões externas.” (idem, p. 69). Era necessário, também, dispor de “capitais financeiros para custear a implantação das empresas, provê-las de escravos e outros recursos produtivos e capacitados para arrecadar as rendas que produzisse.” (ibidem)

No plano ideológico, o estudo do antropólogo aponta os elementos que moldam a cultura das comunidades neobrasileiras, a saber: - a língua portuguesa, que se difunde e se converte no veículo único de comunicação das comunidades brasileiras entre si e delas com a metrópole; - um estrato social de letrados ínfimo que, “através do domínio do saber erudito e técnico europeu de então, orienta as atividades mais complexas e opera como centros difusos de conhecimentos, crenças e valores”; - artistas que exercem suas atividades obedientes aos gêneros e estilos europeus, principalmente o barroco. E, principalmente,

Uma Igreja inicial, associada a um Estado salvacionista, que depois de intermediar a submissão de grupos indígenas através da catequese impõe um catolicismo de corte messiânica e exerce um rigoroso controle da vida intelectual da colônia, para impedir a difusão de qualquer outra ideologia e até mesmo de saber científico. (Ribeiro, 1995, p. 69)

Em forma conclusiva, Darcy afirma que:

“Aqueles inovações tecnológicas, somadas às referidas formas mais avançadas de ordenação social e a esses instrumentos ideológicos de controle e expressão proporcionaram as bases sobre as quais se edificou a sociedade e a cultura brasileira como uma implantação colonial europeia.” (RIBEIRO, 1995, p. 69)

Sob o título *O Brasil e os brasileiros: um povo novo* o antropólogo orienta essa parte de seu estudo fazendo uma série de interrogações:

Quando é que, no Brasil, se pode falar de uma etnia nova, operativa? Quando é que surgem brasileiros, conscientes de si? Se não orgulhosos de seu próprio ser, ao menos resignados com ele?”(RIBEIRO, 1995, p.119)

Segundo ele,

É muito provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitano do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas. O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos - que ele desprezava -, nem com os europeus - que o desprezavam -, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro. Através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração de sua própria imagem e consciência como correspondente a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco, e ganha corpo a brasilidade. (RIBEIRO, 1995 p. 115)

Apoiando-se nas pesquisas de Curt Nimuendaju, o antropólogo afirma ser o Brasil a realização “derradeira e penosa” dos tupis que chegaram a costa atlântica por volta dos séculos XIV ou XV, bem antes dos portugueses. As tribos tupis, segundo Darcy, “desfeitas e transfiguradas”, fizeram-nos o que somos: uns latinos tardios do além mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos”. (RIBEIRO, 1995, p.117).

O processo para assumir sua própria identidade foi longo e tortuoso para os brasileiros. O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que envolvesse “a gente variada que aqui se juntou, passa pela anulação das identidades étnicas de índios, africanos, europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como mulatos (negros com brancos) cablocos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios)”. (ibidem)

Aos neobrasileiros, feitos pela transfiguração de suas matrizes, coube a tarefa de fazer o Brasil.

III - Problemas em forma de indagações: quais são as possibilidades políticas para refundar a Res pública brasileira? Um novo porvir é possível?

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995, p. 108)

O Povo Brasileiro é um estudo antropológico, certamente. Mas é, também e sobretudo, um discurso sobre as origens e os fundamentos das desigualdades e diferenças que perduram ainda nos dias atuais, em um Estado que se estrutura com fundamento em uma ética sem dignidade, consubstanciada no exercício da coação, discriminação e exclusão social.

Darcy assinala que o Estado brasileiro “não tem nenhum programa de reestruturação econômica que permita garantir pleno emprego a essas massas dentro de prazos previsíveis.” (Ribeiro, 1995, p.186) E, para reflexão dos leitores, registra uma série de questões:

Que fazer? Prosseguir o genocídio dos pioneiros, que nas terras de ninguém da Amazônia procuram seu pé-de-chão? Continuar castrando as mulheres de Goiás, por exemplo, para guardar não se sabe para quem? Insistir num liberalismo aloucado, que regeu a economia desde 64, enriquecendo os ricos e empobrecendo os pobres? Continuar imbuídos da ilusão de que o melhor para o Brasil é o espontaneísmo, regido pelo lucrismo dos banqueiros, que acabará por resolver nossos problemas? Até quando este país continuará sem seu projeto próprio de desenvolvimento autônomo e auto sustentável? (RIBEIRO, 1995, p.187)

Faz uma advertência: “Sendo o que somos, não se pode adiar mais a formulação de um projeto próprio que nos insira no contexto mundial, guardando nossa autonomia econômica para um crescimento autônomo”. (ibidem)

O que nos falta hoje? Indaga e responde, falta-nos:

“maior indignação generalizada, em face de tanto desemprego, tanta fome e tanta violência desnecessárias, porque perfeitamente sanáveis com alterações estratégicas na ordem econômica. Falta mais, ainda, competência política para usar o poder na realização de nossas potencialidades. (RIBEIRO, 1995, p. 187)

Hoje, uma das questões contemporâneas mais importantes precisa ser recuperada: a ideia de Humanidade, tal como a compreende Darcy. Compaixão pelo destino da humanidade. Para ele, a desigualdade entre as pessoas é fabricada; a pobreza não é só a destituição de bens materiais. É, sobretudo, a repressão do acesso às vantagens sociais. Não é somente a fome devastadora. É também: segregação, degradação, subserviência, proporcionada por um Estado avassalador e prepotente. A pobreza brasileira é, também, e no mesmo grau de importância da pobreza material, a pobreza política.

Na política, falta-nos, principalmente, maior publicização da coisa pública, distinguindo um domínio público - no sentido de interesse comum - opondo-se aos

assuntos privados; práticas abertas, opondo-se a processos secretos. Falta-nos, acrescentaria, re-fundar a *Res Publica*.

Para o antropólogo, as classes populares urbanas não devem ser consideradas como obstáculos sociais e políticos e, por essa razão, defendeu a educação como instrumento de superação de uma privação que não é do indivíduo mas da cultura escolar que lhe faz falta.

O que fazer? É necessário que o Estado brasileiro substitua o papel voraz de criar impostos pelo papel regulador da distribuição de bens. O Brasil de hoje está a necessitar que se faça o exame cuidadoso de seus sistemas político, econômico e educacional. Por fim, deixa às novas gerações de brasileiros o conselho para tomar o leme dessa iniciativa: “A tarefa das novas gerações de brasileiros é tomar este país em suas mãos para fazer dele o que há de ser, uma das nações mais progressistas, justas e prósperas da Terra”. (RIBEIRO, 1995, p. 187)

IV - Referências

RIBEIRO, Darcy. O Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório. Educação e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. III, n. 3, p. 13-30, 1958.

_____. Correspondência Darcy Ribeiro-Anísio Teixeira. Memorial Darcy Ribeiro, DR, Série Instituições diversas. Brasília, v. 1-7, p. 1, 1964.

_____, Darcy. O Processo Civilizatório. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____, Darcy. As Américas a Civilização. Processo de Formação e Causas do Desenvolvimento Cultural Desigual dos Povos Americanos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

_____, Darcy. Os Índios e a Civilização: A integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.

_____, Darcy. Os Brasileiros. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1972.

_____, Darcy. O Dilema da América Latina – Estruturas de Poder e Forças Insurgentes. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

_____, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____, Darcy. *Diário Índios, Os Urubus Kaapor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____, Darcy. *Confissões*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo Editora Pensamento Cultrix Ltda., 2011.

A Universidade Necessária: o compromisso civilizatório de Darcy Ribeiro

Lia Faria*, Carla Villanova** e Silvio Souza***

Resumo: Este artigo analisa o pensamento-ação de Darcy Ribeiro e como seus “fazimentos” influenciaram a educação superior brasileira. Com uma intensa participação política, nos anos 1960, criou a Universidade de Brasília (UnB) e, posteriormente, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), já nos anos 1990. O presente estudo afirma a importância do pensamento humanista e das ações do intelectual Darcy Ribeiro para a universidade no Brasil e na América Latina, inspirado na diversificação dos povos e no reconhecimento do que chamou de “processo civilizatório” para a construção da Universidade Necessária.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Universidade Necessária. Processo Civilizatório.

Abstract: This work analyzes the path made by Darcy Ribeiro and how his thoughts and acts influenced Brazilian education, mostly the university. He had an intense political participation in the 1960s, with the creation of the Universidade de Brasília (UnB), and of the Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) in the 1990s. This work talks about the importance of Darcy Ribeiro’s humanist thoughts and actions to the university in Brazil and Latin America, as he understood the importance of the pluralities of peoples and of what he called the “civilizing process” to the creation of the Necessary University.

Keywords: Darcy Ribeiro. Necessary University. Civilizing Process.

Resumen: Este estudio investiga el sentido de la universidad en el pensamiento de Darcy Ribeiro. Como su pensamiento contribuyó para el proceso de construcción y de autonomía de la Universidade de Brasília (UnB) en los años 1960 y de la Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) en los años 1990. El presente trabajo resalta la importancia del pensamiento humanista del intelectual Darcy Ribeiro. Se abordan sus hechos acerca de la Universidad Brasileña y la diversificación de los pueblos latinoamericanos a lo que Darcy Ribeiro llamó “proceso civilizatorio” y la idea de una Universidad Necesaria.

Palabras-clave: Darcy Ribeiro. Universidad Necesaria. Proceso Civilizatorio.

* Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, professora colaboradora no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd). Coordena o Laboratório Educação e República (LER). Pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (2012) e em Ciência Política pelo IUPERJ (2008), doutora em Educação (UFRJ/1996).

** Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias

*** Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) Professor de Filosofia e Sociologia da Secretaria Estadual de Educação (RJ) e Pesquisador no Grupo de Pesquisa Ideário Republicano e Educação Fluminense (UERJ/Proped-CNPQ).

A questão agora para o Brasil é que nós nos tornemos capazes de um projeto deixando de sermos um povo para os outros, para sermos um povo para nós mesmos. Isto importa em renovações muito profundas em toda a estrutura. Isto aplicado na universidade importa em universidade de um novo tipo. Uma universidade com alto sentido de responsabilidade social. (RIBEIRO, 2007, p. 45).

A epígrafe acima é bastante significativa no que tange ao *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro sobre a realidade brasileira, destacadamente no que se refere à edificação do país sobre os pilares da “dependência consentida” pelas elites dirigentes – uma relação que ocasiona o atraso para muitos e a “modernização” para poucos.

Como alternativa a esse processo contínuo de subordinação que vem se perpetuando ao longo de séculos, Darcy afirma a necessidade de mudanças profundas na estrutura social brasileira e indica como um dos caminhos possíveis para uma transformação em bases autônomas, a renovação da universidade como um lócus vital na produção de conhecimentos/saberes e, também, como um polo irradiador de cultura nacional, enfim uma *Universidade Necessária*¹.

Para que possamos refletir/compreender o *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro para a universidade brasileira, orientamos nossa argumentação tomando como base uma revisão da literatura, que consiste na análise das obras do próprio Darcy Ribeiro e da contribuição teórica de outros pensadores. Para essa empreitada, entrecruzamos os conhecimentos/saberes das áreas de Filosofia, Ciências Sociais e Educação, a fim de elucidar conceitos e estabelecer relações argumentativas visando o entendimento sobre a autonomia e o papel social da Universidade.

Ainda no campo teórico-metodológico, entendemos que as opções adotadas na abordagem e análise de uma determinada questão precisam ser compatíveis e coerentes com a visão/entendimento de mundo do pesquisador. Nesse sentido, pontuamos que o tema aqui proposto será desenvolvido de forma a contemplar as relações processuais de mudança coerentemente com o acercamento teórico do materialismo histórico, que nos auxilia na compreensão da dinâmica da realidade social e revela as contradições que lhe são inerentes. Destacamos que, ao abordarmos o *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro, tal conceito não será analisado de forma linear, mas dialetizando as mudanças possíveis rumo a um novo ordenamento social.

Darcy foi um intelectual marcado pelos contextos de época, e por meio de seu

¹ A expressão *Universidade Necessária* refere-se ao livro que Darcy Ribeiro escreveu no exílio. Trata-se de uma das mais importantes obras como análise crítica dos problemas com que se defronta a América Latina no campo da educação superior. Apresenta uma reflexão sobre a evolução histórica da idéia de universidade, revelando sua função de um instrumento possível para a aceleração do desenvolvimento nacional.

pensamento-ação buscava expressar o melhor da cultura do povo, sem desconhecer as enormes dificuldades sociais, econômicas e políticas. Entretanto, nunca se apresentou como vítima da história, mas como um ético participante dos grandes embates de seu tempo, visando à transformação da realidade cruel e injusta que foi imposta (ou que deixamos impor) aos nossos povos. É oportuna esta observação de Eric Nepomuceno (apud RIBEIRO, 2009, p. 10): “Darcy Ribeiro foi um homem de seu tempo e um intelectual de permanência. Havia nele, acima de tudo, o compromisso ético de mudar a sociedade, para um outro mundo que sabia possível”.

É nesse sentido que Darcy propõe a análise da universidade entendida em sua radicalidade² e que pressupõe aspectos associados às bases do desenvolvimento democrático da nação. Cabe registrar que, tradicionalmente, uma das funções principais dos sistemas educacionais modernos, destacadamente do ensino superior, é a formação das elites condutoras do país e a conseqüente ocupação de cargos político-administrativos, fundamentando a manutenção do *status quo* e perpetuando a idéia equivocada de que o povo deve ficar apartado da universidade. Essa é a base da sua crítica à instituição e para a qual apontava caminhos de superação dessa realidade.

Objetivando ultrapassar a visão de mundo limítrofe das elites (ou frações da elite), Darcy propõe como idéia-força da educação a edificação do autoconhecimento nacional, tarefa em que os sistemas educacionais públicos e suas instituições assumiriam papel de destaque. Toda a sua análise demonstra uma preocupação central com a reorganização do Estado brasileiro, buscando um comprometimento nacionalista dos cidadãos e, principalmente, denunciando o sistema de dominação existente em nosso país. Ao mesmo tempo, ele reconhecia a grande dificuldade em se aliar os “discursos políticos” à política efetiva de transformação das mentalidades e estruturas.

Desta maneira, a distância entre o que deveria ser feito e o que efetivamente se faz, sem dúvida, atormentava (e atormenta) aqueles mais comprometidos com a causa nacional. Segundo Darcy Ribeiro, para que a universidade contribuísse com o saber necessário à construção de uma nação soberana, era necessário construir um arcabouço teórico-prático que possibilitasse gerar alternativas e opções para a renovação de seus órgãos, atuando como referência para o diagnóstico e a crítica das estruturas vigentes:

² Estamos utilizando o termo em seu sentido mais profundo, isto é, “[...] radical (do lat. radicalis) é o que diz respeito à raiz das coisas, à sua natureza mais profunda, sem admitir restrição ou limite” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 229).

Segundo o nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. Em termos, marxistas, o processo pode ser descrito como uma ruptura provocada por contradições tornadas antagônicas entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, rupturas estas que acionam o trânsito de uma formação econômico-social à outra. (RIBEIRO, 1971, p. 25).

Seu objetivo seria a transição entre a universidade real e a *universidade necessária*, com a formulação de um projeto específico de transição progressiva de uma à outra, fazendo oposição aos projetos de colonização cultural e de perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência, propondo um projeto próprio que atendesse ao âmbito universitário e apontando pressupostos para o desenvolvimento autônomo da nação. Logo, pensava uma universidade com capacidade de criar e transformar as estruturas sociais no caso brasileiro e, em um escopo mais ampliado, nas demais nações latino-americanas.

Com relação à autonomia, nos cabe neste momento apresentar esse conceito nos limites necessários para a presente análise. Autonomia refere-se à capacidade do ser humano de tomar decisões que afetam e afetarão sua vida e, portanto, a sua integridade físico-psíquica, bem como o seu entorno social. Etimologicamente, a palavra *autonomia* se forma a partir de duas raízes gregas: *autós* e *nómos*. *Autós* significa si mesmo, próprio, algo que se basta, que é peculiar, e *nómos* significa tanto lei como regra ou ordem.

Esse agir autônomo permite ao humano (dentro de seus limites e possibilidades) se livrar das coações externas. Sendo o seu pensamento livre, suas escolhas serão feitas dentro de um movimento de “liberdade”, de decisão e ação própria, mesmo que inserido num grupo social. Em uma condição heterônoma, as decisões e opções são externas ao pensamento racional; situações como ignorância, escassez de recursos materiais, má índole moral entre outras, colocam também limitações que reduzem ou anulam a capacidade de autonomia.

Cabe destacar que o humano inserido em uma sociedade, por maior que seja a sua capacidade de autonomia, estará submetido aos limites e às devidas restrições acordadas democraticamente com os outros integrantes do grupo social com que convive naquele espaço-tempo. Sendo assim, a autonomia deve ser entendida como a capacidade do sujeito de escolher, questionar, decidir e agir na vida privada, bem como atuar na esfera pública, em consonância com os valores socioculturais e as normas coletivas.

Portanto, a autonomia é limitada por condicionamentos e situações sócio-históricas, não podendo ser absoluta. Darcy Ribeiro compreendeu as limitações da autonomia tanto no campo do humano e de suas intersubjetividades quanto no campo institucional da nação ou das nações periféricas sul-americanas (a *Pátria Grande*). Seu grande esforço teórico-prático contemplava a autonomia nacional, reforçando o comprometimento com o “nascimento de uma nova nação”. Ele travava um embate sem tréguas denunciando o atraso das elites nacionais que impediam (e impedem) a formação de uma civilização brasileira autônoma e democrática.

A autonomia assume centralidade no pensamento de Darcy e tem como um dos seus fundamentos a mestiçagem, elemento formador da América Latina e o caminho de nossa própria reinvenção futura. Seu pensamento-ação mirava uma utopia política que libertasse os povos latino-americanos da dominação externa e da mentalidade reacionária das nossas elites políticas:

Surgimos, assim, como Povos Novos, nascidos da desindianização, da deseuropeização e da desafricanização de nossas matrizes. Tudo isso dentro de um processo pautado pelo assimilacionismo, em lugar do *apartheid*. Aqui, jamais se viu a mestiçagem como pecado ou crime. Ao contrário, nosso preconceito reside exatamente na expectativa generalizada de que os negros, os índios e os brancos não se isolem, mas se fundam uns com os outros para compor, numa sociedade morena, civilização mestiça. (RIBEIRO, 1986, p. 112).

Entretanto, o que prevalecia, sob a perspectiva dos grupos hegemônicos, era que: “Aqui, o máximo que se alcança é uma democracia restrita à igualdade dos pares. E assim é porque as classes dominantes latino-americanas são, de fato, muito mais parecidas com o patriciado escravista romano³ do que com qualquer burguesia clássica” (RIBEIRO, 1986, p. 39).

Como estratégia de combate à “democracia restrita à igualdade dos pares”, é vital que a sua proposta de universidade pública se configure como um projeto coletivo, que necessita ser politizado (em seu sentido profundo de deliberação coletiva) para que possamos, concretamente, recuperar a *res* (coisa) pública.

Para abordarmos a práxis de Darcy Ribeiro no tocante ao ideário de universidade, faremos referência a algumas de suas principais proposições apresentadas na obra *A Universidade Necessária*, cuja composição dos textos é basicamente fruto de trabalhos publicados originariamente em diferentes países na época de seu exílio.

³ *Patriciado* deriva de *patricios*, que era o nome dado aos integrantes da aristocracia romana, assim chamados por se considerarem descendentes dos *patres*, isto é, daqueles cujo conjunto formou o Primeiro Senado Romano. Originalmente, os patricios representavam o Estado, o que lhes possibilitou o controle da cidade através de suas instituições.

Logo nas páginas iniciais d'A *Universidade Necessária*, Darcy faz um balanço sobre suas experiências que reflete tanto as mudanças que observa ao longo do tempo no espaço universitário, como também seu próprio processo pessoal e engajamento:

Em cada uma dessas experiências, redefini meu núcleo inicial de idéias sobre a universidade necessária formulado em Brasília, revisando-o frente a diferentes realidades e ampliando-o ante novas exigências. Não a ponto, contudo, de que os primeiros textos devessem ser abandonados, mas na devida medida em que eles exigissem supressão e aditamentos. (RIBEIRO, 1991, p. 02).

O que se observa é que Darcy Ribeiro foi um intelectual dos *fazimentos*⁴, um formulador de teorias e métodos de intervenção na realidade social. Sua ação mais direta sobre a concretude do real e que assumiu maior visibilidade foi o modelo da Universidade de Brasília (UnB) dos anos 1960. Nesse sentido, se revela um descontente diante da convivência da universidade com as forças responsáveis pela dependência e atraso da América Latina, conforme ele mesmo expressa: “Descontentamento com a mediocridade de seu desempenho cultural e científico. E descontentamento com sua irresponsabilidade frente aos problemas dos povos que a mantém” (RIBEIRO, 1991, p. 03).

Como um “descontente-otimista”, seu pensamento é capaz de vislumbrar a ação participativa do intelectual latino-americano efetivamente engajado na construção de uma América Latina consciente do seu potencial e capaz de instituir a primeira civilização solidária, *terra-mater* de um dos principais grupos étnicos do mundo.

Esse é um tema que Darcy procura desenvolver também em outras obras, como no caso de *A América Latina: a Pátria Grande*, coletânea de ensaios que objetiva um entendimento mais ampliado de nossa identidade e de como, historicamente, se processou nossa dependência em relação ao eixo central do capitalismo e a convivência e ferocidade das elites nacionais dominantes aos interesses hegemônicos do capital.

Com suas análises radicais, faz a denúncia da intencionalidade das ditaduras latino-americanas na “parceria” direta com os interesses internacionais:

As novas ditaduras militares do Brasil, da Bolívia, do Chile e da Argentina são também criações norte-americanas. São o correspondente político inevitável do domínio de nossa economia

4 A palavra *fazimento* foi criada e utilizada por Darcy Ribeiro para caracterizar a concretude do pensamento, isto é, o movimento do pensamento (teoria) com a sua ação concreta (prática). Designa a reação do homem às suas condições reais de existência na busca incessante da transformação social. Esse termo nos remete à palavra grega *práxis* (ação-reflexão-ação), que é um conceito utilizado para afirmar a relação dialética entre o homem e a natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza com o seu trabalho, transforma a si mesmo.

pelas corporações transnacionais, que, não podendo ser legitimado pelo voto popular, tem que ser imposto pela mão de governos militares. Cada uma delas nos foi imposta através de movimentos programados cuidadosamente em Washington – com a ativa participação internacional (de desestabilização de governos democráticos e progressistas) seguida da apropriação do poder através de golpes de militares ianquizados. Uma vez implantada a nova ordem, seus mandantes atenderam solícitos a voz do amo. (RIBEIRO, 1986, p. 103).

Com o golpe civil-militar no Brasil e a queda do governo João Goulart, só restou como alternativa de sobrevivência o exílio. No período do exílio, Darcy atuou como especialista em reformas universitárias, colaborando com a Universidade da República Oriental do Uruguai (1964), com a Universidade Central da Venezuela (1969/1970), com a Universidade do Chile (1970/1971) e com o sistema universitário do Peru (1973). Portanto, quando Darcy Ribeiro pensa e estrutura a Universidade Necessária, sua reflexão-ação tem como objetivo mais ampliado a América Latina, a realização da *Pátria-Grande*. A base de suas propostas orienta-se por uma perspectiva teleológica de influir o futuro, pois, para Darcy:

Aos povos subdesenvolvidos não cabe qualquer outra orientação, exceto a de que somos povos em estado de ser, cuja forma ainda não foi plasmada. Povos que, em seu fracasso de incorporarem-se, autonomamente, à civilização presente, têm apenas um valor iniludível: sua condição de “tabula rasa”, de projeto do futuro, a realizar-se somente no marco da nova civilização. Povos que, mais uma vez, correm o risco de fracassar, caso nos anos vindouros se deixem induzir por suas elites dominantes, tal como ocorreu no passado, a percorrer os caminhos da modernização reflexa pela via da dependência. (RIBEIRO, 1991, p. 14).

Especificamente com relação à estrutura da *Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro propõe uma integração entre os sujeitos que compõem o espaço universitário na luta contra os projetos de colonização cultural que contribuem para a perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência externa. Em suas reflexões destacam-se as tensões entre as próprias potências centrais e como estas vem debilitando, ao longo do tempo, os mecanismos de preservação da ordem capitalista, abrindo, assim, outras possibilidades de construção societária. Conforme suas palavras: “O certo é que as manifestações de descontentamento contra a universidade e as sociedades, tal como são agora, por seu caráter universal, parecem anunciar o advento de novas formas de uma e outras” (RIBEIRO, 1991, p. 17).

Podemos afirmar que todo o seu esforço como *idealizador/fazedor* com vistas à reestruturação da universidade, ancorou-se fundamentalmente na resignificação do papel desta em sua função social na luta contra o subdesenvolvimento. Assim,

procurou questionar os bastidores da instituição e os valores/conduitas da sociedade da qual faz parte, percebendo-a como um importante agente de reprodução do mundo em que vivemos, e com potencial necessário para a transformação. Em seu entendimento, reforma universitária e mudanças sociais caminham lado a lado.

As utopias concretas de Darcy Ribeiro: UNB e UENF

O percurso da origem de Brasília até a criação de uma universidade na nova capital foi extremamente tortuoso. A proposta da criação da Universidade de Brasília (UnB) foi encaminhada por Juscelino Kubitschek ao Congresso no dia da inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960. Desde então, até fins de 1961, uma intensa atividade foi desenvolvida para a concretização dessa empreitada, sendo Darcy responsável pelo direcionamento da discussão. Todo esse processo merece destaque, tendo em vista que a UnB, antes da sua concretude física, passou por um Congresso Nacional em meio à turbulência causada com a renúncia de Jânio Quadros.

Após a aprovação do projeto na Câmara Federal, Darcy Ribeiro, por meio de uma aliança com Filinto Müller, conseguiu, também, a aprovação da UnB no Senado Federal. Com extrema percepção política, percebeu o *momento-oportuno* e aproveitou a porta que se abriu para tentar fundar sua utópica Universidade da América Latina. Desta forma, em 15 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a Lei nº 3.998, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (FUB), mantenedora da futura universidade.

Após as negociações preliminares, logo na primeira reunião do Conselho Universitário, Darcy Ribeiro seria eleito o Reitor da nova instituição⁵. Deste modo, nascia naquele momento a mais moderna universidade brasileira, sendo a primeira instituição de ensino superior no Brasil a ter proclamado com todas as letras: “Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social”, conforme o artigo 2º do Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

Para que a Universidade fosse transformadora, precisaria estar integrada à sociedade e cumprir seu caráter público, realizando sua função social. O oposto seria a universidade burocratizada e profissionalizante, como mera reprodutora de técnicas, cujo objetivo principal somente atenderia às necessidades do mercado, contribuindo para a manutenção dos interesses das elites dominantes. Logo, para os

5 A lei que autorizou a criação da Fundação Universidade de Brasília é de 1961. Por esse motivo é que em algumas fontes se diz que a UnB foi “criada” em 1961, apesar de a inauguração efetiva do *campus* ter sido em 1962.

idealizadores da UnB, esse tipo de universidade (profissionalizante e asséptica) não seria capaz de criação e transformação da realidade nacional, muito pelo contrário, serviria apenas como uma instituição mantenedora do *status quo*.

Darcy defende que a universidade possui a mais alta responsabilidade para o exercício das funções relacionadas à conscientização crítica da sociedade, além de sua extrema capacidade de desenvolver a criatividade cultural e científica. Trata-se de uma instituição social, que deve ser politizada em prol do desenvolvimento de uma nação autônoma, em que o saber científico não atua de forma neutra. Portanto, ao se despolitizar ou colocar condições à universidade, se abriria um grande espaço para a submissão aos “interesses menos nobres”, aos interesses de poucos e, principalmente, aos interesses privados.

Para aqueles que defendem uma suposta neutralidade das instituições, em especial as educativas, é importante entender que o fechamento e a despolitização designam o âmbito do privado, da “priva-cidade”. Da privação da cidade⁶. Enquanto seu oposto, a abertura, define o âmbito do público. E se o propósito da educação é abrir o que está fechado e fechar, quando necessário, o que está escancarado, vulnerável, é possível afirmar que a educação despolitizada não é capaz de formar, ela “de-forma”.

Em linhas gerais, podemos identificar as inovações da UnB na comparação apresentada a seguir⁷:

Universidade brasileira tradicional

- Caráter de federação de escolas profissionais autárquicas e estanques, desprovidas de qualquer integrativo que lhes permita comunicar, interagir e cooperar;
- Esbanjamento de recursos tanto pela subutilização das disponibilidades materiais e humanas como pelas suntuosas edificações e equipamentos/instalações vistosos, mas dispensáveis;
- Estrutura profissionalista e unitarista que, fazendo corresponder a cada carreira uma escola, restringe a mobilidade do estudante, impedindo a troca de carreiras;
- Universidade colonizada e propensa ao mimetismo cultural, mas inautêntica por sua infidelidade aos padrões científicos internacionais, além de irresponsável na

⁶ A cidade (do grego *pólis*; *Cidade-estado*), em seu sentido socio-filosófico é a unidade política e social que serve de base para a agregação dos humanos. Logo, a cidade é responsável por esse agrupamento humano no qual cada pessoa é responsável pela existência de sua *pólis*, isto é, do conjunto social, ao contrário da “priva-cidade”, onde as questões políticas (deliberações coletivas) ficam reservadas ao âmbito privado.

⁷ Essa comparação é uma livre adaptação feita pelos autores que tem como fundamento as obras de Darcy Ribeiro: *A Universidade Necessária* (1991); *O Brasil como Problema* (1995); *Testemunho* (2009); *UnB: Invenção e Descaminho* (1978) e *Universidade pra quê?* (1985).

concessão de títulos e graus acadêmicos;

- Sujeição à hegemonia catedrática, na qual o professor vitalício tem a predisposição de escolher seu sucessor, dificultando a formação de pessoal mais qualificado. Carência de programas de pós-graduação para formar e expandir as atividades de pesquisa e aprofundar o conhecimento da realidade brasileira;
- Incapacidade de dominar o saber científico e humanístico moderno, de cultivá-los por meio de pesquisas e estudos, de difundir-los por meio de um ensino de padrão razoável, visando às soluções dos graves problemas nacionais;

Universidade de Brasília (UnB)

- Integração mais completa entre os órgãos da instituição: institutos, faculdades e unidades complementares e, também, com os setores produtivos do país que deverão empregar os profissionais que ela formar;
- Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, permitindo a concentração e o melhor aproveitamento de recursos materiais e humanos;
- Proporcionar modalidades novas de formação científica e especialização profissional e dar ao estudante após seu ingresso uma oportunidade de optar, quando mais amadurecido e mais bem informado, por uma nova orientação profissional;
- Preocupação com a seleção dos futuros quadros científicos e culturais do país porque, ao invés de fazer-se a seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o nível médio, se decidem por determinada orientação profissional, far-se-á entre todos os alunos que frequentam os institutos centrais e aí revelem aptidão para desenvolver pesquisas;
- Estabelecer a distinção entre atividades de preparação científica e as de formação profissional. Para isso, cria condições para que as faculdades cuidem melhor do seu campo específico de ensino e pesquisa aplicada, deixando aos institutos centrais as pesquisas básicas.
- Desenvolver programas tanto científicos quanto humanísticos a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional a oportunidade de fazer-se, também, herdeiro do patrimônio cultural e artístico da humanidade, além de ensinar uma integração mais completa da universidade com o país pela atenção aos problemas nacionais como tema de estudos e de assessoramento público.

Darcy Ribeiro sabia que a almejada autonomia não se alcança somente com recursos, mas, sobretudo, com a liberdade de *pensamento-ação*. Nesse sentido, a UnB ousou ser um palco de discussão em uma época tensionada, fazendo a opção de não

cercear as liberdades individuais e coletivas, uma vez que o principal norte era o desenvolvimento autônomo do país e da sociedade. O Brasil, nos dizeres de Darcy, “[...] não precisa de mais uma Universidade conivente com o atraso e a dependência. A Universidade necessita ter a utopia que ordene e concatene suas ações, proponha soluções e que tenha um plano de si mesma” (RIBEIRO, 1991, p. 78).

Sempre na busca de novas utopias, Darcy Ribeiro nos anos de 1990 planeja e constrói a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Essa criação teve como fundamento a concepção de uma universidade projetada para o futuro (*A Universidade do Terceiro Milênio*), capaz de atender às demandas crescentes de um mundo em constante transformação. Ele nos alerta em tom profético:

Com efeito, poucos anos nos separam do ano 2000. A maioria dos brasileiros estará viva no dia da passagem do segundo para o terceiro milênio, os alunos matriculados hoje nas universidades, nele é que trabalharão. Mas é de se perguntar se o Brasil de hoje, o povo brasileiro e, inclusive, a cultura acadêmica cultivada nas universidades, estão prontos e maduros para esse trânsito. A Civilização Emergente, como já se disse, tem como marca distintiva a de que se fundará nas ciências básicas e nas práticas tecnológicas que estão se gestando em nossos dias. Seu domínio, cultivo e ensino são condições essenciais para que não nos atrasemos, uma vez mais, na história. (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Deste modo, visando atender a esse paradigma de universidade de ponta, a UENF foi a primeira instituição de ensino superior no Brasil que iniciou com um quadro docente em que todos os professores possuíam nível doutoral e, diferentemente da maioria das universidades brasileiras – onde a divisão estrutural é realizada sob a forma de departamentos/institutos –, a UENF se articulou por meio de centros, que são compostos de laboratórios temáticos e multidisciplinares.

Darcy Ribeiro, ao projetar a UENF, tinha em mente uma universidade moderna, capaz de dominar, transmitir conjunta e integralmente as novas ciências e tecnologias, além de garantir à região Norte Fluminense os instrumentos técnicos, científicos e pessoal qualificado indispensáveis ao desenvolvimento das atividades produtivas, notadamente no que se refere à exploração de petróleo e gás e à modernização do setor agrário.

Para viabilizar o projeto, em setembro de 1991, Darcy Ribeiro licenciou-se de seu mandato de Senador da República⁸ a fim de assumir a Secretaria Estadual de Projetos Especiais de Educação do governo do estado do Rio de Janeiro.

8 Sua cadeira no Senado foi então ocupada pelo suplente Abdias do Nascimento, ligado ao movimento negro (Conf. DARCY RIBEIRO SENADOR, c2022).

Além da preocupação com a infraestrutura arquitetônica, também valorizou a concepção acadêmica. Para avançar nesta questão, cercou-se de pesquisadores renomados para elaborar e apresentar o projeto da “Universidade do Terceiro Milênio”:

Para começar, nós recrutamos como professores os melhores cientistas no Brasil e até no exterior. A receptividade foi enorme. Entre eles estão Carlos Dias, a maior autoridade em Geofísica do Brasil (UFPA); o Doutor em Biofísica da UFRJ, Wanderley de Souza; Nilton Rocha Leal, especialista em Genética (Embrapa). E contratamos também 15 sábios da Rússia. Também vieram professores de Cuba, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Isso foi possível porque pela primeira vez no mundo há uma grande oferta de pessoal científico de nível quase *Prêmio Nobel*. A crise que houve com o mundo soviético fez com que muitos cientistas não tivessem mais condições de continuar trabalhando no país. [...] eu chamo a UENF de Universidade do Terceiro Milênio. Será um risco mortal para o Brasil não se integrar nessa nova era da ciência e tecnologia. (RIBEIRO, 1994, p. 194).

Darcy Ribeiro estava convicto da necessidade da criação de uma nova universidade, que contribuísse para a superação do *atraso* (regional/nacional) – essa era uma tarefa prioritária. No seu entendimento, com a *modernização reflexa*, o atraso não seria superado jamais, o que poderia acontecer residualmente é que alguns brasileiros (grupos pertencentes às elites dirigentes) teriam a oportunidade de experimentar os bens da modernidade, mas o país manteria sua inserção subordinada a sistemas tecnológicos externos.

Apenas pela *aceleração evolutiva*, mediante a mobilização de fatores endógenos à própria sociedade, é que seria possível almejar o desenvolvimento autônomo, com base no potencial de criação e produção/domínio do conhecimento. Para ele, naquele momento, a Universidade Estadual do Norte Fluminense deveria ser uma das protagonistas do binômio modernização/progresso econômico.

Desta forma, propunha constituir uma *universidade de pesquisa* voltada para a *aceleração* das potencialidades econômicas do norte do estado do Rio de Janeiro, com influências socioculturais em todo o país. Conforme seu entendimento, nascia uma instituição imbuída da *missão histórica* de atualizar o Brasil em relação aos principais campos do saber, mediante seus laboratórios temáticos e centros integrados e de experimentação, nos quais as tecnologias mais avançadas poderiam ser praticadas, ensinadas e, principalmente, criadas de forma autônoma.

Vale lembrar que Darcy Ribeiro foi visionário ao enxergar o potencial do petróleo/gás na região Norte Fluminense e a urgência dos investimentos de ciência e tecnologia (C&T) nessa área, muito antes da descoberta do pré-sal. Ao assumir o

compromisso de projetar a UENF, teve a capacidade de vislumbrar a necessidade da simbiose conhecimento/aplicação com base nas tecnologias de última geração.

O plano original idealizado para a UENF sofreu algumas apropriações e não se concretizou plenamente na prática. Mas entender a jovem instituição como um comprometimento da *aventura histórica* de se criar uma *Universidade-Semente* em parâmetros elevados, é certamente a grande herança intelectual deixada por todos que estiveram engajados à frente deste movimento por uma universidade pública e autônoma no Norte Fluminense. Vale a pena, mais uma vez, lembrar Darcy Ribeiro quando nos alertou sobre a possibilidade de sermos somente consumidores dos “frutos” de uma modernização reflexa:

Surge no horizonte uma outra revolução tecnológica mais radical que as anteriores. Se uma vez mais nos deixarmos fazer consumidores de seus frutos, em lugar de dominadores de sua tecnologia nova, as ameaças sobre a nossa sobrevivência e sobre a soberania nacional serão ainda mais intensas. (RIBEIRO, 1996, p. 262).

Em 23 de outubro de 2001, data da promulgação da Lei Complementar nº 99, Darcy Ribeiro (já falecido em 1997) tem seu nome incorporado ao da UENF. Assim, apesar de todas as tensões que envolveram a criação da *Universidade do Terceiro Milênio*, seu nome ficou registrado para sempre na instituição, marcando a utopia do homem que viveu o seu tempo e projetou o futuro.

Universidade Necessária e América Latina: influências e caminhos

Ao buscar entender a universidade latino-americana, Darcy Ribeiro identificou como principal força renovadora a Reforma de Córdoba, de 1918⁹. Assim, investigamos os pressupostos que o levam a considerar *O Manifesto de Córdoba* como um marco, identificando alguns aspectos desse ideário.

Esse ideário reformista diz respeito ao contexto social latino-americano em que as elites intelectuais começam a tomar consciência do caráter autoperpetuador de seu atraso em relação a outras nações e das responsabilidades sociais da universidade para com o desenvolvimento nacional em bases modernas e democráticas:

9 A Reforma de Córdoba de 1918, na Argentina, é um marco histórico fundamental para se compreender os demais processos de reforma universitária ocorridos em outros países latino-americanos, tais como: Peru, Cuba, Uruguai, Chile e outros, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto de estudo a democratização da universidade (autonomia, eleição de dirigentes, concursos públicos, docência livre, gratuidade do ensino, democratização do acesso, integração, entres outras possibilidades).

As universidades foram até aqui o refúgio secular dos médiocres e o que é pior ainda – o lugar em que todas as formas de tiranizar e de insensibilizar encontraram a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram a ser assim o reflexo fiel destas sociedades decadentes que se empenham em oferecer o triste espetáculo de uma imobilidade senil. É por isso que a ciência frente a estas casas mudas e fechadas, passa silenciosa ou entra mutilada e grotesca ao serviço burócrático. Nosso regime universitário é anacrônico. Está fundado em uma espécie de direito divino: o direito divino do professorado universitário. (TUNNERMANN, 2008, p.35)

Como podemos observar, as características diferenciais das universidades hispano-americanas provêm do programa de Córdoba,¹⁰ destacadas algumas de suas principais postulações, como, por exemplo, a autonomia política docente e administrativa da universidade; a seleção de corpo docente por meio de concursos públicos; liberdade docente; a eleição de todos os mandatários da universidade em assembleias, com representação de professores, estudantes e egressos; a gratuidade do ensino superior; assunção, pela universidade, de responsabilidades políticas com a nação; a defesa da democracia, entre outras.

É digna de nota a atualidade de alguns de seus postulados, ainda que reconheçamos a especificidade de cada país, e aponta-se que esse marco histórico é fundamental para entendermos o processo da reconstrução intelectual universitária latino-americana. Deste modo, é a partir desse movimento que o desejo pela reforma da universidade tradicional e elitista passa a apresentar características semelhantes, em que os privilégios e a tirania das cátedras são questionados.

Assim, um dos eixos norteadores da reforma contemplava a questão da autonomia das instituições. Ao mesmo tempo em que foi uma reforma reivindicada por estudantes e professores jovens, o marco liberal orientou as diretrizes referentes à educação de um modo geral, de modo que o Estado deveria ser o principal agente educativo, uma vez que a sociedade civil ainda não demonstrava um potencial de organização coletiva.

As análises de José Carlos Mariátegui sobre os acontecimentos de Córdoba atestam

10 Sobre a Reforma Universitária de Córdoba: “O movimento estudantil, que se iniciou com as lutas dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade, assinala o nascimento da nova geração latino-americana. A ânsia da reforma apresenta-se com características idênticas, em todas as universidades latino-americanas. Os estudantes de toda a América Latina, ainda que levados à luta por protestos peculiares de sua própria vida parecem falar a mesma linguagem. Esse movimento intimamente conectado com a vigorosa agitação do pós I Guerra Mundial (1914-1918). As esperanças messiânicas, os sentimentos revolucionários, as paixões místicas próprias do pós-guerra, repercutiram particularmente na juventude universitária da América Latina” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 129-130).

que o movimento reformista, no princípio, careceu de homogeneidade e autonomia, aceitando como novas as ideias democrático-liberais; mas justamente por sua ação próxima e crescente com o avanço das classes trabalhadoras e a diminuição dos velhos privilégios econômicos é que o movimento pôde ser compreendido como um processo de renovação do pensamento crítico-social latino-americano.

Importante pontuar que o movimento dessa reforma não deve ser analisado a partir de uma agenda exclusivamente voltada para a educação superior, mas necessita ser considerado levando-se em conta a relação entre universidade-política. A experiência ocorrida em Córdoba é lembrada pelo caráter radical da reforma estudantil e pela luta por uma universidade científica, moderna e democrática. Muito além do caráter local, esse movimento se insere no contexto de uma sociedade que assiste ao fim da I Guerra Mundial, à Revolução Russa e à crescente urbanização e proletarização. Sobre as mudanças no plano da vida social na América Latina destacamos as reflexões de Ruy Mauro Marini:

A divisão internacional do trabalho que teve lugar no período após a I Guerra Mundial abre espaço para que nos países latino-americanos se comece um processo de industrialização, cuja contrapartida é a criação do mercado interno, o qual impacta a diferenciação de classes. Os movimentos de classe média e classe operária impõem novas alianças sociopolíticas radicalizando as contradições entre a oligarquia agro-comercial e a burguesia industrial, levando a novos tipos de Estado, baseados no nacionalismo e em pactos menos excludentes. Paralelamente, se intensificam as relações comerciais e políticas entre os países da Região, suporte necessário para o conceito autônomo de latino-americanismo. (MARINI, 2007, p. 228).

Sobre Córdoba, Darcy Ribeiro a define como a principal força renovadora da universidade e do pensamento latino-americano. Em sua análise sobre o tema, assim se manifesta:

Dada sua amplitude e ambições, este programa continua sendo a bandeira de luta tanto dos estudantes como de grande parte dos professores latino-americanos. Sua pedra de toque, entretanto é o regime do co-governo, acusados por uns de degradar a universidade, de politizá-la e impedi-la de exercer suas funções fundamentais e visto por outros como o grande motivo de orgulho das universidades hispano-americanas. (RIBEIRO, 1991, p. 124).

Suas reflexões prosseguem indicando que os dois juízos acima descritos polarizam as posturas mais reacionárias e mais progressistas dentro da própria instituição universitária. Uma apreciação crítica sobre o cogoverno indica que ele, como qualquer outra ação que seja empreendida como estratégia de mudança, poderia

tanto conduzir a universidade a deformações quanto a avanços, mas, sem dúvida, tal concepção de gestão assumiu um protagonismo no debate, para além dos muros da universidade.

Torna-se importante frisar que os princípios nortecedores da Reforma de Córdoba, destacadamente aqueles relacionados à autonomia universitária (de ordem administrativa, financeira e pedagógica), representatividade e o comprometimento com as questões sociais, permanecem como referência para (re)pensarmos a instituição universitária até os dias de hoje. Nesse sentido, é oportuna a análise de Roberto Leher sobre essa questão:

Não deixa de ser surpreendente que docentes estudiosos da educação superior em distintos países latinoamericanos reivindicuem como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba. A preocupação com o pluralismo, a liberdade de pensamento e a autonomia universitária vem sendo sustentada como um tema prioritário, tendo em vista a crescente dependência das universidades aos imperativos financeiros e instituições particularistas. Tais imperativos direcionam as atividades universitárias de modo discriminatório, privilegiando as esferas mercantis e penalizando as pesquisas básicas (gramscianamente) desinteressadas e, principalmente, as investigações motivadas pela necessidade de enfrentar os grandes problemas nacionais dos povos e, por isso mesmo, críticas ao padrão de acumulação em curso e à sua superestrutura ideológica, o social-liberalismo. (LEHER, 2008, p. 58).

Ao revermos o ideário contido no referido movimento, é possível perceber sua influência no pensamento de Darcy Ribeiro em suas propostas para a *Universidade Necessária* no plano nacional dos países latino-americanos, mas também como importante instância articuladora da *Pátria Grande*. Reforçamos a atualidade de seus ensinamentos, que em muito podem contribuir para a realização de um projeto de renovação institucional que tenha como principal finalidade sua autonomia e emancipação. Um projeto que seja: “[...] tão significativo para a geração atual quanto foi o manifesto de Córdoba para a geração dos últimos cinquenta anos” (RIBEIRO, 1991, p. 126).

Para Darcy, a grande tensão que envolve a universidade está entre dois modelos: o primeiro refere-se à “modernização reflexa”, que sustenta a suposição de que a universidade, para se tornar igual às “universidades adiantadas”, tem que passar por “aperfeiçoamentos e inovações” conforme os parâmetros ditados pelos países centrais, isto é, a cópia deformada dos modelos externos; o segundo modelo seria o “desenvolvimento autônomo” (ou “política autônoma”), que defende uma universidade que escape da função de “perpetuadora das instituições sociais” a partir de uma independência intencional de suas formas de pensar-agir.

No tocante à “modernização reflexa”, Darcy Ribeiro é bastante enfático, afirmando que é um processo que nos torna “proletários externos de outros povos”, pois fazemos parte de um modo de produção integrado a um plano global, assim, pertencentes de uma “mesma história”, uns autonomamente e outros, dependentes. Desta forma, privilegiando-se a “política de modernização”, a nossa universidade latino-americana permanece inconsciente de si mesma e da sociedade a que serve.

Por outro lado, o “desenvolvimento autônomo” requer o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como no correspondente à universidade, o que implica diagnosticar os problemas e estabelecer objetivos estratégicos visando uma *Universidade-instrumento*:

Enquanto a política modernizadora aspira, só a reformar a universidade, de modo a torná-la mais eficiente no exercício de suas funções conservadoras dentro de sociedades dependentes e submetidas à espoliação neocolonial, a política autônoma pretende transfigurar a universidade como um passo no sentido da transformação da própria sociedade, a fim de permitir-lhe, em prazos previsíveis, evoluir da situação de proletariado externo – limitado a satisfazer condições de vida e de prosperidade de outras nações – à dignidade de povo para si, senhor do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como nação autônoma. (RIBEIRO, 1991, p. 26).

Assim, em seus estudos como especialista e reformador de universidades, ele apontava que, para o desenvolvimento nacional dos países subdesenvolvidos, todos os tipos de ensino deveriam ser elevados; entretanto, caberia à universidade o papel de destaque, pois ela seria um ponto de resistência, principalmente, para a América Latina na luta contra a “modernização reflexa”, cujos benefícios são restritos a segmentos sociais específicos, sem nenhuma pretensão de se estender à totalidade da população.

Mas seria possível pensar uma universidade (nos países periféricos) como alavanca da aceleração e superação da dependência? Tal questão remetia a outras muito mais agudas, pois não podemos nos esquecer de que os encaminhamentos dados a esse tipo de universidade autônoma afetariam os destinos da sociedade em seu conjunto. Conforme Darcy Ribeiro:

Esta questão provoca várias outras mais concretas: podem nações subdesenvolvidas ter universidades desenvolvidas? Poderemos financiar, com os magros recursos do subdesenvolvimento, a implantação de universidades melhores? Que tipo de organização deve corresponder às universidades empenhadas na luta pelo desenvolvimento nacional autônomo?

Será possível, mediante a instituição do autogoverno, e explorando as contradições da própria clientela universitária, reestruturá-la para que sirva mais à mudança do que à preservação da estrutura social vigente? (RIBEIRO, 1991, p. 31).

Ao buscar responder essas inquietações, devemos lembrar que as opções das elites dirigentes latino-americanas apartadas do povo, sempre representaram um entrave à elaboração de projetos emancipatórios:

O povo foi excluído do projeto, porque compelido a exercer o papel de proletariado externo dos núcleos cênicos de um sistema econômico de base mundial, e destinado a manter, com seu trabalho, os privilégios da classe dominante nativa e os lucros de seus associados estrangeiros. Nossos próprios esforços no sentido do conhecimento da realidade física e social de nossos países foram, provavelmente, menores do que poderiam ter sido, e para eles as universidades nem sempre concorreram com a maior contribuição. [...] Ainda hoje, a produção científica da América Latina, referente à sua realidade, é menos abundante e, quiçá menos valiosa do que a estrangeira. Quem quiser entender-nos aqui ou alhures, terá geralmente de recorrer antes à bibliografia estrangeira do que a nacional, nas diversas disciplinas científicas. (RIBEIRO, 1991, p. 32).

Cabe ressaltar, que a questão central apontada por Darcy Ribeiro não é uma fobia ao estrangeiro, mas a responsabilidade por nosso destino, isto é, temos que ser responsáveis pela edificação de uma instituição que possa ser uma *Universidade-instrumento* na construção de nações autônomas. Caso contrário, ficaremos reféns de decisões externas ou de setores hegemônicos locais que vão reforçar os pressupostos da “neocolonização”, impossibilitando-nos de diagnosticar nossa realidade e inviabilizando propostas originais que possam atender a maioria das populações latino-americanas.

Logo, o alvo estratégico para a construção dessa *Universidade Necessária* aponta para um enfrentamento às elites dirigentes que se beneficiam e colaboram para promover os interesses estrangeiros – grupos que defendem que o futuro de nossa universidade consiste em manter-se dependentemente atada ao modelo externo, como resalta, mais uma vez, Darcy Ribeiro:

Quando se pensa na generosidade de fundações, banqueiros e governos estrangeiros, a oferecer empréstimos dadivosos e a patrocinar pesquisas, a mandar especialistas solícitos para prodigalizar conselhos e promover conferências interamericanas em que a integração universitária é elevada ao nível de importância dos problemas do mercado comum, ou da defesa continental, cumpre indagar: que há por trás de tudo isto? E, mesmo não sendo possível afirmar que toda a ajuda e todas as intenções sejam intrinsecamente inconvenientes, é indispensável

afirmar que elas têm conteúdos políticos não explícitos. (RIBEIRO, 1991, p. 38)

Devemos ter a devida atenção para a crescente intervenção das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e sua agenda educacional¹¹ para os chamados países em desenvolvimento. Desta forma, as análises de Darcy Ribeiro no tocante à educação-dependência e economia-mercado revelam-se muito atuais para compreendermos as diferentes realidades da América Latina e o panorama internacional.

Atualizando essa discussão, assinalamos que, em função dos avanços desmedidos do modo de produção capitalista¹², as “metamorfoses do capital” estão afetando diretamente, também, os países centrais, como podemos verificar nos estudos recentes de Belmiro Gil Cabrito sobre a “dependência européia”:

Apesar das ‘boas intenções’ veiculadas na retórica de responsáveis da União Européia após inúmeras reuniões e cúpulas, no sentido do reforço da coesão social e do desenvolvimento dos indivíduos e das populações e inerentes à construção de uma sociedade do conhecimento, coloca-se uma questão fundamental: será que o processo iniciado com a *Declaração de Bolonha* contribuirá para aquele desenvolvimento pessoal e coesão ou é mais um instrumento globalizado cujas propostas nas teorias do capital humano, servem aos objetivos da economia? (CABRITO, 2009, p. 37).

Se no caso europeu a situação é grave, em particular na América Latina a perspectiva para a construção de uma universidade autônoma e efetivamente necessária permanece distante, conforme se pode identificar nas análises de Pablo Gentili:

Hay un campo em que los gobiernos posneoliberales de América latina parecen enfrentar enormes dificultades, mostrando no pocas limitaciones para implementar políticas democráticas que consoliden su carácter público: las universidades. Por diversos motivos, y a noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba, la delantera em formulación de propuestas de cambio para las universidades latinoamericanas La siguen detentando los sectores más conservadores y tenocráticos de nuestras sociedades. Em rigor, hoy la propia enunciación de la necesidad de una ‘reforma universitaria’ parece patrimonio de quienes

11 A conjuntura histórica internacional das décadas de 1960 e 1970 permitiu ao Banco Mundial (BIRD) assumir o controle da divisão internacional do trabalho e do conhecimento, definindo, desta forma, quais seriam os países produtores de ciência e tecnologia e, principalmente, restringindo as políticas educacionais dos países da África e da América Latina (conforme sinalizado por Silva [2002]).

12 Estamos considerando o desdobramento do modo capitalista de produção, ou melhor, o *sistema metabólico do capital* (Conf. MÉSZÁROS, 2011).

defienden la implementación de políticas de privatización y mercantilización de la enseñanza superior y no de aquellos que defienden una perspectiva transformadora y emancipadora para nuestras sociedades y sus universidades. (GENTILI, 2008, p. 39).

Com base nas reflexões mais contemporâneas, é vital lembramos que o debate sobre a *Universidade Necessária* proposto por Darcy nos anos 1960/1990 continua rondando o nosso presente, e permanecemos nos indagando sobre os grandes dilemas que afetam o Brasil e demais países da América Latina: por que não temos assegurados os direitos humanos: alimentação, saúde, habitação, trabalho, educação, segurança? Por que ainda há tanta exclusão e desigualdade social? Como as instituições educacionais podem ser (re)formadas para contribuir com a autonomia pessoal e nacional dos povos marginalizados e periféricos?

As respostas a essas questões já estão elucidadas, a busca se orienta pela superação dessas indagações, o que nos remete à esfera política-participativa, para a construção de conhecimentos que ofereçam a possibilidade de autonomia dos humanos e suas coletividades (regionais/nacionais) em um novo tempo-espço civilizatório, conforme previu Darcy.

Reconhecemos que a Universidade permanece *necessária*, locus privilegiado para a promoção de pensamento e práticas autônomas, demandando cada vez mais a participação ético-política dos atores envolvidos no espaço acadêmico superior. Entretanto, não podemos ter a ingenuidade de acreditar que bastam o envolvimento e engajamento dessa instituição e sua comunidade acadêmica para empreender a transformação radical de que a nossa sociedade necessita, pois temos um processo histórico de exploração, e a luta e as formas de expropriação assumem na contemporaneidade contornos tanto cruelmente explícitos quanto muito mais sutis.

Considerações em permanente (re)construção

Após 60 anos do primeiro *fazimento* de Darcy Ribeiro para a universidade brasileira, podemos identificar que as utopias presentes em seu pensamento (os projetos originais) não foram plenamente concretizadas, daí o uso da palavra utopia. Segundo esse olhar, teríamos mais um projeto, um sonho, enfim, um “não-lugar ideal”¹³ que não pôde ser realizado plenamente no seu tempo histórico, dadas as condições externas

13 Utopia, do grego: ou: negação; topos: lugar, literalmente significando “não-lugar ou “lugar-nenhum”. Esse termo criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia* (1516) tem como idealização um lugar (ilha) perfeito onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os homens e mulheres seriam iguais, livres e, principalmente, viveriam em “harmonia”.

e internas do país. Entretanto, se analisarmos com mais atenção, compreenderemos que a utopia não é para ser concretizada, a utopia é o horizonte que estimula a caminhada dos seres humanos. Neste sentido, certos marcos e personagens históricos (Darcy Ribeiro, sem dúvida é um deles) nos inspiram e nos provocam a avançar na construção de uma *Humanidade para todos os humanos*.

Nessa direção civilizatória, tanto a Universidade de Brasília (UnB) quanto a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) não foram diferentes de tantas outras utopias históricas pelas quais sempre valeu (e vale) a pena lutar, conforme as palavras precisas e necessárias de Eduardo Galeano (2007, p. 310) em sua obra *Janela sobre a Utopia*: “Ela está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”.

Darcy Ribeiro propôs uma reforma estrutural nas universidades latino-americanas, alertando que a universidade deveria ser um espaço autônomo de pensamento, como uma utopia a ser perseguida. Em seu modelo de universidade, faz a distinção entre “um fato, no mundo das coisas” e “uma utopia, no mundo das idéias”. Como vimos, sua proposta é baseada em oposição ao que existe, e teria de ser assim para superar o atraso de nossa sociedade: uma universidade proporcionadora de desenvolvimento autônomo em face de um cenário de dependência e colonização cultural.

Nessa tensão entre “o que existe” e o “que precisa existir”, ele aposta na segunda, pois em seu entendimento, a *Universidade-Necessária* deve fomentar os desejos e as demandas concretas da sociedade e, mais ainda, deve direcioná-las criticamente, visando à superação das crises estruturais permanentes. Tal universidade deve apontar como função social formar os quadros que irão ter atuação efetiva no desenvolvimento autônomo do país. Desta forma, em sua análise, é imperativa a responsabilidade dos intelectuais (que estão sendo formados na universidade), no sentido de contribuir para desnaturalizar o nosso aparentemente eterno atraso.

Desta forma, entendemos que as reflexões darcylianias sobre a universidade nos fornecem pistas importantes para que possamos *pensar-agir* em uma direção emancipatória, em que a economia-mercado seja apenas uma das peças que compõem a vida moderna, e não o foco central. Assim, poderemos ousar um *teorizar-fazer* em direção a outro caminho, que não esteja centrado em processos estritamente mercantis.

Nesse caminho tortuoso (com avanços e recuos), é importante elaborarmos estratégias (e as universidades podem contribuir muito nessa direção, com ensino, pesquisa e extensão) que possam contribuir e viabilizar transformações sociais que

atendam às demandas da população, sobretudo dos grupos historicamente excluídos e subalternizados, rompendo com este modelo estrutural de privilégios para as frações de classe que estão no topo da pirâmide social.

Para Darcy Ribeiro, ao pensar a *Universidade Necessária*, profissionais e cientistas formados nessa instituição devem fazer de sua indignação a força para desvelar a nossa condição de periferia e atraso histórico, para que a partir da compreensão dessas estruturas de dependência (intencionalmente construídas) possamos elaborar uma consciência nacional autônoma. Dessa consciência, nascem os fundamentos necessários para o ingresso do “país subdesenvolvido” em uma fase civilizatória que assimila a cultura dominante, mas não ignora a originalidade e as potencialidades de seu povo. Essa ruptura significa uma capacidade de traduzir a vontade de um povo, num sentido efetivo de nação, de completude.

Ao longo deste artigo, nos acompanhou a seguinte indagação: esses questionamentos e tantos outros ainda são válidos para a universidade dos nossos dias? Acreditamos que sim, no sentido de construir estratégias que favoreçam a universidade a repensar as bases sociais em que se fundamenta. Assim como no passado, não será por via da dependência externa ou da dependência local, sob a hegemonia de grupos dominantes com interesse múltiplos e distanciados do povo, que conseguiremos atingir a *Universidade Necessária*. A política de desenvolvimento autônomo exige o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como no correspondente à universidade, e só pode ser executada mediante cuidadoso diagnóstico de seus problemas.

Cabe ressaltar que passados os tempos de deslumbramento com a “modernização”, hoje seguramente identificamos que a sua defesa imediata não tem ressonância, pois é fácil constatar as consequências perversas dessa “modernização”, com a produção dos bens apropriada por setores minoritários da sociedade, que utilizaram o poder midiático para silenciar propostas alternativas e plausíveis de outras possibilidades societárias. Essa nova (des)ordem global nos desafia a refletir e a recuperar o arcabouço teórico e as ações concretas dos intelectuais que acreditaram na construção de projetos de nações autônomas. Darcy, com todas as críticas possíveis (e não foram poucas), foi um desses personagens que ousaram pensar e falar, de igual para igual, com as nações que estavam no centro decisório do mundo, uma fala que tinha como objetivo central a autonomia do seu próprio país, de sua nação tropical e mestiça.

Referências

BRASIL. Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962. Aprova o Estatuto da Universidade de

Brasília. Rio de Janeiro, 1962.

CABRITO, Belmiro Gil. Globalização e mudanças recentes no ensino superior na Europa: O processo de Bolonha entre as promessas e as realidades. In: MANCEBO, Daise (Org.) **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009. p.35-59.

DARCY RIBEIRO SENADOR. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, c2022. Disponível em: <www.fgv.cpdoc.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GENTILI, Pablo. **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEHER, Roberto. Reforma universitária de Córdoba, noventa anos: um acontecimento fundacional para a universidade latinoamericana. In: GENTILI, Pablo (Org.). **La reforma universitaria**. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 52-65.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2011. v. II.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: UnB, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (Org. Guilherme Zarvos). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. (Coleção Encontros).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Darcy. Salvemos a Nação Brasileira [Entrevista/Notas e Plano Orientador da UENF]. **Carta 1**, n. 10, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade pra quê?** Brasília: Editora da UNB, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: Invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: Autores Associados; FAPESP, 2002.

TUNNERMANN, Carlos. **90 anos de la Reforma Universitaria de Cordoba (1918-2008)**. Manágua, Editorial Hispamer, 2008.

Darcy Ribeiro na Amazônia paraense: análise das pesquisas em um Programa de Pós-Graduação em Educação

Huber Kline Guedes Lobato*, Anderson Portal Ferreira**
e João Colares da Mota Neto***

Resumo: Este artigo é oriundo da seguinte problemática: como o pensamento de Darcy Ribeiro vem sendo pesquisado, estudado e discutido na Amazônia brasileira e quais pesquisas no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Educação trazem os pressupostos teóricos de Darcy? O objetivo consiste em analisar as dissertações que trazem aspectos conceituais embasados em Darcy Ribeiro em um Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade pública do estado do Pará. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com um *corpus* constituído de oito dissertações de mestrado. Os resultados apontam que as pesquisas na Amazônia paraense: citam obras de Darcy Ribeiro sem desenvolvê-las; trazem outros autores para criticar Darcy; apresentam Darcy em algumas notas e citações; trazem reflexões críticas sobre os estudos de Darcy Ribeiro. Conclui-se que a educação na Amazônia, sobretudo na Amazônia Paraense, precisa de mais estudos e pesquisas sobre Darcy.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Amazônia Paraense. Educação.

Resumen: Este artículo tiene el problema: ¿cómo se ha investigado, estudiado y discutido el pensamiento de Darcy Ribeiro en la Amazonía brasileña y qué investigaciones en el ámbito de un Programa de Posgrado en Educación traen los supuestos teóricos de Darcy? El objetivo es: analizar las disertaciones que traen aspectos conceptuales basados en Darcy Ribeiro en un Programa de Posgrado en Educación en una universidad pública del Estado de Pará. Se trata de una investigación bibliográfica con corpus de ocho disertaciones de maestría. Los resultados indican que investigaciones en la región amazónica de Pará: citan obras de Darcy Ribeiro sin desarrollarlas; llevar a otros autores a criticar a Darcy; presentar a Darcy en algunas notas y citas; aportar reflexiones críticas sobre los estudios de Darcy Ribeiro. Se concluye que: la educación en la Amazonía, especialmente en la Amazonía de Pará, necesita más estudios e investigaciones sobre Darcy.

Palabras-clave: Darcy Ribeiro. Pará Amazonas. Educación.

Abstract: This article shows the following question: how has Darcy Ribeiro's thought been researched, studied and discussed in the Brazilian Amazon and which studies from a Graduate Program in Education

* Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professor Efetivo da Universidade Federal do Pará (UFPA).

** Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Pará e Mestre em ensino de Matemática pela Universidade do Estado do Pará;

*** Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Licenciatura em Pedagogia. Realizou investigações de pós-doutoramento na Universidad de Sevilla e na Universidad de Málaga, Espanha, onde também atuou como professor visitante. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

bring Darcy's theoretical framework? The objective is to analyze the dissertations that bring concepts present in Darcy Ribeiro's work in a Postgraduate Program in Education of a public university in the state of Pará. This is a bibliographic research with a corpus with eight master's dissertations. The results indicate that studies in the Amazon region of Pará cite Darcy Ribeiro's publications without developing them; bring in other authors to criticize Darcy; feature Darcy in some notes and quotes; show criticism of Darcy Ribeiro's studies. It is concluded that education in the Amazon, especially in the Pará Amazon, needs more studies and research on Darcy.

Keywords: Darcy Ribeiro. Pará Amazon. Education.

Introdução

A intenção de investigar o impacto do pensamento de Darcy Ribeiro na produção de pesquisas na Pós-Graduação *stricto sensu* na Amazônia Paraense, assim como as formas de apropriação de seu pensamento em dissertações de mestrado em educação, delimitam a problematização que gerou este estudo. A ideia é perceber se há aprofundamento crítico acerca da vasta obra de Darcy na pós-graduação, particularmente na Amazônia.

O pensamento de Darcy Ribeiro é amplamente discutido nas ciências sociais e em diversas esferas educacionais, sobretudo no âmbito de uma educação voltada às pessoas indígenas; um pensamento fortemente marcado pela trajetória e luta política e pelas pesquisas e produções de um antropólogo, um educador, um escritor, um intelectual que conhecia, de fato, a realidade do povo brasileiro.

Assim, designamos como relevante compreender a configuração do pensamento de Darcy Ribeiro na produção científica de um programa de Pós-Graduação em Educação. Isso requer perceber como essa produção lida com os conhecimentos científicos e filosóficos relacionados às principais obras desse autor. Nossa pretensão é, ainda, enxergar se as pesquisas que citam esse autor apresentam um debate crítico sobre seu pensamento e/ou revelam desdobramentos para a construção de outras perspectivas teóricas para a educação.

É válido pontuar que a produção deste trabalho foi instigada pelas discussões realizadas na disciplina Teoria Social e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A disciplina foi desenvolvida de forma remota no período de 26/04 a 14/05 de 2021. Na referida disciplina, dialogamos sobre as diferentes abordagens sociológicas acerca da sociedade e da educação, em especial a contribuição do pensamento social e educacional latino-americano, com ênfase no pensamento brasileiro e amazônico.

Nesse sentido, foi-nos proposto estudar o pensamento de Darcy Ribeiro, que foi um educador renomado, um antropólogo, um historiador, um sociólogo escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco na vida dos povos indígenas e na educação no Brasil. As reflexões de Darcy Ribeiro centralizam os contrastes existentes entre as américas, sobretudo a existência de uma riqueza para poucos e uma pobreza para muitos.

Uma das obras que contribuíram com a nossa aproximação ao pensamento de Darcy Ribeiro foi *O Povo Brasileiro*. No tópico em que o autor situa historicamente o Brasil caboclo, assim destaca a Amazônia: “A floresta vem sendo atacada em toda a sua orla e também desde dentro num movimento demográfico poderoso, movido

por fatores econômicos e ecológicos” (RIBEIRO, 1995, p. 306). Esse ataque ainda ocorre ferozmente nos dias atuais, por isso, reiteramos a relevância de se estudar o pensamento de Darcy Ribeiro.

A partir das palavras, reflexões e preocupações de Darcy com a Amazônia, nos questionamos: como o pensamento de Darcy Ribeiro vem sendo pesquisado, estudado e discutido na Amazônia brasileira e quais pesquisas no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Educação trazem os pressupostos teóricos de Darcy? Assim, objetivamos: analisar as dissertações que trazem aspectos conceituais embasados em Darcy Ribeiro em um Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade pública do estado do Pará.

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros (MG) em 1922. Exerceu a função de escritor, político, antropólogo e educador. Morreu em 1997, em Brasília, vítima de câncer. Segundo Gomes (2010), Darcy recebeu a influência de três grandes personalidades que marcaram sua trajetória de vida: como naturalista, foi influenciado pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon; como educador foi inspirado por Anísio Spínola Teixeira; e como político foi guiado pela figura de Leonel de Moura Brizola.

O pensamento de Darcy e o seu diagnóstico e a sua crítica à educação

Na obra *O Povo Brasileiro*, é possível perceber a preocupação de Darcy em projetar “uma teoria do Brasil” (RIBEIRO, 1995, p. 13), uma vez que as teorizações oriundas de outros contextos eram todas eurocêntricas. O autor busca uma teoria que viesse dar conta da nossa realidade brasileira, sobretudo uma teoria oriunda da/na América Latina, pautada nas problemáticas sociais desse lugar.

Para Adélia Ribeiro (2009), Darcy Ribeiro desenha um povo brasileiro que nasce de contínuos e violentos atos que vêm caracterizar a história de nossa unificação política. Em seu texto, a autora traz reflexões sobre alguns aspectos presentes no debate contemporâneo acerca das interpretações do Brasil, tendo em vista a formulação crítica de Darcy sobre a nossa condição periférica enquanto um povo brasileiro pobre e sofrido.

Em *Nossa Escola é uma Calamidade*, Darcy nos proporciona reflexões críticas sobre a situação da educação no Brasil, em especial a educação primária (o que compreendemos por ensino fundamental). Ribeiro (1984) parte de dados quantitativos para denunciar que houve, e há, um desinvestimento em nossa educação. Isso tudo reflete um agravamento da situação escolar dos alunos que por sinal é/foi precaríssima.

Martinazzo, Silva e Luft (2020) discutem acerca do pensamento de Darcy Ribeiro sobre a educação brasileira. Os autores apontam que o antropólogo, educador e político brasileiro foi/é reconhecido inter/nacionalmente por suas reflexões e análises sobre a causa indígena e pela sua constante luta e trajetória em defesa de uma educação pública de melhor qualidade e de caráter democrático.

Os autores apontam estudos de Darcy Ribeiro do final do século XX: a) no censo de 1970, cerca de 42% dos jovens que não sabiam ler e nem escrever residiam nas zonas rurais, e 10% nas cidades; b) houve uma diminuição do percentual dos gastos federais com a educação de 11,2% em 1962 para 5,3% em 1980. Esse diagnóstico incentiva Darcy a fazer intensas críticas à educação (MARTINAZZO; SILVA; LUFT, 2020).

Martinazzo, Silva e Luft (2020, p. 485), dizem que “Darcy Ribeiro procurava uma explicação para esse grave panorama e questionava-se sobre quais poderiam ser as causas deste enorme fracasso escolar”. Assim, os autores refletem sobre uma pergunta que Darcy ousava fazer: “como é que o Brasil consegue ser tão ruim em educação?” (RIBEIRO, 1984, p. 22). A resposta: a desigualdade e a injustiça social. Os autores pontuam sobre a Pequena Utopia de Darcy, que se baseia em alcançar emprego, alimentação, saúde e curso primário para todas as crianças. Darcy preocupava-se com o crescimento populacional desenfreado e seus reflexos na qualidade da educação.

A escola, para Darcy Ribeiro, era seletiva e elitista. Muitas crianças que a escola recebia eram de classes populares. A escola ofertava um ensino voltado para as crianças dos setores privilegiados, assim àquelas das classes populares eram prejudicadas. Os autores apontam que Darcy Ribeiro entendia que a escola não estava sabendo acolher e reconhecer as crianças provindas de classes pobres, e isso explicava, em grande parte, os resultados tão negativos da educação.

Assim, “[...] o caráter seletivo e elitista faz com que a criança pobre seja rejeitada e, por outro lado, a com melhores condições financeiras é vista como alguém que tem futuro e condições de aprender [...]” (MARTINAZZO; SILVA; LUFT, 2020, p. 486). Darcy aponta as feridas da realidade da educação e manifesta criticamente seu descontentamento em relação à forma como os problemas da educação brasileira são enfrentados, inclusive o problema da gestão escolar.

A esse respeito consideramos que a partir da promulgação da Lei nº 9.394/1996, a gestão deveria ocorrer pela eleição direta de diretores, mas o que percebemos na prática é uma realidade bem diferente. A quase totalidade dos diretores de escolas da educação básica são indicados pelas secretarias de educação, que, por sua vez, têm seus gestores indicados pelo chefe do executivo que a organiza. Assim, prevalece a hierarquia de indicações e os interesses de quem a governa naquele momento, descaracterizando as escolas, cultural e socialmente, para tornarem-se instrumentos

de reprodução do modelo social escolhido pelos governantes.

Para o acesso, a permanência e o percurso na escola, os dados são assustadores; mesmo sendo um direito constitucional, a educação escolar está longe de ser garantida a todos e todas que a buscam. Sabe-se que ainda existem milhões de crianças fora das escolas. Isso evidencia de forma nítida que a educação em nosso país não é tratada como um projeto de nação, como propunha fortemente Darcy Ribeiro.

Em se tratando do alunado, consideramos – apoiados em Darcy Ribeiro – que o estudante é excluído da escola pela própria escola, pois seus conteúdos não estão em conexão com a realidade. Os conteúdos são aplicados com a mesma metodologia de três ou quatro décadas atrás, por professores mal remunerados e desestimulados, em uma infraestrutura precária devido ao sucateamento das escolas da educação básica.

Desta forma, pensamos que não adianta apenas equipar as escolas se não fizermos uma profunda reforma paradigmática da educação, de tal forma que se tenha, mais do que nunca, a participação social nessa reforma, digamos revolução, num debate radical sobre a função social da escola. É preciso que o pensamento de Darcy Ribeiro chegue aos professores e seja disseminado/estudado no cotidiano escolar e na comunidade que circunda a escola.

Por que estudar Darcy Ribeiro?

A resposta para essa pergunta dar-se-á partir de quatro aspectos que estão, inteiramente, relacionados à trajetória de Darcy Ribeiro: a) as experiências com os povos indígenas; b) a pessoa intelectual; c) a luta pela educação; d) a vida política.

Em relação ao primeiro aspecto, destacamos que foi por meio de Cândido Rondon (1865-1958) que Darcy Ribeiro estabeleceu aproximação com os povos indígenas. Isso lhe rendeu uma compreensão detalhada sobre a constituição do profissional/pesquisador etnógrafo, bem como lhe permitiu entender as relações cotidianas entre os indígenas e as formas de produção de seus artefatos culturais.

A experiência de Darcy com os povos indígenas iniciou-se quando ele ingressou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), atualmente Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e desenvolveu um trabalho de campo entre os indígenas Kadiwéu, Kaiowás, Terenas e Ofaié-Xavantes do sul do Mato Grosso. Isso contribuiu para a criação do Parque Nacional do Xingu. Essa rica experiência influenciou os escritos de Darcy Ribeiro, em especial as obras: *Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno* (RIBEIRO, 1970b), *Maíra* (RIBEIRO, 1981)¹ e *Utopia Selvagem* (RIBEIRO, 1982).

¹ *Maíra* é um romance escrito pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro e publicado pela primeira vez em 1976.

Em relação à intelectualidade de Darcy Ribeiro, poderíamos destinar um artigo somente para delinear esse aspecto. Contudo, destacamos três produções de Darcy que consideramos magníficas para a compreensão da sociedade e da educação no Brasil e na América Latina, que são: *A Universidade Necessária* (RIBEIRO, 1969), *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos* (RIBEIRO, 1970a) e *O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil* (RIBEIRO, 1995).

A luta de Darcy Ribeiro pela educação é marcada por uma trajetória de militância a favor de uma educação pública de extrema qualidade. Inicialmente, mencionamos a influência de Anísio Teixeira (1900-1971) sobre Darcy Ribeiro no sentido de lutar para que a educação fosse a base de uma consciência crítica dos sujeitos. Assim, a obra *Nossa Escola é uma Calamidade* mostra essa luta de Darcy pela educação.

No início dos anos 1960, Darcy foi encarregado de planejar a montagem da Universidade de Brasília (UnB). Assim, com a inauguração da UnB, foi nomeado seu primeiro reitor. Durante a ditadura militar, Darcy atuou: no México, onde planejou o Centro de Estudos do Terceiro Mundo; na Costa Rica, onde criou a nova Universidade Nacional; no Uruguai, onde colaborou no seminário de reformas da Universidade de La República; na Venezuela, onde contribuiu com o seminário de renovação na Universidade Central; entre outros países.

Em 1983 foram criados os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) para oportunizar às crianças marginalizadas o acesso ao mesmo nível de educação oferecido aos filhos de famílias abastadas e às crianças de países desenvolvidos. No início da década de 1990, Darcy idealizou e executou a implantação da Universidade Estadual do Norte-Fluminense (UENF). Essas são algumas das lutas de Darcy a favor de uma melhor educação.

Em relação à vida política, destacamos dois elementos principais: durante o Governo João Goulart, Darcy colocou em prática o primeiro Plano Nacional de Educação, de 1962; e como Senador, no início da década de 1990, contribuiu com a formulação e aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que recebeu o seu nome (Lei Darcy Ribeiro) e orientou o ensino brasileiro a partir de meados daquela década.

A seguir destacamos o quadro que trata da vida e de algumas ações de Darcy Ribeiro:

Quadro 1. Vida / Ações de Darcy

1922	Nasce na cidade de Montes Claros em Minas Gerais.
------	---

1939	Começa a cursar a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Inicia sua militância pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual se afastaria nos anos seguintes.
1942	Deixa o curso de medicina e vai estudar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (bolsista).
1946	Conclui o curso de Ciências Sociais e especializa-se em Etnologia – orientando de Herbert Baldus.
1947	Ingressa no Serviço de Proteção ao Índio e conhece o Marechal Rondon.
1954	Organiza e dirige o Museu do Índio no Rio de Janeiro ao lado de Orlando e Carlos Villas-Bôas.
1959	Participa, com Anísio Teixeira, da campanha de difusão da escola pública frente ao Congresso Nacional.
1962	Toma posse como o primeiro reitor da Universidade de Brasília.
1964	Exila-se no Uruguai devido ao Golpe Militar; realiza diversas ações no exterior.
1980	Anistiado, retorna ao cargo de professor da UFRJ.
1984	Realiza diversas ações como Secretário Extraordinário da Ciência e Cultura.
1992	É eleito membro da Academia Brasileira de Letras.
1994	É internado em estado grave no Hospital Samaritano do Rio de Janeiro.
1997	Falece em Brasília.

Fonte: *As Américas e a Civilização* (RIBEIRO, 1970a).

Toda a trajetória de Darcy Ribeiro nos impulsiona a responder o porquê de estudá-lo aqui na Amazônia. Ainda assim, temos mais uma pergunta a responder: quais pesquisas no âmbito do PPGED da UEPA trazem os pressupostos teóricos de Darcy? Esse questionamento nos leva à compreensão de como o pensamento de Darcy Ribeiro vem sendo pesquisado, estudado e discutido na Amazônia brasileira e paraense.

As pesquisas sobre Darcy Ribeiro na Amazônia Paraense

Com base em algumas leituras de/sobre Darcy Ribeiro, passamos a refletir sobre a figura desse intelectual na Amazônia. Esse estudo configura-se, metodologicamente, como uma pesquisa de caráter bibliográfico. Para Cajueiro (2013, p. 23), refere-se “[...] à análise e discussão apenas de referencial bibliográfico de autores e literaturas, artigos ou monografias sobre o tema da pesquisa [...]”.

Nesse tipo de investigação, não se utiliza de pesquisa prática, apenas teórica, de material publicado impresso ou virtual.

Assim, fizemos uma busca no portal do PPGED da UEPA a fim de identificar e analisar as pesquisas que dialogam com o pensamento de Darcy Ribeiro. A busca deu-se desde as primeiras dissertações defendidas em 2007 até as últimas de 2020. O procedimento deu-se pela abertura de cada trabalho e a busca por meio dos descritores: Darcy e Ribeiro (cada termo isoladamente) ou Darcy Ribeiro (os dois termos de forma conjunta).

Do total de 335 dissertações já defendidas, encontramos oito pesquisas que trazem, de forma simples ou analítica, o pensamento de Darcy Ribeiro. Para uma melhor visualização dos trabalhos, organizamos o *corpus* da pesquisa em quatro quadros, agrupando os trabalhos entre os que: 1) citam obras de Darcy Ribeiro sem desenvolvê-las; 2) trazem outros autores para criticar Darcy Ribeiro; 3) apresentam Darcy Ribeiro em algumas notas e citações; 4) trazem reflexões críticas sobre os estudos de Darcy Ribeiro.

Os resultados da pesquisa serão apresentados por meio desses quadros analíticos e de forma descritiva. A seguir, tem-se a análise de cada grupo de trabalhos e seus respectivos quadros.

Quadro 2. Pesquisas que citam obras de Darcy Ribeiro sem desenvolvê-las

Autor (a)	Título	Ano	Textos
PALHETA, B. D. M.	Bandas de Música, Escolas de Saberes: Identidade Cultural e Prática Ensino da Banda 31 de Agosto em Vigia de Nazaré/PA.	2013	O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Ano: 1995.
WEBER, S.	Crianças Indígenas da Amazônia: Brinquedos, Brincadeiras e seus Significados na Comunidade Assuriní do Trocará.	2015	Diários índios: os Urubus-Kaapor. Ano: 1996.

Fonte: Dados da pesquisa no PPGED da UEPA (2021).

Durante o levantamento realizado no PPGED da UEPA, nos deparamos com duas dissertações que citam obras de Darcy Ribeiro sem desenvolvê-las. As obras são, apenas, incluídas na lista de referências ao final do trabalho. Palheta (2013) cita a publicação *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*; Weber (2015) cita

Consideramos que ambas as pesquisas poderiam ter aprofundado reflexões sobre as obras de Darcy Ribeiro, uma vez que Palheta (2013) investigou uma banda de música e a função desse grupo musical enquanto escola de preservação e divulgação da arte, mantendo viva toda uma tradição artística cultural por meio da prática de ensino desenvolvida por mestres e músicos; e Weber (2015) analisou e mostrou que os saberes e práticas culturais da etnia Assuriní do Trocará se apresentam nas brincadeiras e brinquedos das crianças dessa comunidade.

Possivelmente, as obras de Darcy Ribeiro aparecem nas listas de referências porque, na época, colocava-se na lista de referências, também, os textos que foram lidos durante a feitura do trabalho, mas que não são citados. Hoje em dia coloca-se apenas as obras citadas no texto de dissertação. É comum a organização de uma lista à parte: bibliografias complementares, leituras complementares, indicações de leituras, ente outras.

Quadro 3. Pesquisas que trazem outros autores para criticar Darcy Ribeiro

Autor (a)	Título	Ano	Textos
ALMEIDA, F. O. B.	Alfabetização de Jovens e Adultos: Saberes Docentes em uma Escola Municipal de Ananindeua.	2010	A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. Ano: 2007. ²

Fonte: Dados da pesquisa no PPGED da UEPA (2021).

Almeida (2010) apresenta o pensamento de Sérgio Haddad de 2007 – *A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB*. Assim, há comentários sobre uma fala de Darcy Ribeiro no encerramento do Congresso Brasileiro organizado pelo GETA (Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização) em 1990, Ano Internacional da Alfabetização. Segundo o texto de Sérgio Haddad, na ocasião, Darcy argumentava de maneira firme e incansável em uma mesa redonda realizada no auditório da antiga Escola Caetano de Campos: “Deixem os velhinhos morrerem em paz! Deixem os

² No site da Biblioteca Digital Brasileira de Organizações da Sociedade Civil percebemos que esse texto de Sérgio Haddad foi publicado inicialmente em abril de 1997. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1767/3.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 maio 2021.

velhinhos morrerem em paz!”.

Assim, Sérgio Haddad afirma que, a partir da ousadia desse pronunciamento, Darcy inaugurava uma nova etapa de “desqualificação” da educação de pessoas jovens e adultas no âmbito das políticas públicas, revertendo um movimento inclusivo dos direitos por educação dos últimos cinquenta anos. Com isso, consideramos que a pesquisa de Almeida (2010) traz um outro autor para criticar Darcy Ribeiro.

Quadro 4. Pesquisas que trazem Darcy Ribeiro em algumas notas e citações

Autor (a)	Título	Ano	Textos
ALVES, D. A.	A Educação n'Ó Museu do Marajó: ver – tocar – contextualizar.	2009	Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil. Ano: 1985.
RODRIGUES, M. M. R.	Práticas Educativas e Saberes Ambientais em AÇÕES DO MOVimento dos Ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba e sua Relação com a Sustentabilidade dos Recursos Naturais na Ilha Quianduba.	2016	O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Ano: 2006.
FEITOSA, O. C.	Saberes e Experiências Político-Pedagógicas no Processo Organizativo da Apropriação e Distribuição do Açaí em Comunidade Marajoara/PA.	2017	O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural. Ano: 1998.

Fonte: Dados da pesquisa no PPGED da UEPA (2021).

Alves (2009) traz uma citação direta do livro: *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. Nesta obra, Darcy Ribeiro diz que: Cultura é a herança social de uma comunidade humana. Nesse sentido, o pensamento de Darcy dá base para entender o seguinte excerto: “[...] a comunidade humana a qual se refere Ribeiro, pode ser atribuída ao povo do Marajó numa apropriação de conceitos e significações [...]” (ALVES, 2009, p. 73).

Em sua dissertação, Alves (2009) utiliza uma citação da obra *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil* – edição de 1985. Destacamos que a primeira publicação da obra é de 1972. Na lista de referências, ao final da dissertação, Alves (2009) inclui a obra *O Povo Brasileiro*, de 1995. Possivelmente, houve um equívoco na hora de listar a referência citada no corpo do texto da dissertação de mestrado.

A pesquisa de Rodrigues (2016) traz uma nota de rodapé sobre Darcy Ribeiro. A referida nota serve para destacar a divisão do trabalho nas Ilhas de Abaetetuba: os homens pescam, caçam, extraem argila, trabalham no cultivo do açaí, e as mulheres desenvolvem as atividades domésticas. Rodrigues (2016) apresenta, ainda, os saberes de um tipo de artesanato que têm suas origens na cultura indígena de matriz étnica Tupi. Rodrigues (2016) utiliza uma impressão da obra *O Povo Brasileiro*, de 2006 – a primeira edição da obra é de 1995.

Feitosa (2017) analisa os saberes que estão inscritos nas práticas em torno do açaí em uma comunidade ribeirinha do município de Curralinho/Pará. Assim, inspirado em Darcy Ribeiro, diz que as culturas são construídas e mantidas por sociedades que não existem isoladamente, mas em permanente interação umas com as outras. Feitosa (2017) cita uma edição da obra *O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural* de 1998 – a data da primeira publicação é de 1968.

A seguir apresentamos os trabalhos que delineiam uma reflexão mais crítica ao pensamento de Darcy Ribeiro.

Quadro 5. Pesquisas que trazem reflexões sobre os estudos de Darcy Ribeiro

Autor (a)	Título	Ano	Textos
PROCÓPIO, M. G. C.	A Festa do Jacaré na Aldeia Indígena Assurini Trocará: Espaço Educativo e de Manifestações de Saberes.	2015	Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Ano: 1986. Utopia Brasil. Escola da cidade. Ano: 2008.

SOUZA, S. F.	Colonialidade do Saber no Ensino de Filosofia: um Estudo em duas Universidades Públicas de Belém.	2017	A Universidade Necessária. Ano: 1969. As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Ano: 1983 ³
--------------	---	------	---

Fonte: Dados da pesquisa no PPGED da UEPA (2021).

Procópio (2015), em sua epígrafe, traz *Utopia Brasil* de Darcy Ribeiro para dizer que: a principal lição da vida indígena é este exercício singelo, por toda gente, de simples alegria de viver, de fazer, de comer, de beber, de amar, que todo o mundo, lá, tem e sente (RIBEIRO, 2008 apud PROCÓPIO, 2015). Em seguida, a autora utiliza Darcy para fundamentar o tópico de seu trabalho intitulado “Um olhar histórico sobre a presença indígena no espaço amazônico” (PROCÓPIO, 2015). Esse tópico da dissertação é fundamentado, exclusivamente, na obra *Os Índios e a Civilização*.

A autora traz muitas reflexões críticas sobre a Amazônia. Para Procópio (2015, p. 49), esse lugar, “[...] com sua natureza exuberante, historicamente acolheu uma grande diversidade de povos indígenas, no interior de suas matas e também nas margens dos rios, devido às migrações que ocorreram na época da colonização para diversas regiões do País”. Assim, a autora utiliza-se de Darcy Ribeiro para refletir criticamente acerca dessa região.

A pesquisa de Procópio (2015) busca oferecer contribuições ao estudo da cultura indígena e da educação presentes nas manifestações culturais, tendo como base uma política para a valorização dos saberes dos diferentes grupos indígenas. A autora embasa-se em Darcy Ribeiro e, assim, insere-se nas tramas e nas teias de saberes existentes nas relações da vivência cotidiana de indígenas da Amazônia paraense.

Outro trabalho é o de Souza (2017), que utiliza duas obras de Darcy Ribeiro e um artigo de uma pesquisadora brasileira. As obras são: *A Universidade Necessária* e *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. O artigo é de Adélia Ribeiro (2011) e aborda o exercício de descolonização epistemológica inspirado em Darcy Ribeiro.

³ Souza (2017) utiliza uma edição da obra *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos* de 1983, porém a primeira edição dessa obra é de 1970.

Um dos objetivos de Souza (2017) é analisar se, nas práticas pedagógicas e curriculares de Cursos de Graduação em Filosofia, há resistência à colonialidade do saber. Assim, inspirado no pensamento de Darcy Ribeiro, Souza (2017, p. 39) diz que: “[...] há questões presentes na obra darcyniana capazes de gestar na atualidade uma crítica descolonizadora nas ciências sociais latino-americanas, impactando a geopolítica do conhecimento”.

Assim, no tópico de sua dissertação intitulado “Colonialidade do saber e universidade”, Souza (2017) se apropria de Darcy Ribeiro para debater a crise das universidades latino-americanas, pois nossas universidades estão incorporadas a um sistema internacional de investigação com uma função subalterna bem definida. Em seguida utiliza os estudos de Darcy Ribeiro sobre a formação das Américas e dos americanos para argumentar que a dominação europeia sobre a América foi um controle militar, econômico e racista (RIBEIRO, 1983 apud SOUZA, 2017).

Souza (2017) argumenta que a universidade se localiza como um desses espaços de encontro, interação e socialização de saberes; logo, na universidade está presente o fenômeno da colonialidade do saber, produzindo concepções, conteúdos e práticas atreladas a um pensamento eurocêntrico e estadunidocêntrico, que produz como inexistentes as manifestações epistêmicas latino-americanas.

O autor é bastante crítico ao dizer que “[...] as universidades fazem parte da agenda que visa à colonização cultural das populações ameríndias [...]” (SOUZA, 2017, p. 89). Para ele, isso tudo é um projeto delineado pelas políticas internacionais da produção universitária, sendo assim, a subalternidade é o único papel que resta às universidades latinas e caribenhas. Cabe, então, o pensamento de Darcy Ribeiro para compreender esse processo de colonização.

As pesquisas de Procópio (2015) e Souza (2017)⁴ são as que mais trazem considerações críticas sobre o pensamento de Darcy Ribeiro. A primeira apropria-se das reflexões de Darcy Ribeiro para dissertar sobre a Festa do Jacaré na aldeia indígena Assurini Trocará, no Pará, enquanto um espaço educativo e de manifestações de saberes. A segunda pesquisa traz Darcy para fundamentar suas questões sobre a colonialidade do saber no ensino de Filosofia e a crise da universidade latino-americana.

Considerações finais

Assim, finalizamos este texto em que buscamos estudar o pensamento de Darcy Ribeiro como educador renomado, antropólogo, historiador, sociólogo, escritor e

⁴ Souza (2017) apresenta, também, considerações a partir do artigo de Adelia Miglievich Ribeiro de 2011, que traz Darcy Ribeiro como um exercício de descolonização epistemológica.

político brasileiro. Intentamos mostrar a relevância desse autor, que muitas vezes é estudado não em sua profundidade teórica, mas apenas de modo superficial. Darcy foi/é um intelectual que lutou incansavelmente pela efetivação de uma educação de melhor qualidade e que ofereceu reflexões e proposições aos problemas educacionais.

Algo que nos deixou pensativos durante a escrita deste texto foi a seguinte constatação: das 335 dissertações já defendidas no PPGED da UEPA, apenas oito trazem o pensamento de Darcy Ribeiro. Destas, seis trazem Darcy Ribeiro de forma simples, por meio de notas e citações diretas/indiretas ou por meio da indicação de um outro autor que critica Darcy Ribeiro; por sua vez, há dois trabalhos que trazem reflexões críticas sobre os estudos de Darcy Ribeiro. A educação na Amazônia carece de mais estudos e pesquisas sobre Darcy.

Consideramos que cabe, portanto, a quem ler Darcy Ribeiro, anunciar que é possível uma mudança de paradigma da educação, é possível uma democratização da educação, uma libertação pela educação, é possível o acesso de todos e a permanência com êxito dos estudantes em todos os níveis de ensino; e que as barreiras sociais que agravam a crise da educação no Brasil devem ser consideradas crítica e cotidianamente.

Referências

- ALMEIDA, Fernando Octavio Barbosa de. **Alfabetização de jovens e adultos: saberes docentes em uma escola municipal de Ananindeua**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2010.
- ALVES, Darcel Andrade. **A Educação n'O Museu do Marajó: ver - tocar - contextualizar**. 2009. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.
- CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: Guia prático do estudante**. Rio de Janeiro, 2013.
- FEITOSA, Orivalda Cerdeira. **Saberes e experiências políticos pedagógicas no processo organizativo da apropriação e distribuição do açaí em comunidade marajoara/PA**. 2017. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.
- GOMES, Candido Alberto. **Darcy Ribeiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massangana, 2010.
- MARTINAZZO, Celso José; SILVA, Sidinei Pithan da; LUFT, Hedi Maria. A atualidade do diagnóstico e da crítica de Darcy Ribeiro (1922-1997) à educação brasileira. **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 2, p. 481-495, maio/ago. 2020.
- PALHETA, Bruno Daniel Monteiro. **Bandas de música, escolas de saberes: identidade cultural e prática ensino da banda 31 de Agosto em Vigia de Nazaré/PA**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.
- PROCÓPIO, Maria Gorete Cruz. **A Festa do Jacaré na aldeia indígena Assurini Trocará: espaço educativo e de manifestações de saberes**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.
- RIBEIRO, Adélia Miglievich. **Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização**

- epistemológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 2, ago. 2011.
- RIBEIRO, Adélia Miglievich. A antropologia dialética de Darcy Ribeiro em “O povo brasileiro”. **SINAIS**, v. 1, n. 6, p. 52-72, dez. 2009.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- RIBEIRO, Darcy. **Utopia selvagem: saudades da inocência perdida: uma fábula**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- RIBEIRO, Darcy. **Máira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970b.
- RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- RODRIGUES, Marinês de Maria Ribeiro. **Práticas educativas e saberes ambientais em ações do movimento dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba e sua relação com a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba**. 2016. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.
- SOUZA, Sullivan Ferreira de. **Colonialidade do saber no ensino de Filosofia: um estudo em duas universidades públicas de Belém**. 2017. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.
- WEBER, Sueli. **Crianças indígenas da Amazônia: brinquedos, brincadeiras e seus significados na comunidade Assuriní do Trocará**. 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

À memória de Darcy Ribeiro

Angela Ganem*

Trata-se de imenso desafio render uma justa homenagem ao grande brasileiro Darcy Ribeiro e à complexidade e importância de seu legado. Entretanto, e para nosso alento, Darcy, em seu último livro, “Testemunho”, publicado 12 anos após sua morte, nos fornece preciosas pistas para compreendermos o sentido maior de seus escritos, a importância de seus feitos e ainda os traços marcantes de sua personalidade. Seus bem-humorados e irônicos ditos nos mostram que nada nele foi realizado sem paixão, inteligência e ironia. Ao recuperar sua trajetória teórica e suas intervenções político/práticas, Darcy vai nos revelando a sua bela e incondicional paixão pela vida e pelo Brasil. Seus deslumbrados escritos às nossas matrizes índia e negra mostram a paixão alegre e esperançosa que teve pelo povo sofrido. Paixão que não ofuscou uma outra tão importante quanto: a indignação constante pela vida cruel que o capitalismo colonizador e atual impôs e impõe aos brasileiros explorados, pobres e marginalizados. Sublinho isso para contrapor à ideia triste da cientificidade ligada à neutralidade e à postura arrogante de inúmeros cientistas em seus discursos cada vez mais distantes e frios, que revelam a total falta de empatia com o drama e o sofrimento do povo. Darcy Ribeiro, para além de denunciar a alienação e a irresponsabilidade de uma boa parte dos intelectuais, mostrou que a indignação e a revolta são elementos vitais para se identificar o que realmente interessa, ou seja, as condições necessárias para superar o sofrimento do povo e construir um processo “civilizatório” digno desse nome no Brasil.

Seu olhar humanista o levou às mais variadas formas de estar no mundo: antropólogo atuante, teórico crítico, político, educador, romancista. Nestas poucas linhas destaco uma face de sua grandeza: a contribuição teórica do olhar inquieto e indignado do antropólogo crítico. Como marxista, Darcy construiu uma teoria sobre o Brasil a partir da perspectiva dialética, em que revoluções tecnológicas da base econômica e suas relações de classe devem ser compreendidas e articuladas aos valores e à cultura. Só dessa forma seria possível um processo dialético vivo, contraditório e aberto às novas questões. Sua resposta ao desafio de compreender a complexidade do “objeto Brasil” em sua totalidade antagônica o levou à crítica ao mecanicismo e ao “economicismo”, descaminhos provocados pelo dogmatismo stalinista, ao mesmo tempo em que o aproximou dos marxismos de Lukács e Gramsci. Acrescento que

* Doutora em Economia pela Universidade de Paris X. Professora colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ

embora não declarada, Darcy sofre influência de Adorno em vários pontos de sua obra e sobretudo quando destaca a importância da dominação cultural massificadora da indústria cultural, promovendo os valores vazios do capitalismo atual. De toda forma, é no marxismo que trata da cultura, dos valores, da ideologia e da alienação como elementos cruciais a serem levadas em conta para processos de transformação social a que ele se aninha e em que se sente confortável.

Suas perguntas demonstraram a profunda extensão que sua teoria deveria cobrir. *Quem é o nosso povo? Qual a sua formação? Quais as possibilidades de transformação, de superação dos limites para a construção de um povo autônomo, livre, num Brasil justo?* As duas primeiras conduziram seu olhar para aspectos econômicos, políticos, étnicos, culturais e ideológicos. Dentre as condições necessárias destacou a questão que considerou nevrálgica: a superação da alienação consequência da dominação cultural sobre e no Brasil. Esta seria, aos seus olhos, a condição determinante para uma possível transformação em direção a um mundo melhor, um mundo civilizado. E sem titubeios afirma: um mundo socialista. Nesse processo teórico, Darcy destacou a importância da observação como uma grande aliada teórica e reforçadora de sua utopia de uma forma de vida alternativa a um mundo dividido em classes sociais. Sua vivência durante nove anos com os índios foi determinante. Aprendeu *a olhar os índios com os olhos deles mesmos* e constatou que a observação empática com os índios lhe deu o senso acurado de compreender a dignidade desses povos que não passaram pela estratificação social. Observou também que beleza e criatividade seriam atos naturais da vida diária. Em suas contundentes palavras: “Os índios foram me desasnando, fazendo-me ver que eles eram gente, capaz de dor, amor, vergonha, desengano. Gente que sofria a suprema dor de ser índio num mundo hostil, mas que guardava no peito um louco orgulho de ser índio”. (Ribeiro, 2009, p. 42) A vivência com os índios o levou às ações políticas que marcaram indelevelmente a defesa do povo índio, de sua cultura e memória no Brasil: o *Museu do Índio* e a criação do *Parque Indígena do Xingu*.

Para além de ações concretas constatou que a pesquisa de campo o libertou do formalismo estruturalista, do funcionalismo da etnografia e da esterilidade dos estudos de aculturação. Foi nesse momento que Darcy tomou conhecimento do atraso e do reacionarismo das teorias antropológicas em voga e fez duras críticas à atitude “seguidista” das teses em moda e à futilidade da temática clássica dos estudos etnológicos. Essas teses representavam em suas palavras: “[...] uma infecundidade científica ditada pela antropologia metropolitana, só visando a redigir o seu discurso doutoral, sem qualquer compromisso etnográfico, nem indigenista. Neutros enfim, diante do drama indígena”. (Ribeiro, 2009, p. 40)

No exílio de 10 anos resultado do golpe de 1964, atuou politicamente assessorando presidentes em diversos países da América Latina ao mesmo tempo em que delineou o projeto teórico que perseguiu até os últimos dias de vida. Seu edifício teórico, dentro de uma perspectiva de totalidade contraditória, incluiu sem titubeios o resgate da etnia e a importância da cultura para compreender o Brasil e suas mazelas e ainda nos deu condições de entender que é na superação dessas mazelas que está a potencialidade de transformação social. Não à toa articulou claramente a cultura à necessidade da educação, realizando intervenções históricas educacionais que marcaram o Brasil para sempre, como a criação dos CIEPS (Centro Integrado de Educação Pública) e da Universidade de Brasília. Em poucas palavras, Darcy defendia uma educação crítica, que resgatasse nossa cultura, como condição para a libertação do povo brasileiro.

A obra teórica de Darcy, intitulada *Estudos de Antropologia da Civilização*, envolve: *O Processo Civilizatório* (1968), *As Américas e a Civilização*, *O Dilema da América Latina* (1971), *Os Índios e a Civilização Brasileira* (1970), *Teoria do Brasil*, dividida em 1. *Os Brasileiros* (1969) e 2. *O Povo Brasileiro* (1995).

Em *Teoria do Brasil* Darcy elabora uma síntese atualizadora de suas obras anteriores, refazendo esquemas conceituais e finalizando com o estudo sobre as condições necessárias para a revolução capaz de superar o atraso e a dependência. Nesse último momento de vida escreveu também *Testemunho*, sua obra biográfica póstuma, finalizada em 1997 e publicada em 2009, trabalho, como já afirmei anteriormente, imprescindível para caminhar pelos feitos e escritos desse grande brasileiro. Nesta vasta obra destacou dois fenômenos que aparecem simultaneamente no processo civilizatório das sociedades ocidentais. Os *movimentos acelerativos* de autoconstrução, modeladores de povos autônomos, que expressam a progressão de um povo para outra etapa de evolução sociocultural, própria das economias centrais etapa na qual seriam preservadas a autonomia cultural e política desses povos. Já o fenômeno de *atualização histórica* diz respeito aos movimentos reflexos de atualização ou incorporação histórica que plasmam os povos dependentes, objetos de domínio do núcleo cêntrico (*proletariados externos, destinados a produzir excedentes para a manutenção dos padrões de vida do núcleo cêntrico*). Neste fenômeno, e para além dos elementos econômicos e sociais, são ameaçadas a cultura, a etnia e a política desses povos.

Para além da perspectiva histórica consensual entre historiadores, economistas e sociólogos de processos civilizatórios construídos em dois polos, os centros dominadores e as periferias colonizadas, Darcy destaca um ponto perturbador a ser estudado devidamente: a interrupção da linha evolutiva prévia dos indígenas e a inestimável perda de autonomia étnica e cultural. A este fenômeno nomeou

transfiguração. Etnias e nacionalidades surgem e se *transfiguram* dentro da corrente de expansão dos povos dentro do chamado “processo civilizatório”. Darcy analisou a *transfiguração* em três planos: tecnológico, social e ideológico, este último envolvendo a língua, os valores e a cultura. Para ele, tanto os conceitos de *aceleração evolutiva* e de *incorporação histórica* fornecem as vias de condução dos processos, mas não mostram suas causas e nem suas consequências trágicas. Faz-se necessário, segundo Darcy, considerar a questão crucial da transfiguração para a compreensão do processo de desenvolvimento ou de conformação das nações colonizadas. Só assim é possível entender segundo ele como os povos se transfiguram e quais as diferenças que explicam trajetórias diferenciais de desenvolvimento. Para isso introduziu três conceitos diferenciadores: *configuração étnica*, *deculturação* e *transfiguração étnica*. E, na exposição desses fenômenos, foi contundente e crítico: “Há uma antropologia de direita identificada com a ordem social vigente geralmente chamada de relativista, e outra de esquerda” (Ribeiro, 2009, pp 68) a qual se identifica, mas esta última deve “superar o marxismo dogmático incapaz de focalizar a realidade em si mesma. (Idem, pp 69). No fenômeno *transfigurações étnicas* destacou para além das inestimáveis perdas étnicas e culturais, as bravas resistências étnicas de índios e de negros aos violentos e dramáticos movimentos de conformação impostos pelas classes dirigentes ao longo de nossa história.

Seu ponto de partida para o estudo de nossas matrizes originárias revelou de forma profunda, bela e ímpar as nossas raízes. Da matriz indígena, nossa matriz genética e agente cultural, Darcy sublinha o que de mais belo herdamos: a experiência milenar de adaptação ecológica e a fórmula de sobrevivência nos trópicos. Da ligação dessa matriz genética com o branco nasceu o mameluco, o *brasilíndio*, um mestiço gerado por europeus nos ventres de mulheres indígenas. Os índios sofreram tanto as consequências desastrosas do “desenvolvimentismo” cego quanto da introjeção de valores impostos pela igreja católica através de seu plano jesuítico salvacionista. O primeiro provocou perseguição e mortes, e o segundo uma triste consequência: a vida que era uma dádiva para os índios se torna sofrimento, castigo e culpa. De outro tanto, os índios, para manterem sua identidade e cultura e enfrentarem a imposição econômica e ideológica de um mundo que não era o seu, lutando e sofrendo massacre das guerras e do avanço do “progresso” em um enfrentamento nada idílico que foi e continua sendo uma hecatombe. Apesar da constatação dessa tragédia viva, Darcy nos deixa a ideia de que os índios quanto mais são perseguidos mais buscam suas raízes, mais se afundam dentro de si mesmos.

A matriz negra constituída pelo povo negro cassado da África é o *testemunho vivo dos horrores da escravidão*. Dos negros, Darcy afirma com orgulho que apesar

de serem desenraizados, deculturados, desumanizados cruelmente, nós brasileiros herdamos deles, seus valores, sentimentos, musicalidade, gostos e crenças.

Darcy constata que os negros conseguiram honrosamente, depois desse processo de *desfazimento*, em que tudo lhes foi negado, habitação, educação, assistência, se mantiveram humanos, resistindo bravamente e enobrecendo nossa cultura. E cita como realizações o carnaval, iemanjá, a capoeira, o samba do morro, o samba de raiz, o pagode, os movimentos funks e o futebol”. Sabemos que não parou por aí. As poucas possibilidades educacionais que lhes foram oferecidas são aproveitadas com garra e inteligência por esse bravo povo negro.

Já as referências de Darcy à matriz branca são desabonadoras, como não poderiam deixar de ser. Ela, como promotora dessa façanha colonizadora sangrenta, foi a reprodutora das instituições ordenadoras da vida social e agente de expansão cultural que criou nas Américas réplicas de suas pátrias de origem, linguisticamente e culturalmente mais homogênea que tais pátrias de origem. Como classe dominante, implantou feitorias de escambo, fazendas (modelo organizacional de empresa) e a escravidão. No capítulo de *Teorias do Brasil* intitulado “Alienação e classes sociais”, afirma acidamente que a nossa classe dominante é *alienada e alienante*, incapaz de ver e compreender a sociedade em que viveu e vive. Seu componente erudito não se constituiu como burguesia e sua perspectiva classista foi a de manutenção da dependência aos centros de poder. A consequência direta foi a sua não proposição de um projeto de desenvolvimento autônomo para o Brasil

Darcy destaca que o Brasil foi experimentando um caldeamento racial ou entrecruzamento cultural que deu lugar ao advento maciço de mestiços gerados por europeus e índias (mamelucos, depois caboclos) e de mulatos gerados por europeus e negras, um estrato-social intermédio, distanciado das matrizes originais. Já o crioulo era o que nascia aqui. A conjunção das matrizes originárias – indígena, africana e europeia (imposta pelo colonizador) – deu lugar a uma *protoetnia*, um novo tecido cultural e socioeconômico resultado da agregação de novos contingentes humanos e culturais.

Darcy define o Brasil dentro da categoria de “povos novos”, que, diferentemente de outras configurações étnicas, são populações oriundas do entrecruzamento cultural e de um processo de *deculturação* de suas origens índias, africanas e europeias.

E ainda afirma que somos povos tábua-rasa, desapegados de nosso passado, a nós resta o futuro (e, portanto, chamados a criar uma nova condição humana, quiçá mais solidária) e uma utopia de transformação de nosso povo no caminho de uma nova condição humana. Entretanto a realização dessa utopia passa por uma exigência

inadiável: compreender o que foi o processo de *deculturação, desenraizamento pelo caldeamento, aculturação e emprobrecimento cultural*. O negro e o índio, primeiro desumanizados (tratados como coisas ou como bichos), boçais, re-humanizados se converteram em ladinos (ladino que vem de latino e quer dizer povo latino/ americano), na sua expressão “uma ninguendade”, que é o brasileiro. Uma nova espécie no plano étnico, não indígena, não africana, não europeia e inteiramente distinta de todas elas. Esse *ninguém* e homem tábua rasa é o brasileiro comum que se construiu mais receptivo às inovações do progresso que o camponês europeu tradicionalista. Por outro lado, e não menos importante, Darcy destaca em todos seus principais livros que o brasileiro é sobretudo um homem traumatizado e deculturado, produto do caldeamento racial de seus contingentes e de sua aculturação no corpo de novas etnias. Daí a importância de estudos sobre *processos de deculturação e trauma*, processos traumáticos de natureza *biótica, econômica e psicossocial*. “Biótica” pelas epidemias, “econômica” por massacres e etnocídios, mesmo levando em conta as bravas resistências dos índios e as lutas cruentas dos negros contra a escravidão. Já os processos de natureza psicocultural são processos traumáticos oriundos do sofrimento causado pelo preconceito social e pela discriminação interiorizada em seus valores básicos, que produzem as mais variadas e sérias doenças psíquicas. Para Darcy, nos *processos de deculturação e trauma*, há, no Brasil, um aspecto ainda mais perverso: a imagem de solidariedade quando de fato se desarma o negro da luta contra a pobreza e se dissimula as condições a que é submetido. Essa ideologia assimilacionista ilude e esconde que a vitória só é alcançável com a revolução social.

Neste ponto, sublinho a constatação de Darcy na leitura do discurso ideológico neoliberal, teoria e ideologia que se sustentam na elegia ao individualismo, à concorrência e à introjeção da fatalidade na naturalização da pobreza na ideia perversa de que o indivíduo (pobre) é o responsável por sua própria pobreza. Entretanto, Darcy vai além ao constatar que o fundamentalismo do mercado no Brasil dá mais um passo na sua perversidade, destacando a raça como fator de atraso. Ou seja, índios, negros, mulatos são os responsáveis por seus próprios fracassos.

Além de toda essa violência econômica, social e psíquica, Darcy adiciona mais um elemento na *deculturação* sofrida: a violência imposta pela indústria cultural através da rádio, cinema e TV, uma massa de bens culturais que carregam o marketing de uma forma de vida vazia, voltada para o consumo, no capitalismo atual. Darcy sublinha que todos esses fenômenos ameaçadores da vida e da cultura brasileira se fazem com a conivência de uma classe dominante que, entre outros desabonos, é “enferma de desigualdade” e se afunda na defesa do espontaneísmo do mercado e na irresponsabilidade social do neoliberalismo..(Ribeiro, 2008, p. 247). Mas em

contrapartida, Darcy sublinha esperançoso que mesmo sofrendo todas as formas de dominação, o Brasil vai se construindo e ainda pode ensinar o mundo a ser mais feliz. Seu prognóstico entusiasmado pode ser resumido nesta frase: “O Brasil ainda será uma nova Roma, matriz ativa da civilização neolatina. Melhor que as outras, porque lavada em sangue negro e em sangue índio, cujo papel menos que absorver europeidades, será ensinar ao mundo a viver mais alegre e mais feliz”. (Ribeiro, 2008, p. 265)

Mas como em Darcy nada é simples, linear, previsível, a par da utopia de um Brasil alegre e feliz está o antropólogo, educador e político realista que, ao receber o Título de *Honoris Causa* na Sorbonne em 1978, arrebatou o público com suas palavras amargas, certeiras sobre seu trágico *fracasso* em tudo a que se propôs: a salvação dos índios, a escolarização para todas as crianças brasileiras, a reforma agrária e a Universidade de Brasília como promotora do desenvolvimento. Mas não ficou aí. Com coragem e lucidez afirmou em seguida: “*tenho orgulho dos meus fracassos, não queria estar do lado dos que venceram*”. Sim, Darcy, com certeza. E nós nunca poderíamos imaginar que esses “fracassos” fossem apenas a ponta do iceberg do retrocesso econômico, político e social que o Brasil tem vivido nos últimos anos sob a égide deste atual desgoverno.

Darcy morreu em 1997 após finalizar *O Povo Brasileiro*, livro que Antônio Cândido considera como entre as dez mais importantes interpretações do Brasil. Faço meus tanto o pesar pela partida desse grande brasileiro como a provocadora e inquietante questão de Eric Nepucemo no prefácio do livro:

Darcy cometeu a suprema indelicadeza de ir-se embora num 17 de fevereiro de 1997, uma segunda feira perversa. Muitas vezes me acossa a curiosidade de saber o que diria ele dos rumos desse mundo e desse país em que acreditou até o fim. Saberemos ser merecedores da sua Memória?

(Ribeiro, 2009, p. 11)

Referências

- Ribeiro, Darcy, 2008- *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Ribeiro, Darcy, 1972- *O Processo Civilizatório*, São Paulo, Civilização Brasileira.
- Ribeiro, Darcy, 2009- *Testemunho*, Fundação Darcy Ribeiro, Editora Apicuri,/ Editora Universidade de Brasília.
- Ribeiro, Darcy. 1978 *Os Brasileiros 1. Teoria do Brasil*, RJ Editora Vozes
- Ribeiro, Darcy 1975- *A Universidade Necessária*. Editora RJ Paz e Terra

Darcy Ribeiro: Experiências pessoais

Isaac Roitman*

No início da década de 60 do século passado, eu estava iniciando a pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tinha notícias esparsas sobre a implantação da Universidade de Brasília (UnB), conduzida por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Naquela época, jamais pensei que teria o privilégio de desenvolver minha carreira na UnB.

Quando cheguei à UnB em 1972, mediada por Amadeu Cury, que foi reitor da UnB, encontrei alguns vestígios do plano diretor da universidade, destruídos pela crise de 1965, quando a quase totalidade de professores, solidários a professores perseguidos, pediu demissão. Esse episódio está bem documentado no livro *Universidade Interrompida* (editora UnB), de autoria de Roberto Salmeron.

Meu primeiro contato pessoal com Darcy foi na segunda metade da década de 80, quando fui Decano (Pró-Reitor) de Pesquisa e Pós-Graduação em uma cerimônia de diplomação de cursos de graduação em todas as áreas de conhecimento, realizada em um ginásio de esportes. Tive o privilégio de sentar-me ao lado de Darcy, na tribuna de honra. Ele seria o paraninfo dos formandos. Antes de cantarmos o Hino Nacional, os estudantes adentraram na arena do ginásio. Eu, emocionado, me dirigi ao Darcy e disse: “Esses jovens vão construir um Brasil feliz”. Darcy respondeu: “Certamente”. Darcy faria um discurso. Observei que estava agitado, peguei em suas mãos tremulas e providenciei um copo com água. Ele se acalmou e fez um brilhante discurso, encantando os jovens, lançando luzes nos seus futuros.

O meu segundo encontro com Darcy foi em 1995, quando fui convidado pelo Reitor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Wanderley de Souza, para colaborar na implantação dessa universidade, que Darcy chamava de Universidade do Terceiro Milênio. O encontro durou quatro horas e foi realizado no Hospital Sarah Kubitschek, onde Darcy recebia os cuidados de doença grave. Eu deveria assumir a direção do Centro de Biotecnologias e Biotecnologia (CBB) e minha expectativa era receber orientações da minha missão nessa nova universidade. Foi exatamente o contrário. Darcy pouco falou e provocou-me para saber dos meus planos e ideias. Lembro-me muito bem de uma frase de Darcy naquela ocasião: “Roitman, a UENF é uma universidade experimental. Faça que suas ideias se transformem em realidade. Não leia as diretrizes do MEC, eu resolvo depois em Brasília”. Essa frase foi o meu lema nos quase dois anos que permaneci na UENF.

* Professor Emérito da Universidade de Brasília

Um episódio que pode ser enquadrado na dimensão da arte do humor aconteceu dias depois de minha chegada à UENF. Estava programada uma aula magna que seria proferida pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Antes da cerimônia, o Ministro visitaria o CBB, provavelmente pela excelência dos equipamentos. A joia da coroa era um super microscópio eletrônico de última geração. Coloquei um avental e fui receber o Ministro e Darcy, acompanhados de autoridades e de um grande número de jornalistas. O ponto alto da visita seria mostrar ao Ministro o moderno microscópio do CBB. Eu ainda não tinha consolidado o mapa geográfico do CBB e levei a comitiva para ver o microscópio eletrônico antigo e ultrapassado. Ao meu lado, Darcy me cutucou e disse: “Não é esse Roitman, é o outro”. Para não confessar meu condenável erro, disse: “Deixe ele ver esse, que é o que ele adquiriu quando foi Reitor da Universidade Estadual de Campinas, depois mostramos o outro”. Darcy me respondeu: “Excelente ideia”.

Também ficou gravado em minha memória o depoimento pessoal da fuga de Darcy da unidade de tratamento intensivo (UTI), inclusive com parada para um pastel e um caldo de cana, que resultou na conclusão do livro *O Povo Brasileiro*.

Durante minha estada na UENF em Campos dos Goytacazes, era frequente, nos fins de semana, um encontro com Darcy em seu apartamento em Copacabana, seguido de uma confraternização em um bar nas proximidades. Cada encontro com ele era um aprendizado. Conversar com Darcy era inspirador. Ele transmitia energia para as transformações necessárias para construirmos um Brasil melhor e mais justo.

Em 2017, quando se lembrava os 20 anos do falecimento de Darcy, a Secretária de Comunicação da UnB me desafiou a fazer uma entrevista imaginária, com indagações que eu responderia como se fosse ele. Aceitei o desafio e, por uma semana, fiz uma imersão para responder os questionamentos. A entrevista “Nos 20 anos da morte de Darcy Ribeiro, uma entrevista imaginária” pode ser acessada no portal da UnB.

Termino este breve depoimento com uma frase de Darcy que é atual para construirmos uma civilização sonhada por ele: “Brasil, último país a acabar com a escravidão, tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso”. As ideias e ideais de Darcy estão vivas e são um combustível para construirmos um país feliz para as próximas gerações.

Lembranças de Darcy Ribeiro

Wanderley de Souza *

Minha convivência com Darcy Ribeiro foi curta, porém intensa. No primeiro momento, fui convidado para ajudar na instalação da Universidade Estadual no Norte Fluminense (UENF) e, nela, a pensar em um modelo inovador e voltado para a pesquisa científica. Simultaneamente, começamos a discutir mudanças conceituais em uma proposta inicial para a Lei de Diretrizes e Bases para a educação no Brasil. Logo em seguida, pensamos em um modelo de educação a distância. Neste pequeno ensaio, pretendo tecer alguns comentários sobre duas dessas iniciativas.

A criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Em 1990 eu atuava como Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando fui contactado pelo colega Antônio Cordeiro, professor de genética do Instituto de Biologia da UFRJ. Ele havia sido colaborador de Darcy na criação da Universidade de Brasília, e me chamou para um encontro com Darcy Ribeiro e Gilka Weinstein. O primeiro contato foi realizado na sede da Secretaria Extraordinária para Projetos Especiais, localizada em São Cristóvão, Rio de Janeiro. O foco da reunião era a missão de pensar e implantar, em tempo recorde, uma nova universidade, hoje UENF, incumbência dada a Darcy pelo então governador Leonel Brizola. Impossível não aceitar esse convite, em função do entusiasmo com que Darcy apresentava a proposta. Logo na primeira reunião, foi com surpresa e alegria que ouvi a recomendação de que procurasse nomes importantes da ciência brasileira com capacidade e entusiasmo para organizar equipes de pesquisadores atuando nas áreas de fronteira. Importante lembrar que Darcy Ribeiro teve uma formação baseada sobretudo no seu esforço pessoal. Iniciou sua carreira universitária em 1939 como aluno do curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Não sentindo atração pela área, desistiu do curso em 1942 e migrou para São Paulo para fazer o curso de graduação da então Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que foi criada em 1933 como uma escola isolada e só posteriormente

* Professor titular do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ e pesquisador do Centro Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem da mesma universidade, foi secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, Foi Diretor e Presidente da Finep. Membro das academias Nacional de Medicina, Brasileira de Ciências e de Ciências do Terceiro Mundo.

incorporada à Universidade de São Paulo (USP). Era um curso de excelência, e por essa escola passaram nomes importantes como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, Luiza Erundina, Salomão Schwartzman e Ricardo Lewandowski, para mencionar alguns. Darcy finalizou o curso em 1946 e já em 1947 se incorporou, como etnólogo, ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Foi atuar na região Amazônica e no Brasil Central, assumiu a direção do SPI e criou o Museu do Índio em 1952. Em 1950 publicou seu primeiro livro, intitulado *Religião e Mitologia Kadiweu*. Em 1953 ingressou como professor de etnologia brasileira na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e, em 1958, como professor de etnologia brasileira e tupi-guarani da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Tornou-se um eminente professor de antropologia e, em 1959, foi convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek para planejar com Anísio Teixeira a Universidade de Brasília, que iniciou suas atividades em 1961, da qual foi o primeiro reitor. Na montagem da Universidade de Brasília, Darcy e equipe procuraram atrair grandes nomes da ciência brasileira. Darcy ficou pouco tempo como reitor, pois o presidente logo o chamou para assumir o Ministério da Educação e Cultura e, logo em seguida, no governo João Goulart, assumiu o Gabinete Civil da Presidência da República. Em função do golpe militar de 1964, teve que sair do Brasil e se dedicou ao longo de vários anos como docente e inspirador de mudanças importantes em universidades no Uruguai, Peru, Costa Rica, México e Argélia.

Darcy nos deu liberdade total para a organização da UENF e para convidar professores, desde que fossem doutores com excelente atividade acadêmica, atuando em pesquisa científica e formação de mestres e doutores, de forma a apoiar a ideia de a universidade começar com cursos de pós-graduação. Procuramos atrair pesquisadores da Rússia e de Cuba. Em relação à Cuba, junto com outros colegas, acompanhei Darcy em uma viagem quando visitamos várias instituições, entre as quais destaco o Centro de Biotecnologia. Com Fidel Castro, discutimos uma maior cooperação entre instituições cubanas e a nova universidade. A recomendação explícita de Darcy era no sentido de que todos os professores deveriam ser doutores e que o comando dos laboratórios, dos centros e da universidade deveria estar sempre nas mãos dos pesquisadores mais seniores. Assim, conforme explicitado no *Plano Orientador da Universidade*, o núcleo formador da UENF cresceu. Além de mim e de Antônio Cordeiro, vários colegas foram sendo envolvidos para pensar as diferentes áreas, tendo o comando executivo eficiente da professora Gilka Weinstein. Ao grupo foram se incorporando pessoas como Nilton Rocha Leal, com grande experiência no setor agropecuário, Paulo Alcântara Gomes e Pedricto Rocha Filho na área

das engenharias, Gilson Nunes na área de física, e Carlos Alberto Dias na área da engenharia de exploração de petróleo, entre outros. Por indicação de Darcy, que era o chanceler da UENF, fui nomeado reitor da UENF em 1993 e iniciei a estruturação dos colegiados acadêmicos. Com o tempo defendi cada vez mais a independência acadêmica e administrativa da UENF em relação à sua fundação mantenedora (Fundação Estadual do Norte Fluminense). Tal posição foi levada ao conhecimento do Darcy como uma posição pessoal de independência, o que fez com que rompesse comigo e solicitasse a minha substituição. No início de 1995 fui exonerado do cargo de reitor pelo então governador Marcelo Alencar. Tal fato gerou uma série de protestos na universidade, pois foi entendido como uma intervenção do governo em uma instituição que goza de autonomia, como previsto na Constituição do país. Os fatos foram esclarecidos e voltamos a ter uma boa convivência. Houve problemas no governo de Marcelo Alencar, e a situação só foi normalizada com a eleição do governador Anthony Garotinho e a minha designação como secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, órgão ao qual a UENF estava vinculada. Rapidamente designamos o professor Adilson Gonçalves como reitor *pro-tempore*, com a missão de elaborar os estatutos da UENF e proceder à primeira eleição comunitária do seu reitor. A partir daí a universidade se desenvolveu, tornou-se independente da fundação e seguiu o seu destino.

A implantação da educação a distância

Desde a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Darcy antevia o importante papel da modalidade de educação a distância para a ampliação do ensino superior em várias áreas do conhecimento. Em um primeiro momento, seria importante enfatizar a formação de professores nas várias disciplinas para ampliar a educação básica de qualidade em todo o país. Pensou então na criação do que chamou de Universidade Aberta do Brasil e conseguiu o apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu ministro da Educação, Paulo Renato. Convidou-me para integrar a comissão de elaboração do projeto e, principalmente, do componente das ciências da vida. Entre setembro de 1996 e fevereiro de 1997, me dediquei a esse projeto, aproveitando um período de dois meses que passei como professor visitante no campus de Urbana-Champaign, da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. O rigoroso inverno propiciava as condições para me dedicar à escrita, e a cada 48 horas enviava para Darcy via fax o que tinha escrito, e ele respondia prontamente. O retorno da correspondência foi diminuindo a partir de janeiro devido ao agravamento da sua saúde, e devido a isso Darcy precisou se internar no Hospital Sarah Kubitscheck em

Brasília. Tinha vencido um câncer de pulmão em 1974, mas não resistiu à metástase generalizada de um câncer de próstata e faleceu com falência múltipla de órgãos no dia 17 de fevereiro de 1997. Em uma correspondência de dezembro havia me dito que tinha acertado tudo com o ministro Paulo Renato para a implantação do projeto. Ao regressar ao Brasil, o ministro não demonstrou muito entusiasmo e, com isso, o projeto não foi implementado. No entanto, não me esqueci da proposta. Quando assumi a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, resolvi retomar a ideia e implantar o projeto. Organizei uma equipe na secretaria com a participação dos professores Adilson Gonçalves e Carlos Bielschowsky, da UFRJ, para retomar o projeto. Carlos Bielschowsky se dedicou intensamente a analisar todos os projetos de educação a distância em vários países e finalmente chegamos a um modelo envolvendo a criação de um consórcio de várias universidades públicas federais e estaduais atuando no Rio de Janeiro e que iriam oferecer os cursos. Levei o projeto ao governador Anthony Garotinho, que, após realizar uma visita à Universidade Nacional de Educação a Distância da Espanha (UNED), se empolgou com o projeto. Assinou, ainda em Madrid, o projeto de lei para a criação do programa, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 103, de 18 de fevereiro de 2002) e assim ficou criado o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ). O Cederj conta hoje com 16 cursos oferecidos em 34 polos distribuídos por todas as regiões do estado, com cerca de 26 mil alunos. Em 2006 o projeto foi usado como modelo para o então ministro da Educação, Fernando Haddad, lançar as bases nacionais do programa de educação a distância no ensino superior. Foi criada, através do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a Universidade Aberta do Brasil, que hoje conta com 121.000 alunos em 139 instituições e 967 polos presentes em 850 municípios.

Finalizo com a constatação de que Darcy Ribeiro constitui uma das personalidades mais importantes da vida pública brasileira, tendo sido responsável por avanços significativos na área da educação no Brasil. O campus da Universidade de Brasília recebeu o seu nome. A UENF é hoje UENF Darcy Ribeiro. Dá ainda nome à Usina de Biodiesel de Montes Claros, Minas Gerais, sua terra natal. Em 1993 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras (1993-1997), tendo sido substituído, após seu falecimento, por Celso Furtado. Em 1978 recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Sorbonne, França. Recebeu ainda o mesmo título das universidades de Copenhague, Venezuela e Uruguai.

Geopolítica decolonial latino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI

Bernardo Salgado Rodrigues*

Resumo: A decolonização do pensamento é uma variável-chave para qualquer revolução social intensiva e diuturna no século XXI. Compreendida como um processo de enfrentamento dos desafios colocados pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo como modos de pensar dominantes e universais, esse processo requer ferramentas epistemológicas e experiências empíricas para sua efetivação. Nesse contexto, o objetivo do artigo é investigar a perspectiva periférica de uma geopolítica decolonial latino-americana através das bases de uma conjuntura internacional de ascensão do Sul Global, utilizando como estudo de caso experiências contra-hegemônicas no século XXI. Através de revisão bibliográfica e a partir do método empírico-dedutivo, visa-se ratificar a imprescindibilidade de uma reflexão mais extensa das possibilidades de instauração de uma gramática da decolonialidade, que possibilite novos arranjos geo-epistêmicos.

Palavras-chave: Geopolítica Decolonial. Contra-Hegemonia. Eurocentrismo. Sul Global. América Latina.

Abstract: The decolonization of thought is a key variable for any intensive and lasting social revolution in the 21st century. Understood as a process of facing the challenges posed by eurocentrism and by ethnocentrism as dominant and universal ways of thinking, this process requires epistemological tools and empirical experiences for its realization. In this context, the objective of the article is to investigate the peripheral perspective of a Latin American decolonial geopolitics under the bases of an international situation of the Global South's rise, using as case studies counter-hegemonic experiences in the 21st century. Through literature review and from the empirical-deductive method, the aim is to ratify the need for a more extensive reflection on the possibilities of establishing a decoloniality grammar, which allows for new geo-epistemic arrangements.

Keywords: Decolonial Geopolitics. Counter-Hegemony. Eurocentrism. Global South. Latin America.

Resumen: La decolonización del pensamiento es una variable clave para cualquier revolución social intensiva y diurna en el siglo XXI. Entendido como un proceso de afrontamiento de los desafíos planteados por el eurocentrismo y el etnocentrismo como formas de pensar dominantes y universales, este proceso requiere herramientas epistemológicas y experiencias empíricas para su realización. En este contexto, el objetivo del artículo es indagar la perspectiva periférica de una geopolítica decolonial latinoamericana bajo un escenario internacional de ascenso del Sur Global, utilizándose experiencias contrahegemónicas en el siglo XXI. A través de la revisión de la literatura y desde el método empírico-deductivo, se busca ratificar la necesidad de una reflexión más amplia sobre las posibilidades de establecer una gramática de la decolonialidad, que permita nuevos ordenamientos geoepestémicos.

Palabras clave: Geopolítica Decolonial. Contrahegemonía. Eurocentrismo. Sur Global. América Latina.

* Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor e Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-PEPI).

Introdução

Historicamente, a colonialidade do pensamento influencia o modo de pensar e agir dos países periféricos, tais como os latino-americanos. A partir do eurocentrismo, os países dos grandes centros de poder mundiais constituíram a noção de totalidade através da sua experiência particular, instituindo uma universalidade radicalmente excludente e que todos os demais países deveriam adotar. Essa construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de seu próprio experimento, coloca sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal.

Nesse sentido, a decolonização do pensamento é uma variável-chave para qualquer revolução social intensiva e diuturna no século XXI. Compreendida como um processo de enfrentamento dos desafios colocados pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo como modos de pensar dominantes e universais, esse processo requer ferramentas epistemológicas e experiências empíricas para sua efetivação. Nesse contexto, o objetivo do artigo é investigar a perspectiva periférica de uma geopolítica decolonial latino-americana através das bases de uma conjuntura internacional de ascensão do Sul Global, utilizando como estudo de caso experiências contra-hegemônicas no século XXI. Através de revisão bibliográfica e a partir do método empírico-dedutivo, visa-se ratificar a imprescindibilidade de uma reflexão mais extensa da questão periférica, contra-hegemônica e decolonial como possibilidade de retomada da política anti-sistêmica na discussão contemporânea.

Sinteticamente, o trabalho apresentará duas seções além desta introdução e das considerações finais, cada uma fundamentando peculiaridades imprescindíveis correlacionadas à temática da decolonização do pensamento numa perspectiva periférica. Na primeira parte, julga-se necessária a sistematização de uma reflexão teórica e epistemológica referente ao que se denomina como geopolítica decolonial, apresentando suas principais características e particularidades. Na segunda parte, busca-se analisar possíveis correlações empírico-epistemológicas entre as experiências contemporâneas de uma geopolítica decolonial latino-americana, imperativo para uma reflexão mais ampla das possibilidades de instauração de uma gramática da decolonialidade e anti-eurocêntrica, que permita novos arranjos geo-epistêmicos.

Reflexões teórico-epistemológicas para uma geopolítica decolonial

A conceituação da geopolítica pode parecer uma tarefa simples, mas sua sistematização de modo homogêneo é impedida por sua própria natureza: em outras palavras,

a geopolítica só pode ser considerada se levar em consideração que os diferentes interesses nacionais no sistema internacional são assimétricos, hierárquicos e competitivos, e, concomitantemente, diferentes visões geopolíticas são desenvolvidas a fim de estabelecer relações causais em distintos espaços e tempos. Ela oferece uma proposta/visão/representação específica de mundo, que são distintas entre si, relacionadas com as condições materiais e históricas, dinâmicas e cambiantes.

A busca de uma definição se justifica para o que “[...] pode ser, conceitualmente, e o desdobramento que esse instrumento pode apresentar na realidade da política internacional” (HAGE, 2016, p. 3). Ou seja, a própria geografia é essencialmente um saber político, estratégico, um saber pensar o espaço com a finalidade de agir eficazmente: “[...] a geopolítica é um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo” (FIORI, 2014, p. 141). Para Rodrigues (2020, p. 24),

[...] a geopolítica é considerada um método de estudo dinâmico da influência de fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados com a finalidade de orientar suas políticas internas e externas. Ou seja, como método que estuda a política derivada de aspectos geográficos, como posição, espaço, relevo, clima, topografia e recursos, é uma ferramenta de análise de política externa que busca compreender, explicar e prever o comportamento político internacional, principalmente em termos de variáveis espaciais.

Ao analisar uma geopolítica de longa duração, com o início do colonialismo na América, se inicia não apenas a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente, a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Logo, a organização, a dominação, a submissão impostas pelos colonizadores se encontram até a atualidade na forma como o pensamento é criado. Para Aníbal Quijano (1992), a colonialidade consiste na articulação do eurocentrismo¹ como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento. Adicionalmente, a colonialidade ainda consiste no modo mais geral de dominação no mundo atual (QUIJANO, 2005). Para esse autor, mesmo que o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura europeia – e, posteriormente, a estadunidense – e as demais segue sendo uma relação

¹ Eurocentrismo é o que se centra na Europa e nos europeus para interpretar o mundo e a realidade; que prefere a cultura europeia ou os europeus em detrimento do restante; influência política, econômica, social e cultural exercida pela Europa sobre outras áreas geopolíticas. Quijano (1992) afirma que o eurocentrismo consiste na perspectiva de conhecimento elaborada na Europa a partir do século XVII, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista. Foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes como a única racionalidade legítima.

de dominação colonial, do imaginário dos dominados, atuando na interioridade desse imaginário. Especificamente para a América Latina, Quijano (2005, p. 129-130) afirma que

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

Entretanto, o pensamento crítico decolonial² tem sido buscado por estudiosos que visam uma ruptura com essa metodologia epistemológica, ensejando novas oportunidades de compreensão da realidade que não mais sejam centradas nos antigos polos de poder mundial. Surgido a partir de uma proposta de enfrentamento da colonialidade e do pensamento *mainstream* moderno, originariamente no âmbito de um grupo de estudos composto por Aníbal Quijano (1992, 2005), Catherine Walsh (2009), Edgard Lander (2005), Enrique Dussel (2000, 2005), Nelson Maldonado-Torres (2008, 2011, 2016) e Walter Dignolo (2003, 2010, 2015), a decolonialidade é considerada uma prática de resistência e desconstrução da padronização de conceitos e perspectivas historicamente impostos aos povos periféricos, subalternizados e dependentes do sistema internacional.

Em outro sentido, o pensamento decolonial é a própria tentativa de reversão do epistemicídio, processo denominado por Boaventura de Sousa Santos como o extermínio de saberes locais e/ ou sua inferiorização, “[...] desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SANTOS;

2 Considera-se importante ressaltar a diferenciação realizada por alguns pesquisadores entre um pensamento decolonial e descolonial: “[...] primeiramente, é relevante pontuar que as diferenciações postas por estes termos articulam-se como teóricas e políticas. O decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômico e político, penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após ‘o colonialismo’ propriamente dito ter se esgotado em seus territórios. O decolonial seria a contraposição à ‘colonialidade’, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao ‘colonialismo’, já que o termo *descolonización* é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais” (SANTOS, V., 2018, p. 3).

MENESES, 2010, p. 183). Como outra vertente do genocídio, o epistemicídio atua como um instrumento eficaz para a dominação, uma vez que fortalece a negação da legitimidade desses saberes de forma a impactar também no reconhecimento da população oprimida como sujeitos de direitos, subalternizando, subordinando, marginalizando e ilegalizando práticas e/ou grupos sociais que poderiam ameaçar a expansão do próprio sistema de produção capitalista.

Em outros termos, a decolonialidade surge como uma alternativa de visibilidade aos povos silenciados, um projeto de libertação social, política, econômica e social, de busca da autonomia não somente individual, mas principalmente coletiva; *i.e.*, almeja reconstruir a produção do conhecimento científico em contraposição a um único modelo epistemológico, monocultural, incorporando novos centros de pensamento social como elementos fundamentais para uma captação dos diferentes modos de compreender e transformar o mundo.

É importante ressaltar a correlação entre o pensamento decolonial e as práticas contra-hegemônicas. Estas podem ser compreendidas como métodos de resistência aos discursos dominantes que visam contestar e resistir ao regramento único e universal do sistema capitalista (ZILIO et al., 2012), ou seja, uma organização como meio para a consolidação de projetos políticos contra-hegemônicos (e decoloniais) que pode ser representada por movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos (MIZOCZKY, 2010). Segundo Dussel (2005), alguns aspectos principais dessas práticas consistiriam na formulação de uma vontade democrática participativa horizontal em todos os níveis, empenhada na transformação da realidade a partir de uma atividade crítica com a possibilidade da produção e reprodução da vida, principalmente, dos mais afetados pelo sistema.

Consequentemente, é necessário pensar, de modo não eurocêntrico, as faces contemporâneas dessa leitura conceitual de modernidade, cujas teorias decoloniais são ancoradas em outros lugares que não aquele do centro do pensamento moderno ocidental, que instituiu sua epistemologia moderna como única e universal. Seja através da crítica biográfica fronteiriça – definida como a “[...] importância de se levar em conta numa reflexão crítica de base fronteiriça tanto o que é da ordem do bios (quer seja do ‘objeto’ em estudo, quanto do sujeito crítico envolvido na ação), quanto da ordem do lócus (o lugar a partir de onde tal reflexão é proposta)” (NOLASCO, 2015, p. 59) – ou da epistemologia fronteiriça (NOLASCO, 2019) – uma vez que tudo o que não se constitui como centro é margem, periférico e, portanto, fronteira (epistemológica) – a “[...] epistemologia moderna, de acordo com o pensamento descolonial, conseguiu subalternizar outras formas de conhecimento e que se construiu como tal presumindo uma perspectiva universal de observação e um lócus

privilegiado de enunciação” (MIGNOLO, 2003, p. 175).

Numa outra chave interpretativa referente à temática, Wallerstein (1996, p. 35-36) sinalizava para a reconstrução do pensamento científico afirmando que o maior desafio está em superar o legado científico do liberalismo, partindo de forças teóricas que apresentam uma história e uma trajetória de confrontação. Para o autor, a hegemonia estabeleceu o pensamento universalista-particularista, baseado nas premissas de que o conhecimento se move do particular ao abstrato, e que o conhecimento seria compartimentalizado em disciplinas particulares. Também em contraposição a essa formulação liberal, Martins (2004, p. 85-105) afirma que a transdisciplinaridade é necessária para se pensar a relação do local com o mundial, sendo um diferencial e uma contribuição do pensamento social latino-americano em relação ao pensamento liberal estadunidense e europeu. Para ele, o neoliberalismo separou as disciplinas nas universidades brasileiras com a finalidade de criar saberes puros, com a proposta de dividir áreas de conhecimento em saberes específicos, apartados em compartimentos específicos e que priorizam o não-diálogo.

Em suma, a correlação entre a decolonialidade e o pensamento contra-hegemônico é exequível na medida em que rompe com os interesses políticos, econômicos e epistemológicos dominantes, explicitando que o saber não é neutro e o conhecimento não é universal. Assim, há a produção de sentidos e identidades em contraposição à lógica hegemônica, cuja valorização significa a procura de novos paradigmas de compreensão do mundo e que converge em sua totalidade com a perspectiva proposta de uma geopolítica decolonial. Concomitantemente, visualiza-se o imperativo de desenraizar-se dessa corrente de pensamento liberal que busca inviabilizar uma comunicação entre os diversos ramos do saber, tornando-os segregados. Como destacam Rodrigues e Figueiredo (2012, p. 91),

[...] há a necessidade de uma descompartimentalização do saber no pensamento social mundial contemporâneo, com uma reapropriação do conhecimento para novas formulações teóricas transdisciplinares, com um pensamento mundial compartilhado, sem imposições ideológicas e hegemônicas.

Em termos de uma geopolítica decolonial, o século XXI vem apresentando uma nova e complexa reconfiguração internacional, ensejando um movimento dessa nova construção teórico-epistemológica que depende do autoconhecimento de/entre cada Estado, de seus laços históricos, políticos e econômicos, de sua ubicação – compreendida como o ato de ocupar algum lugar (RODRIGUES, 2020, p. 45); ou seja, enunciam-se os pressupostos a partir de um lócus (lugar) crítico-epistemológico. Em outras palavras, reitera-se que a própria geopolítica clássica – enquanto reflexo

de projeções de poder dos países centrais de acordo com seus interesses no sistema internacional – não possui um caráter geral e universal, aplicável a todo e qualquer Estado nacional. As geopolíticas são, nesse sentido, específicas e relativas, *i.e.*, “[...] cada estudo é o estudo de um autor de uma determinada nação ou país” (COSTA, 1992, p. 13-14), que produz uma geopolítica marcada pelo seu contexto político, territorial e histórico.

Portanto, realizar estudos, balanços e perspectivas para a retomada dessa concepção é essencial para uma geopolítica decolonial, periférica e emancipatória do Sul Global, com a construção de projetos que contribuam para a superação das estruturas históricas de atraso no sistema internacional. Ou seja, um processo de reversão de como a colonialidade do saber tem operado na configuração da geopolítica do saber atual, na naturalização de certas posições ou lugares de enunciação e oclusão de outros.

Essa perspectiva do Sul Global (BRAVEBOY-WAGNER, 2003), herdeira da terminologia do Terceiro Mundo, perpassa estudos pós-coloniais de países que possuem uma história interconectada ao colonialismo e ao neocolonialismo. Por isso, o conceito pode operar como “[...] uma designação simbólica destinada a capturar uma imagem de coesão que emergiu quando antigas entidades coloniais se engajaram em projetos políticos de descolonização e avançaram para a realização de um internacional pós-colonial” (GROVOGUI, 2011, p. 176).

Adicionalmente, desde o começo do século XXI, o Sul Global vem sendo a categorização mais importante para apresentar alternativas à decolonização e à globalização neoliberal. Como um movimento multifacetado, que enfatiza a necessidade de uma comunidade internacional pós-colonial e que avance nos objetivos da igualdade e solidariedade internacional numa ordem internacional livre dos arcabouços institucionais do colonialismo (GROVOGUI, 2011), “[...] a cooperação Sul-Sul tem sido um conceito chave e um conjunto de práticas em busca dessas mudanças históricas através de uma visão de benefício mútuo e solidariedade entre os menos favorecidos do sistema internacional” (GRAY; GILLS, 2016, p. 557).

Ainda que a cooperação Sul-Sul tenha um potencial limitado quanto à possibilidade de desvinculação ou de decolonização em uma ordem internacional pós-colonial, distintos movimentos vêm seguindo essa lógica. Nesse tocante, a próxima seção busca delinear algumas experiências de geopolíticas decoloniais latino-americanas no século XXI. A ideia central é de que existiria a possibilidade de criação de uma teorização pós-colonial que auxilie na ruptura e desmistificação dos paradigmas eurocêntricos.

Experiências para uma geopolítica decolonial latino-americana no século XXI

Desde sua incorporação ao sistema mundial no século XVI, a América Latina vem enfrentando obstáculos políticos, econômicos, ideológicos e físicos à conformação de um pensamento geopolítico estratégico conjunto, “[...] o que acarretou, justamente, um baixo grau de interdependência entre as economias nacionais, ainda hoje marcadas por grande extroversão econômica” (ALMEIDA, 2006, p. 15). Entretanto, se reconhece que, sem um pensamento geopolítico decolonial latino-americano, os Estados nacionais da região poderiam ficar expostas a uma marginalização global (KELLY, 1997), o que vem intensificando a “[...] tomada de consciência de que pequenos países isolados não poderão fazer face aos crescentes problemas que são colocados pela superação do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1970, p. 290).

Na continuação serão apresentadas as principais experiências para a reflexão de uma geopolítica decolonial latino-americana na contemporaneidade. Ratifica-se que experiências contrárias – e até mesmo a tentativa de sabotagem desses projetos (especificamente no caso da Unasul) – são uma constante no período, como exemplificado nos casos da Aliança do Pacífico (RODRIGUES, 2020) e, mais recentemente, no projeto de regressividade autônoma do Prosul (VIÉGAS; RODRIGUES, 2021). Ainda assim, tal fato demonstra que, mesmo em tempos de crise econômica e desafios políticos rumo a uma geopolítica decolonial, essas experiências ensejam novas perspectivas para repensar os projetos de inserção regional no século XXI.

De amplitude maior, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) tem origem na *Declaração da Cúpula da Unidade*, adotada pelos chefes de Estado e de governo da América Latina e do Caribe durante reunião de cúpula realizada na Riviera Maya, México, em fevereiro de 2010. Naquela ocasião, houve consenso em constituir um novo mecanismo de concertação política e integração que abrigaria os 33 países da América do Sul, América Central e Caribe. Nesse sentido, a Celac vem assumindo o patrimônio histórico do Grupo do Rio³ e da Calc⁴,

3 O Grupo do Rio é um mecanismo de consulta internacional constituído por Estados democráticos latino-americanos e caribenhos. Foi criado em 18 de dezembro de 1986, por meio da Declaração do Rio de Janeiro, assinada por Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

4 A Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc) é um agrupamento que abrangia todos os países latino-americanos e caribenhos. O interesse em fortalecer os laços de amizade entre esses países motivou os Estados latino-americanos a convocar o encontro realizado em 16 e 17 de dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, e contou com a participação de todos os 33 países da região. A Cúpula representou um momento histórico. Pela primeira vez, em dois séculos de independência política, as nações latino-americanas e caribenhas reuniram-se por iniciativa própria, sem tutela externa, para discutir uma agenda comum em torno de seus mecanismos regionais e sub-regionais de integração.

e ambos os mecanismos manterão suas agendas e métodos de trabalho paralelos. A *Declaração da Cúpula* determinou ainda a constituição de um foro unificado como grupo de trabalho encarregado de redigir as regras de funcionamento, e o consenso entre os líderes que a criaram é de que a comunidade deverá trabalhar sobre a base da solidariedade, da inclusão social e da complementaridade.

No geral, cinco ideias principais podem ser constatadas nesse projeto que apresentam características decoloniais ao englobar toda a América Latina e Caribe:

1 - projeto de integração de reconhecimento de uma construção mais flexível, com um fórum latino-americano e caribenho, com aceitação de todos os países; 2 – complexidade oriunda de sua multiplicidade de níveis e temas, o que demandará um pensamento político-estratégico conjunto de toda a região; 3 – viabilidade da construção de uma coletividade no futuro; 4 - participação do Caribe como essencial, uma vez que essa região é usualmente tratada como um tema a parte nos processos de integração regional até então, a despeito de sua importância geopolítica tanto para a América do Sul como para a América Central; 5 – cautela com as expectativas no curto prazo, onde podem lograr resultados não muitos satisfatórios uma vez que consiste num processo que engloba todos os países da região e, assim, necessidade de um maior poder de articulação entre suas diversas instâncias. (RODRIGUES, 2014, p. 83).

Numa perspectiva multipolar do Sul Global, a criação do Fórum China-Celac representa a inserção da região num modelo de cooperação em que “[...] os projetos giram em torno de ações que reforçam as vinculações das economias da região com a China, o que acaba por resultar em consequências políticas e estratégicas relevantes” (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 66-67). Dessa forma, se apresenta como uma iniciativa de diplomacia multilateral cujo objetivo é promover a cooperação em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, trabalhando para o desenvolvimento de seus povos e construindo um diálogo em torno de interesses comuns (AYALA; RAMÍREZ, 2016). Adicionalmente, o próprio documento *China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, de 2016, reitera a inclusão do Fórum China-Celac como a principal plataforma de cooperação e diálogo entre as duas partes, promovendo o desenvolvimento das relações sino-latinoamericanas em múltiplas esferas dentro deste concerto: “China will promote collective cooperation with Latin America and the Caribbean mainly through the platform of China-Celac Forum” (CHINA, 2016).

Como plataforma de geopolítica decolonial latino-americana, a Celac vem realizando diálogos coletivos regionais e internacionais sobre assuntos políticos, econômicos, comerciais, sociais e diplomáticos, buscando uma nova modalidade cooperativa. Fundamentalmente, a Celac propõe-se a ser um grupo cujo papel é

essencialmente político. Contribui para isso o processo decisório do bloco: todas as resoluções precisam ser aprovadas por unanimidade, fazendo com que cada um dos 33 Estados-membros esteja investido de poder de veto. Dessa maneira, a construção da Celac apresenta-se como fundamental para a construção de uma decolonialidade político-estratégica de toda a região, uma vez que consistiria num passo importante para maior conexão entre América Latina e Caribe e, possivelmente, formulando uma identificação de uma nova regionalização.

Outro processo de geopolítica decolonial na América Latina foi a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Ela consistiu num organismo regional que tinha por objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Formada pelos 12 Estados do subcontinente, teve seu tratado constitutivo assinado em Brasília, em 2008, e buscava repensar a integração econômica regional na América do Sul para além dos custos e benefícios, que não necessariamente estariam relacionados com os fluxos comerciais e financeiros.

Logo, constata-se que uma das experiências mais enriquecedoras da Unasul consiste nos seus 12 conselhos setoriais, que têm o objetivo de compreender quais implicações, projeções e formulações de políticas públicas poderiam ser realizadas pelos países da região a fim de buscar a eliminação das desigualdades socioeconômicas, a inclusão social, a participação cidadã, o fortalecimento da democracia e da soberania regional. Nesse ponto, ganha destaque a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)⁵, “[...] a primeira experiência de integração em matéria de defesa na região” (SANTOS, M., 2018, p. 132) que buscou “[...] superar las desconfianzas existentes, incorporando al sector defensa como un pilar armónico para facilitar el proceso de integración regional” (ARREDONDO, 2017, p. 18).

Nesse aspecto, a intensificação dos trabalhos realizados pelos conselhos setoriais foi de suma importância para que houvesse um retorno à população sul-americana dos esforços empreendidos pela instituição. Dessa maneira, considera-se importante uma articulação entre a Unasul e o Mercosul visando a construção de um novo pensamento crítico. Como salienta Sosa (2013, p. 142), “Mercosur y Unasur, no se contradicen sino que se complementan y refuerzan”. Assim, deve-se centrar em um “Nuevo Consenso del Sur”, com ativa participação popular. É imprescindível a discussão dos desafios do Mercosul e da Unasul no sentido de continuar seus

5 O CDS constitui-se “[...] como uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa” (ABDUL-HAK, 2013, p. 151), composto pelos ministros de Defesa ou equivalentes de seus 12 países membros. Nele, são tomadas decisões em consenso e respeito às diversidades, aos anseios, aos valores e às tradições de cada Estado membro; “[...] são apenas declaratórias, sem natureza juridicamente vinculante” (SANTOS, M., 2018, p. 140).

avanços, com necessidade de aprimoramentos, mas validando as conquistas que já foram realizadas.

Na atualidade, alguns fatores demonstram que tanto a Unasul quanto o CDS⁶ atravessam uma crise perceptível devido a uma série de fatores: a exiguidade na progressão de uma identidade sul-americana, a remanescente existência de um competitivo sistema de alianças intra e extrarregionais, a carência de uma diretriz política de Estado, as sucessivas crises político-econômicas de alguns países-membros, a escassez de divisas para a composição orçamentária, a dificuldade financeira de determinados organismos (Focem – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul; ABC – Agência Brasileira de Cooperação; carteira de projetos em infraestrutura da Unasul), a dispersão na busca de interesses comuns, a falta de vontade política pragmática por parte de alguns países-membros diante de uma ofensiva conservadora⁷, principalmente após vitórias políticas em determinados países sul-americanos.

Em outros termos, num período marcado por crises políticas e ascensão de governos de direita, os modelos decoloniais propostos na década de 2000 vêm sendo mitigados, refletindo as disputas no interior de blocos e entre propostas distintas. Visando reverter a heterogeneidade e a fragmentação desse processo, o que na visão de Barrios (2009, p. 203) é uma “[...] ecuación invertida y es así porque los mecanismos de integración más bien han funcionado como mecanismos de

6 Algumas mudanças no cenário sul-americano, como trocas presidenciais com diferentes visões de mundo, auxiliam a agravar esse cenário, uma vez que a figura personalista foi um elemento essencial para a consolidação do projeto do conselho. Ainda, segundo Souza (2016, p. 134), auxilia no colapso da Unasul e, por conseguinte, do CDS, a “[...] progressiva crise na Venezuela, com o falecimento de Hugo Chávez, bem como a eleição de Mauricio Macri na Argentina, rompendo com as políticas kirchneristas e seu expressivo entusiasmo pela cooperação no âmbito do CDS” (SOUZA, 2016, p. 134). Em 2018, alguns fatos corroboram a prerrogativa de desaceleração do processo cooperativo dentro do CDS e da Unasul. Em abril, Brasil, Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile e Peru suspenderam sua participação na Unasul por tempo indeterminado, alegando um impasse em relação à escolha do secretário-geral da organização; em julho, o chefe de gabinete, Yuri Chillán – que vinha atuando como chefe *de facto* devido à vacância do secretário-geral desde janeiro de 2017 – renunciou ao cargo; também em julho, o presidente equatoriano Lenin Moreno anunciou o pedido de devolução do edifício-sede da Unasul, em Quito; em agosto, o governo colombiano de Iván Duque noticiou a saída definitiva da Unasul – o que pode vir a incentivar outros países a fazerem o mesmo –, pouco tempo depois do anúncio de sua entrada como “sócio global” na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), sendo o único país latino-americano no grupo.

7 A ofensiva conservadora pode ser visualizada a partir dos seguintes fatos políticos: eleição de Mauricio Macri na Argentina (2015), eleição de Pedro Pablo Kuczynski no Peru (2016); ascensão ao poder via golpe jurídico-parlamentar de Michel Temer no Brasil (2016); vitória do “Não” no plebiscito sobre as Farc na Colômbia (2016); suspensão da Venezuela do Mercosul (2016); eleição de Sebastián Piñera no Chile (2018); eleição de Iván Duque na Colômbia (2018), assim como assinatura para parceiro externo da Otan; eleição de Mario Benítez no Paraguai (2018); eleição de Jair Bolsonaro no Brasil (2018); crescente polarização política na Venezuela, Equador e Bolívia.

desintegração”, demonstra-se alguns dos desafios impositivos a serem solucionados no que tange ao processo de geopolítica decolonial na América Latina, tais como: “[...] alcançar uma maior especialização das economias nacionais, posto que somente se pode integrar o que é complementar”⁸ (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 224); “[...] financiar o projeto de ascensão e desenvolvimento compartilhado com nosso entorno, principal impasse do projeto de integração sul-americana” (CARMONA, 2014, p. 65); “[...] o Brasil precisaria estar disposto e em condições de passar a assumir um papel de provedor generoso de ajuda técnica e assistência ao desenvolvimento, de ‘exportador de capitais’ e de ‘aberturista não-recíproco’ aos produtos e serviços dos países vizinhos” (ALMEIDA, 2006, p. 22); “[...] falta de uma auto-percepção regional comum” (SOUTO MAIOR, 2008, p. 52), dentre muitos outros.

Oriundo dos programas bilaterais de 1986 entre Brasil e Argentina, tendo agregado o Uruguai e o Paraguai posteriormente, o Tratado de Assunção (1991) estipulou que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) seria um mercado comum, começando com um bem-sucedido programa de liberalização comercial para estabelecer uma zona de livre-comércio (LARRAÑAGA, 2013), que incluía “[...] un programa de liberación comercial, automático, progresivo, único, con excepciones transitórias” e “[...] la coordinación macroeconómica entre los Estados parte” (ABREU, 2013, p. 426-427). Ainda que sob a ótica neoliberal do começo dos anos 1990, surgido de uma união aduaneira constituída de uma aliança comercial, e sob os auspícios do processo de globalização e liberalização que visavam a dinamizar a economia regional, o bloco passa a apresentar uma configuração distinta no início do século XXI.

A ascensão de governos contrários às políticas neoliberais no final da década de 1990 e início dos anos 2000 modificou a própria estrutura organizacional do MERCOSUL, tanto nos objetivos e na configuração do bloco, como no alinhamento das políticas realizadas pelos governos. Talvez a principal constatação seja na aplicação de diferentes políticas econômicas e sociais que passaram a incorporar estratégias e instrumentos essencialmente distintos aos países menores do que aqueles que seriam recomendáveis aos demais Estados-membros. Tal fato decorre das assimetrias entre os países do grupo, tanto econômico-sociais como

8 “Isso supõe a destruição dos setores menos ou não competitivos de alguns países em benefício de outros, além de envolver significativo custo social. Mas o desenvolvimento conjunto, mediante mecanismos multinacionais, de novos setores produtivos e de serviços, principalmente os que se baseiam nas tecnologias de ponta, representam uma compensação mais que suficiente, junto às políticas a serem adotadas, para minimizar os custos sociais” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 224).

Adicionalmente, outro ponto significativo da expansão do Mercosul nos últimos anos foi a adesão da Venezuela¹¹ – e a discussão de ingresso de Equador, Bolívia, Guiana e Suriname. Com o ingresso do país caribenho, o Produto Interno Bruto (PIB) do Mercosul alcançou 80% do total da América do Sul, 70% do total da população, se estabeleceu como um dos mais importantes produtores mundiais de energia, além de ter propiciado uma localização geográfica especial, relativamente muito mais inserida nos fluxos internacionais do comércio do Hemisfério Norte (SEVERO, 2013). Entretanto, sua ulterior saída engendrou um enfraquecimento da ossatura institucional estratégica do bloco, possibilitando que sua derrocada, e ulterior crise, se aprofundassem ainda mais.

Em outros termos, o Mercosul do início da década de 2000 se configurava como uma formação de bloco econômico-político altamente estratégico, principalmente para o fortalecimento das economias e dos capitalismo nacionais, para a construção de seu poder de negociação internacional, para um esforço conjunto de desenvolvimento industrial e tecnológico, e para a incorporação numa dinâmica do Sul Global a partir de projetos decoloniais em mecanismos auxiliares. Ou seja, ao contemplar concomitantemente aspectos econômicos, políticos e sociais, este curto período de institucionalidade estratégica do Mercosul proporcionou uma perspectiva de geopolítica decolonial que favorecia os países do concerto, colocando-se em pauta, inclusive, a sua *ampliação, aprofundamento e autonomia*, o que Rodrigues (2016, p.

9 “O mercado comum deveria dar oportunidades iguais a todo e qualquer país latino-americano, a fim de acelerar seu desenvolvimento. Entretanto, como as situações relativas dessas nações são desiguais, em virtude desses diferentes graus evolutivos, impõe-se um tratamento diferencial para que se alcance, na medida do possível, a igualdade de oportunidades em face do mercado comum” (PREBISCH, 2011, p. 344).

10 “As assimetrias no Mercosul ocorrem em tal escala que a definição de proporção da participação de cada país nessas instituições se torna quase impossível, pois o Brasil, em qualquer aspecto, corresponde a mais de 50% do conjuntos dos Estados membros, sendo que as assimetrias entre o Brasil e os dois Estados menores são extraordinárias. Se ao Brasil correspondesse menos do que a metade do número de integrantes de qualquer organismo supranacional (Comissão, Parlamento, Tribunal), a população e a economia brasileiras estariam radicalmente sub-representadas. Por outro lado, se mais da metade dos membros fosse de brasileiros, a opinião destes sempre prevaleceria na tomada de decisões e, portanto, a instituição não seria democrática, pois os demais países estariam em uma situação de minoria sistemática” (GUIMARÃES, 2002, p. 129).

11 “A estimativa é que a entrada da Venezuela no Mercosul incremente o comércio intrabloco em cerca de 20%. Além disso, como o país caribenho acumula resultados comerciais negativos com Argentina, Brasil e Paraguai, aumentariam as possibilidades para a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Aladi e do Sistema de Moedas Locais (SML). Esses mecanismos poderiam promover o comércio intrabloco com menos utilização de dólares, estimulando a criação de infraestrutura regional e servindo de garantia para importadores e exportadores” (SEVERO, 2013, p. 597).

15) denominou de “3 A’s Mercosulianos”.

Outra interessante e original iniciativa sob uma perspectiva de geopolítica decolonial na América Latina consiste no projeto de integração regional proposto pela Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP), apresentado pelo ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante o encontro da III Cumbre Presidencial Sudamericana, em Cuzco (8/12/2004), por ocasião da assinatura do Protocolo de Criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (GADELHA, 2013). Ela consiste numa aliança política, econômica e social em defesa da independência, autodeterminação e identidade dos povos da América Latina e do Caribe, surgindo como uma alternativa às negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ao apresentar-se como sua antítese¹².

Em termos gerais, a Alba buscava produzir as transformações estruturais e do sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral soberano. Tem como países membros a Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda, Equador e São Vicente e Granadinas, representando uma população de aproximadamente 73 milhões de pessoas, área de 2.625.826 km², com Produto Interno Bruto por Paridade de Poder de Compra (PIB/PPC) de cerca de US\$ 642.990 milhões (GADELHA, 2013, p. 410). No que se refere ao comércio, se baseia na complementaridade, solidariedade e cooperação com mecanismos que implicam a independência monetária e financeira¹³. Não possui condicionamentos nem ingerência nos assuntos internos, com proteção do interesse da produção nacional e tratamento solidário para as economias mais fracas. A Alba vem se fortalecendo como caminho de inflexão popular “[...] e pretende integrar não apenas os setores objetivos do capital (e seus produtos), como subjetivos, os povos e sua cultura, saúde e educação” (GADELHA, 2013, p. 409).

Dessa forma, a Alba vem se apresentando como um dos processos mais radicais e inovadores em seus projetos, com temáticas que não estavam presentes nas tentativas anteriores. Entretanto, possui algumas limitações, como não ser membro de sujeito de direito público internacional, uma vez que não possui um tratado

12 Tal fato pode ser constatado na comparação entre as siglas da Alba-TCP – Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos – e da Alca – Área de Livre Comércio das Américas – com os TLCs – Tratados de Livre Comércio. Essa contraposição é também simbólico-histórica, uma vez que o “nascimento” da Alba surge do “certificado de morte da Alca”, no dia 4 de novembro de 2005, em Mar del Plata, na IV Cúpula de Presidentes das Américas.

13 “A partir daí, os intercâmbios produzidos pela Alba estenderam esses critérios a intercâmbios com países que têm muito mais necessidades do que possibilidades de aportar a outros [...]. Trata-se de um intercâmbio em que cada país dá o que possui e recebe o que necessita, no marco das possibilidades e das necessidades dos participantes desse tipo de comércio, o único em escala mundial, distinto dos critérios de mercado da OMC” (SADER, 2009, p. 149).

constitutivo, o que gera certos problemas para os seus projetos futuros. Assim, sua inserção num contexto internacional possui pouca viabilidade por conta de sua baixa institucionalidade, apesar de possuir importância geoestratégica regional.

Finalmente, a inclusão da América Latina no projeto global chinês do *Belt and Road Initiative* (BRI) é uma das experiências mais promissoras em termos de potencialidades nas décadas de 2020 e 2030. Como maior conjunto de obras da história da humanidade, o projeto foi anunciado com orçamento de quase US\$ 1 trilhão de investimentos em infraestrutura, principalmente na forma de empréstimos, para cerca de 1.000 projetos, num prazo de mais de trinta anos, com a primeira fase a ser concluída em 2021 (ano do centenário de criação do Partido Comunista Chinês) e o projeto como um todo realizado até 2049 (ano do centenário da Revolução Comunista Chinesa). A BRI busca possibilitar a propagação econômica ao criar um sistema interconectado de transporte, energia e infraestrutura. No projeto original, possuía uma área de aproximadamente 70% da população global, cerca de 55% do PIB mundial e 75% das reservas de energia conhecidas, exigindo a colaboração dos governos localizados ao longo da rota da seda terrestre e marítima.

Na descrição apresentada em Astana, Cazaquistão, a *Belt and Road Initiative* se delineou como um acordo comercial extremamente ambicioso, organizado em cinco dimensões: 1) coordenação de políticas; 2) implementação de uma infraestrutura de transporte; 3) potencialização do comércio (com a remoção de barreiras); 4) integração monetária; e 5) incentivo às trocas e contatos mais intensos entre as pessoas (MAÇÃES, 2019, p. 25). Ainda segundo o presidente chinês,

Para promover a iniciativa 'Cinturão e Rota', é preciso desempenhar o papel tanto de governo quanto de mercado. O governo deve desempenhar o seu papel orientador na divulgação, promoção, coordenação, assim como na criação de mecanismos e, ao mesmo tempo, deve dar importância à criação de um mecanismo de cooperação econômico regional que tenha o mercado como base e as empresas como os principais atores. O governo deve encorajar as empresas e outras forças sociais a participarem desta iniciativa, de modo a formar um modelo de cooperação com a participação do governo, do mercado e da sociedade e um quadro com a orientação governamental, a participação empresarial e o apoio popular. (JINPING, 2019, p. 616).

Até janeiro de 2021, o número de membros que aderiram à *Belt and Road Initiative* por meio da assinatura de memorando de entendimento (MoU) com a China era de 140 países espalhados por todos os continentes: 40 na África Subsaariana, 34 países na Europa e Ásia Central (incluindo 18 países da União Europeia), 24 países na Ásia Oriental e no Pacífico, 17 países no Oriente Médio e Norte da África, 19 países na

América Latina e Caribe, e 6 países no Sudeste Asiático.

Mais recentemente, as autoridades e empresas chinesas, assim como suas contrapartes latino-americanas, têm sido mais abertas à negociação diplomática e comercial sob a bandeira da BRI. Segundo Xi Jinping (2019, p. 620), as prioridades devem ser ressaltadas, “[...] incluindo regiões-chave, países-chave e projetos-chave, para concentrar as forças no seu desenvolvimento, sendo este o ‘máximo divisor comum’ de todos. Isso beneficiará não só o povo chinês, mas ainda os povos dos países envolvidos na iniciativa”; a BRI corresponde a uma medida fundamental para a realização de uma abertura multidimensional da China ao exterior e, ainda que o foco inicial fosse estabelecer a interconectividade da Ásia e a expansão de seus interesses comuns, ampliou seu escopo e vem se dedicando à conexão dos países asiáticos com os demais no sistema internacional.

A inclusão da América Latina, portanto, é ratificada com mais assertividade a partir de 2017, quando um número crescente de países da região assinou acordos relacionados à BRI e anunciaram negócios, sinalizando a extensão, de fato, à região. Em maio do mesmo ano, o presidente chinês Xi Jinping afirmou ao então presidente da Argentina, Mauricio Macri, no *Belt and Road Forum*, em Pequim, que a região latino-americana era uma “extensão natural” da Rota da Seda Marítima e um “participante indispensável”, tornando, assim, a possibilidade de sua inclusão mais evidente. No nível multilateral, um ponto de inflexão ocorreu no Fórum Ministerial China-Celac em Santiago do Chile, em janeiro de 2018. Nele, os participantes assinaram um memorando de entendimento (MoU) de Declaração Especial sobre a BRI. Nesse documento, a região foi convidada pelo Embaixador Li Jinzhang a participar formalmente da BRI, como uma nova plataforma para cooperação mutuamente benéfica entre a China e a América Latina (FERCHEN, 2021).

Nesse contexto, o Panamá foi o primeiro país a assinar esse acordo com a China, em novembro de 2017, depois de trocar o reconhecimento diplomático de Taiwan para Pequim no início daquele ano. Posteriormente, outros 18 países da América Latina e Caribe (Antígua e Barbuda, Barbados, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guiana, Jamaica, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) assinaram memorandos de entendimento e/ou documento de cooperação referente à BRI com a China. Consequentemente, independentemente de qualquer uma das negociações pós-2017 serem oficialmente designadas (ou não) como projetos da BRI pelo governo anfitrião ou pela China, a conexão simbólica entre os acordos de cooperação e o anúncio de projetos como portos, rodovias e parques industriais é evidente.

A construção da BRI faz parte de um conjunto da política externa da China, que

se relaciona com sua agenda de desenvolvimento, a sustentação da sua expansão econômica e a influência política regional e global. Adicionalmente, está inserida no que denominamos de geopolítica decolonial, uma vez que almeja reverter a lógica hegemônica da globalização financeirizada, neoliberal, de pensamento universalista e unidirecional. Especificamente para a América Latina, consiste na incorporação da região em seu arranjo geo-epistêmico, em um projeto multilateral de escala elevada no século XXI, se configurando como um espaço em construção de geopolítica decolonial, desenvolvimento e integração numa nova ordem mundial.

Considerações finais

O artigo buscou delinear alguns traços embrionários para uma definição de geopolítica decolonial, tomando como referência o lócus latino-americano. Nesta reflexão epistemológica de uma gramática da decolonialidade, foi fundamental refletir a necessidade do enfrentamento ao eurocentrismo enquanto modelo de pensamento universal e dominante, o que demandou a tomada de consciência da condição periférica, contra-hegemônica e decolonial. Consequentemente, foram apontadas experiências ímpares relacionadas a essa nova configuração, principalmente nos projetos estratégicos latino-americanos da Celac, Unasul, Mercosul, Alba, e no plano de extensão global do Belt and Road Initiative.

A perspectiva periférica de uma geopolítica decolonial latino-americana consiste num salto estratégico nos projetos regionais no âmbito político, econômico, cultural, social e ideológico. Uma vez que a relação da América Latina com o restante do mundo ainda possui as velhas características da relação centro-periferia, em que a correlação de poder depende de como nos relacionamos entre nós e com o mundo, a geopolítica decolonial deve ser compreendida como um projeto, e não como um evento esporádico. Assim, um comprometimento político-estratégico é importante na determinação do(s) modelo(s) desejado(s) e na continuidade do(s) processo(s) de decolonização, enfrentando os problemas encontrados com ajustes no processo, não com o seu desmembramento.

Em suma, a tentativa de criação de novos protótipos metodológicos e epistemológicos rumo a uma teorização pós-colonial, que ensejem maior amplitude científica transdisciplinar nos espaços vazios, nas entrelinhas, no não-dito, consiste num esforço de desalojar os diversos saberes de caixas hermeticamente fechadas, uma vez que uma relação dialética em direção a conhecimentos que busquem lidar com a complexidade do mundo contemporâneo deveria se perpetuar como a base sólida da produção científica do século XXI.

Adicionalmente, é importante ressaltar que este trabalho não é um fim em si mesmo; é uma recordação da necessidade constante de praticar a decolonialidade do pensamento. Em outros termos, para que a realização de uma geopolítica decolonial latino-americana seja factível, integrada, dialética e não coercitiva, deve-se realizar uma negação do processo de homogeneização, em que todos os pensamentos e as diversidades sejam passíveis de serem ouvidos e compreendidos, formando um mundo em que cabem todos os mundos.

A tarefa proposta para o pensamento social crítico latino-americano é de uma complexidade fenomenal; ainda assim, é de suma importância pensar, construir e fortalecer as bases de um projeto do Sul Global, e, lembrando Quijano (2005), é o tempo histórico de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico, no qual nossa imagem é sempre desvirtuada, para que passemos a ser o que realmente somos.

Referências

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia N. T. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- ABREU, Sergio. Actualización conceptual sobre la integración latinoamericana. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 419-439.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O contexto geopolítico da América do Sul: visão estratégica da integração regional. Meridiano 47, n. 76, p. 15-23, nov. 2006.
- ARREDONDO, Gustavo A. UNASUR y el Consejo de Defensa Suramericano en su primer lustro 2011-2016. Revista de Marina, v. 134, n. 957, p. 18-25, 2017.
- AYALA, Lizeth; RAMÍREZ, Javier. El rol de China en el proyecto de un orden regional sudamericano. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 6, n. 2, p. 5-28, 2016.
- BARRIOS, Miguel Ángel (Org.). Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne. **The foreign policies of the Global South**. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.
- CARMO, Corival Alves do; PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano (2011/2016). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, p. 54-75, jan./jun. 2016.
- CARMONA, Ronaldo. O retorno da geopolítica: a ascensão dos BRICS. **Austral - Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 3, n. 6, p. 37-72, jul./dez. 2014.
- CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **China's policy paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2016.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- DUSSEL, Enrique. **La esfera material de la política, los momentos ecológico, econômico y cultural**. México, D.F.: Asociación de Filosofía y Liberación, 2005.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).
- FERCHEN, Matt. The BRI in Latin America: new wine in old bottle? In: SCHNEIDER, Florian (Ed.). **Global perspectives on China's Belt and Road Initiative: asserting agency through regional connectivity**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2021. p. 97-112.

- FIORI, José Luís da Costa. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editora S.A., 1970.
- GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul e Alba: caminhos da integração da América Latina. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). **Mercosul a Unasul**: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 395-417.
- GRAY, Kevin; GILLS, Barry. South-South cooperation and the rise of the Global South. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 557-574, 2016.
- GROVOGUI, Siba. A revolution nonetheless: the Global South in international relations. **The Global South**, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.
- GUMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS; Contraponto, 2002.
- HAGE, José Alexandre Alahyde. Alguns aspectos conceituais da geopolítica: breve investigação entre o clássico e o moderno no pensamento geopolítico. **Meridiano 47**, v. 17, p. 1-11, 2016.
- JINPING, Xi. **A governança da China**. Rio de Janeiro: Contraponto; Foreign Expressa, 2019. v. 2.
- KELLY, Philip. **Checkerboards and shatterbelts**: the geopolitics of South America. Austin: University of Texas Press, 1997.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).
- LARRAÑAGA, Félix Alfredo. Mercosul: o desafio logístico 20 anos depois. In: GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 543-571.
- MAÇÃES, Bruno. **Belt and Road**: a Chinese world order. New York: Oxford University Press, 2019.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, v. 1, n. 31, jan./abr. 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. El pensamiento filosófico del “giro descolonizador”. In: DUSSEL, Enrique; MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen (Eds.). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe, y “latino” (1300-2000)**: historia, corrientes y filósofos. México: Siglo Veintiuno, 2011. p. 683-697.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 1 mar. 2008
- MARTINS, Carlos Eduardo. As ciências sociais e os desafios da globalização. **Revista de La Facultad de Economía – BUAP**, v. 9, n. 27, sep./dic. 2004.
- MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera**: sentir y pensar la descolonialidad (Antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB; UACJ, 2015.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2010.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais\Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIZOCZKY, Maria. Das práticas não-gerenciais de organizar a organização para a práxis da libertação. In: FLORES, Rafael; MORAES, Joysi (Orgs.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010. p. 13-56.
- NOLASCO, Edgar César. Por um Manifesto modernista, não; descolonial. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 2, n. 22, p. 35-43, 2019.
- NOLASCO, Edgar César. Crítica biográfica fronteiraça (Brasil/Paraguai/Bolívia). **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 7, n. 14, p. 55-76, 2015.
- PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.

Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Péru Indígena**. v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia sul-americana (2001-2016)**. 2020. 392 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. *Revista Neiba*, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2016.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Desenvolvimento e integração na América Latina**. 2014. 93 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; FIGUEIREDO, Talita Estrella Figueira. Colonialidade na América Latina e descompartmentalização do saber. **Revista Habitus**, v. 10, n. 2, p. 82-97, dez. 2012.

SADER, Emir. *A nova touperia: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Marcos C. **Construindo inimigos para a América do Sul: os discursos de segurança no Conselho de Defesa da Unasul**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. 1-11, 3 dez. 2018.

SEVERO, Luciano Wexell. A importância estratégica da Venezuela no Mercosul. In: GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 573-606.

SOSA, Alberto J. ¿Mercosur frente a la Unasur? In: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração. São Paulo: Educ, 2013. p. 119-149.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Geopolítica e regionalismo continental. *Carta Internacional*, v. 3, n. 1, p. 52-55, fev. 2008.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. As razões de existência do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 124-148, 2016.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIÉGAS, Willyan Alvarez; RODRIGUES, Bernardo Salgado. O Projeto de Desintegração do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (Prosul): um bloco de regressividade autônoma. **Mural Internacional**, v. 12, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel (Coord.). **Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. Siglo XXI editores, 1996.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

ZILIO, Lara Bethânia et al. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. **Cad. EBAPE. BR**, v. 10, n. 4, dez. 2012.

Cuba: economia e planificação (anos 1970 e 1980)

Luiz Bernardo Pericás*

Resumo: Este artigo discute a dinâmica econômica cubana nas décadas de 1970 e 1980. O texto comenta diversos aspectos da economia do país: o Sistema de Direção e Planificação da Economia (SDPE), o papel da Junta Central de Planificação (Juceplan), o cálculo econômico, os diferentes investimentos realizados naqueles anos, a relação de Cuba com o CAME (e principalmente com a União Soviética), a questão das importações e exportações, a alocação de recursos, a produção agrícola e industrial, a política de créditos e o comércio exterior.

Palavras-chave: Cuba. Planificação Econômica. Socialismo.

Abstract: This article discusses Cuban economic dynamics in the 1970s and 1980s. It analyses various aspects of the country's economy: the System of Management and Planning of the Economy (SDPE), the role of the Central Planning Board (Juceplan), the economic accounting system, the different investments made in those years, Cuba's relationship with the Comecon (and especially with the Soviet Union), the issue of imports and exports, resource allocation, agricultural and industrial production, credit policy, and foreign trade.

Keywords: Cuba. Economic Planning. Socialism.

Resumen: Este artículo analiza la dinámica económica cubana en las décadas de 1970 y 1980. El texto comenta varios aspectos de la economía del país: el Sistema de Dirección y Planificación de la Economía (SDPE), el papel de la Junta Central de Planificación (Juceplan), el cálculo económico, las diferentes inversiones realizadas en esos años, la relación de Cuba con el CAME (y especialmente con la Unión Soviética), el tema de las importaciones y exportaciones, la asignación de recursos, la producción agrícola e industrial, la política crediticia y el comercio exterior.

Palabras clave: Cuba. Planificación Económica. Socialismo.

* Doutor em História Econômica pela USP (Universidade de São Paulo), pós-doutorado pela FLACSO (Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales), México e pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Professor de História Contemporânea da USP. Ganador do Prêmio Ezequiel Martínez Estrada, da Casa de las Américas, Cuba, em 2014. Ganador do Prêmio Juca Pato, intelectual do ano, concedido pela União Brasileira de Escritores (UBE), pelo livro *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. Ganador do Prêmio Jabuti pela mesma obra.

Apresentação

Se nos anos 1960 as discussões sobre a administração industrial, o papel dos bancos, a teoria do valor e o sistema orçamentário de financiamento foram extremamente importantes para assentar as bases para a gestão de empresas e o desenvolvimento em Cuba, os dois decênios seguintes seriam marcados por mudanças substanciais na questão do planejamento, da produtividade e da implementação acelerada da chamada autogestão financeira no país¹. Vale lembrar que, em meados dos anos 1970, foi promulgada uma nova constituição, instituída a Assembleia Nacional do Poder Popular e realizado o I Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), assim como houve o fortalecimento contínuo das organizações de massas, expressado na construção do III Congresso da UJC² em 1979, no V Congresso da ANAP,³ no I Congresso dos CDR⁴ (que em 1980 contavam com cinco milhões de filiados) e no II Congresso da UNEAC,⁵ por exemplo.

A reorganização do Conselho de Ministros, em novembro de 1972, também seria fundamental, já que seu comitê executivo se tornou o órgão decisório chave para as políticas do governo, enquanto a Federação de Mulheres Cubanas cresceria para 2,2 milhões de integrantes no final da década. Talvez por tudo isso Aviva Chomsky (2015) tenha considerado aquela época como de crescente democratização da esfera pública e de fortalecimento das instituições para participação da população. O objetivo econômico precípua em boa parte daquele período, por sua vez, foi o de impulsionar medidas que visavam estimular e estender as relações monetário-mercantis, com a aplicação formal do cálculo econômico e o estabelecimento gradual do Sistema de Direção e Planificação da Economia (SDPE),⁶ processo levado a cabo após instauração de um sistema único de contabilidade nacional e da realização de amplas reformas de preços e salários, além de um esforço para se reconfigurar os mecanismos de planejamento. Não se pode deixar de lado também, em termos político-administrativos, o estabelecimento de uma nova divisão territorial no país e a estruturação de

1 Para mais informações sobre a industrialização de Cuba e o debate econômico nos anos 1960, ver Luiz Bernardo Pericás (2018), Che Guevara (2006), Carlos Tablada (1989), Orlando Borrego (2001), Ángel Arcos Bergnes (2009), e Tirso W. Saenz (2004).

2 Unión de Jóvenes Comunistas.

3 Asociación Nacional de Agricultores Pequeños.

4 Comitês de Defesa da Revolução.

5 Unión de Escritores y Artistas de Cuba.

6 De acordo com a resolução “Sobre o Sistema de Direção e Planificação da Economia”, aprovada no I Congresso do PCC, o SDPE se refere “[...] ao conjunto de princípios, subsistemas, métodos e procedimentos a partir e através dos quais se realiza a organização, planificação, gestão e controle das atividades econômicas” (COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1976, p. 189).

órgãos locais do PP,⁷ medidas importantes igualmente implementadas na época.

A partir de 1972 se intensificou o processo de normatização do trabalho (uma tendência que já ocorria desde a primeira metade dos anos 1960, época que representou um maior protagonismo no Mintrab⁸ nas questões laborais, inclusive em algumas que tradicionalmente eram discutidas prioritariamente pelos sindicatos); em 1973 ocorreu o XIII Congresso da CTC⁹ (que, em certa medida, revigoraria o papel da Central, influenciando a criação, três anos depois, da Asociación Nacional de Inovadores y Racionalizadores, ainda que críticos apontem que o momento de maior democracia operária tenha ocorrido em 1970, com eleições mais livres e competitivas nos grêmios locais, enquanto que o Congresso, na verdade, teria representado um retrocesso, com maior controle político, escolhas de dirigentes por aclamação, uma consolidação da burocracia e abordagem mais conservadora em relação aos sindicatos) (DOMÍNGUEZ, 1996); e em 1974 foi remodelada a Junta Central de Planificação, criada em 19 de fevereiro de 1960 (e efetivada em 11 de março daquele ano), com a ajuda de especialistas tchecos (e com Regino Boti como seu primeiro secretário técnico), tendo como função fixar os objetivos gerais da ação estatal em matéria econômica, formular projetos de desenvolvimento, centralizar a investigação econômica, estatística e tecnológica, além de assessorar, supervisionar e assistir os organismos que executariam as suas deliberações, e de coordenar atividades com outros órgãos do governo (PERICÁS, 2018). Talvez por tudo isso, aquele período tenha sido definido por um estudioso do tema como o de um “sharp turn toward pragmatism” (ROCA, 1993, p. 89).

O Sistema de Direção e Planificação da Economia

Não custa recordar que o SDPE, inspirado no modelo soviético (ainda que contivesse modificações para se adaptar à realidade cubana), reconhecia a importância do mercado, das transações financeiras entre firmas estatais, definia os preços, impostos e taxas de juros como instrumentos indispensáveis de controle econômico, considerava a lucratividade como um critério essencial no desempenho das empresas, colocava ênfase nos incentivos materiais e estimulava a descentralização administrativa, dando maior autonomia e flexibilidade de atuação aos diretores das unidades produtivas, ainda que, paradoxalmente, empresas, sindicatos e assembleias de trabalhadores desempenhassem, na prática, papéis específicos e dentro de esferas de responsabili-

⁷ Poder Popular.

⁸ Ministério do Trabalho.

⁹ Central de Trabalhadores de Cuba.

dade que respeitavam uma estrutura hierárquica definida (em geral, os *obreros* participavam das discussões iniciais, na primeira fase do processo e alimentavam com informações pertinentes as instâncias superiores, responsáveis pelas decisões finais).

O processo de planificação realizado a partir do SDPE foi estruturado em quatro etapas. Inicialmente um plano técnico-diretivo macroeconômico era produzido com base nos “balanços materiais” informados pelos ministérios. Em seguida, a viabilidade do plano era discutida pelas empresas, organizações de massa e órgãos do Poder Popular. Depois, sugestões de modificações eram enviadas à Juceplan. E então, a junta produzia uma versão definitiva do plano, que se tornava lei através da Assembleia Nacional e com caráter vinculante para todas as instâncias de governo (JUCEPLAN, 1981). O professor do Departamento de Economia da Adelphi University, Sergio Roca, contudo, ressalta que o SDPE nunca foi aplicado de forma plena e completa, não possuía “coerência teórica”, tampouco recebia maior apoio político. Em 1984 começou a retração do sistema, com seu abandono gradual, que culminou, ulteriormente, com as duras críticas de Fidel Castro em 1986, ano que marcou o início da “retificação” do modelo (ROCA, 1993).

O papel da Juceplan, então dirigida por Humberto Pérez, foi primordial na época. Aquele organismo (que possuía em sua estrutura uma *Dirección de Perfeccionamiento* do SDPE) tinha como objetivo fazer com que o plano fosse cumprido, preparando informes regulares (com periodicidade definida), enviados diretamente à autoridade central, enquanto o CE¹⁰ do Conselho de Ministros, por sua vez, se incumbia de acompanhar de perto as deliberações, atuando rigorosamente para que sua aplicação se mantivesse dentro dos parâmetros estabelecidos e indicando medidas para corrigir o rumo caso fosse necessário. Ao final do processo, a Assembleia Nacional receberia um relatório anual, descrevendo os procedimentos e os resultados. O Sistema de Direção e Planificação da Economia como um todo e seus distintos setores eram monitorados regularmente com o intuito de estabelecer mecanismos de checagem e controle de eficiência (a partir do SDPE, seriam colocados em andamento planos quinquenais e de longo prazo, de até 20 anos). Além disso, a junta era responsável pela elaboração do balanço global do produto social (este, a seu turno, era dividido por ramos e, em seguida, por 40 produtos básicos). A produção em Cuba, segundo um estudo de 1988 do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (organismo da Cepal), era planificada através da determinação de normas de consumo e inventários (tanto para bens intermediários como para produtos acabados) relativos a uma série de itens selecionados. Já os balanços materiais correspondentes partiam de uma análise criteriosa das capacidades instaladas

10 Comitê Executivo.

existentes e aquelas que supostamente entrariam em atividade no período, além da capacidade de importação da ilha¹¹. Para auxiliar o processo, outros órgãos compartilhavam responsabilidades: o Comitê Estatal de Abastecimento Técnico-Material (CEATM) era o responsável por 430 bens intermediários ou equipamentos que interessavam a mais de um ramo da economia; o Ministério de Comércio Interior se dedicava a checar 375 produtos de consumo final (fossem eles de origem nacional ou importada), bens duráveis e insumos específicos para garantir a produção de bens de consumo; e outros organismos centrais de Estado tratavam de preparar balanços para aproximadamente 280 itens (matérias-primas, peças de reposição e equipamentos, endógenos ou forâneos), que deveriam receber, em última instância, a aprovação das instituições supracitadas (Juceplan, CEATM e Mincin). Um sistema de normas de consumo e inventário foi estabelecido em 1977. Em torno de uma década mais tarde, a junta planificaria por volta de 9 mil normas, o CEATM, 13 mil, e as empresas, entre 110 mil e 120 mil aproximadamente¹².

De qualquer forma, instituído formalmente em 1976, o cálculo econômico (sistema, por sinal, bastante criticado por Che Guevara quando este era ministro de Indústrias, na primeira metade dos anos 1960) seria, dois anos depois, introduzido de forma experimental em 270 empresas de distintos organismos do Estado e, em 1979, em mais 1.700 empresas (CEPAL, 1988) (os números apresentados por Enrique Hernández González [1982], contudo, indicam que originalmente teriam sido 290 firmas

11 Neste caso, a Juceplan intervinha no balanço a cargo de 364 produtos “imprescindíveis” para o funcionamento das principais atividades econômicas e a manutenção das proporções básicas entre os distintos setores e ramos, incluindo também bens nacionais e importados indispensáveis ao consumo da população, principais produtos de exportação, matérias-primas para produções priorizadas, materiais de construção e equipamentos para executar os projetos de investimento e atividades prioritárias (CEPAL, 1988).

12 Havia normas de consumo e normas de inventário: as de consumo refletiam o grau de desenvolvimento técnico-científico de cada ramo da economia nacional e possuíam um caráter progressivo, ou seja, à medida que se avançasse na eficiência, dever-se-ia diminuir o gasto material por unidade do produto gerado. Ao elaborar os cálculos, eram cotejadas as normas de consumo obtidas na produção gerada do ano anterior e as estimadas para o período que se executa. As normas do inventário correspondiam ao volume de existência mínima indispensável de recursos materiais para garantir o funcionamento ininterrupto da produção e serviços. O princípio fundamental era manter inventários com alto grau de rotatividade, já que o incremento dessa rotatividade contribuiria para uma melhor utilização dos recursos financeiros e produtivos. Com normas e balanços materiais, portanto, se determinariam os planos de produção. Além disso, havia uma especialização de tarefas, o que implicaria em que a planificação dependeria de cada área e de organismos estatais: a esfera da circulação de bens estaria nas mãos do CEATM, Ministério do Comércio Interior e Ministério do Comércio Exterior, e a esfera da produção seria responsabilidade dos Ministérios da Agricultura, do Açúcar, da Indústria Alimentar, da Indústria Básica, da Indústria Leve, da Indústria Pesqueira e da Indústria Sidero-Mecânica. Os organismos da esfera da circulação, neste caso, desempenhavam com a Juceplan um papel importante na definição dos parâmetros do plano de produção (CEPAL, 1988).

iniciais, e que, posteriormente, o sistema abarcaria as quase 3 mil em funcionamento no país). De fato, a disseminação do sistema seria rápida e profunda. Por isso, não é de se estranhar que, em 1980, 2.636 empresas (95%) de um total de 2.782 aplicassem mecanismos do cálculo econômico.

O setor industrial em Cuba, a União Soviética e o CAME

Recordemos que a autogestão financeira começara a ser discutida na URSS já na década de 1950, a partir dos estudos de L. V. Kantorovich, que propunha um método simples de determinação da variante mais eficaz de utilização de recursos. Em 1960, ele publicou seu *Cálculo econômico de aproveitamento ótimo dos recursos* e, em 1962, veio à luz o artigo de E. Liberman, “O plano, o lucro e os prêmios”, trabalhos que influenciariam importantes estudiosos, como V. S. Nemtchinov, A. G. Aganbeguian, V. Trapeznikov e V. V. Novozhilov. Em meados dos anos 1960, o sistema ganhou impulso com as reformas econômicas estruturadas em distintos modelos (lineares) de otimização de planos de distribuição das indústrias, transporte de produtos e combustíveis, por exemplo. O objetivo seria a eliminação da regulamentação demasiada, com diminuição de diretrizes impostas por órgãos superiores, concessão de recursos necessários às empresas para o desenvolvimento da produção e maior estímulo econômico da produção através de fatores como lucro, prêmios e créditos. A autogestão financeira seria, em última instância, o equivalente à “rentabilidade” da empresa. Ou seja, esta deveria recuperar os seus gastos e conseguir rendimentos em forma de lucro, ainda que mantendo sua relação com o plano, relação esta que não seria regulada apenas pela lei do valor, mas pelas chamadas “leis” da economia de tempo, desenvolvimento planejado e distribuição conforme o trabalho realizado.

Os soviéticos, mesmo sabendo do caráter “contraditório” daquele sistema, criticavam aqueles que diziam que o cálculo econômico poderia ser identificado com relações de mercado, ainda que estas estivessem vinculadas estritamente ao dinheiro, à venda de artigos e às encomendas. De acordo com R. Beloúsov (1986, p. 279),

[...] nas condições de autogestão financeira, o nível de receita monetária de cada trabalhador é determinado não só pela quantidade e qualidade do seu trabalho individual, mas também pelos resultados da atividade econômica de todo o coletivo, pelo grau de aproveitamento intensivo e racional dos recursos à sua disposição.

Com a crescente aproximação com a URSS e em busca de maior eficiência, o cálculo econômico ganharia espaço na ilha. Nesse sentido, no período em discussão, diversos livros e manuais soviéticos de economia política, planificação e gestão

financeira, como aqueles escritos por L. I. Itin, *Economía de la indústria socialista*¹³, e S. E. Komenitzer, *Organización, planificación y dirección de la actividad de las empresas industriales*¹⁴, seriam distribuídos em Cuba, com a intenção de consolidar a posição dos defensores daquele sistema, influenciando ulteriormente a publicação de trabalhos endógenos, como a emblemática coletânea *Cuestiones fundamentales de la dirección económica* (HERNÁNDEZ GONZÁLEZ et al., 1982), com textos de Enrique Hernández González, Luis González Juviel, Stanislav L. Savin, Rodolfo S. Fonte, A. M. Omarov, Pedro Bourzac, Antonio Mendiola Thondike e Radamés Vila, obra de referência para o curso de mesmo nome ministrado nos Centros de Superação Político-Ideológica (CSPI) do PCC, mas utilizada por economistas da ilha de modo geral.

Não é demais lembrar que, de acordo com as resoluções do I Congresso do Partido Comunista de Cuba, celebrado em dezembro de 1975,

[...] a empresa socialista deverá ter personalidade jurídica própria e, como elo primário do sistema de cálculo econômico e para garantir os princípios deste deverá, como regra geral, cobrir os gastos com suas receitas, deixando ademais uma margem de lucro, a qual não exclui a possibilidade de que existam determinados centros de produção que, pelo caráter de sua produção, sua importância, as condições específicas de sua atividade e por razões de política econômica global, se mantenham funcionando mediante subsídio planejado ainda quando resultem não rentáveis e inclusive não custeáveis. (COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1976, p. 199).

Naquele mesmo encontro, foram delineadas as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Econômico para os anos 1976-1980, em que se estipulava, para o período, um aumento de 90% a 100% na produção de metais ferrosos, de 35% de energia elétrica, de 35% de açúcar, de 50% de hortaliças e de 75% de leite. Foi projetada também a construção de fábricas de maquinaria agrícola, três fábricas têxteis e a disponibilização de mais de um milhão de hectares de novas terras para o cultivo (DARU-SENKOV, 1980) (no período imediatamente anterior, entre 1971 e 1975, ainda que o planejamento indicasse um crescimento de 46% da agricultura, o aumento registra-

13 O livro foi produzido a partir da quinta edição em russo da Editora Escola Superior de Moscou, e a tradução ficou a cargo do Departamento de Economia Industrial da Faculdade de Economia da Universidade do Oriente.

14 A revisão técnica ficou a cargo do engenheiro José Antonio Acevedo. De acordo com o prefaciador do livro, “[...] ainda que o nível e a experiência abarcados em cada um dos temas se refiram à direção, à organização e à planificação de empresas e uniões em um país com uma sociedade socialista desenvolvida, em sua essência teórica e prática tem uma grande utilidade para nosso país na etapa atual da implantação do sistema de direção planificada da economia (SDPE), e ademais de aportar conhecimentos teóricos e práticos, nos serve de base para analisar as tendências futuras neste campo” (KOMENITZER, 1981, p. vi).

do seria de apenas 20% na época [PÉREZ VILLANUEVA, 2008]). Os investimentos no setor industrial, que entre 1971 e 1975 foram de 20%, passaram a 35% entre os anos de 1976 e 1980, sendo um dos objetivos dos planos de então a reconstrução das empresas da indústria leve e alimentícia, assim como colocar em funcionamento novas plantas para garantir um robustecimento do mercado interno (ZUIKOV, 1980; PÉREZ VILLANUEVA, 2008). Como resultado desse processo, no interregno 1981-1985, o setor industrial cresceu 6,9%, e o de construção, 8,6%. Dentro dessa abordagem, o Comitê Estatal de Estatística (CEE)¹⁵, em 1979, indicou que a produção bruta da indústria em Cuba superou em mais de 160 milhões de pesos a registrada em 1978, representando um incremento de 2,8% neste caso (GONZÁLEZ JUVIEL, 1982). O produto social global, por sua vez, alcançou uma elevação de 22% em 1979, em relação a 1975, enquanto a produtividade no trabalho (com exceção do setor do comércio) obteve uma taxa de crescimento anual médio de 3,6% no mesmo período (HERNÁNDEZ GONZÁLEZ et al., 1982). Isso para não falar da produção de ônibus naquele quinquênio, que se ampliou de 5.485 unidades para 7.481.

Mister ressaltar aqui que o ingresso no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Comecon), a partir de 1972, agregaria à planificação interna uma dimensão que iria além dos objetivos meramente nacionais (alguns comentaristas dão a entender que, ao ingressar no organismo, Cuba teria de ulteriormente adotar o cálculo econômico, já que o Sistema Orçamentário de Financiamento proposto por Guevara, ao que tudo indicava, supostamente não seria compatível e não se adaptaria à nova realidade comercial externa). No Comecon, a ilha poderia negociar preços mais altos para seus produtos que no mercado internacional, sendo estes acordados com antecedência, enquanto os de determinados insumos (como os do petróleo soviético, por exemplo) seriam inferiores aos vigentes no mercado mundial, sendo também pactuados previamente (assim como os volumes) para o posterior quinquênio. Além disso, os termos de negociação de Cuba no Comecon poderiam ser revistos a cada dois anos, os preços se ajustando em relação ao mercado internacional (seguindo as tendências vigentes), mas evitando possíveis surpresas por motivo de flutuações abruptas. Na década de 1970 (período que ficou conhecido como “os anos Brezhnev”), o número de técnicos e conselheiros soviéticos (que se relacionariam estreitamente com os diretores das fábricas da ilha) aumentou significativamente, mesmo antes do ingresso no Comecon (em 1971, segundo Richard Gott [2006], pelo menos 10 mil soviéticos podiam ser vistos transitando em Havana). E as visitas de autoridades da URSS àque-

¹⁵ Vale recordar que o Comitê Estatal de Estatísticas operava em municípios, províncias e repartições governamentais, mantendo-se ligado a um Sistema de Estatísticas Nacionais. Além disso, havia também um sistema de estatísticas complementares, aprovado pelo CEE, a cargo de cada ministério.

le país ou de membros do governo cubano às democracias populares e a Moscou, também (em dezembro de 1972, Castro assinou um acordo de 15 anos com o primeiro-secretário do PCUS,¹⁶ que resultou em termos bastante favoráveis aos caribenhos; em fevereiro de 1974, Brezhnev fez uma viagem a Cuba; em abril de 1977, Fidel foi a Moscou; e em julho, foi a vez de seu irmão Raúl se reunir com autoridades soviéticas no Kremlin) (DARUSENKOV, 1980). As vantagens de estar inserido nesse bloco também se ligavam supostamente a créditos para desenvolvimento, normalmente outorgados a taxas de juros bastante baixas (em 1983, 86% das transações de Cuba com o exterior se deram através do intercâmbio com países socialistas, ainda que uma parte considerável de peças de reposição e bens intermediários continuasse sendo importada de economias de mercado). Ainda assim, não custa recordar que Cuba tinha um déficit constante dentro do Come, que entre 1980 e 1985 foi equivalente a US\$ 6 bilhões (COLE, 1998), e manteve sua posição precípua de exportador de açúcar e, em menor grau, de níquel (o setor mineiro contribuía somente com 5,3% dos rendimentos de exportação no início daquela década; em 1989, o nível de exportação do produto foi de 46 mil toneladas) (VALDÉS, 1983).

A economia cubana, na prática, teria de funcionar dentro de dois sistemas distintos e negociar tanto com o bloco socialista quanto com as nações capitalistas. Essa relação com as economias de mercado, portanto, colocava Cuba em posição fragilizada diante de possíveis flutuações dos preços internacionais do açúcar, o carro-chefe de suas exportações. Entre 1970 e 1974, o preço desse produto se elevou de 3,6 centavos por libra para 64 centavos, despencando em seguida para seis centavos em 1978, subindo acentuadamente para 42 centavos em 1980 e apresentando uma nova retração nos anos seguintes, chegando, em 1983, a seis centavos a libra (VALDÉS, 1983). Para completar, em 1982, por exemplo, a produção mundial de açúcar superou em 10% a demanda, o que certamente não ajudava a dinamizar a economia interna do país (VALDÉS, 1983). Cuba ingressou na Organização Internacional do Açúcar e na Associação de Exportadores de Açúcar da América Latina e Caribe naquela década, tornando-se exportador de parte de sua produção daquele item para as nações ocidentais (CHOMSKY, 2015).

Para o professor titular adjunto da Universidade de Havana e do Instituto Superior de Relações Internacionais de Cuba, Jesús Arboleya Cervera, os resultados dos vínculos da ilha com o Come foram desiguais e, por vezes, contraditórios. Segundo ele, “[...] avançou a economia, melhoraram os serviços, aumentou o bem-estar material e se desfrutou de um nível de estabilidade e confiança que serviram de respiro às tensões vividas até então” (ARBOLEYA, 2007, p. 231-232). Por outro lado, o econo-

16 Partido Comunista da União Soviética.

mista Osvaldo Martínez (1994, p. 31) aponta que aquela relação também resultou em

[...] insatisfatórios níveis de eficiência econômica, tecnologias desperdiçadoras de energia, um processo inversionista lento e ineficiente, a falta de uma base alimentar própria sólida, uma dependência alta de algumas importações e um sistema que desenvolveu empresas perseguindo uma rentabilidade artificial mediante a elevação dos preços sem atender aos custos reais.

Balanco provisório

De qualquer forma, no período analisado, tanto as importações como as exportações, *de maneira geral*, cresceram em ritmo constante, ainda que as compras especificamente de países capitalistas sofressem um nítido declínio (em 1975, a redução das importações de economias de mercado seria de 48% e, até 1982, a diminuição seria de 13% a 15%; em 1983, as importações de Cuba provenientes de nações capitalistas seriam equivalentes a US\$ 820 milhões) (VALDÉS, 1983). Avaliações apresentadas no supracitado relatório do Ilpes (CEPAL, 1988) mostram que, em 1970, por exemplo, as importações superavam em 25% as exportações, enquanto em 1983 a lacuna seria de somente 13%. A utilização racional de matérias-primas importadas e a substituição de peças de reposição (essencialmente no setor agropecuário e de transporte), por sua vez, apenas em 1983, resultaram numa economia de aproximadamente US\$ 52 milhões, ao mesmo tempo em que a substituição gradual de importação de alimentos e bebidas declinou de 20,2% em 1970 para 14,2% em 1982. O governo, de qualquer forma, também estimulou as exportações de itens não tradicionais, como laminados de aço (neste caso, produtos da indústria sidero-mecânica, além de materiais de construção e da indústria química), fazendo com que, em 1979, a venda para o exterior destes resultasse em quase 80 milhões de pesos (que seria ampliada em 1982 para mais de 470 milhões de pesos). Não apenas isso. No final da década de 1980, apesar de todas as dificuldades, o país produzia mais de 200 produtos biomédicos, equipamentos hospitalares, centenas de tipos de remédios e vacinas, além de oferecer o serviço de médicos para outros países (COLE, 1998). Em 1986, por exemplo, em período de recessão e quando os efeitos do bloqueio imposto pelos Estados Unidos eram duramente sentidos em todas as áreas, foi inaugurado na capital o Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB), que, anos mais tarde, seria uma das principais fontes de ingresso de divisas do país, e, em 1987, o Centro de Imunoensaio, considerado um dos pilares do Polo Científico do Oeste de Havana e “verdadeira joia” da ciência local (PELÁEZ MENDOZA, 2011). No campo da eletroeletrônica, seu maior desenvolvimento se deu justamente no período 1975-1985, quando foram

erigidas fábricas de baterias, eletrônica aplicada à medicina e semicondutores. Instituições como o Instituto Central de Investigaciones Digitales (ICDI) e a Empresa Industrial Eletrônica (EIE) tiveram destaque no momento. O país ainda iria desenvolver e produzir maquinaria agrícola, fertilizantes, pesticidas e navios.

Nos anos de 1982 e 1983, o Ministério do Comércio Exterior estabeleceu um rigoroso controle de preços de bens importados e sobre as compras e contratos firmados, a partir da programação de uma provável trajetória dos preços internacionais de produtos específicos. Segundo um informe da Cepal, tais procedimentos representaram, durante 1983, uma economia de US\$ 50 milhões (CEPAL, 1988). Esses esquemas foram acompanhados por uma maior racionalização de investimentos e importações associadas, especialmente em 1982, quando ocorreu um desequilíbrio na balança de pagamentos e os projetos de investimentos tiveram de ser revistos, levando à paralisação de alguns deles e à priorização de outros, principalmente os ligados aos setores produtivo e energético. Nas palavras de Omar Everleny Pérez Villanueva (2008),

Cuba alcança em menos de vinte anos de economia socialista índices de industrialização impressionantes, se levarmos em conta o ponto de partida. Mas a industrialização não foi suficiente para consolidar-se como um processo endógeno, capaz de gerar suas próprias fontes de acumulação, nem teve uma adequada proporção, sobretudo nos ramos relacionados ao consumo da população.

De qualquer forma, como mostra Ken Cole, entre 1970 e 1984, a produção agrícola de Cuba aumentou 27%, e a industrial, 80% (no período 1973-1977, por exemplo, a produção global da agricultura aumentou uma média anual de 5%, o da indústria alimentícia, entre 4% e 6% ao ano, a de tecidos, 2,5 vezes, e a de calçados, 2,6 vezes) (ZUIKOV, 1980). Como comenta o professor da Universidade do Novo México, Nelson Valdés (1983), vale notar que, na composição do produto social bruto, entre os anos de 1970 e 1980, a contribuição da agricultura foi de somente 11%, enquanto a indústria representou 47%.

Os bancos e a concessão de créditos tiveram um papel importante naquele momento. As resoluções do I Congresso do Partido Comunista de Cuba iriam tratar deste assunto específico:

O crédito será concedido em forma diferenciada segundo o objeto para o que se outorga e tendo em conta as características dos diferentes ramos e setores da economia. A outorga do crédito estará precedida, em todos os casos, por uma análise da situação financeira da empresa por parte do banco. Seu destino principal é o de cobrir uma parte dos fundos de rotação da empresa. [...] Ao setor cooperativo e ao dos camponeses individuais se lhes concederão crédi-

tos para as necessidades correntes da produção e também créditos de fomento a médio prazo, condicionados pelo cumprimento dos planos de acumulação, a situação financeira da cooperativa ou camponês que solicita crédito e pelos objetivos para os quais solicite. [...] As relações creditícias devem garantir como norma o princípio da reintegrabilidade e do pagamento de juros. A taxa de juros deve estar dada pelas condições de cada etapa do desenvolvimento e pelo objeto de crédito, o ramo a que se dirige, etcétera. (COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1976, p. 198).

Esse documento estava em consonância com a plataforma programática do PCC, que indicava que o Ministério de Finanças e o sistema bancário tinham como função a concessão de créditos como meio de utilização de recursos monetários temporariamente ociosos, assim como ferramentas para a constante vigilância da disciplina e controle financeiro. Além disso, defendia que o desenvolvimento de uma estrutura de crédito deveria ser acompanhado

[...] do estabelecimento de um sistema de contabilidade que, mantendo a flexibilidade que requerem as diferenças entre as distintas atividades econômicas, garanta a necessária uniformidade para a análise e planificação a todos os níveis, assim como seu constante aperfeiçoamento como meio de registro e controle financeiro. (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1978, p. 79).

O fato é que, entre os anos de 1979 e 1983, o número de agências bancárias teve um crescimento significativo, passando de 74 unidades para 421 (o mesmo pode ser dito sobre a expansão de concessão de crédito no setor estatal para produtores privado-cooperativos e para a população de forma geral). A cobertura territorial dessas unidades, por sua vez, também se elevou de forma considerável, passando de apenas 25 para 143 municípios. Como indica Gennadi Zuikov (1980), com o objetivo de facilitar o acesso de amplos setores a bens duráveis, em 1975 foi implantado um sistema de vendas a prazo (com prazos diferenciados segundo o tamanho dos rendimentos familiares per capita e os preços dos produtos). Já as reservas em divisas do Banco Nacional de Cuba foram reduzidas em 60% entre dezembro de 1981 e junho de 1982, passando de US\$ 323 milhões em depósitos para US\$ 134 milhões (VALDÉS, 1983). Naquele ano, por sinal, o governo aprovou uma série de leis detalhando modalidades de investimentos estrangeiros na ilha (CHOMSKY, 2015), como o Decreto-Lei nº 50, por exemplo. O turismo, por sua vez, começou a ser estimulado, ainda que não com a mesma ênfase das décadas posteriores. Em 1983, o setor gerou US\$ 58 milhões, enquanto em 1978 havia registrado menos de US\$ 9 milhões.

Para Jorge Domínguez (1996), a adoção de reformas econômicas em meados dos

anos 1970 teve resultados rápidos e positivos, mas a situação não se manteve estável ou em ritmo ascendente em todos os índices até o início da década seguinte, obrigando o governo a realizar mudanças de rumo. A construção da usina nuclear de Juraguá (além de uma pequena cidade e toda uma infraestrutura para acomodar os trabalhadores ligados a ela) em 1982, apoiada pelos soviéticos com o objetivo de satisfazer até 15% das necessidades de energia da ilha, gerar empregos e experimentar fontes alternativas menos poluentes e mais eficientes que as tradicionais termelétricas (só o primeiro dos quatro reatores de 440 megawatts planejados foi concluído), fracassou após terem sido gastos US\$ 1,1 bilhão ao longo de quase dez anos (A CIDADE..., 2019) (vale recordar que no ano do início do projeto, em 1982, 98% da energia elétrica era gerada por usinas termelétricas).

Mesmo com todas as dificuldades de pagamento e qualidade duvidosa dos materiais e produtos, a relação com a URSS continuou estreita. O comércio com Moscou, que representava em média 45% daquele realizado por Cuba até 1975, iria passar dos 60% no começo da década de 1980. A ilha comprava da União Soviética 99% de seu petróleo, a preços preferenciais, o que representava em torno de 23% a 27% de todas as exportações soviéticas para aquela nação (VALDÉS, 1983). Isso sem contar com toda a assistência técnica e ajuda em projetos militares ou de desenvolvimento na ilha (DOMÍNGUEZ, 1996): ao final de 1979, por exemplo, o Kremlin ajudou na construção ou reconstrução de pelo menos 200 empresas de diferentes tipos na ilha (DARUSENKOV, 1980). Apesar de todos os esforços de diversificação, o principal produto de exportação de Cuba continuou sendo o açúcar, e o mais importante comprador, a União Soviética.

O caso das importações também é patente. De acordo com números apresentados por Ken Cole (1998), no final da década, 80% dos cereais, 99% do feijão, 21% da carne, 38% do leite e produtos lácteos e 94% do óleo de cozinha eram comprados do exterior.

Crise e correção de rumos

A recessão econômica que começou em 1986 permaneceu até o final da década, o que levou Fidel Castro a iniciar um “Proceso de rectificación de errores y corrección de tendencias negativas”, atacando o SDPE, redirecionando os rumos da economia e se distanciando dos mecanismos de mercado. Naquele ano, no III Congresso do PCC, o “líder máximo” fez duros ataques ao sistema até então em vigência, associando o mau desempenho econômico às tentativas de emular o capitalismo e à tendência prioritária de busca por lucros das empresas (não custa lembrar que muitas críticas já eram feitas, indiretamente, desde 1982 na imprensa do país) (BALOYRA, 1993; COLE,

1998). As obrigações da dívida cubana chegavam a quase US\$ 7 bilhões naquele ano, fazendo com que o governo tivesse de declarar uma moratória unilateral por não ter condições de pagar a seus credores naquele momento. Era possível verificar, de fato, uma crise fiscal do Estado nacional. Além disso, a produção de açúcar declinou em um milhão de toneladas entre 1986 e 1988, a produtividade laboral decresceu entre 4% e 9%, e os salários se retraíram em 2% em 1987.

Não se pode, contudo, deixar de lado os aspectos da natureza, ou seja, o fato de que, no início daquele decênio, a ilha passou por severas secas, assim como extensas áreas de agricultura foram afetadas por furacões ou por pragas nas lavouras. Entre 1979 e 1980, a “*mayor de las Antillas*” sofreu com a passagem dos furacões Federico e Allen, além da disseminação de um fungo na cana de açúcar, do mofo azul do tabaco e da peste suína. Poucos anos depois, tornados destruíram aproximadamente um milhão de toneladas de açúcar cru, assim como 14 mil hectares de tabaco e áreas de cultivo de tomate, cebola, alho, batatas, frutas cítricas, manga e café.

Outro fator que não pode ser desconsiderado é a participação militar de Cuba em diferentes países, o que representou um esforço econômico e humano significativo para a ilha, especialmente simbolizado pela “Operação Carlota” e pela batalha de Cuito Cuanavale, ambas em Angola. Afinal, só entre novembro de 1975 e abril de 1976, foram enviados àquele país em torno de 36.000 soldados cubanos, número que chegou a 52.000 homens até 1988 (em 12 anos, 350 mil voluntários passaram por Angola). Além disso, 12.000 combatentes da ilha participaram de ações armadas na Etiópia em 1978. Outras missões militares estiveram presentes na Guiné, na Guiné Bissau, em Moçambique e no Benin. A atuação cubana na África, que se iniciara na década de 1960, portanto, ganhou forte impulso nos anos 1970 e 1980, e também deve ser vista como parte dos resultados econômicos da época, já que representou um custo considerável para o país em todos os sentidos (GLEIJESES, 2007, 2002; GARCÍA MÁRQUEZ, 1977). Vale lembrar que boa parte das tropas cubanas no exterior era formada por reservistas, incluindo alguns dos melhores administradores, técnicos e trabalhadores cubanos, que atuavam em funções militares de apoio, permanecendo afastados de seu labor nas indústrias e empresas da ilha enquanto estavam no exterior (DOMÍNGUEZ, 1996).

A definição do novo rumo seria delineada em 1988, a partir de um modelo que enfatizava o planejamento central, uso limitado de mecanismos econômicos de mercado e maior envolvimento do partido nas decisões (ROCA, 1993). Ou seja, um sistema inspirado, em alguma medida, nas ideias defendidas por Che Guevara em seu período como ministro de Indústrias. O trabalho político e os fatores ideológicos seriam considerados mais importantes que as questões ligadas estritamente à eficiên-

cia econômica. Um exemplo disso foi o trabalho voluntário. Em 1987, em torno de 400 mil pessoas teriam contribuído com 20 milhões de horas (em conjunto) de labor não remunerado ao longo do ano. As “brigadas de trabalho” ou “contingentes” (especialmente no setor de construção) ganharam destaque a partir daquele momento. Já o SDPE perderia espaço, e, em seu lugar, entraria um sistema de “planejamento contínuo”. Em 1988, esse novo modelo já era aplicado em 32 empresas e, dois anos mais tarde, outras 900 usariam esse formato. O historiador José Tabares de Real considerava que a cópia do sistema e métodos de administração da URSS entre 1974 e 1986, de fato, havia sido um problema, obrigando o governo a mudá-los, ainda que toda uma geração de técnicos de *management* e de quadros da economia daquela escola tivesse se formado no período, o que iria exigir uma profunda reeducação e mudança de mentalidade daqueles profissionais. Para ele, ficava claro que os métodos capitalistas não serviam para o país (mesmo que algumas de suas “técnicas” pudessem ser úteis e devessem ser utilizadas) (TABARES DEL REAL, 1999).

A chegada de Mikhail Gorbachev ao poder, o fim do socialismo real na Europa Oriental e a dissolução da União Soviética em 1991 também foram todos fatores que prejudicaram imensamente a economia cubana. O professor da Universidade de Harvard Jorge Domínguez aponta que, entre 1989 e 1991, houve uma diminuição de dois terços das importações de petróleo da URSS, obrigando o governo cubano a impor um racionamento de vários produtos dependentes daquele tipo de combustível. No mesmo período, Moscou fez reduções drásticas em seus subsídios à ilha. A incorporação da RDA¹⁷ à República Federal da Alemanha, por sua vez, afetou significativamente seu comércio externo. Essa foi a época em que as nações da Europa Oriental cancelaram seus programas de assistência econômica com Havana. Para completar, pouco depois o Come também deixaria de existir. Todas as negociações com os antigos parceiros comerciais do bloco socialista se dariam, daí em diante, dentro do sistema internacional capitalista regular e a partir de preços de mercado (DOMÍNGUEZ, 1996).

Ainda assim, outras fontes econômicas alternativas para capitalizar os cofres públicos foram buscadas então, como o turismo, o impulso a investimentos estrangeiros (através de empresas locais como a Cubanacán e com a estruturação de um sistema empresarial administrado pelas FAR),¹⁸ com o CE¹⁹ do Conselho de Ministros tentando desempenhar um papel mais dinâmico nas decisões sobre a planejação e com maior estímulo à pesquisa científica. Essas iniciativas, contudo, não lograram todos os resul-

17 República Democrática Alemã.

18 Forças Armadas Revolucionárias.

19 Conselho Executivo.

tados almeçados, considerando a gravidade do quadro recessivo em que se encontrava a ilha. Ou seja, a economia cubana naquele período basicamente estancou.

Conclusão: manutenção das conquistas revolucionárias

É importante ressaltar que, apesar da crise, a situação “social” de Cuba foi relativamente preservada. Em meados daquela década, os níveis de pobreza na ilha eram de 6,6%, enquanto o índice de desigualdade (o coeficiente de Gini) era de 0,24, um dos mais reduzidos do continente (TORRES SANTANA, 2019). A imensa maioria da população cubana, portanto, era contemplada com amplo acesso à educação em todos os níveis do ensino e um sistema de saúde eficiente (fazendo-se aqui, é claro, todas as ressalvas relativas às dificuldades e declínio da qualidade de vida inerentes a qualquer período de crise econômica, em qualquer país). Os projetos para melhorar a vida dos cidadãos continuaram a ser desenvolvidos, como o Plan Alimentario, que tinha como objetivo reduzir a dependência das importações e buscar a autossuficiência em diversos produtos agrícolas pelo menos para a região da capital e entorno, o que garantiria que aproximadamente 30% da população fosse atingida pelos benefícios desse projeto (COLE, 1998). Ou seja, o governo revolucionário sempre teve o povo como prioridade. Nas palavras de Fidel Castro, em discurso proferido no dia 1º de maio de 2000:

Revolução é sentido do momento histórico; é mudar tudo que deve ser mudado; é igualdade e liberdade plenas; é ser tratado e tratar aos demais como seres humanos; é emancipar-nos por nós mesmos e com nossos próprios esforços; é desafiar poderosas forças dominantes dentro e fora do âmbito social e nacional; é defender valores nos quais cremos ao preço de qualquer sacrifício; é modéstia, desinteresse, altruísmo, solidariedade e heroísmo; é lutar com audácia, inteligência e realismo; é não mentir jamais nem violar princípios éticos; é convicção profunda de que não existe força no mundo capaz de aplastar a força da verdade e das ideias. Revolução é unidade, independência, é lutar por nossos sonhos de justiça para Cuba e para o mundo, que é a base do nosso patriotismo, nosso socialismo e nosso internacionalismo. (CASTRO, 2000).

Esse é o caráter humanista, dinâmico e permanente da revolução cubana, em que os valores do socialismo cubano nunca podem ser deixados de lado e devem sempre andar junto com as deliberações econômicas.

Referências

- A CIDADE nuclear de Juraguá, sonho atômico que Fidel quis construir em Cuba inspirado na União Soviética. **Uol News**, 16 jun. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/06/16/a-cidade-nuclear-de-juragua-sonho-atomico-que-fidel-quis-construir-em-cuba-inspirado-na-uniao-sovietica.htm>>. Acesso em: 02 set. 2022.
- ARBOLEYA, Jesús. **La revolución del otro mundo**: Cuba y Estados Unidos en el horizonte del siglo XXI. Bogotá: Ocean Sur, 2007.
- ARCOS BERGNES, Ángel. **Evocando al Che**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.
- BALOYRA, Enrique. Socialist transition and prospects for change in Cuba. In: BALOYRA, Enrique; MORRIS, James A. (Orgs.). **Conflict and change in Cuba**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993, p. 38-63.
- BELOÚSSOV, R. **Gestão planificada da economia socialista**. Moscou: Edições Progresso, 1986.
- BORREGO, Orlando. **Che: el camino del fuego**. Havana: Imagen Contemporanea, 2001.
- CASTRO, Fidel. Discurso proferido pelo Presidente da República de Cuba Fidel Castro Ruz na tribuna aberta da juventude, os estudantes e os trabalhadores, pelo Dia Internacional dos Trabalhadores. **Portal do Governo de Cuba**, 1º maio 2000. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2000/por/f010500p.html>>. Acesso em: 01 set. 2002.
- CHOMSKY, Aviva. **História da revolução cubana**. São Paulo: Veneta, 2015.
- COLE, Ken. **Cuba: from revolution to development**. Londres: Pinter, 1998.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **El Sistema de Dirección y Planificación de la Economía Cubana**. Santiago do Chile: Ilpes, 1988. (Coleção Cuadernos del Ilpes).
- COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Tesis y resoluciones del I Congreso del PCC**. Havana: Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1976.
- DARUSENKOV, Oleg. La vanguardia combativa del pueblo cubano en la lucha por el socialismo. In: ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. **La historia de Cuba**. Moscou: Academia de Ciencias de la URSS, 1980. Tomo III, p. 86-112.
- DOMÍNGUEZ, Jorge. Cuba since 1959. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Cuba: a short history**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996, p. 95-148.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Operação Carlota. **Tricontinental**, n. 53, 1977.
- GLEIJESES, Piero. La causa más bonita: Cuba y África, 1975-1988. In: GLEIJESES, Piero; RISQUET, Jorge; REMÍREZ, Fernando. **Cuba y África: historia común de lucha y sangre**. Havana: Editorial de Ciências Sociales, 2007. p. 1-79.
- GLEIJESES, Piero. **Conflicting missions**: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976. Chapel Hill; Londres: University of North Carolina Press, 2002.
- GONZÁLEZ JUVIEL, Luis. Elementos del proceso de reproducción social como objeto dirigido en el socialismo. In: HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Enrique et al. **Cuestiones fundamentales de la dirección económica**. Havana: Editora Política, 1982, p. 10-22.
- GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GUEVARA, Che. **El gran debate sobre la economía en Cuba**. Havana: Ocean Press, 2006.
- HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Enrique. Organización, estructura y funciones principales de los órganos estatales en Cuba. In: HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Enrique et al. **Cuestiones fundamentales de la dirección económica**. Havana: Editora Política, 1982, p. 165-196.
- HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Enrique et al. **Cuestiones fundamentales de la dirección económica**. Havana: Editora Política, 1982.
- ITIN, Lev I. **Economía de la industria socialista**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1981.
- JUCEPLAN. **El Sistema de Dirección y Planificación de la Economía en las Empresas**. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 1981.

- KOMENITZER, S. E. **Organización, planificación y dirección de la actividad de las empresas industriales**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1981.
- MARTÍNEZ, Osvaldo. Los retos presentes de la economía cubana. In: INSTITUTO DE RELACIONES EUROPEO-LATINOAMERICANAS. **Cuba: apertura económica y relaciones con Europa**. Madrid: Institutos de Relaciones Europeo-Latinoamericanas, 1994.
- PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Plataforma programática del Partido Comunista de Cuba**. Havana: Editora Política, 1978.
- PELÁEZ MENDOZA, Orfilio. Ciência em Cuba: uma aposta pela soberania. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, maio/ago. 2011.
- PÉREZ VILLANUEVA, Omar Everleny. La estrategia económica cubana: medio siglo de socialismo. **Cahiers des Amériques Latines**, n. 57-58, p. 31-55, 2008.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ROCA, Sergio G. The Comandante in his Labyrinth. In: BALOYRA, Enrique A.; MORRIS, James A. (Orgs.). **Conflict and change in Cuba**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993, p. 86-109.
- SAENZ, Tirso W. **O ministro Che Guevara: testemunho de um colaborador**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- TABARES DEL REAL, José. Revolução cubana: quarenta anos. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; BARSOTTI, Paulo (Orgs.). **América Latina: história, crise e movimento**. São Paulo: Xamã, 1999, p. 23-37.
- TABLADA, Carlos. **Che Guevara: economics and politics in the transition to socialism**. Sidney: Pathfinder, 1989.
- TORRES SANTANA, Ayllynn. Los 'períodos especiales' de las mujeres en Cuba. **Sin Permiso**, 07 maio 2019. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/textos/los-periodos-especiales-de-las-mujeres-en-cuba>>. Acesso em: 02 set. 2022.
- VALDÉS, Nelson. Austeridad sin costo social: la deuda cubana. **Nueva Sociedad**, n. 68, set./out. 1983.
- ZUIKOV, Gennadi. La política del Poder Popular. In: ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. **La historia de Cuba**. Moscou: Academia de Ciencias de la URSS, 1980. Tomo III, p. 147-165.

Joana A. Coutinho*

O livro *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*, de Lélia González (1935-1994), é fruto da organização cuidadosa de Flávia Rios e Márcia Lima (2020) de artigos, livros e entrevistas de Lélia Gonzalez ao longo da sua vida. Lélia nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1935 e, como a maioria das famílias da classe trabalhadora, a sua também era bem numerosa: Lélia teve 17 irmãos, entre eles, o jogador de futebol Jaime de Almeida. Como também não é de se estranhar, as classes populares são o lugar onde a miscigenação se dá de forma intensa: seu pai, negro, ferroviário, e a mãe, indígena e empregada doméstica. Lélia, até esse momento Almeida, muda-se para o Rio de Janeiro em 1942, com sete anos de idade, com toda a família para acompanhar o irmão jogador. Em 1954 conclui os estudos básicos no tradicional Colégio Pedro II e mais tarde estuda história e filosofia pela Universidade do Estado de Guanabara (UERJ). Fez mestrado e doutorado em estudos antropológicos e políticos e começa a estudar questões de gênero e etnia.

Em 1964, Lélia adota o nome do marido, Luiz Carlos Gonzalez, com quem se casa, sendo esse também o ano que vai durar duas décadas da nossa história em razão do golpe militar. Um ano depois, seu marido comete suicídio. Tiveram que conviver com o racismo de sua família branca, que não conseguiu aceitar o casamento formal entre eles. Lélia passa a ser conhecida como Lélia Gonzalez. O interesse pela questão da mulher negra torna-se um dos pontos centrais das suas análises. É nesse momento que podemos dizer que surge o feminismo negro.

Ela foi uma ativista, intelectual-militante da causa negra. Fundou com outros companheiros o Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 1970, militou primeiramente no Partido dos Trabalhadores (1982) e, mais tarde, no PDT (1986) de Brizola e Darcy Ribeiro. É nessa busca incessante pela identidade, sem perder a capacidade de pensar e agir (teoria e práxis), que vai formular importantes conceitos que estão presentes nesse livro. O livro está dividido em três partes: ensaios, intervenções e diálogos. Vamos destacar alguns textos dessa antologia que acreditamos ser preciosos para entender o pensamento e a importância da contribuição de Lélia Gonzalez.

* Doutora em Ciência Sociais: Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora na Universidade Federal do Maranhão; coordenadora do Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina (GEHLAL). E-mail: joaninahcouthinho@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8846-6491>

Primeiramente destacamos: a) “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano”, capítulo que dá título ao livro. No texto escrito em 1988, ano que celebrava os cem anos da abolição da escravatura no país, e também ano em que é promulgada a Nova Constituição, depois de 21 anos de regime militar, Lélia chama a atenção para as condições de vida de homens e mulheres negros no Brasil e na América Latina, “[...] mostrando as contradições internas do feminismo latino-americano”. Trata de mostrar como, no movimento feminista, as mulheres indígenas e negras são excluídas. O foco da crítica está centrado, sobretudo, no feminismo que, embora tenha quebrado com tantos tabus – como o da sexualidade, tanto de mulheres como de homens – e feito uma crítica contundente à sociedade patriarcal, ao mesmo tempo se “esqueceu” da questão racial. Lélia Gonzalez faz um percurso parecido com o de Frantz Fanon, ou é influenciada por ele, ao recorrer a elementos da psicanálise para compreender a relação colonizado-colonizador introjetada nos primeiros. Essa relação estabelece uma visão de mundo eurocêntrica e gera, portanto, efeitos “neocolonialistas” que se manifestam na alienação “[...] de uma teoria e de uma prática que se percebem como liberadoras” (GONZALEZ, 2020, p. 141). O destaque está em perceber as sociedades latino-americanas como multirraciais e pluriculturais. Lélia recorre à psicanálise e mais especificamente a Lacan para compreender o processo de infantilização a que são submetidas as mulheres negras ou, nas suas palavras, “não brancas” e a forma como são convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação. A ideologia do embranquecimento exerce um efeito interno absoluto que leva a própria negação da raça e de sua cultura.

Lélia Gonzalez, nesse texto, retoma uma discussão cara para a esquerda e para os movimentos chamados identitários e sua relação com a classe social de pertencimento: desconstruir o mito da democracia racial tão propagada no Brasil e que oculta um racismo que alguns autores identificam como estrutural ou institucional. A crítica de Gonzalez aponta que a esquerda também assume a ideia de uma “democracia racial” que imperaria entre nós ao focar somente nas “contradições de classe”. É essa visão eurocêntrica que torna a esquerda – eu diria parte da esquerda neste momento – cúmplice da dominação que “pretendiam combater”. A questão parece bastante profícua quando pensamos na sociedade brasileira e nos deparamos com os seguintes números estatisticamente significativos: que 56% da população se declara como pardos (47%) e pretos (9%). Em uma sociedade com brutal desigualdade social, não é de se estranhar que a maioria dos negros (pardos e pretos) estejam na base da pirâmide social: são trabalhadores, proletários. Então a questão da classe permeia a questão da raça no Brasil. Jacques Roumain (1907-1944) e Aimée Césaire (1913-2008), entre tantos outros que discutem a questão da colonização e da negritude numa perspecti-

va de classe, nos induzem a pensar as particularidades das nossas formações sociais, produzindo conhecimento, e abominam o eurocentrismo das análises que permeiam os partidos de esquerda neste momento.

No texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Lélia Gonzalez retoma a questão da colonização e traz um elemento a mais: racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos. Aqui se faz importante reforçar os tipos de racismo que se dão de forma diferenciada na América Latina – os países de colonização saxônica e os de colonização ibérica: racismo aberto e racismo disfarçado. No primeiro, desenvolvido em países anglo-saxões, é negro quem possui antepassados negros; a miscigenação torna-se algo praticamente impossível. O que ocorre é uma segregação total dos grupos negros, como foi o caso da África do Sul, com a sua doutrina “igual, mas separado”. O contrário acontece nos países latino-americanos. Aqui imperou o racismo disfarçado, ou, segundo nominou Lélia Gonzalez, “racismo por denegação”. Em suas palavras, “[...] a chamada América Latina que, na verdade, é muito mais Ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (GONZALEZ, 2020, p. 130). Ameríndia é o termo usado pelo psicanalista Magno Machado Dias (MD Magno) em um congresso sobre psicanálise e linguagem nos anos 1980. Magno fala de uma América-Africana, faz alusão ao romance de Mário de Andrade *Macunaíma* e, a partir do nascimento deste, à questão da raça. Não no sentido

[...] físico-antropológico ou biológico do termo, mas no sentido de coalescência discursiva (aliás, é como Lacan define: raça como repetição discursiva) desse que, no texto, é chamado o herói da nossa gente – ou seja, aquele que poderia arcar com a posição paterna – certamente, tivesse ganho, às avessas, a batalha discursiva? (MD, 2008, p. 7).

Mas o que diz sobre o racismo latino-americano é que ele é “[...] suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (MD, 2008, p. 131).

A categoria amefricanidade aponta para um rompimento por meio da linguagem. Para romper com o que nos torna “cativos de uma linguagem racista”, a autora propõe “amefricanidade” ou americanos “para designar a todos nós” (GONZALEZ, 2020, p. 134). Para Lélia Gonzalez, as

[...] implicações políticas e culturais da amefricanidade são de fato, democráticas: exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular).

(...) a categoria da amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (...) que é afrocentrada, isto é referenciada em modelos como a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iourbá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amerfricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, negritude, afrocentricity. (GONZALEZ, 2020, p. 134-135).

Lélia acompanha o intenso debate que formulam Frantz Fanon, Jacques Roumain, Aimée Césaire, e a construção de uma identidade que é forjada na Europa. O movimento negritude tem uma dimensão anticolonialista, anti-imperialista e anticapitalista. Ou seja, a identidade é forjada num contexto em que a questão do negro e da inferioridade da raça e da cultura são questionados. A religião, considerada “primitiva” aos olhos dos colonizadores, brancos e cristãos, também entra na roda. Não se trata de superstição, mas, assim como a religião cristã, de uma série de mitos e lendas que tentam explicar a realidade. A religião é um percurso de encontro com essa identidade negra, de certa forma idealizada. Jacques Roumain, a respeito do preconceito racial, afirma que é de “excepcional importância o problema”, pois os políticos negros e mulatos buscam esconder a luta de classes. Mas o preconceito racial é a expressão sentimental da oposição de classe, da luta de classes. Entender essa amefricanidade é também se debruçar sobre a luta de classes nesses territórios, numa África idealizada, e nos territórios latino-americanos. Nesse sentido, Lélia Gonzalez é pioneira ao relacionar o racismo ao imperialismo. O racismo, em suas palavras, estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana e também à indígena.

O livro traz ainda textos que debatem a questão da mulher negra, a “mulata brasileira”, a questão da juventude negra – temas que a autora está debatendo entre a década de 1980 e 1990 e que são ainda tão atuais. A luta contra o racismo toma dimensões que levam para um anticapitalismo e anti-imperialismo e, nessa quadra da história que nos toca viver, a um antifascismo. O texto da Lélia é de uma atualidade assustadora, o que significa dizer que a luta é permanente e que conquistas num determinado momento podem se transformar em derrotas em outro. O número de assassinato de jovens negros nas periferias só aumentou nos últimos anos; a tarefa é tanto do ponto de vista teórico como da prática real do nosso cotidiano e requer negros e brancos, mulheres e homens participando ativamente para que o racismo desapareça da face da terra. Mas para isso é preciso que consigamos fazer desaparecer o capitalismo igualmente. Leitura necessária!

Referências

- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MACHADO DIAS, Magno. América Ladina: introdução a uma abertura. In: MACHADO DIAS, Magno. *Acesso à Lida de Fi-Menina: seminário 1980*. Rio de Janeiro: NovaMente Editora, 2008. p. 145-165.
- RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

DIESEN, Glenn. **Europe as the Western Peninsula of Greater Eurasia:**
gloeonomic regions in a multipolar world. London:
Roman & Littlefield, 2021, 230 p.

Carlos Eduardo Martins*

Glenn Diesen é ainda pouco conhecido do público brasileiro e latino-americano. Nascido na Noruega em 1979, exerce, entre outras atividades, a função de professor e pesquisador da Universidade de South-Eastern Norway, da Escola de Altos Estudos de Ciências Econômicas de Moscou, e é membro do Clube de Discussão de Valdai, *Think Thank* fundado em 2004 e que reúne centenas de intelectuais e personalidades de diversas partes do planeta com o objetivo de auxiliar o governo russo a elaborar uma visão própria da geopolítica mundial, capaz de estabelecer alternativas à globalização neoliberal e à pretensão de unipolaridade estadunidense. Autor de vários livros de destaque, como *The Decay of Western Civilisation and Resurgence of Russia* (2020) e *Russian Conservatism: managing change under permanent revolution* (2021), Diesen vem se notabilizando como um dos mais relevantes autores de um pensamento que busca lançar os fundamentos estratégicos de um mundo multipolar através da construção de um espaço geoeconômico eurasiático capaz de confrontar a hegemonia mundial dos Estados Unidos, bem como sua projeção para o Atlântico Norte, e superar o domínio dos poderes marítimos sobre o das grandes massas terrestres. Exatamente por essa razão, tem sofrido ataques do liberalismo intelectual dominante, que busca desqualificar a importância de suas contribuições.

Ele aponta que a hegemonia está ligada ao controle de três dimensões: indústrias estratégicas, corredores de transporte e instrumentos financeiros. O domínio do Atlântico Norte sobre o mundo se estabeleceu pela superioridade do controle marítimo na garantia dos corredores de transporte, o que permitiu àqueles que lhes dirigiram obter vastos suprimentos de matérias-primas, impor uma divisão internacional do trabalho articulada e usufruir de proteção do território contra ameaças militares, particularmente em Estados-ilhas, como a Grã-Bretanha, e os Estados Unidos. Todavia, o autor assinala que essa superioridade não é definitiva, mas histórica, podendo ser modificada pelo desenvolvimento de vastos corredores de transporte bimodais

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2003). Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ), professor visitante no Arrighi Center for Global Studies e pesquisador do CLACSO.

nas grandes massas territoriais, promotores da articulação entre conexões terrestres e marítimas. A associação entre tais corredores e o domínio tecnológico e financeiro pode alterar significativamente as relações de poder no mundo e substituir o domínio dos grandes poderes marítimos, que relegava as grandes zonas territoriais à posição periférica, limitando em grande parte o desenvolvimento de sua infraestrutura aos interesses dos grandes centros de poder mundial.

Diesen assinala que a política externa estadunidense deu centralidade à contenção dos poderes territoriais na Eurásia desde as obras de Nicholas Spykman e George Kennan, o que orientou suas ações no pós-guerra. Discípulos de Halford Mackinder e de sua teoria do Heartland – que desafiou a tese de Mahan da inevitável superioridade do poder marítimo ao afirmar que quem desenvolvesse os corredores de transporte no coração da Eurásia, Alemanha-Rússia, e o integrasse alcançaria a hegemonia mundial –, Spykman e Kennan constroem seus paradigmas do Rimland e da contenção. A contenção destacou a necessidade de os Estados Unidos controlarem a periferia ocidental da Eurásia e a necessidade de usarem a Alemanha, a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte e o Japão como instrumentos de isolamento e de limitação da capacidade industrial da União Soviética e dos poderes eurásianos. A visão geopolítica de Henry Kissinger que estabeleceu a política de *open-door* para a China a partir dos anos 1970, foi marcada por essa mesma concepção, buscando isolá-la da União Soviética, aprofundando e fragmentando a cooptação de poderes na Eurásia. Tais preocupações estruturais da política norte-americana impediram que a proposição de um domínio global liberal norte-americano no pós-Guerra Fria fosse capaz de incorporar a Rússia, mantendo-se a política de isolamento e de ameaça militar pela expansão da Otan para o Leste, de um lado e, de outro, a de desindustrialização por meio da penetração do neoliberalismo. Essa orientação exige cada vez mais subordinar a Europa ao poder estadunidense, aprofundando suas assimetrias, o que Diesen trata sob o conceito de balanço da dependência, processo cada vez mais contraditório com os interesses estratégicos europeus à medida que a hegemonia dos Estados Unidos aprofunda seu declínio e perde a capacidade de prover bens públicos, exigindo lealdades e alianças para atender exclusivamente aos seus interesses particulares.

O crescente deslocamento do poder industrial e econômico para a China a partir de sua crescente inserção na economia mundial, que combinou o desenvolvimento da soberania nacional com janelas de oportunidade proporcionadas pelas políticas de *open-door*, levou os Estados Unidos, a partir da eleição de Donald Trump, a romperem com a política de acomodação do país asiático na ordem mundial liberal, para privilegiarem a de contenção. Longe, entretanto, de esse giro representar um ponto fora da curva imposto pelo exotismo de Trump, sinalizou, em verdade, uma mudan-

ça de paradigma e o fim da ascensão pacífica da China na economia mundial. Isso se evidencia no crescente direcionamento da OTAN contra a China, no uso do espaço Indo-Pacífico como instrumento de cerco, na crescente militarização do Mar do Sul da China e nas sanções comerciais, financeiras e diplomáticas para restringir a promoção de corredores de transporte bimodais impulsionados pelo país asiático. Tais tendências destacadas por Diesen buscam não apenas limitar a ascensão da China, mas sobretudo o estabelecimento geoeconômico e geopolítico da Eurásia, por meio do qual a Rússia poderia reforçar a sua autonomia jogando um papel estratégico na articulação da Europa com a China. O suporte financeiro e militar estadunidense à guerra na Ucrânia, as dramáticas sanções financeiras e comerciais impostas à Rússia, a criação da Aukus (Austrália, Reino Unido e Estados Unidos), a manutenção da guerra comercial e diplomática por Biden contra a potência sínica e a doutrina de conceito estratégico da OTAN, considerando uma ameaça à ordem internacional a pretensão da China de dominar a fronteira tecnológica, ter acesso a materiais estratégicos e aliar-se à Rússia, indicam o estabelecimento de uma nova era. Nesse livro, publicado em 2021, Diesen aponta e antecipa as linhas fundamentais dessas tendências para onde convergem republicanos e democratas, mesmo com diferentes estilos e matices, revelando a agudeza de sua visão geopolítica.

A crise de 2008 marcou para a China o salto do paradigma da ascensão pacífica para o do jogo de cooperação positiva *win-win*. Na ascensão pacífica, a China fortalecia sua soberania, mas se subordinava à hegemonia estadunidense e sua ordem internacional, articulando a dinâmica econômica interna à criação de plataformas de exportação para a potência anglo-saxã e utilizava seus superávits comerciais para sustentar o parasitismo norte-americano por meio da compra de seus títulos da dívida pública. Com o jogo de cooperação positiva, a China não apenas opera nos espaços internacionais de interesse dos Estados Unidos mas os subordina à criação e estabelecimento dos seus próprios espaços geopolíticos: lança a nova Rota da Seda, lidera a criação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), fortalece a Organização para a Cooperação de Shangai e coloca como meta até 2049 dominar a fronteira tecnológica digital, espacial e ambiental, promover corredores de exportação bimodais que desenhem a integração geoeconômica das grandes massas da Eurásia e do Sul, e estabelecer instrumentos financeiros que substituam a hegemonia do dólar. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS), do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, do Fundo da Rota da Seda, a internacionalização do renminbi, o uso de moedas digitais, o aumento das reservas em ouro e o emprego de sistemas financeiros alternativos ao *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT) como o *Cross-Border Interbank Payment System* (CIPS),

são instrumentos que vêm sendo usados para abrir alternativas ao dólar.

Entretanto, a política de sanções, cerco e ameaça militar contra China e Rússia por parte dos Estados Unidos tem implicado no resultado inverso ao planejado, como já apontava o autor, impulsionando a aproximação entre esses dois grandes pilares da Eurásia, deles com países isolados pela ordem internacional norte-americana e com outros, como a Índia, que buscam aproveitar as oportunidades de acesso a enormes mercados criadas pela adesão de aliados aos vetos e sanções norte-americanos, como é o caso da União Europeia. Cabe à União Europeia fazer a opção entre aprofundar o balanço da dependência e constituir-se num protetorado militar dos Estados Unidos, anexo de sua política externa, ou afirmar sua autonomia e acreditar-se como região estratégica de um mundo multipolar, entre o hemisfério ocidental e o Oriente, opção defendida por Diesen

O pensamento de Diesen representa um importante aporte para uma geopolítica do século XXI, mas seus limites estão na matriz realista de que parte para fundar a sua visão contra-hegemônica, o que o leva a conceber o Estado como uma unidade, suprimindo as contradições internas e as lutas de classes que o fundamentam do seu referencial teórico. Dessa forma, tende a referendar como constitutiva da subjetividade russa uma unidade civilizatória e cultural conservadora, de longa duração, antiliberal, que Putin mobilizaria frente às ameaças expansionistas anglo-saxãs. Assim, as lutas internas são minimizadas e temáticas relacionadas a direitos universais são vistas com restrição, quando, em verdade, as disputas no interior do Estado podem ser também parte do processo de afirmação e desenvolvimento de novos polos de poder no mundo, como foi o giro proporcionado pelo estabelecimento do paradigma do *New Deal* na política pública estadunidense nos anos 1930, que iria ganhar novas dimensões com o keynesianismo militar dos anos 1940 e do pós-guerra e com a Grande Sociedade de Lyndon Johnson nos anos 1960. Tais limites, todavia, não devem obscurecer os imensos aportes trazidos pelo autor para pensarmos, com autonomia, a América Latina como parte de um novo eixo geopolítico emancipatório que, mais que eurasiático, deverá expressar a emancipação do Sul Global da longa duração colonial e imperialista no mundo.

2050 China: Becoming a Great Modern Socialist Country

U, Angang; Shenglong Liu; Xiao Tang; Yilong Yan; et al. 2050 China: Becoming a Great Modern Socialist Country. Singapore: Springer Singapore, 2021. 105 p.

Pedro Martinez*

Nos estudos de ciência política e relações internacionais, a consolidação do poder chinês é uma das máximas que definem este século. Não é possível analisar o grande jogo das potências globais sem contextualizar a ascensão de um país de características tão únicas como o gigante asiático. Hu et al., no contexto do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista chinês, aprofundam a visão oficial do maior partido comunista do mundo sobre o mundo e, principalmente, sobre si.

É um momento interessante de se analisar o caminhar do projeto de longo prazo do povo chinês. O primeiro dos dois grandes centenários acaba de ser concluído, e podemos olhar para os objetivos traçados, além de pôr em perspectiva as metas da segunda grande data. O nascimento do Partido Comunista chinês, em 1921, e da República Popular, em 1949, são pontos centrais da discussão da consolidação do projeto de poder socialista.

Está claro que, nos centros de discussão de poder, a opção do povo chinês por uma alternativa ao sistema capitalista majoritário é uma opção consciente e, em simultâneo, pragmática, criando o chamado “socialismo com características chinesas”. Este possui planejamento extenso para a extinção da pobreza e eliminação das desigualdades internas entre regiões e entre campo e cidade, mas, em simultâneo, se orgulha ao se abrir ao mundo e permite o enriquecimento pessoal e a iniciativa econômica.

Como consequência, surge uma grande quantidade de análises ocidentais que argumentam que a origem da pujança econômica e social que impressiona o mundo seria obra de uma economia capitalista de mercado que se disfarça ideologicamente. Em *2050 China: Becoming a Great Modern Socialist Country*, encontramos explicações sobre como a modernização e rejuvenescimento da China se dá em princípios socialistas e dentro de uma análise pragmática da realidade.

Na expectativa de desenvolvimento em um contexto de mudanças rápidas e consequentes para a humanidade, um conceito central, espalhado ao longo do texto,

* Mestre em Economia Política Internacional e formado em Relações Internacionais pela Universidade do Rio de Janeiro. Correio eletrônico: pedrojamartinez@hotmail.com. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-3350-2942>

é o de desenvolvimento orientado para o ser humano. A nação que mais cresceu nas últimas décadas procura articular crescimento econômico e melhoria objetiva da vida da sua população, para que andem de mãos dadas. Seu desenvolvimento tardio ainda possui papel importante na realidade atual do bem-estar do povo chinês, que ainda tem o PIB per capita abaixo da média da economia mundial.

2050 China adota, em sua análise sobre a posição atual do país no sistema internacional, o mito de uma nação que possui uma continuidade excepcional e uma cultura superior como características que lhe possibilitariam alcançar o topo em poder e influência no concerto de nações. Nada muito diferente de inúmeras narrativas criadas em torno do nacionalismo. Para reverenciar o projeto socialista chinês e sua contribuição ao planeta e aos seres humanos, não é necessário justificar com narrativas infladas.

A liderança do Partido Comunista chinês defendendo e conquistando um desenvolvimento centrado no ser humano, ao invés de indicadores de crescimento econômico, e ao atuar para a eliminação da pobreza e o desenvolvimento avançado dos seus sistemas sociais demonstra, na prática, que possui um projeto de poder que resulta em conquistas concretas e consegue alcançar índices de prosperidade humana comparativamente mais expressivos que o resto do primeiro mundo.

Essa ambição de não só alcançar, mas ultrapassar países ditos desenvolvidos, tem consequências que talvez ainda não sejamos completamente capazes de compreender. *2050 China* demonstra o não contentamento do partido com nada que não seja a demonstração de superioridade do seu sistema de desenvolvimento. Sistema esse que, apesar de reivindicar uma maneira própria de socialismo, nomeia entre seus objetivos o alcançar de uma sociedade “pantissocrática”, uma espécie de governo de todos, mas que foge de maneira consciente de conceitos ligados à esquerda histórica. Da mesma forma, se deixa de utilizar para fins oficiais, como conceito, a expressão “luta de classes”, de maneira a “modernizar” o discurso do país.

A imagem completa da realidade chinesa não está somente nos seus sucessos, mas também nas suas dificuldades; o caminho para a sua modernização tardia teve capacidade de aprender com países desenvolvidos, seus erros e acertos. Por fim, chega-se a um pensamento estratégico com detalhamento específico, porém baseado em valores essenciais ao partido e ao país para introduzir a China no concerto das nações: uma nação grande demais para estar isolada. A partir do 13º Congresso, o partido buscou uma posição prática de abertura política e econômica ao mundo.

Esse pensamento estratégico de médio prazo toma forma com diversos planos, como as quatro modernizações (1964 – 2000) e a estratégia de três passos de um país socialista moderno (1980 – 2050). Atualmente, China atua nas duas metas

centenárias (2020 – 2050), em simultâneo aderindo à estratégia de duas fases para um país socialista moderno em uma nova era (2020 – 2050). Todos esses planos são públicos e andam em paralelo, para resultar em uma transformação ainda mais profunda da sociedade e do povo chinês. É necessário entender a grande contradição que a China encontra em seu futuro, entre o desenvolvimento desequilibrado e a necessidade da melhoria das condições de vida de quase um bilhão e meio de pessoas. O entendimento é que se chegou ao fim de uma primeira fase do socialismo à maneira chinesa. As conquistas que permitiram uma sociedade rural e pobre ser alavancada a status de potência global agora serão as bases de uma modernização com metas ambiciosas para seu primeiro centenário: a consolidação das bases econômicas de desenvolvimento para a melhoria das condições de vida da população, criando a maior classe média do mundo, e projetar ainda mais sua influência, liderando o planeta na transição energética que retirará o planeta da crise ambiental causada pelo aquecimento a níveis globais, ao mesmo tempo abrindo-se culturalmente e passando pela transição para a economia que exporta serviços ao invés de bens. Para isso, investe-se de maneira massiva em uma política cultural e educacional de massa.

As mensagens expostas, de uma maneira ou de outra, mostram uma ambição que possui motivos para ser. O teor oficialista do texto não necessariamente prejudica sua mensagem; é essencialmente o que se propõe: expor a visão oficial desse momento transicional e crucial. É incompleto, porém, dentro de uma perspectiva global da China, com seus desafios existenciais para este século. Não é mencionada em nenhum momento sua fronteira marítima; outra questão existencial, a dívida demográfica que será paga na próxima geração, é citada de maneira breve. São apenas duas questões, entre outras, que representam aspectos sob pouco controle do *politburo*, sendo justamente essas questões que podem ameaçar a capacidade chinesa de poder sobre seu povo e território. A diminuição considerável de população economicamente ativa na próxima geração afetará significativamente o sistema de segurança social e o potencial de crescimento econômico. Essa não é uma exclusividade do país em questão, mas qualquer análise de desenvolvimento futura necessita incluir essa temática.

Além disso, ao contrário do seu competidor direto na liderança do sistema internacional, a China precisa contínua e assertivamente demarcar seu interesse no controle de sua fronteira marítima, a linha de nove raias, sob ameaça de perder controle de rotas indispensáveis para sua economia. Da mesma forma, a existência do governo da República da China (ROC), corpo governante *de facto* da ilha de Formosa, como ponto de conflito remanescente da guerra civil é aspecto central das perspectivas de projeção global da República Popular da China (RPC) e dos

seus representantes internacionalmente conhecidos. A proximidade e a relevância geoestratégica de Taiwan com a parte principal do território da China, somada à importância tecnológica e econômica de alto valor agregado de sua indústria de semicondutores fazem essa tensão ter alta capacidade de escalada. O governo de Xi Jinping, ao mesmo tempo em que impõe internacionalmente a posição de detentor legítimo da ilha e seu povo, atua de maneira paciente e cautelosa, mantendo uma perspectiva de longuíssimo prazo que vem dando resultados, como a recuperação dos territórios de Macau e Hong Kong. Não há como analisar a questão de Taiwan em termos de meses ou anos. A paciência de um governo que acredita estar atuando como legítimo herdeiro e representante de um povo de cinco mil anos que busca reaver terra que acredita ser sua de direito é longa e precisaria de capítulo à parte para entendê-la, mas não é ousadia argumentar que as próximas décadas serão de eventos de altíssima relevância nesse *front*, dada a projeção de liderança econômica e militar incontestável do governo da China.

A ausência de temas tão importantes quanto sensíveis representa, portanto, um buraco a ser preenchido no discurso do Estado. Essa potência socialista já provou ao mundo que possui virtudes em sua governança. *China 2050* é uma produção que busca demonstrar de maneira objetiva exatamente isso. O futuro chinês, porém, possui desafios tão pujantes quanto suas conquistas. A China de Xi Jinping sabe disso, mas age com cautela em um século em que já é a protagonista do cenário internacional. Protagonismo esse que traz um discurso de abertura, de valorização do desenvolvimento humano, da responsabilidade ambiental e da redução das desigualdades internas e externas. Valores que, se seguidos nas próximas décadas, põem a China em uma posição de liderança baseada em qualidades muito diferentes das de seus antecessores.

Ninguém aperta a mão esquerda

Carlos Eduardo Novaes*

Canhoto é um dos muitos nomes do Diabo. Talvez por isso, no passado, nossos pais e professores tenham se empenhado tanto para que nós, canhotos, aprendêssemos a escrever com a mão direita. Talvez por isso, no século passado, os militares do nosso continente tenham varrido do poder todos os governos que acenavam para o povo com a mão esquerda. Na América Latina as ultrapassagens são feitas pela direita.

Nada que venha da esquerda tem valor. Esquerda em latim significa **sinister**, mau, sinistro; em francês é **gauche**, canhestro, desajeitado; em inglês **left** – vem do anglo-saxão *lyft* – que se traduz como fraco, inútil. Já a direita é um exemplo de virtudes. Boa e adequada em francês (**droit**), reta e justa em inglês (**right**, de *reht*), apta e hábil em latim (**dexter**).

Natural, portanto, que na reunião dos Estados Gerais de maio de 1789, na França pré-revolução, os delegados do clero e da nobreza tenham se sentado à direita do rei (Luís XVI), deixando o lado esquerdo para camponeses e burgueses, representantes do Terceiro Estado. A divisão repetiu-se na Assembléia Constituinte e já não havia mais dúvidas quanto aos significados: a direita do rei resistia a mudanças (conservadores e reacionários), enquanto a esquerda bradava por reformas e transformações (progressistas e revolucionários).

Transcorridos mais de 230 anos, a divisão se mantém apesar das inúmeras variáveis que brotaram à sua volta. Hoje existem grupos de direita em partidos de esquerda, facções de esquerda em partidos de direita, e o tal do centro, posição do rei, continua inclinado para o “clero e a nobreza”.

A vitória da Revolução Bolchevista, no início do século XX, contribuiu para aumentar a confusão entre as consciências menos politizadas. Nada poderia ser mais “de esquerda” do que Trotsky e Lenin. Assim como mais à frente nada poderia ser mais “de direita” do que Hitler e Mussolini. Só que o projeto da URSS de chegar ao comunismo evoluído se perdeu pelo caminho, gerando uma ditadura que nada tinha a ver com as esperanças de igualdade. E o regime acabou por desabar em cima de suas próprias contradições.

Na queda do regime, um filósofo de ocasião anunciou o fim da dicotomia esquerda/direita (e da História). Sem o vilão estatizante em cena, o mocinho liberal reinaria absoluto, fazendo o mundo inteiro cantar o samba de uma nota só. O pensamento

* Cronista, romancista, contista e dramaturgo brasileiro.

conservador se esforçava para enterrar junto com a URSS a palavra “esquerda”, mas, sem ela, como identificar a direita? Vamos enfiar Bolsonaro e Gustavo Petro num mesmo saco? O conceito de esquerda permaneceu vivo sob as ruínas do sonho de Marx, ainda que continuemos usando apenas a direita para um aperto de mão. Aos “canhotos” restou indicar o lugar do coração.



PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre *O Capital*, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.

LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



DOSSIÉ DARCY RIBEIRO: 100 ANOS DE DARCY RIBEIRO,
NUESTRA AMÉRICA E A CIVILIZAÇÃO NO SÉCULO XXI

ENTREVISTA

Ana Esther Ceceña: capitalismo, geopolítica e emancipações
Carlos Eduardo Martins, Roberta Traspadini e Roberto Goulart

ARTIGOS

O atual dilema latino-americano

Vitor Hugo Tonin, Diógenes Moura Breda, Evaldo Gomes Junior e Pietro Caldeirini Arut

Provocações de Darcy Ribeiro para economistas

Carla Curty, Maria Malta e Wilson Vieira

As escolas de formação e a obra do antropólogo Darcy Ribeiro:

O Brasil e os Brasileiros

Yolanda Lima Loba

A Universidade Necessária: o compromisso civilizatório

Lia Faria, Carla Villanova e Silvia Souza

**Darcy Ribeiro na Amazônia Paraense: análise das pesquisas
em um Programa de Pós-Graduação em Educação**

Huber Klíne Lobato, Anderson Ferreira e João Mota Neto

**Geopolítica decolonial latino-americana no sistema internacional:
as experiências contra-hegemônicas no século XXI**

Bernardo Salgado Rodrigues

Cuba: economia e planificação: anos 1970 e 1980

Luiz Bernardo Pericas

HOMENAGENS

À memória de Darcy Ribeiro (Angela Ganem)

Darcy Ribeiro: Experiências pessoais (Isaac Roitman)

Lembranças de Darcy Ribeiro (Wanderley de Souza)

RESENHAS

Por um feminismo Latino-americano, de Lelia Gonzalez

Joana Coutinho

Europe as the Western Pensinsula of Eurasia, de Gleen Dieesen

Carlos Eduardo Martins

*2050 China: Becoming a Great Modern Socialist Country,
de Angang Hu, Yořang Yan, Xiao Tang e Shenglong Hiu*

Pedro Martinez

CRÔNICAS

Ninguém aperta a mão esquerda

Carlos Eduardo Novaes